

# *IMAGO, ACTUS ET VERBUM*

Desafios e interrogações nos Estudos Medievais:  
um diálogo interdisciplinar entre filologia, filosofia,  
história, arte e literatura

Filipe Alves Moreira  
Francisco José Díaz Marcilla  
Joana Matos Gomes  
Paulo Catarino Lopes, eds.





*IMAGO,  
ACTUS ET VERBUM*

Desafios e interrogações nos Estudos Medievais:  
um diálogo interdisciplinar entre filologia, filosofia,  
história, arte e literatura

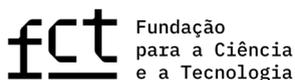


*IMAGO,  
ACTUS ET VERBUM*

Desafios e interrogações nos Estudos Medievais:  
um diálogo interdisciplinar entre filologia, filosofia,  
história, arte e literatura

FILIPE ALVES MOREIRA  
FRANCISCO JOSÉ DÍAZ MARCILLA  
JOANA MATOS GOMES  
PAULO CATARINO LOPES  
*Editores*

Lisboa 2024



Esta publicação foi financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto Estratégico do IEM – Referência UIDB/00749/2020 / DOI 10.54499/UIDB/00749/2020 (<https://doi.org/10.54499/UIDB/00749/2020>); UIDP/00749/2020 / DOI 10.54499/UIDP/00749/2020 (<https://doi.org/10.54499/UIDP/00749/2020>).

Título *IMAGO, ACTUS ET VERBUM* – Desafios e interrogações nos Estudos Medievais: um diálogo interdisciplinar entre filologia, filosofia, história, arte e literatura

Editores Filipe Alves Moreira, Francisco José Díaz Marcilla, Joana Matos Gomes, Paulo Catarino Lopes

Edição IEM – Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH)

Imagem da capa © Vasyl Rogan | Dreamstime.com

Coleção Estudos 33

ISBN 978-989-35379-1-6 (IEM)

Design e execução Ana Pacheco

Formato Eletrónico

# Índice

<b>Introdução</b> .....	9
<i>Filipe Alves Moreira, Francisco José Díaz Marcilla, Joana Matos Gomes, Paulo Catarino Lopes</i>	
 <i>Ubi imago textus tacet.</i> <b>La redazione a della <i>Revelacion</i> anglo-normanna e le lacune del manoscritto R (London, British Library, Royal 2.D.XIII)</b> .....	17
<i>Fabio Barberini</i>	
 <b>Musical tapestry: weaving diagrammatic images</b> .....	51
<i>Celeste Pedro</i>	
 <b>Dar a ler o texto medieval na era digital: tendências, padrões, tecnologia</b> .....	61
<i>Gilberto Coralejo Moiteiro</i>	
 <b>Editing in <i>absentia</i>: the Portuguese fragments of Comestor’s <i>Historia Scholastica</i></b> .....	91
<i>Mariana Leite</i>	
 <b>Cartografias do incerto. Trajetórias e desafios de uma (in)disciplina</b> .....	105
<i>Carlos F. Clamote Carreto</i>	
 <b>Los grupos judíos medievales en la literatura islámica medieval en Ibn Ḥazm, Al-Shahrastāni e Ibn Al-Qaiym</b> .....	141
<i>Julio César Cárdenas Arenas</i>	
 <b>O estudo da filosofia medieval em questão nos nossos dias</b> .....	163
<i>Maria Leonor Xavier</i>	
 <b>Experimentar-se eticamente. “<i>Sis tu tuus et ego ero tuus</i>”: uma leitura de Nicolau de Cusa</b> .....	175
<i>Klédson Tiago Alves de Souza</i>	



## Introdução

O presente volume reúne uma seleção avaliada por pares em anonimato das contribuições apresentadas no colóquio internacional “*IMAGO, ACTUS ET VERBUM* – Desafios e interrogações nos Estudos Medievais: um diálogo interdisciplinar entre filologia, filosofia, história, arte e literatura”, que teve lugar na NOVA FCSH em dezembro de 2021 e resultou da cooperação entre o Instituto de Estudos Medievais (UNL) e o Instituto de Filosofia (UP). Com a realização deste colóquio, procurámos (re)pensar uma série de questões com as quais se defrontam os estudos medievais no começo da terceira década do século XXI. Após sucessivas viragens (algumas mais consequentes que outras) por que passaram as áreas disciplinares das humanidades nas últimas décadas, como é o caso do *Linguistic Turn*<sup>1</sup>, do *Translational Turn*<sup>2</sup>, do *Digital Turn*<sup>3</sup> e do *Archival Turn*<sup>4</sup>, torna-se premente fazer uma reflexão aprofundada acerca da natureza, objetivos e métodos dos estudos interdisciplinares sobre a Idade Média. A história, a filologia, os estudos literários e a filosofia, unidas pela atenção ao *texto* e/ou ao *documento*, mas diferenciadas epistemologicamente, enfrentam desafios comuns provocados pelas características disciplinares destas áreas e pela pressão externa de sociedades em acelerada mudança. Exemplo disto é a massificação de aplicações de Inteligência Artificial Avançada (*reinforcement learning* e *natural language processing*), processo ainda incipiente aquando da realização do

---

<sup>1</sup> TOEWS, John E. – “Intellectual history after the Linguistic Turn. The autonomy of meaning and the irreducibility of experience”. *The American Historical Review*, 92/4 (1987), 879-907. TOEWS, John E., “The Linguistic Turn and discourse analysis in History”. *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*, vol. XIII. Amesterdão: Elsevier Press, 2001, 8916-8922. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B0080430767026334>.

<sup>2</sup> BACHMANN-MEDICK, Doris – “Introduction: the translational turn”. *Translation Studies* [Em linha], 2, 1 (2009), 2-16. DOI: 10.1080/14781700802496118.

<sup>3</sup> PRUULMANN-VENGERFELDT, Pille, et al. – “The challenge of the Digital Turn”. in Pille Runnel et al. (eds.) – *The Digital Turn: User's Practices and Cultural Transformations*. Berlim: Peter Lang, 2013, 7-12.

<sup>4</sup> KETELAAR, Eric – “Archival turns and returns: studies of the archive”. in Anne J. Gilliland et al. (eds.) – *Research in the Archival Multiverse*. Clayton: Monash University Publishing, 2017, 228-268.

colóquio. Esta nova revolução promete vir a ter um grande impacto no campo das humanidades, quem sabe provocando mesmo um *Artificial Turn*, cujas consequências estamos ainda longe de prever<sup>5</sup>.

Este conjunto de artigos pretende fazer um ponto da situação global relativo aos estudos sobre a Idade Média, identificando grandes questões que sirvam para equacionarmos o presente das respetivas disciplinas, mas também os desafios que deverão enfrentar no futuro. Fazem-no de dois modos distintos: alguns adotam perspectivas gerais e teóricas, identificando tendências e problemas de uma determinada área disciplinar; outros concentram a sua atenção em artefactos culturais específicos (textos, manuscritos, imagens), analisados a partir de práticas e metodologias atualmente produtivas.

Fabio Barberini e Celeste Pedro partem da materialidade de manuscritos medievais, explorando diferentes problemáticas. Tendo por pano de fundo o *corpus* de traduções em francês antigo da “visão” de São João do Livro do Apocalipse (Novo Testamento), o capítulo da autoria de Fabio Barberini centra a sua atenção na versão anglo-normanda intitulada “Revelacion”, mais especificamente no Manuscrito R (Londres, British Library, Royal 2.D.XIII) dessa mesma versão. O códice em questão remete para a “versão  $\alpha$ ” do texto, já identificada pelo investigador Paul Meyer, em 1896, como a redação mais completa, mas também a mais corrupta. Com efeito, o códice está incompleto em cerca de vinte passagens de extensão variável (de alguns versos a episódios inteiros). Na tentativa de esclarecer estas lacunas, o autor procede a uma análise minuciosa da interação entre o texto escrito – a *Vulgata* latina e a tradução anglo-normanda – e as miniaturas presentes no mesmo. Os resultados obtidos permitem ao autor concluir que a maior parte das lacunas do manuscrito de Londres resulta da intervenção do escriba, o qual abrevia o texto anglo-normando quando, devido à presença de miniaturas de grande formato, o espaço disponível se revelava insuficiente para incluir a plenitude do texto escrito.

Outro campo de estudos que frutificou nas últimas décadas é o da diagramação em contexto medieval. O artigo de Celeste Pedro explora este tipo de imagem em dois manuscritos ibéricos das *Etimologias* de Isidoro de Sevilha – o manuscrito Madrid VITR/14/3 e o Alcobaça 446 –, tendo por base um diagrama das escalas musicais inserido no capítulo dedicado à teoria musical. O artigo começa por fazer um diagnóstico relativo ao uso da diagramação e dos problemas subjacentes ao

---

<sup>5</sup> As consequências da Inteligência Artificial no processo de aprendizagem têm suscitado um intenso debate na academia um pouco por todo o mundo. A ideia de que esta tecnologia vai alterar o paradigma vigente no que toca ao ensino-aprendizagem tem captado a atenção dos ministérios da educação de alguns governos que já publicaram literatura sobre o assunto. Veja-se, por exemplo, o guia publicado pelo governo norte-americano: *Artificial Intelligence and the Future of Teaching and Learning: Insights and Recommendations*. Washington, DC: U.S. Department of Education, Office of Educational Technology, 2023. Disponível em <https://www.ed.gov/sites/ed/files/documents/ai-report/ai-report.pdf>.

estudo dos diagramas na Alta Idade Média e sua relação com a produção escrita na Antiguidade Tardia. A partir da análise dos aspetos formais dos dois diagramas, a autora hipotetiza as possíveis relações de transmissão e de composição deste modelo diagramático, chamando a atenção para a importância dos processos mentais de visualização e conceção do espaço na concretização do diagrama e questionando a noção de que um diagrama pode ser correto ou errado. Por fim, propõem-se hipóteses quanto ao seu uso, sugerindo que a criação deste tipo de diagramas não teria um objetivo pedagógico, nem estava relacionada com o ensino.

Os trabalhos de Gilberto Moiteiro e de Mariana Leite têm em comum o pensamento filológico e a sua modernização através de edições digitais. Gilberto Moiteiro reflete sobre a transição da edição de textos medievais do impresso para o digital, mostrando as vantagens trazidas por este novo meio de comunicação. As “humanidades digitais” constituem, pois, o enquadramento temático da análise desenvolvida. O autor adota o conceito de edição académica digital (*digital scholarly edition*), procurando distingui-la da simples reprodução de imagens do património textual que numerosas instituições culturais e académicas têm vindo a oferecer. Neste sentido, defende a adoção de padrões internacionais de codificação de texto, com destaque para a *Text Encoding Initiative* (TEI), dados os benefícios que a mesma traz, tanto do ponto de vista da sustentabilidade das edições como da interoperabilidade da linguagem de marcação com que este padrão opera (XML). Gilberto Moiteiro caracteriza brevemente a mecânica do processo editorial, dando a conhecer documentos fundamentais que auxiliam todos quantos pretendam aventurar-se por esta via. Mariana Leite centra atenções na receção ibérica da famosa *Historia Scholastica*, de Petrus Comestor, um autêntico *best-seller* medieval. Após um resumo do impacto que esta obra teve nos séculos finais da Idade Média nos diferentes reinos hispânicos, a autora passa em revista os testemunhos, diretos e indiretos, atualmente conhecidos em galego-português, com vista a uma futura edição digital. As características desta tradição textual, nomeadamente o fragmentarismo e a perda de alguns testemunhos, obrigam a uma ponderação prévia acerca dos objetivos e possibilidades dessa edição. Trata-se de um bom exemplo de como o uso de novas tecnologias no processo editorial não dispensa problemas tradicionais da crítica textual, ao mesmo tempo que levanta novas questões.

Seguindo caminhos de teoria e reflexão literária, o artigo de Carlos Carreto, por seu lado, centra-se na discussão do trajeto dos estudos medievais, um campo que o autor considera ser maleável e incerto, atreito a constantes redefinições. Para tal, oferece um panorama das propostas epistemológicas de várias correntes e escolas teórico-críticas no âmbito das ciências sociais e das artes da segunda metade do século XX à atualidade (começa com a Escola dos *Annales* e termina com a

Mitocrítica) e discute as consequências das mudanças de paradigma epistemológico nos estudos medievais em geral e na literatura medieval em particular. Não se trata aqui de oferecer um mero elenco de preceitos programáticos de cada uma destas escolas. O autor preocupa-se em fornecer uma leitura crítica das mesmas e do seu valor heurístico. Esta leitura é sustentada por uma discussão do trabalho de vários autores, maioritariamente, mas não exclusivamente, oriundos da França, que permitirá a todo o interessado nesta temática obter uma ideia panorâmica, mas incisiva, sobre a história dos estudos medievais nos últimos 60 anos.

O artigo de Julio Cárdenas oscila entre a análise terminológica e a antropologia, propondo-se investigar um assunto que permite observar de que forma a “ciência da religião” islâmica se posiciona face ao Outro. O autor propõe-se escrutinar a terminologia usada por três filósofos muçulmanos da Idade Média – Ibn Ḥazm (Córdova, 994-1064), Al-Shahrastānī (Pérsia, 1086-1153) e Ibn Al-Qaiyim (1292-1350) – no que diz respeito à divisão dos grupos religiosos judaicos coevos. Começando por descrever o estado da arte relativamente a esta questão, Julio Cárdenas dá, em seguida, a conhecer a taxonomia usada por cada um dos autores para descrever as diferentes práticas religiosas dos diferentes grupos de judeus. Através desta análise, o autor pode tirar conclusões acerca da perceção do Outro e do seu estatuto nas obras destes três teólogos islâmicos medievais: não só o seu conhecimento relativamente aos judeus como um todo é parcial, pois limitam-se etiquetar e a descrever apenas os grupos de judeus que vivem sob autoridade islâmica, como também não mostram indícios de haver uma mudança de perceção de uns autores para os outros. Por fim, conclui-se que, na ótica destes três autores medievais, os grupos de judeus não se distinguem etnicamente.

No âmbito da filosofia, há lugar neste livro para dois artigos de diferente foco. Por um lado, com uma visão muito mais geral e teórica, o artigo de Maria Leonor Xavier oferece uma interessante reflexão sobre o papel que tem na sociedade atual o estudo da história da filosofia medieval por comparação com o estudo da própria filosofia medieval, a qual, infelizmente, está a ser subvalorizada pela comunidade académica. Para a autora, o problema da filosofia medieval é duplo, porque, não apenas tem de lidar com as acusações de inutilidade manifestadas pelo resto dos investigadores em filosofia e história da filosofia, que privilegiam as filosofias moderna e antiga, mas também pela tendência da academia a evitar incidir na filosofia de tradição cristã latina perante as filosofias islâmica e judaica, em prol de um falso respeito por outras culturas que acaba por silenciar a própria. Apela, finalmente, a autora aos desafios que os pesquisadores em filosofia medieval devem enfrentar atualmente para sair do olvido e reivindicar um lugar e uma posição nos estudos e na vida quotidiana que nunca deveriam ter perdido.

Por outro lado, o artigo de Klédson Souza propõe uma visão relativamente a uma questão mais concreta: o conceito de verdade em Nicolau de Cusa e a sua vinculação com a ética através da análise de várias das suas obras, como *De Docta Ignorantia* (1440) ou *Idiota de Sapientia* (1450). Considera o autor que são duas as vias que tem o ser humano para atuar eticamente bem na busca da verdade, sendo a primeira o melhoramento de si próprio e a segunda a necessidade da posse plena de si, que se efetiva apenas pelo uso da razão que domina o resto dos sentidos. Desta forma, o autor demonstra como o trabalho interdisciplinar entre estudos literários e filosofia pode dar importantes contributos para conhecer melhor a época medieval.

Creemos que este conjunto de artigos dá uma ideia bastante fidedigna de alguns dos mais relevantes desafios e dos paradigmas de investigação que os estudos medievais têm trilhado nas primeiras décadas do século XXI. O futuro encarregar-se-á de nos mostrar quais as vias que continuarão a ser percorridas e aquelas que serão abandonadas ou direcionadas na busca de novas formas de estudar a Idade Média. Uma coisa, porém, temos como certa: a de que, com este volume, pretendemos dar o nosso modesto contributo para a discussão destes temas importantíssimos para o futuro dos estudos medievais na investigação universitária.

*Filipe Alves Moreira*  
*Francisco José Díaz Marcilla*  
*Joana Matos Gomes*  
*Paulo Catarino Lopes*  
*Editores\**

## \*Notas biográficas

### *Filipe Alves Moreira*

Universidade Aberta / Instituto de Filosofia – FLUP

filipe.moreira@uab.pt

Filipe Alves Moreira é professor auxiliar na Universidade Aberta (desde abril de 2024) e investigador na Universidade do Porto. Faz, ou fez, parte de equipas de projetos de investigação coletivos em Portugal e no estrangeiro (Estados Unidos da América, Espanha e Argentina). Tem numerosas publicações em revistas e livros universitários e noutras editoras, destinadas a públicos diversificados. São exemplos deste último caso a participação no projeto “Obras pioneiras da Cultura Portuguesa” (Círculo de Leitores), de que foi um dos responsáveis por um volume e participou na elaboração de vários outros, e a edição de um livro de linhagens medieval, no âmbito da coleção *Portugaliae Monumenta Historica*, da Academia das Ciências de Lisboa. Foi responsável por ações de formação e palestras sobre literatura medieval no ensino secundário. Tem também colaborado com outras instituições, por exemplo os CTT, sendo de sua responsabilidade o texto da pagela da emissão de selos comemorativos dos 600 anos da Crónica de Portugal de 1419. A sua principal área de investigação é a literatura e a historiografia portuguesa dos séculos XIII a XVI, incluindo as suas relações com a literatura e a historiografia castelhana da mesma época e sua receção em épocas posteriores, e as relações entre a literatura e a memória histórica.

### *Francisco José Díaz Marcilla*

Departamento de Geografía, Historia y Humanidades – Universidad de Almería (Espanha)

fjdiazm@ual.es

Doutor em História pela Universidade de Sevilha (Espanha, 2013), é Professor Ayudante Doctor na Universidad de Almería (Espanha). Trabalhou como Bolseiro de Pós-doutoramento FCT (2015-2018) e Investigador Auxiliar CEEC-Institucional (2019-2021) no Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa com vários projetos sobre cronística e a história da Igreja medieval. Também trabalhou como Investigador Distinguido na Universidad de Almería (2022-2024) sob o Programa de Atração de Talento Internacional “María Zambrano” do Governo de Espanha. Publicou mais de 50 trabalhos sobre vários temas, entre os quais a

influência do pensamento do filósofo Ramon Llull, o *Cancionero de Juan Alfonso de Baena*, as crónicas medievais ibéricas, a história da Igreja ibérica na Baixa Idade Média e a Teoria da História. Participou em 7 projetos internacionais, liderando 2 deles, e foi investigador convidado na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM, 2016), na University of Sheffield (Reino Unido, 2018), na Universidad de Granada (Espanha, 2019) e na Universidade Estadual de São Paulo UNESP-Assis (Brasil, 2023).

### ***Joana Matos Gomes***

Instituto de Filosofia – FLUP

mjgomes@letras.up.pt

Joana Matos Gomes é investigadora contratada do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto desde 2019, ao abrigo do CEEC (IND/00220/2017). Tem trabalhado sobretudo na área da historiografia medieval ibérica (séculos XII-XIV), investigando o papel e a representação das mulheres no texto historiográfico, a tradução historiográfica em contexto medieval e a crítica textual, áreas nas quais publicou diversos artigos. Participou em vários projetos de investigação nacionais e internacionais dedicados a esses temas. Mais recentemente, tem explorado as revisitações contemporâneas da Idade Média, nomeadamente no cinema e na literatura portuguesa. Atualmente, é Investigadora Principal de um projeto de investigação do Instituto de Filosofia intitulado “Visão sensorial, visão espiritual: um estudo das suas expressões na literatura portuguesa do século XV” (Ref.IF.Proj.02.2024).

### ***Paulo Catarino Lopes***

Instituto de Estudos Medievais – NOVA FCSH

paulo.lopes@fcsh.unl.pt

Paulo Catarino Lopes é Investigador Integrado do Instituto de Estudos Medievais (IEM) e Investigador Associado do CHAM – Centro de Humanidades, ambas Unidades de Investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), instituição na qual obteve os graus de Mestre e Doutor em História após licenciar-se no mesmo domínio científico pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Tendo como domínio de especialização a História Medieval, os seus interesses de investigação incidem sobre os seguintes temas: Viagem, Circulação e Mobilidade; Construções Identitárias e Representações de Alteridade; Relações Internacionais; Relações culturais. Atualmente desempenha as funções de investigador doutorado contratado na

NOVA FCSH, desenvolvendo nesta qualidade um projeto intitulado “Portugal e os estrangeiros na Baixa Idade Média. Estudo comparado das construções identitárias e representações de alteridade identificáveis na produção escrita evocativa de relações diplomáticas e da prática da viagem transnacional”. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0015 (DOI 10.54499/DL57/2016/CP1453/CT0015) e do Projeto Estratégico do Instituto de Estudos Medievais – financiamento UIDB/00749/2020 (DOI 10.54499/UIDB/00749/2020).

*Ubi imago textus tacet.*  
La redazione  $\alpha$  della *Revelacion*  
anglo-normanna e le lacune del manoscritto R  
(London, British Library, Royal 2.D.XIII)

**Fabio Barberini**

Universitat de Girona, Institut de Llengua i Cultura Catalanes  
fbobarb@gmail.com

**Riassunto**

L'intervento si concentra sul manoscritto R (London, British Library, Royal 2.D.XIII) della *Revelacion* anglo-normanna. Il codice afferisce alla "redazione  $\alpha$ " del testo, identificata già da Paul Meyer, nel 1896, come la redazione più completa, ma anche la più corrotta. Il codice, in effetti, risulta lacunoso in 18 passaggi di estensione variabile (da pochi versi a episodi interi). Un'analisi approfondita dell'interazione fra testo scritto – il latino della *Vulgata* e l'anglo-normanno della traduzione – e testo figurativo (miniature) permette di concludere che la maggior parte delle lacune del manoscritto londinese è dovuta all'intervento del copista che abbrevia il testo anglo-normanno quando, a causa della presenza di miniature di grande formato, lo spazio disponibile non era sufficiente ad accogliere per intero il testo scritto.

**Parole chiave**

*Apocalisse* nel Medioevo; traduzioni bibliche; letteratura anglo-normanna; critica del testo; filologia materiale

**Nota biografica**

Fabio Barberini ha conseguito il Dottorato di ricerca in Filologia Romanza, con specializzazione in Lingue e Letterature Francese e Provenzale del Medioevo, all'Università di Messina nel 2014. Attualmente è ricercatore contrattato presso l'Università di Girona, e lavora nell'Istitut de Llengua i Cultura Catalanes (ILCC). È PI del progetto "TrobIB – The Trobar in the Iberian Courts" (Programma Beatriu

de Pinós). In precedenza, è stato ricercatore presso la Faculdade de Ciências Sociais e Humanas dell'Universidade Nova di Lisbona e membro associato dell'Instituto de Estudos Medievais (IEM) dal 2019 al 2021. Ha lavorato anche presso l'Università di Girona nel 2018 e presso l'Université de Toulouse Jean Jaurès, contrattato dal CNRS francese. Dal 2013 è membro del comitato editoriale di *Cultura Neolatina*, rivista internazionale di filologia romanza. È co-fondatore e co-direttore della *Révue d'études médiévales et de philologie romane*. Le sue ricerche si concentrano soprattutto su vari aspetti della poesia romanza medievale, in particolare lirica provenzale e galego-portoghese (trasmissione testuale, esegesi, edizioni critiche). Si occupa anche di letteratura anglo-normanna (epica e traduzioni bibliche) e di poesia portoghese contemporanea (l'opera di Eugénio de Andrade e i suoi legami con la poesia spagnola della Generazione del 1927).

***Ubi imago textus tacet. The α redaction of the Anglo-Norman Revelacion and the lacunae of the manuscript R (London, British Library, Royal 2.D.XIII)***

**Abstract**

This paper focuses on the manuscript R (London, British Library, Royal 2.D.XIII) of the Anglo-Norman *Revelacion*. The codex refers to the 'α version' of the text, already identified by Paul Meyer, in 1896, as the most complete redaction but also the most corrupt. The codex, in fact, is incomplete in eighteen passages of variable extension (from a few verses to whole episodes). An in-depth analysis of the interaction between written text – the Latin *Vulgata* and the Anglo-Norman translation – and figurative text (miniatures) allows us to conclude that most of the gaps in the London manuscript is due to the intervention of the scribe who abbreviates the Anglo-Norman text when, due to the presence of large format miniatures, the available space was not sufficient to accommodate the whole written text.

**Keywords**

*Apocalypse* in the Middle Ages; biblical translations; Anglo-Norman literature; textual criticism; material philology

**Biographical note**

Fabio Barberini earned his Ph.D. in Romance Philology, specializing in Old French and Provençal Languages and Literatures, from the University of Messina in 2014. He is currently a research fellow at the University of Girona, conducting research at the Institute for Catalan Language and Culture (ILCC). He is the PI of the project "TroIB – The Trobar in the Iberian Courts" (Beatriu de Pinós Programme).

Previously, he was a research fellow at the NOVA School of Social Sciences and Humanities in Lisbon and an associate member of the Institute for Medieval Studies (IEM) from 2019 to 2021. He also worked at the University of Girona in 2018 and at the French CNRS and the University of Toulouse Jean Jaurès from 2016 to 2017. Since 2013, he has been a member of the Editorial Board of *Cultura Neolatina*, an international journal of Romance philology. He is the co-founder and co-editor-in-chief of the *Révue d'études médiévales et de philologie romane*. His research has primarily focused on various aspects of medieval Romance poetry, specifically Old Provençal and Galician-Portuguese lyrics. These aspects include textual transmission, exegetical studies, and critical editions. He has conducted research on Anglo-Norman literature, with a focus on epic and biblical translations. He has also studied contemporary Portuguese poetry, with a specific focus on the works of Eugénio de Andrade and his connections with Spanish poetry from the Generation of 1927.

Non c'è dubbio che nel Medioevo, fra tutti i libri di *Vecchio e Nuovo Testamento*, l'*Apocalisse* sia stato, insieme forse ai *Salmi* e al sensualissimo ma allegoricamente denso *Cantico dei Cantici*, uno dei volumi di maggiore fortuna testuale e iconografica. In ambito gallo-romanzo – nel quale, è importante non dimenticarlo, si riconduce anche l'Inghilterra, a lungo francese, o per lo meno francofona –, i volgarizzamenti dell'opuscolo giovanneo costituiscono le tessere sparse d'un intricato complesso mosaico, in parte interamente perduto, in parte ricostruibile solo a fatica. Tra i secoli XIII e XIV si contano, infatti, una quindicina di traduzioni oitaniche dell'*Apocalisse* ciascuna con caratteristiche linguistiche, peculiarità testuali e specificità figurative proprie, la cui trattazione sistematica esula ampiamente dai confini di questo intervento (nonché dalle mie competenze) e richiederebbe, ad ogni modo, lo spazio d'un ponderoso volume<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Volume che, per altro, già esiste e si deve a BERGOT, Louis-Patrick – *Réception de l'imaginaire apocalyptique dans la littérature française des XII<sup>e</sup> et XIII<sup>e</sup> siècles*. Genève: Droz, 2020, che viene a sostituire il venerando contributo di MEYER, Paul; DELISLE, Leopold – *L'Apocalypse en français au XIII<sup>e</sup> siècle*. Paris: Librairie Firmin Didot et C.<sup>o</sup>, 1901. La bibliografia sull'*Apocalisse* nel Medioevo è di dimensioni ormai considerevoli tale da non poter essere menzionata per intero in una nota a piè di pagina (né, per altro verso, sarebbe necessario in questo lavoro dove si affronta un problema, tutto sommato, più circoscritto). Per un primo approccio, limitato al regesto del testimoniale e alla bibliografia essenziale, rinvio a BERGOT, Louis-Patrick, *et al.* – "L'Apocalypse en français. Versions anonymes françaises du Livre de l'Apocalypse". In ARLIMA. *Archives de la Littérature du Moyen Âge* [online]. Disponibile in <https://arlima.net/no/745> [consultato il 24 settembre 2022]. A livello generale, oltre all'estesa bibliografia del volume di Bergot citato poco sopra in questa stessa nota, si vedano: JAMES, Montague Rhodes – *The Apocalypse in Art*. Oxford: Oxford University Press, 1931; EMMERSON, Richard K.; MCGINN, Bernard – *The Apocalypse in the Middle Ages*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1992; EMMERSON, Richard K. – "Apocalyptic themes and imagery in medieval and Renaissance literature". in Bernard McGinn (ed.) – *Encyclopedia of Apocalypticism*. Vol. 2. *Apocalypticism in Western History and Culture*. New York: Bloomsbury Publishing, 1998, 402-441; PITTS, Brent A. – "Versions of the Apocalypse in medieval French verse". *Speculum*,

Vorrei invece restringere il fuoco dell'osservazione alla cosiddetta "Revelacion" anglo-normanna, uno *specimen* molto particolare entro il *corpus* delle traduzioni antico-francesi della "visione" di San Giovanni. Particolare, *in primis*, già per la *facies* linguistica, l'anglo-normanno, quel *faus franceis d'Angleterre*, cui l'Europa (non solo) romanza deve generi letterari di primo rilievo nel Medioevo (e ben oltre) quali l'agiografia, l'epica (anglo-normanna è la più antica redazione della *Chanson de Roland* trasmessa dal Digby 23 della Bodleian Library di Oxford) e il romanzo (senza la corte plantageneta di Enrico II e senza *Maistre Wace*, suo massimo cantore, non avremmo oggi le *Arturi regis ambages pulcerrime*). Ma particolare anche per altri motivi: la tradizione manoscritta relativamente folta, 10 testimoni contro la generale uni- o monotestimonialità delle altre traduzioni in lingua d'oïl<sup>2</sup>; la veste metrica del volgarizzamento (caratteristica non unica, ma certo minoritaria entro il *corpus* di riferimento)<sup>3</sup> e, *last but not least*, soprattutto nel contesto di questa pubblicazione, la strettissima reciprocità di testo scritto (il latino della *Vulgata* e l'anglo-normanno della traduzione) e testo figurativo (le numerose miniature di grande formato che accompagnano ciascun episodio del testo). Ed è anzi proprio quest'intima interazione che offre al filologo uno strumento di grande importanza in sede di critica testuale. Ma prima di procedere, sarà opportuno fissare alcune coordinate di carattere generale.

Scoperta e pubblicata – parzialmente e provvisoriamente – da Paul Meyer nel 1896<sup>4</sup>, la *Revelacion* – il cui titolo si è imposto, nell'ultima decade, a partire dall'edizione curata da Brent A. Pitts per la *Annual Texts Series* della "Anglo-Norman Text Society"<sup>5</sup> – è una traduzione versificata in *couplets d'octosyllabes* dell'*Apocalisse*

58 (1983), 31-59; ARCHER, Leona; STUART, Alex – *Visions of Apocalypse: Representations of the End in French Literature and Culture*. Oxford: Peter Lang, 2013.

<sup>2</sup> Il dato è valido per le traduzioni autonome dell'*Apocalisse* e non per i volgarizzamenti inseriti nel più ampio contesto della traduzione biblica. A questa seconda casistica afferiscono le versioni che BERGOT, Louis-Patrick, *Réception...*, ha etichettato con le lettere A, CG, G (ricoducibili in vario modo alla *Bible historique* di Guiart de Moulins e con un testimoniale che contempla, rispettivamente, 7, 22 e 42 mss.), C (nel contesto della *Bible du XIII<sup>e</sup> siècle*, trasmessa da 62 testimoni) e J (*Bible moralisée du XIV<sup>e</sup> siècle*, tradita da 6 codici). Quanto al resto dei volgarizzamenti francesi dell'*Apocalisse*, esulano da canali di trasmissione unitestimoniale soltanto le versioni B, G e I di Bergot (rispettivamente 3, 2 e 3 mss.), ma con una densità testimoniale ben al di sotto di quella della *Revelacion*.

<sup>3</sup> Fra le 19 versioni sistematizzate da Bergot, *Réception...*, le traduzioni versificate sono appena 4, compresa la *Revelacion* (etichettata come R dallo studioso francese). Le altre versioni, tutte a tradizione monotestimoniale, sono: K (New York, Pierpont Morgan Library, M.40, cc. 81r-105; TODD, Henry A. (ed.) – "The Old French versified Apocalypse of the Kerr manuscript". *Publications of the Modern Language Association of America* 18, 1903, 535-577), M (Paris, Bibliothèque nationale de France, fr. 401, cc. 174va-218rb; LOPS, Reinerus L. H. (ed.) – *La Bible de Macé de La Charité*. Vol. 7. *Apocalypse*. Leiden: Brill, 1982) e W (Oxford, Bodleian Library, French e.22, cc. 2r-86v; RHYS, Olwen (ed.). *An Anglo-Norman Rhymed Apocalypse with Commentary*. Oxford: Blackwell, 1946). Due di esse (R e W) sono anglo-normanne.

<sup>4</sup> MEYER, Paul (ed.) – "Version anglo-normande en vers de l'*Apocalypse*". *Romania*, 25 (1896), 174-257.

<sup>5</sup> PITTS, Brent A. (ed.) – *Revelacion* (BL Royal 2.D.xiii). *An Anglo-Norman Apocalypse poem*. London: Anglo-Norman Text Society, 2010. Va dato atto alla "Anglo-Norman Text Society" dello sforzo compiuto da alcuni dei suoi membri nell'ultima decada di valorizzare e riproporre all'attenzione degli specialisti alcuni dei contributi più rilevanti del mondo anglo-normanno alla traduzione medioevale dell'*Apocalisse*; cf., in particolare, SHORT,

giovannea, in più punti metricamente difettosa e, in generale, di mediocre valore letterario, composta, con tutta probabilità, in Inghilterra – o per lo meno sono di fattura insulare i suoi testimoni –, nella seconda metà del secolo XIII. Meyer non si mostrò particolarmente entusiasta nei confronti del testo:

“la version rimée de l’Apocalypse, qui est publiée pour la première fois dans les pages qui suivent, peut passer pour à peu près inconnue. C’est du reste son principal mérite. Composée en Angleterre dans la seconde moitié du XIII<sup>e</sup> siècle, cette version est écrite dans une langue très corrompue et en mauvais style. Le texte est souvent mal compris et presque toujours mal rendu. La versification est très incorrecte, même en mettant au compte des copistes une notable proportion des fautes que présentent les manuscrits. En ce cas se vérifie une fois de plus un fait qu’on a fréquemment l’occasion de constater dans la littérature du moyen âge; c’est que le succès des livres dépendait bien moins de leur valeur que du sujet traité. En Angleterre surtout, le goût littéraire s’affaiblit à mesure que la langue française s’altère”<sup>6</sup>.

È un’opinione molto “francese” quella di Meyer – non poteva del resto essere altrimenti, visto il lungo conflitto bellico che oppose Francia e Inghilterra nella prima metà del secolo XIX, poi risoltosi in una altrettanto dura contrapposizione ideologica e culturale – e non se ne farà ovviamente colpa al filologo. Quel che è certo, pur nel generale cambio di prospettiva sull’Anglo-normanno (oggi oggetto di più moderati giudizi e approfondite indagini)<sup>7</sup>, è che la *Revelacion*, nei suoi limiti oggettivi di versificazione e di stile, vale adesso più come “documento” che come testo letterario *tout court*, il che non la rende meno interessante dal punto di vista scientifico, almeno come prodotto per “analisi di laboratorio”.

I dieci testimoni che la conservano – fatta eccezione per due di essi (*cf. infra*) – sono tutti rimasti in patria, oggi custoditi presso importanti Biblioteche del Regno Unito. Meyer – cui un’infondata *vox populi* attribuisce accese antipatie lachmanniane – classificò i testimoni in “trois familles, dont deux, la première et la

---

Ian (ed.) – *Trinity Apocalypse* (Trinity College Cambridge, MS R.16.2). Oxford: Anglo-Norman Text Society, 2016, e BURROWS, Daron (ed.) – *The Abingdon Apocalypse* (British Library, Add. [42]555). Oxford: Anglo-Norman Text Society, 2017. Un’ulteriore versione anglo-normanna in versi (Oxford, Bodleian Library, French e.22.) era stata già edita da Rhys (ed.), *An Anglo-Norman Rhymed Apocalypse...*

<sup>6</sup> Meyer, “Version anglo-normande...”, 174.

<sup>7</sup> Cf. almeno LUCKEN, Christopher – “Le beau français d’Angleterre. Altérité de l’anglo-normand et invention du bon usage”. *Médiévales*, 68 (2015), 35-56. Disponibile in <https://journals.openedition.org/medievales/7525> [consultato il 24 settembre 2022]. Si vedano anche i saggi raccolti nel volume a cura di FLOQUET, Oreste; GIANNINI, Gabriele (eds.) – *Anglo-français: philologie et linguistique*. Paris: Classiques Garnier, 2015.

troisième, sont séparées par des différences très importantes, la seconde formant la transition de la première à la troisième”<sup>8</sup>:

#### Redazione $\alpha$

1. Cambridge, Fitzwilliam Museum, McClean 123, cc. 66r-105r (= f)<sup>9</sup>
2. Cambridge, Magdalene College Library, Pepys 1803, cc. 1r-45r (= P)
3. London, British Library, Royal 2.D.XIII, cc. 1r-51r (= R)
4. Oxford, Bodleian Library, Auct. D.4.14, cc. 6r-55r (= B)
5. Oxfordshire, Wormsley Library [fondo Sir Paul Getty], cc. 1r-47r (= Y)

#### Redazione $\beta$

1. København, Kongelige Bibliotek, Thott 89 4<sup>o</sup>, cc. 1r-50r (= K)

#### Redazione $\gamma$

1. Cambridge, Corpus Christi College, Parker Library 20, cc. 1r-61r (= C)
2. London, British Library, Additional 18633, cc. 1r-50v (= A)
3. Oxford, Bodleian Library, Ashmole 753, cc. 1-38 (= b)<sup>10</sup>
4. Toulouse, Bibliothèque municipale, 815, cc. 1r-57v (= T)

A proposito di ciascun raggruppamento, Meyer osservava poi che

“ce qui caractérise le groupe  $\alpha$ , c’est [...] que le texte de l’Apocalypse  $\gamma$  est traduit presque entièrement; il est très rare qu’un verset soit omis [...] Ce qui caractérise  $\beta$  (ms. de Copenhague), c’est que le texte  $\gamma$  est fort abrégé dans les premiers chapitres. De nombreux versets sont omis, principalement dans les lettres aux sept Églises [...] Ce qui caractérise le groupe  $\gamma$ , c’est l’adoption du texte abrégé latin et français de  $\beta$ ”<sup>11</sup>

conclusione, quest’ultima, che portava il Maestro francese a supporre che “les mss.  $\gamma$  sont dérivés, non pas proprement du ms. de Copenhague, mais de quelque autre ms. perdu de la famille  $\beta$ ”<sup>12</sup> (e sarebbe il caso di riprendere e verificare questa congettura al lume d’una collazione integrale e sistematica del testimoniale).

<sup>8</sup> Meyer, “Version anglo-normande...”, 181-183 (citazione da p. 181). Ai tempi di Meyer non erano ancora noti i mss. B e Y della redazione  $\alpha$  e il ms. b della redazione  $\gamma$ .

<sup>9</sup> Codice acefalo; in più punti lacunoso nel testo e nella decorazione.

<sup>10</sup> Codice incompleto: conserva solo i primi tredici episodi del poemetto. Nella descrizione di Pitts in *Revelacion*, 8 non è chiaro se si tratti d’un frammento o d’un codice la cui confezione fu interrotta dopo la trascrizione dei primi versi del tredicesimo episodio.

<sup>11</sup> Meyer, “Version anglo-normande...”, 182.

<sup>12</sup> Meyer, “Version anglo-normande...”, 182, nota 10.

Sembra evidente, dunque, che la *Revelacion* rientri in quella categoria di testi la cui tradizione manoscritta, costantemente soggetta a rifacimenti e, per ciò stesso, fortemente instabile, non potrà mai essere razionalizzata in uno stemma *more geometrico demonstratum*. Ma se da un lato la soluzione più corretta, dal punto vista ecdotico, è ovviamente pubblicare le varie redazioni come oggetti testuali autonomi, dall'altro – per riprendere il monito di Gianfranco Contini – “ciò non esonera da un loro studio stratigrafico e anche se la parificazione non importa affatto l'impossibilità o l'indesiderabilità della ricostruzione d'un originale”<sup>13</sup>. In attesa, però, che l'esame sistematico delle redazioni della *Revelacion* venga a definire con maggiore precisione i rapporti fra i mss., una concreta indicazione metodologica – in sede tanto di storia della tradizione manoscritta, come di critica testuale – si può ricavare dall'apparato iconografico dei testimoni o, più precisamente, dalla continua interferenza che il testo figurativo esercita, e non come elemento sussidiario, sulla disposizione del testo scritto.

È un dato di fatto che a ciascuno dei tre gruppi individuati da Meyer corrisponde anche un preciso *pattern* di *mise en page* e *mise en texte* che, graficamente, si può riepilogare in questo modo:

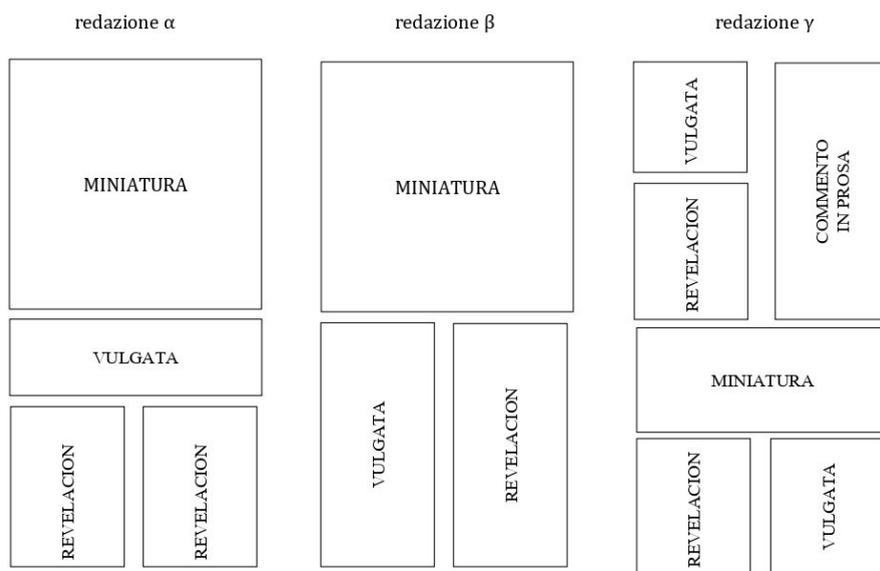


Grafico 1 – *Pattern* di *mise en page* e *mise en texte* delle redazioni  $\alpha$ ,  $\beta$  e  $\gamma$

<sup>13</sup> CONTINI, Gianfranco – “Rapporti fra la filologia (come critica testuale) e la linguistica romanza”. in Gianfranco Contini – *Breviario di Ecdotica*. Milano/Napoli: Ricciardi, 1986, 149-173, a p. 157.

I codici afferenti alle redazioni  $\alpha$  e  $\beta$  presentano un protocollo di *mise en page* molto simile. Tanto nell'una come nell'altra redazione, su una pagina (*recto* o *verso* d'una stessa carta) è collocato soltanto un "episodio" della *Revelacion*<sup>14</sup>, che è sempre introdotto da una miniatura di grande formato, d'estensione variabile tra la metà dell'intera carta (Fig. 1) o un quarto di essa (Fig. 2). Il resto dello spazio disponibile è ripartito tra il testo latino dell'*Apocalisse* e la sua traduzione anglo-normanna: mentre però il codice di Copenaghen (redazione  $\beta$ ) colloca i due testi ciascuno su una colonna, immediatamente al di sotto dell'immagine (*cf.* lo schema in Grafico 1), i testimoni della redazione  $\alpha$  sembrano stabilire una gerarchia di valore tra testo originale, collocato a piena pagina immediatamente a seguire l'illustrazione, e testo tradotto, distribuito in due colonne, nello spazio residuale.

Nei codici della redazione  $\gamma$ , l'inserimento d'un altro testo – il commento in prosa francese detto "dello pseudo-Berengario" – complica ulteriormente la gestione dello spazio. La miniatura, senza perdere la sua centralità, non è più collocata in posizione fissa, all'inizio di ciascuna carta, e lo spazio destinato al testo scritto si riparte, anch'esso, in maniera meno sistematica, ancorché siano predominanti due modelli: o testo latino e testo anglo-normanno occupano, entro la stessa colonna, due fasce distinte e nella colonna adiacente è collocato il commento francese (vedi Grafico 1 e Fig. 3), oppure (e questo si verifica soprattutto nel passaggio da una carta alla successiva), i due testi apocalittici occupano ciascuno una colonna (a sinistra, il latino; a destra, l'anglo-normanno) e il commento comincia nelle ultime righe della colonna in cui è collocata la traduzione, ma prosegue e si conclude a carta seguente distribuito su due colonne (Fig. 4).

È evidente, quindi, che soprattutto nella confezione dei mss. riconducibili alle redazioni  $\alpha$  e  $\beta$ , la presenza della miniatura costituisce un fattore di condizionamento di primaria rilevanza, posto infatti che, nello spazio d'una sola facciata, devono essere presenti di necessità (e di necessità in questo ordine) la miniatura di grande formato, la pericope latina dell'*Apocalisse* e la corrispondente traduzione anglo-normanna. È da pensare, allora, che se in alcuni casi il copista riduce della metà lo spazio destinato all'illustrazione – che, ripeto, non poteva essere in alcun modo soppressa –, in talaltri potrebbe anche essere intervenuto sul testo anglo-normanno (e/o latino) scorciandone alcuni passaggi nell'intento di economizzare (ottimizzare) lo spazio disponibile per il testo scritto. Molte delle divergenze che si riscontrano

<sup>14</sup> Mantengo la distinzione, introdotta da Pitts tra "episodi" del testo anglo-normanno e capitoli dell'*Apocalisse* latina, giacché i primi – sempre introdotti dalla miniatura di grande formato – non corrispondono quasi mai ai secondi, in quanto un capitolo del testo giovanneo può essere distribuito, nella *Revelacion* in più episodi, o più capitoli del testo latino essere condensati in un solo episodio. Una tavola sinottica – in verità, di non immediata consultabilità – dell'articolazione degli episodi nelle tre redazioni del testo è in Pitts (ed.), *Revelacion...*, 156-157 (*Appendix III*).

fra le tre redazioni potrebbero quindi dipendere dal condizionamento spaziale esercitato dall'ingombrante (ma ineliminabile) presenza del testo figurativo.

Un banco di prova particolarmente rilevante per questa ipotesi è proprio la redazione  $\alpha$  e, segnatamente, il ms. R (London, British Library, Royal 2.D.XIII). Meyer – che pure avvertiva, correttamente, di aver dovuto collazionare i manoscritti con una certa rapidità<sup>15</sup> –, riteneva il testo  $\alpha$  più completo di quello delle altre due redazioni (“le texte de l’Apocalypse y est traduit presque entièrement; il est très rare qu’un verset soit omis”)<sup>16</sup>, ma si asteneva dal pubblicarlo – l’edizione apparsa nella *Romania* del 1896 stampa, sinotticamente, il testo del ms. di Copenaghen ( $\beta$ ) e un testo  $\gamma$  basato sulla collazione dei codici T (Toulouse, Bibliothèque municipale, 815) e A (London, British Library, Additional 18633)<sup>17</sup> –, in quanto “les exemplaires de la famille  $\alpha$  sont très corrompus, sauf, peut-être, le ms. de M. Mac Lean [= f: Cambridge, Fitzwilliam Museum, McClean 123], du reste trop incomplet pour servir de base à une édition, et il semble bien qu’en plusieurs cas les leçons de  $\beta$  et de  $\gamma$  soient préférables”<sup>18</sup>. Ciononostante, va rilevato che la redazione  $\alpha$  è tutt’altro che completa e, oltre alle lacune (materiali, certo, ma non tutte) del codice f (cf. *supra* nota 9), anche il testo trådito da R si rivela difettoso in almeno 18 passi con omissioni testuali che oscillano tra pochi versi e interi episodi. Inoltre, il ms. londinese richiama l’attenzione anche per il fatto, che nonostante (ma, forse, più correttamente, a prescindere da) questi difetti è il testo pubblicato da Pitts nella sua edizione del 2010<sup>19</sup>, edizione di robusto impianto (neo-)bédieriano, ma poco critica e molto criticabile, come io stesso ho avuto modo di segnalare a suo tempo<sup>20</sup>. Non pare quindi inutile effettuare una prima analisi di laboratorio proprio a partire dal testo trådito da R.

Do, a continuazione, l’elenco dei passaggi lacunosi. La numerazione progressiva è mia; il numero dei versi e degli episodi rinvia invece all’edizione Pitts.

- |    |             |   |
|----|-------------|---|
| 1) | episodio 8  | lacuna di <b>2 versi</b> alla fine dell’episodio, dopo il v. 166 (c. 4v)                              |
| 2) | episodio 10 | lacuna di <b>2 versi</b> al centro dell’episodio, dopo il v. 208, all’inizio della colonna b di c. 5v |

<sup>15</sup> Cf. Meyer, “Version anglo-normande...”, 187: “Voici maintenant le spécimen, annoncé plus haut, de la famille  $\alpha$ . Le texte est celui du ms. Roy. 2. D. XIII (Musée britannique). Je donne en note les variantes du ms. de la Bibliothèque Pepys (Magdalene College, Cambridge). Je n’ose assurer qu’elles soient très complètes, les circonstances m’ayant contraint à faire la collation du manuscrit un peu rapidement”.

<sup>16</sup> Meyer, “Version anglo-normande...”, 182.

<sup>17</sup> Meyer, “Version anglo-normande...”, 200-253.

<sup>18</sup> Meyer, “Version anglo-normande...”, 182-183. Di R, Meyer pubblicò un largo estratto (le prime 10 carte del codice per un totale di 355 versi più i 23 versi conclusivi) nello studio preparatorio che precede l’edizione di  $\beta$  e  $\gamma$  (pp. 187-199).

<sup>19</sup> Pitts (ed.), *Revelacion...*

<sup>20</sup> BARBERINI, Fabio – recensione di Brent A. Pitts, *Revelacion. Cultura Neolatina*, 76 (2016), 205-220.

- |     |              |   |
|-----|--------------|---|
| 3)  | episodio 11  | lacuna di <b>1 verso</b> alla fine dell'episodio, dopo il v. 247 (c. 6rb)                                     |
| 4)  | episodio 38  | lacuna di <b>2 versi</b> alla fine dell'episodio, dopo il v. 563 (c. 19vb)                                    |
| 5)  | episodio 40  | lacuna di <b>1 verso</b> quasi alla fine del testo trådito da R, dopo il v. 582 (c. 21vb)                     |
| 6)  | episodio 40  | lacuna di 9 versi alla fine dell'episodio, dopo il v. 585 (c. 21vb)   |
| 7)  | episodio 45  | lacuna di <b>1 verso</b> immediatamente prima dell'ultimo <i>couplet</i> dell'episodio, vv. 635-636 (c. 22vb) |
| 8)  | episodio 46  | lacuna di <b>1 verso</b> nel terzo <i>couplet</i> dell'episodio, dopo il v. 641 (c. 23ra)                     |
| 9)  | episodio 48  | lacuna di <b>1 verso</b> quasi alla fine dell'episodio, dopo il v. 664 (c. 23vb)                              |
| 10) | episodio 66  | lacuna di <b>1 verso</b> nel secondo <i>couplet</i> , dopo il v. 804 (c. 31ra)                                |
| 11) | episodio 68  | manca l' <b>intero episodio</b> per un totale di <b>15 versi</b>  |
| 12) | episodio 73  | lacuna di <b>4 versi</b> alla fine dell'episodio, dopo v. 877 (c. 34rb)                                       |
| 13) | episodio 93  | manca l' <b>intero episodio</b> per un totale di <b>24 versi</b>  |
| 14) | episodio 94  | manca l' <b>intero episodio</b> ; lacuna comune $\alpha\beta$   |
| 15) | episodio 100 | lacuna di <b>2 versi</b> alla fine dell'episodio, dopo v. 1143 (c. 45vb)                                      |
| 16) | episodio 109 | lacuna di <b>13 versi</b> alla fine dell'episodio, dopo v. 1239 (c. 50rb)                                     |
| 17) | episodio 110 | manca l' <b>intero episodio</b> ; lacuna comune $\alpha\beta$   |
| 18) | episodio 112 | manca l' <b>intero episodio</b> ; lacuna comune $\alpha\beta$   |

Proviamo a serializzare i dati. Nell'insieme delle lacune di R si osserva che:

- 1) in 5 casi (numeri 11, 13, 14, 17 e 18) la lacuna è molto estesa e di grave entità, visto che comporta la perdita dell'intero episodio; in 2 occasioni (numeri 11 e 13) l'episodio è scomparso solo in R; nelle altre 3 (numeri 14, 17 e 18) l'assenza testuale si registra in tutti i mss. afferenti alle redazioni  $\alpha$  e  $\beta$ ; interessante, quanto meno, è il fatto che la sparizione di episodi interi comincia a verificarsi a partire dalla seconda metà del poemetto: il primo episodio che manca all'appello è infatti il 68 (numero 11) e la *Revelacion* conta, nell'articolazione testuale di R, 108 episodi (113 se si contano, per l'appunto, le sezioni scomparse);

- 2) in 7 casi (numeri 1, 3, 4, 6, 12, 15, 16) la lacuna è generalmente poco estesa e si localizza nella sezione conclusiva dell'episodio, ovvero della carta; i versi omessi oscillano tra 1 e 2 unità, con le sole eccezioni dei numeri 6 e 16, nei quali si registra la perdita, rispettivamente, di 9 e 13 versi;
- 3) in 6 casi (numeri 2, 5, 7, 8, 9, 10) la lacuna cade all'interno dell'episodio e, come nei casi qui sopra al punto 2, è generalmente poco estesa (1 o 2 versi); da notare che, in due occasioni (numeri 2 e 5), la sparizione dei versi è concomitante al cambio di colonna.

Le 5 lacune schedate al punto 1, in assenza di guasti materiali oggettivamente riscontrabili in R, procedono con tutta evidenza dal suo diretto antecedente, già privo almeno degli episodi 68 (= *Apocalisse* 13.15-18) e 93 (= *Apocalisse* 18.4-10). Dal momento, poi, che pare improbabile che  $\alpha$  e  $\beta$  abbiano potuto omettere, in regime di reciproca indipendenza, gli episodi 94 (= *Apocalisse* 18.9b-20), 110 (= *Apocalisse* 21.9-27) e 112 (= *Apocalisse* 22.6-15), le 3 lacune potrebbero fornire una prova di consanguineità stemmatica di  $\alpha$  e  $\beta$  ai piani alti della tradizione, il che turberebbe, in linea di principio, l'ipotesi di Meyer circa la derivazione dei codici  $\gamma$  da un esemplare perduto della famiglia  $\beta$ . Ma la cautela è d'obbligo: la questione, già di per sé complessa, è infatti ulteriormente complicata dal fatto che in concomitanza dell'assenza degli episodi 94 e 110 si riscontra, in R e più generale nei codici  $\alpha$ , un assetto testuale alquanto perturbato. Mi limito a pochi appunti.

Per quanto riguarda l'episodio 94, la situazione che si osserva nei mss. è la seguente:

- in  $\alpha$  (tutti i mss. tranne f) la traduzione si arresta ad *Apocalisse* 18.3 (episodio 92, v. 1065); il successivo episodio 93 è tradito solo da f e coincide con *Apocalisse* 18.4-10; tutti i mss.  $\alpha$  (compreso f) omettono l'episodio 94 (*Apocalisse* 18.11-20);
- in  $\beta$  l'episodio 93 si arresta, come in f ( $\alpha$ ), ad *Apocalisse* 18.10 ( $\beta$  v. 1060); l'episodio 94 è omesso;
- in  $\gamma$  l'episodio 93 si arresta a metà di *Apocalisse* 18.9 ( $\gamma$  v. 1056) e la seconda parte di questo versetto costituisce l'esordio dell'episodio 94 ( $\gamma$  v. 1057).

Il problema, quindi, non è soltanto la lacuna dell'episodio 94, ma anche la diversa consistenza dell'episodio 93 che in f ( $\alpha$ ) e  $\beta$  si conclude con *Apocalisse* 18.10, in  $\gamma$  con *Apocalisse* 18.9a. E pare scarsamente plausibile attribuire la genesi dell'uno e dell'altro problema a iniziative autonome di singoli copisti. D'altra parte, è evidente che il testo  $\gamma$  non è del tutto congruente alla lacuna di  $\alpha$ , in quanto comporterebbe la ripetizione di *Apocalisse* 18.9b-10.

Per quanto riguarda, invece, l'episodio 110 si riscontrano complessi problemi anche nel contesto che immediatamente precede la lacuna. Nell'episodio 109, l'assetto trådito dai codici permette di riscontrare che:

- in R (α) la traduzione si arresta a v. 1239 (*Apocalisse* 21.5a);
- in BYf (α) l'episodio 109 comporta 13 versi in più rispetto a R, ma come in R manca l'episodio 110;
- in P (α) l'episodio 109 si arresta ai versi 1239a-1239b; il resto è omissso e mancano sia l'episodio 110, sia l'episodio 111, quest'ultima lacuna è privativa di P;
- in β l'episodio 109 è scisso in due parti: la prima (β vv. 1257-1279) corrisponde ad α vv. 1224-1239f; la seconda dovrebbe corrispondere ad α vv. 1239g-1239m, ma in K c'è soltanto la miniatura di grande formato che introduce l'episodio e il testo latino dell'*Apocalisse*; la traduzione anglo-normanna è omisssa e manca anche l'episodio 110;
- in γ l'episodio 109 (vv. 1260-1288) è completo ma la parte corrispondente ad α vv. 1239g-1239m (= vv. 1280-1288) presenta un verso in più.

I dati che emergono da questo contesto sconsigliano, per il momento, di formulare ipotesi su un eventuale archetipo, o per lo meno, sarebbe necessario, come operazione preliminare, cercare una soluzione per le questioni appena elencate, dal momento che non si dovrebbe escludere *a priori* che i problemi che in α e in β interessano l'episodio 109 (e nel solo P anche l'episodio 111) possano essere collegati all'assenza, in entrambi i gruppi, dell'episodio 110. Ma la questione è complessa e bisognerà riprenderla, con calma, in altra sede.

Più rilevanti, ai fini di quanto qui si discute, sono invece le lacune schedate sopra al punto 2. In questi casi, come si è visto l'assenza testuale non oltrepassa il limite di 1 o 2 versi, con la sola eccezione degli episodi 40 e 109 (numeri 6 e 16), nei quali mancano rispettivamente, 9 e 13 versi. Inoltre, le assenze testuali si registrano sempre nella zona finale del testo anglo-normanno e della carta. La lettura sinottica del testo latino dell'*Apocalisse* e dei malfermi *octosyllabes* del volgarizzamento trådito da R permette di acquisire i seguenti dati<sup>21</sup>:

<sup>21</sup> Per la traduzione anglo-normanna faccio riferimento al testo di R stampato da Pitts (ed.), *Revelacion...*, ma verificato sistematicamente sul ms.; per l'*Apocalisse* latina faccio riferimento alla testimonianza del codice londinese della *Revelacion*, ma ricontrollata di volta in volta con il testo della *Bibbia Stuttgartensia*, GRAYSON, Roger; WEBER, Robert (eds.) – *Biblia sacra iuxta vulgatam versionem. Recensuit et brevi apparatu critico instruxit R. W. Praeparavit R. G.* 5<sup>a</sup> ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2006; è probabile, come ho segnalato in Barberini, recensione, 209-211, che l'*Apocalisse* latina trådita da R non sia il testo sul quale è stata condotto la traduzione anglo-normanna.

**1) episodio 8 (vv. 149-166) = *Apocalisse* (2.18-22); c. 4v**

Il testo latino presente nel manoscritto corrisponde ai versetti 18-29 dell'*Apocalisse* e occupa quasi i 2/4 della pagina (Fig. 5); la traduzione anglo-normanna, però, si interrompe al versetto 22 (= vv. 164-166)

22 Ecce mitto eam in lectum et, qui  
moechantur cum ea, in tribulationem  
magnam, nisi paenitentiam egerint ab  
operibus eius.

Jeo li metterei in itel plet  
ou grant tribulacions en avera  
qui de ces overes penance ne fra

e omette, in conclusione di episodio, il *couplet* che corrisponde, *grosso modo*, al versetto 23 e che è tradito invece dagli altri esemplari della redazione  $\alpha$  (cito da B)

23 Et filios eius interficiam in morte, et scient  
omnes ecclesiae quia ego sum scrutans renes et  
corda, et dabo unicuique vestrum secundum  
opera vestra.

E lor fiz de mort tuerai  
e scachent eglises que je sui e serrai

Il testo omissso non pregiudica né il senso, né la metrica. La tradizione di questo passo comporta, però, due ulteriori ordini di osservazioni. In primo luogo, ancorché gli altri testimoni della redazione  $\alpha$  conservino un *couplet* in più (corrispondente al versetto 23), è un dato di fatto che in nessuno di essi si rinviene la traduzione dei versetti 24-29. In secondo luogo, e benché le redazioni  $\beta$  e  $\gamma$  trasmettano un testo anglo-normanno fortemente scorciato e rimaneggiato, in entrambe le famiglie è presente la traduzione, pressoché letterale, dei versetti 28-29 (che, di fatto, rappresentano il *Leitmotiv* conclusivo dei capitoli dedicati alle epistole alle sette chiese)<sup>22</sup>

28 sicut et ego accipi a Patre meo, et dabo illi  
stellam matutinam.

29 Qui habet aurem, audiat quid Spiritus dicat  
ecclesiis.

$\beta$   
Si cum de mun pere pris avei;  
la estoille matutinele lui durrai.  
Ki ad orailles ore oyt  
ke l'espirit as eglises dit.

$\gamma$   
Si com de mon pere pris avoy;  
le estele de matine li doray.  
Qi ad orailles ore ouyt  
qe l'espirit nos disoit.

Se ne può dedurre, allora, che l'anonimo autore della *Revelacion* abbia effettivamente tradotto per intero i versetti 18-29 di *Apocalisse* 2, ma che, mentre  $\beta$  e  $\gamma$  hanno rimaneggiato il testo, l'antecedente comune dei codici  $\alpha$  dovette subire un guasto materiale che lo privò della seconda parte di questo capitolo. Quanto

<sup>22</sup> Per il testo di  $\beta$  e  $\gamma$  faccio riferimento a Meyer, "Version anglo-normande...", 200-253.

all'assenza in R del *couplet* corrispondente al versetto 23 (trasmesso invece da tutti gli altri esemplari della famiglia), non si potrebbe escludere che si tratti di un'omissione volontaria del copista che, arrivato alla fine di c. 4v, non aveva più spazio per trascriverlo (Fig. 5).

**2) episodio 11 (vv. 221-247) = *Apocalisse* (3.14-22); c. 6r**

Il testo dell'*Apocalisse* è completo, così come la traduzione anglo-normanna, fatta eccezione per la lacuna del secondo verso dell'ultimo *couplet*, che corrisponde al versetto 22

22 Qui habet aures, audiat quid Spiritus dicat ecclesiis	Ore oye ke ad oreilles (R) [que le esperit dit as eglises] (B)
---	---

L'omissione, ancorché deturpi la struttura metrica (un *couplet* privo del secondo verso), non compromette il senso. A conclusione dell'enunciato, il v. 247 di R si può infatti tradurre "chi ha orecchie (per intendere), intenda". Da notare che, neppure in questo caso, il copista disponeva di spazio per la trascrizione del verso mancante.

**3) episodio 38 (vv. 546-563) = *Apocalisse* (9.7-12); c. 19v**

Il testo latino dell'*Apocalisse* è completo; la traduzione anglo-normanna omette soltanto, in conclusione di episodio e di carta, il *couplet* corrispondente al versetto 12:

11 Habent super se regem angelum abyssi, cui nomen Hebraice Abaddon et Graece nomen habet Apollyon.	R (vv. 561-563) Que par .iii. nons li apellirent: en ebru Adadon, en gru Apollion, en latin Exterminans esteit son noun.
12 Vae unum abiit. Ecce veniunt adhuc duo vae post haec.	B Or est alé un Allas e puis sunt avenus les deus mals

La lacuna non compromette né il senso, né le strutture metriche. Va rilevato che, alla fine della carta, dopo la trascrizione dell'ultimo *couplet* (vv. 562-563) il copista non disponeva più di spazio per la copia del distico mancante. Non è da escludere, quindi, che l'omissione di tali versi possa essere volontaria.

**4) episodio 40 (vv. 576-585) = *Apocalisse* (9.17-21); c. 21v**

Il testo latino dell'*Apocalisse* è completo. La traduzione anglo-normanna è difettosa in due passi: omette un verso immediatamente a seguire il v. 582 (corrispondente al

versetto 18) e arresta la traduzione al v. 585 in corrispondenza di parte del versetto 19; mancano quindi 9 versi

18 Ab his tribus plagis occisa est tertia pars  
hominum, de igne et fumo et sulphure, quod  
procedebat ex ore ipsorum.  
19 Potestas enim equorum in ore eorum est et  
in caudis eorum; nam caudae illorum similes  
serpentibus habentes capita, et in his nocent.

De ses .iii. pleies sunt occis  
[des homes ke furent les treis partis] (f)  
de fu, de suffre e de fume  
que de lour boches estoit jete  
car les chivaus potesté en urent.  
[il testo di R termina qui]

Del fatto che la prima omissione (a seguire v. 582) sia volontaria, si può ragionevolmente dubitare. Non tanto per la mutilazione del *couplet* – la regolarità metrica non è questione che impensierisce più di tanto il copista di R –, ma per il fatto che la presenza del verso caduto è indispensabile per il senso, in quanto i diabolici cavalli apparsi a Giovanni non possono essere, nel medesimo tempo, agenti di morte e vittime della loro stessa azione. Quanto invece alla più ampia porzione di testo omessa alla fine dell'episodio (sezione corrispondente ai versetti 19-21), l'impressione che si ricava dalla carta del ms. (Fig. 6) è che la loro soppressione, ancorché pregiudichi la struttura dell'ultimo *couplet* (il v. 585 è privo del suo omologo) sia stata volontaria. O, per lo meno, ci si chiede dove avrebbero dovuto essere collocati questi versi se, a c. 21v, dopo la miniatura (che occupa quasi la metà superiore della superficie scrittoria) e dopo il testo latino (che occupa quasi la metà dello spazio rimasto libero), il copista non disponeva che di 5 righe per colonna. E non si dimentichi, per altro, che mentre il testo latino è scritto a piena pagina, come prosa, la traduzione anglo-normanna colloca un solo verso su ciascun rigo, il che costituisce un ulteriore fattore di complicazione al momento della ripartizione dello spazio sulla carta. Per altro verso, il testo soppresso insiste sulla descrizione dei cavalli, e non è da escludere che il copista preferì mantenere la traduzione relativa alla parte saliente dell'episodio, delegando al testo figurativo – ulteriore conferma della stretta interazione tra parole e immagine – il compito di veicolare visivamente la descrizione (scritta) soppressa.

### 5) episodio 73 (vv. 866-877) = *Apocalisse* (14.9-12); c. 34r

Il testo latino è completo; la traduzione anglo-normanna omette, alla fine dell'episodio e della carta, 2 *couplets* corrispondenti *grosso modo* ai versetti 11-12. La parte omessa non compromette né il senso, né la metrica. Alla fine di c. 34r di R (Fig. 7) restano in bianco 2 righe nella colonna a e 1 rigo e mezzo nella colonna b. In linea di principio, lo spazio per trascrivere i 2 *couplets* omessi ci sarebbe stato. L'impressione, però, è che il copista abbia sbagliato nel calcolare la distribuzione del testo anglo-normanno sulle 2 colonne, prima lasciando in bianco le ultime 2 righe della colonna a – segno

che, come negli altri casi, voleva distribuire simmetricamente il testo tra le due colonne – e poi andando a capo con parte dell'ultimo verso della carta (v. 877) nella colonna b (Fig. 7); e si noti, in tal senso, che uno sconfinamento analogo – dovuto all'eccessiva lunghezza del verso – si era già prodotto anche nella colonna a, dove il v. 869 oltrepassa lo spazio di separazione e termina nel rigo omologo della colonna b. A questo punto, però, lo spazio che rimaneva al termine di c. 34vb (un rigo e mezzo) non era più sufficiente per accogliere i due *couplets* mancanti e il copista potrebbe anche aver deciso di ometterli. Del resto, né il senso né la metrica ne risultavano compromessi, e (come nel caso visto poco sopra al punto 4) anche qui si tratta d'una descrizione – i tormenti dei dannati, colpevoli di idolatria – che poteva essere delegata al corredo iconografico, ovvero la raffigurazione della bestia, nella cui bocca è collocata l'agitata pletora delle anime maledette, la maggior parte delle quali dotata di calici, evidente richiamo figurativo ai vv. 868-871 (= versetti 9-10):

9 Et alius angelus tertius secutus est illos dicens  
voce magna: "Si quis adoraverit bestiam et  
imaginem eius et acceperit characterem in fronte  
sua aut in manu sua,  
10 et hic bibet de vino irae Dei, quod mixtum est  
mero in calice irae ipsius, et cruciabitur igne et  
sulphure in conspectu angelorum sanctorum et  
ante conspectum Agni".

Qui la beste ou sa image ad orré  
e son merche en front ou en mein porté  
del vin [de l'] ire Deu si bevera  
ki de emer e de ire medlé serra

Anche in questo caso, quindi, si potrebbe concludere con ragionevole sicurezza, che l'omissione dei versi sia dovuta a condizionamento spaziale, indotto però da un errore dello scriba nel calcolare la distribuzione dei versi e che, a conferma ulteriore dello stretto rapporto tra immagine e testo, le amputazioni somministrate alla traduzione sono compensate, a livello figurativo, dal corredo iconografico.

#### 6) episodi 99\*-100 (vv. 1115-1143) = *Apocalisse* (19.9b-16); c. 45r

Il testo latino è completo; nella traduzione anglo-normanna, alla fine dell'episodio e della carta, manca un *couplet*, corrispondente al versetto 16 ("Et habet super vestimentum et super femur suum nomen scriptum: Rex regum et Dominus dominorum"). Evidente che né senso, né metrica risultano compromessi da questa lacuna. L'affollamento di c. 45r (Fig. 8), dove quasi non sussiste margine inferiore, fa sospettare con buon fondamento che, anche in questo caso, ci si trovi di fronte ad un'omissione volontaria da parte del copista di R indotta da condizionamento spaziale.

### 7) episodio 109 (vv. 1224-1239) = *Apocalisse* (21.1-8); c. 50r

Il testo latino è completo; la traduzione anglo-normanna si arresta invece in corrispondenza del versetto 5: “Et dixit, qui sedebat super throno: ‘Ecce nova facio omnia’” = vv. 1238-1239 “E dit que seet sur la trone: ‘Ore veez, / jo face totes choses novele’”. Anche qui, come nei casi già commentati ai punti 4 e 6, colpisce il sovraffollamento della carta (Fig. 9) occupata quasi per intero dalla miniatura e dal testo latino (manca quasi del tutto il margine inferiore). Alla traduzione anglo-normanna non rimanevano che 8 righe per colonna nella fascia inferiore. Ci si chiede, di fronte all’evidenza materiale, se l’omissione dei versi successivi al 1239 (lacuna, certo, più consistente di quelle osservate fin ora) non proceda anche in questo caso da una precisa scelta del copista, obbligato a fare i conti col poco spazio disponibile per la traduzione. Il testo omesso riduce il discorso pronunciato da Cristo in trono ma, ancorché contundente, non è di per sé fondamentale per la comprensione né di questo passo (nel quale comunque la maestà divina si è già manifestata nei versi effettivamente trascritti), né dei passi successivi. Inoltre – ulteriore esempio di collaborazione ermeneutica tra testo figurativo e testo verbale –, la scena rappresentata nell’illustrazione (Fig. 9), con il Cristo in Maestà, quasi al centro del campo visivo, che indica, alla destra dell’osservatore, la Gerusalemme celeste, poteva ovviare alla parte di testo soppressa e attivarne la reminiscenza nel lettore.

Queste 7 lacune si caratterizzano per alcuni elementi comuni:

- 1) a differenza del testo anglo-normanno, il testo latino dell’*Apocalisse* è sempre completo, il che, da un lato, confermerebbe una costruzione gerarchica di ciascuna pagina, in cui il rilievo principale è attribuito, in parti uguali, al testo figurativo (apparato iconografico) e al testo verbale latino; dall’altro, suggerirebbe che, con tutta probabilità, la traduzione anglo-normanna doveva costituire una sorta di glossa ‘di servizio’, alla quale la planimetria del codice non riservò la stessa attenzione, anche e soprattutto in termini di distribuzione spaziale, dedicata alle altre due componenti;
- 2) i versi mancanti non denunciano tare congenite dell’intera redazione α, giacché gli altri esemplari della famiglia conservano i passi assenti in R;
- 3) i versi mancanti, seppure in molti casi compromettono la completezza del *couplet*, non intaccano mai il senso del passo; l’unica eccezione è costituita dalla prima delle due lacune che si registrano nell’episodio 40 (cf. *supra* punto 4), per la quale è giocoforza supporre o una corruzione dell’antecedente o uno scorcio del copista di R; e pare davvero una coincidenza singolare – troppo singolare per poterne attribuire le cause

- a circostanze aleatorie – che le lacune si siano prodotte sempre e solo in passi, tutto sommato, ininfluenti per la comprensione del senso;
- 4) in concomitanza di queste lacune testuali si riscontra in R, l'assenza di spazio per la trascrizione dei versi mancanti; in altri termini: ancorché i *couplets* non presenti in R dovevano sicuramente figurare nel suo antecedente, il codice londinese non aveva spazio sufficiente per la loro trascrizione;
  - 5) in alcuni casi, si può riscontrare una corrispondenza tra il testo figurativo e la parte di testo verbale omissa, quasi che il primo compensi la (e in certa misura supplisca alla) mutilazione del secondo.

Si può quindi concludere che 7 delle 18 lacune del ms. R non dipendono da guasti materiali né dello stesso codice londinese, né del suo antecedente, ma procedono invece da interventi volontari e ragionati del suo copista che, di fronte alla presenza ingombrante ma ineliminabile del testo latino e della sua traduzione iconografica, si vede costretto a fare i conti con una severa penuria di spazio disponibile per il testo anglo-normanno. E che si tratti di interventi meditati – e non solo di amputazioni meccaniche coincidenti con l'esaurirsi dello spazio alla fine della carta – lo dimostra il fatto che alle caratteristiche summenzionate si possono ricondurre anche almeno 2 delle 6 lacune – in realtà 5 visto che una di esse cade all'interno dell'episodio 40 commentato poco sopra – in cui l'assenza testuale si registra, non alla fine dell'episodio, ma al suo interno. Si tratta degli episodi 10 (vv. 193-220 = *Apocalisse* 3.7-12; c. 5v) e 47\*-48 (vv. 650-664 = *Apocalisse* 11.7-10; c. 23v), nei quali il copista, non potendo scorciare il testo nella parte finale dell'episodio, è intervenuto al suo interno. Questi due casi confermano, che la copiatura del testo anglo-normanno, almeno nel ms. R, non fu una mera operazione meccanica e che la trascrizione comportò invece una riflessione preliminare del copista circa l'utilizzo ottimale dello spazio disponibile entro il rigido progetto di confezione e di *mise en page* del codice. Ed è precisamente in questo contesto che si spiega l'errore di valutazione nella ripartizione del testo tra le due colonne ipotizzato, sopra, nell'analisi dell'episodio 73.

D'altra parte, che il condizionamento spaziale sia stato un fattore coercitivo rilevante nella confezione di R, lo dimostra quanto si osserva nelle cc. 18v-19r (Fig. 10-11). In un primo momento, c. 18v era stata programmata per accogliere, oltre alla miniatura di grande formato (che occupa, da sola, quasi la metà della carta), il versetto 13 di *Apocalisse* 18 e i corrispondenti versi della *Revelacion* (episodio 36: vv. 571-522). L'esigua consistenza dell'uno e degli altri comportò che, durante la prima fase di copiatura, restasse in bianco quasi  $\frac{1}{4}$  della seconda metà della carta (Fig. 10). Questo spazio fu utilizzato, in un secondo momento, per ultimare una sezione

consistente dell'episodio 37 che, d'accordo con il progetto soggiacente al codice, era stato assegnato alla successiva c. 19r (Fig. 11). Qui, però, l'ampia estensione della miniatura e della pericope latina (*Apocalisse* 9.1-6) ridussero in modo drastico lo spazio disponibile per la trascrizione del testo anglo-normanno. La parte che non vi trovò accoglienza assomma 11 versi (vv. 535-545) e contiene la descrizione delle locuste (tradotte come "mouches"), ma a differenza dei casi già visti (cf. episodi 40 e 109), non poteva essere sostituita, in maniera seppur evocativa, dall'illustrazione. Ragion per cui, il copista ritenne impossibile sopprimere questa sezione e utilizzò, pertanto, lo spazio rimasto in bianco nella precedente c. 18v: ultimata la trascrizione di v. 534 nell'ultimo rigo di c. 19rb, aggiunse un curioso segno di richiamo – una faccia dalla cui bocca esce una linea che termina in un piccolo cerchio (Fig. 12) – e collocò i vv. 535-545 dell'episodio 37 a c. 18va-b preceduti, in corrispondenza di v. 35, dalla ripetizione dello stesso segno di richiamo (Fig.13).

La messa a fuoco dei meccanismi di interferenza del corredo iconografico nelle operazioni di copiatura – particolarmente rilevante in tipologie testuali come l'*Apocalisse* che, per la loro natura di testi visionari sono serbatoi inesauribili di repertori figurativi – permette di meglio comprendere non solo linee rilevanti nella trasmissione verticale dei testi – con la conseguente maggiore precisione che si guadagna al momento di identificare redazioni e stabilire rapporti genealogici tra i testimoni –, ma anche di mettere a fuoco con altrettanta precisione caratteristiche specifiche dei singoli codici, del progetto di confezione ad essi sotteso, e dei rispettivi copisti. Nel caso della redazione  $\alpha$  della *Revelacion*, il copista del codice R, con la sua implicazione attiva nella trascrizione del testo, appare allora meno superficiale e sconsiderato di quanto suggerivano le poche note di Meyer e, in generale, lo stesso codice londinese acquista, entro la tradizione del testo, una rilevanza molto maggiore di quanto l'edizione Pitts le aveva riconosciuto (o che da essa si poteva inferire). Non è da escludere allora che indagini di laboratorio di questo tipo possano rivelare particolari significativi anche in altri codici tanto della stessa redazione, come delle altre due famiglie.



Fig. 1 - R. c. 1r



Fig. 2 – R. c. 5v



Fig. 3 – T c. 1r



Fig. 4 – T c. 8v



Fig. 5 – R c. 4v



Fig. 6 – R. c. 21r



**Q**uatuor angeli sciant et illos dicent voce magna. Si quis adorauerit  
 creaturam. et ymaginem eius. et acceperit creaturam. in fronte  
 sua. aut in manu sua. hic bibet de uino ire dei. quod est mero in ca  
 lice ipsius et truncabitur. igne et sulphure in conspectu angelorum sanctorum.  
 et ante conspectum agni. Et sunt tormentorum eorum in secula seculorum. Amen  
 dec. Nec hinc requies qui adorauerunt creaturam. et ymaginem eius. et  
 si quis acceperit creaturam. uult eius hic facientia sanctorum qui adorau  
 erunt creaturam. et facientia ihesu christi.

<p><b>Q</b>uatuor angelos super          que en grosse uoz p' ad dit.          De la beste ou sa ymage ad orre          Et son iudice en font ou en men          del vin ne deu si tenent          bi de enier e de ue medie san</p>	<p>De si e de siue ferrone tormenti.          Deuant li angel et li angel affez.          Et la fume de tout lor me.          Et de le de san. fume met          seuntle maie de repos aueront          q' la beste ou sa ymage a ter          re aueront.</p>
--	--

Fig. 7 - R c. 34r



Fig. 8 – R. c. 45v

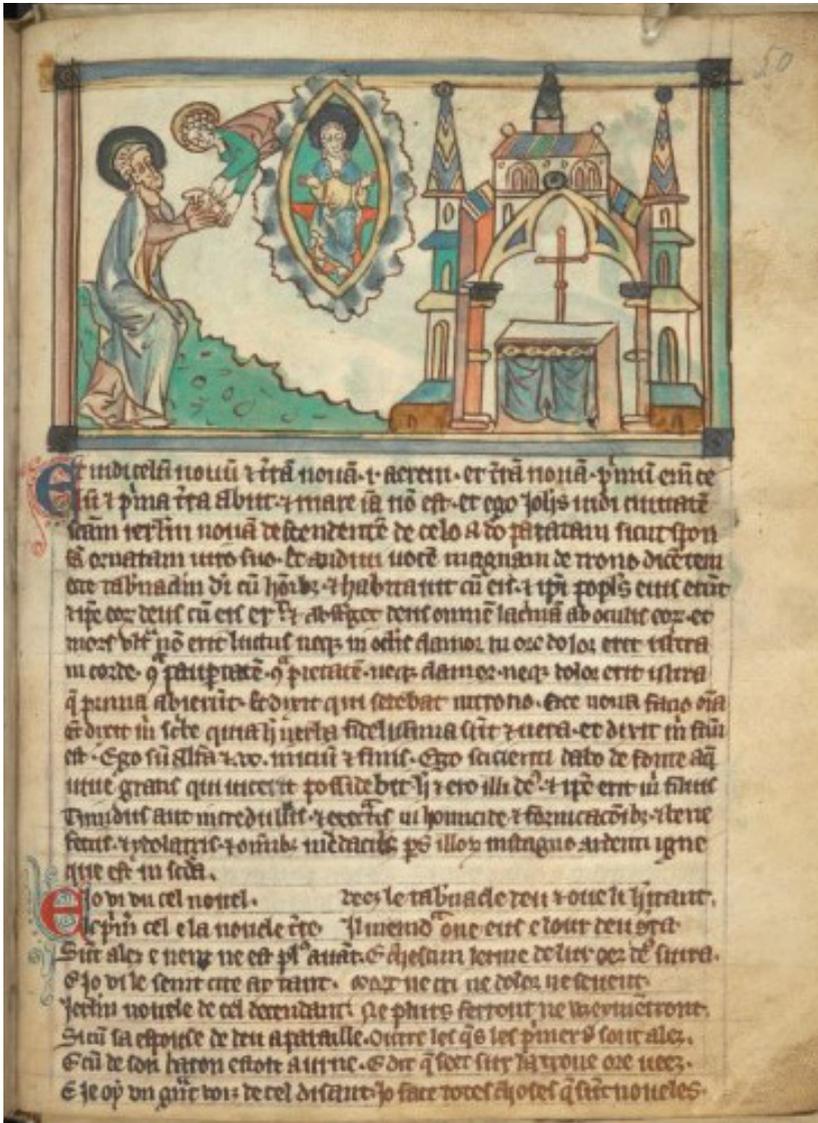


Fig. 9 – R. c. 50r



Fig. 10 – R. c. 18v

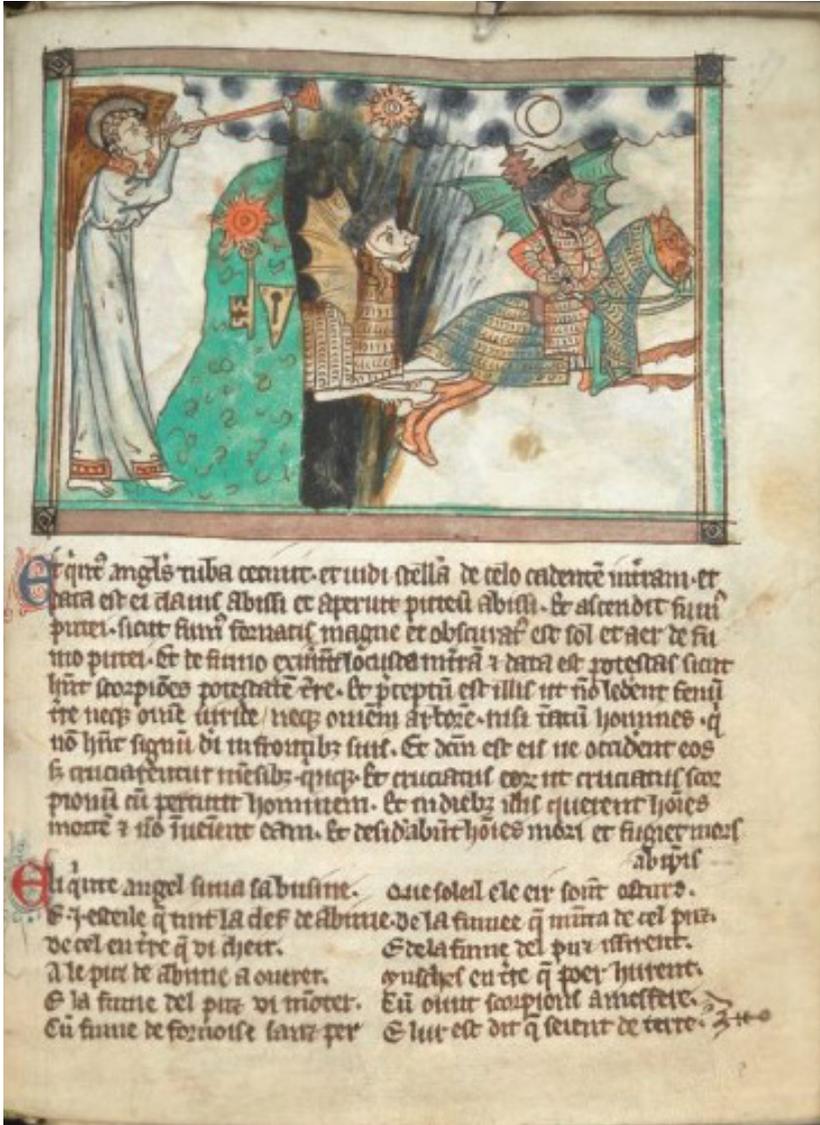


Fig. 11 – R c. 19r

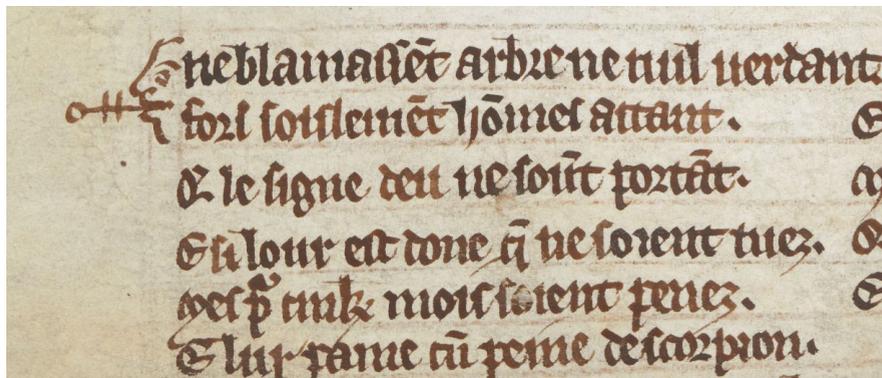


Fig. 12 – R c. 18v (dettaglio col. a)

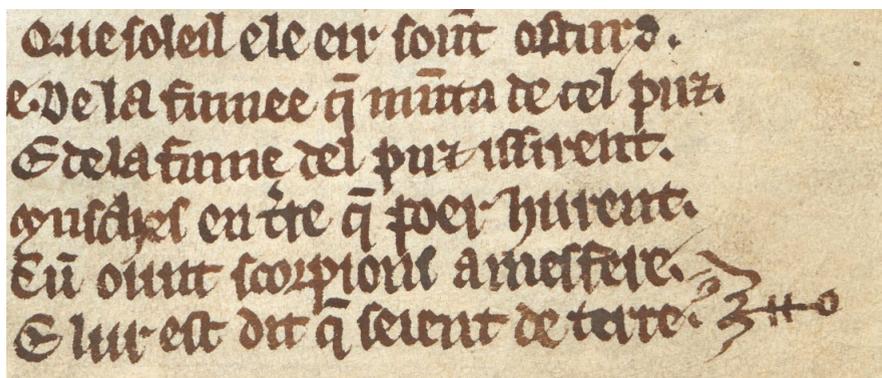


Fig. 13 – R c. 19r (dettaglio col. b)

**RIFERIMENTI BIBLIOGRAFICI****Fonti manoscritte**

- London, British Library, Additional 18633, cc. 1r-50v (= A)  
 Oxford, Bodleian Library, Auct. D.4.14, cc. 6r-55r (= B)  
 Oxford, Bodleian Library, Ashmole 753, cc. 1-38 (= b)  
 Cambridge, Corpus Christi College, Parker Library 20, cc. 1r-61r (= C)  
 Cambridge, Fitzwilliam Museum, McClean 123, cc. 66r-105r (= f)  
 København, Kongelige biblioteket, Thott 89 4°, cc. 1r-50r (= K)  
 Cambridge, Magdalene College Library, Pepys 1803, cc. 1r-45r (= P)  
 London, British Library, Royal 2.D.XIII, cc. 1r-51r (= R)  
 Toulouse, Bibliothèque municipale, 815, cc. 1r-57v (= T)  
 Oxfordshire, Wormsley Library [fondo Sir Paul Getty], cc. 1r-47r (= Y)

**Fonti a stampa**

- BURROWS, Daron (ed.) – *The Abingdon Apocalypse (British Library, Add. [42]555)*.  
 Oxford: Anglo-Norman Text Society, 2017.
- GRYSON, Roger; WEBER, Robert (eds.) – *Biblia sacra iuxta vulgatam versionem. Recensuit et brevi apparatu critico instruxit R. W. Praeparavit R. G.* 5<sup>a</sup> ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2006.
- LOPS, Reinerus L. H. (ed.) – *La Bible de Macé de La Charité. Vol. 7. Apocalypse*. Leiden: Brill, 1982.
- MEYER, Paul (ed.) – “Version anglo-normande en vers de l’*Apocalypse*”. *Romania*, 25 (1896), 174-257.
- PITTS, Brent A. (ed.) – *Revelacion (BL Royal 2.D.xiii). An Anglo-Norman Apocalypse Poem*. London: Anglo-Norman Text Society, 2010.
- RHYS, Olwen (ed.) – *An Anglo-Norman Rhymed Apocalypse, with Commentary*. Oxford: Blackwell, 1946.
- SHORT, Ian (ed.) – *Trinity Apocalypse (Trinity College Cambridge, MS R.16.2)*. Oxford: Anglo-Norman Text Society, 2016.
- TODD, Henry A. (ed.) – “The Old French versified Apocalypse of the Kerr manuscript”. *Publications of the Modern Language Association of America*, 18 (1903), 535-577.

## Studi

- ARCHER, Leona; STUART, Alex – *Visions of Apocalypse: Representations of the End in French Literature and Culture*. Oxford: Peter Lang, 2013.
- BARBERINI, Fabio – recensione di Brent A. Pitts, *Revelacion. Cultura Neolatina*, 76 (2016), 205-220.
- BERGOT, Louis-Patrick – *Réception de l’imaginaire apocalyptique dans la littérature française des XII<sup>e</sup> et XIII<sup>e</sup> siècles*. Genève: Droz, 2020.
- BERGOT, Louis-Patrick, et al. – “L’Apocalypse en français. Versions anonymes françaises du *Livre de l’Apocalypse*”. in ARLIMA. *Archives de la Littérature du Moyen Âge* [online]. Disponibile in <https://arlima.net/no/745> [consultato il 24 settembre 2022].
- CONTINI, Gianfranco – “Rapporti fra la filologia (come critica testuale) e la linguistica romanza”. in Gianfranco Contini – *Breviario di Ecdotica*. Milano/Napoli: Ricciardi, 1986, 149-173.
- EMMERSON, Richard K. – “Apocalyptic themes and imagery in medieval and Renaissance literature”. in Bernard McGinn (ed.) – *Encyclopedia of Apocalypticism*. Vol. 2. *Apocalypticism in Western History and Culture*. New York: Bloomsbury Publishing, 1998, 402-441.
- EMMERSON, Richard K.; MCGINN, Bernard – *The Apocalypse in the Middle Ages*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1992.
- FLOQUET, Oreste; GIANNINI, Gabriele – *Anglo-français: philologie et linguistique*. Paris: Classiques Garnier, 2015.
- JAMES, Montague Rhodes – *The Apocalypse in Art*. Oxford: Oxford University Press, 1931.
- LUCKEN, Christopher – “Le beau français d’Angleterre. Altérité de l’anglo-normand et invention du bon usage”. *Médiévales* [online], 68 (2015), 35-56. Disponibile in <https://journals.openedition.org/medievales/7525> [consultato il 24 settembre 2022].
- MEYER, Paul; DELISLE, Leopold – *L’Apocalypse en français au XIII<sup>e</sup> siècle*. Paris: Librairie Firmin Didot et C.<sup>s</sup>, 1901.
- PITTS, Brent A. – “Versions of the Apocalypse in medieval French verse”. *Speculum*, 58 (1983), 31-59.



# Musical tapestry: weaving diagrammatic images

*Celeste Pedro*

Instituto de Filosofia da Universidade do Porto  
cpedro@letras.up.pt

## **Abstract**

Isidorus Hispalensis' *Etymologiarum liber* is an extensive compilation of knowledge, mainly from late Antiquity, which became one of the most copied works of the Middle Ages. In Book III, opening the chapter on music theory, it is possible to find diagrams depicting geometry, harmony, astronomy, and musical scales in most of the manuscripts of the Iberian family classified as the "hispanica sive interpolata" by Lindsey (1911). The 9<sup>th</sup> century manuscript of the *Etymologiae* Madrid VITR/14/3 was written in a visigothic minuscule hand, in two columns, and contains annotations in Arabic scripture (including the addition of a T-O map). The diagram of musical scales on fol. 27r is an intricate composition of arches and vertical labels far from carefully designed: there are textual errors, and it is extremely unbalanced in what concerns its visual composition. The same diagram appears in another copy of the *Etymologiae*: Alcobaca 446, but it is radically different. Opening the chapter of the text of *De Musica* in this twelfth-century manuscript, on fol. 71r, the diagram develops in a symmetrical drawing of interweaving labels, that establish connections in the descending order. This article will look at the design choices and compositional awareness involved in the reproduction and transmission of this musical diagram.

## **Keywords**

Isidorus Hispalensis; musical theory; medieval diagrams; visual composition

**Biographical note**

Celeste Pedro is a communication designer graduated from the Fine Arts Faculty in Porto, Portugal. Her main focuses have since been typography and editorial design. She holds a master's in Design and Intermedia from the University of Barcelona. She specialised in early printed books and palaeography while conducting her PhD research on the History of Portuguese Print Culture in the Sixteenth Century, funded by FCT. Recently, she was a post-doc researcher for the project "From Data to Wisdom - Philosophizing Data Visualizations in the Middle Ages and Early Modernity (13th-17th c.)" at the Institute of Philosophy of the University of Porto, where she now continues her work on medieval and early modern diagrams.

**Tapeçaria Musical: tecendo imagens diagramáticas****Resumo**

O *Etymologiarum liber* de Isidorus Hispalensis é uma extensa compilação de conhecimentos da Antiguidade tardia que se tornou numa das obras mais copiadas da Idade Média. No Livro III, no capítulo sobre teoria musical, é comum encontrar diagramas de geometria, astronomia, de harmonias e de escalas musicais na maioria dos manuscritos da família ibérica classificada como "hispanica sive interpolata" por Lindsey (1911). O manuscrito do século IX de *Etymologiae* Madrid VITR/14/3, está escrito em minúscula visigótica, a duas colunas e contém anotações em escrita árabe (incluindo a adição de um mapa T-O). O diagrama de escalas musicais no fol. 27r é uma composição intrincada de arcos e barras verticais que estão longe de terem sido cuidadosamente desenhados: há erros na informação e é extremamente desequilibrado no que à sua composição visual diz respeito. O mesmo diagrama aparece noutro exemplar de *Etymologiae*, Alcobaça 446, mas é radicalmente diferente. Abrindo o capítulo do texto de *De Musica*, neste manuscrito do século XII, no fol. 71r, o diagrama desenvolve-se num desenho simétrico de barras entrelaçadas, que estabelecem ligações em ordem descendente. Este artigo visitará as escolhas de design e consciência composicional envolvidas na reprodução e transmissão deste diagrama musical.

**Palavras-chave**

Isidorus Hispalensis; teoria musical; diagramas medievais; composição visual

**Nota biográfica**

Celeste Pedro é *designer* de comunicação formada na Faculdade de Belas Artes do Porto, Portugal. A tipografia e o design editorial têm sido, desde então, os seus

principais focos. Possui um mestrado em Design e Intermedia pela Universidade de Barcelona e especializou-se em história do livro e paleografia durante a sua investigação de doutoramento sobre a História da Cultura Impressa Portuguesa no Século XVI, financiada pela FCT. Recentemente, foi investigadora pós-doc no projeto “From Data to Wisdom: Philosophizing Data Visualizations in the Middle Ages and Early Modernity (XIII-XVII c.)” no Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, onde actualmente continua o seu trabalho sobre diagramas medievais e do início da Idade Moderna.

## Introduction

Most significantly from the late 8<sup>th</sup> century onwards, all sorts of diagrams can be found in manuscripts: they were added to different types of works, many times during the elaboration of commentaries and frequently in the composition of textbooks. For certain themes, they were certainly the most appropriate illustrative and mnemonic art. From practical uses, such as depicting kinship or geometry, geography or logic, diagrams have increasingly become a means of inquiring about concepts and speculating around provided data; from trees and tables, creative minds came to devise complex visual compositions that sometimes rival illuminations in their pictorial and symbolic aspects.

One of the most difficult questions to answer regarding early-medieval diagrammatic productions is to what extent did classical and late antique authors describe, develop, or require diagrams for their writings from the start: were they planned for the original texts, or were they later additions, a necessity coming from teachers and students? Here and there, authors mention diagrams or *figurae*: in his commentary to Porphyry’s *Isagoge*, for example, Boethius clearly states about the existence of a diagram, used to clarify his own words: “*Cuius rei subiecta descriptio sub oculos ponat exemplum*: [porphirian diagram] [...] *Superius posita descriptio* [...]”<sup>1</sup> According to Michel Huglo<sup>2</sup>, the instructions for the design of the *musical tapestry* can be traced back in a commentary on the *Timaeus* by Proclus Diadochus

<sup>1</sup> *Anicii Manlii Severini Boethii In Isagogen Porphyrii Commentorum Editionis Secundae*. In S. BRANDT (ed.) – *Corpus scriptorum ecclesiasticorum latinorum* 38. Vienna/Leipzig: Tempsky/Freitag, 1906, 135-348. [3.04.01]

<sup>2</sup> HUGLO, Michel – “La tradición de la Musica Isidori en la Península Ibérica.” in Susana Zapke (ed.) – *Hispania Vetus. Manuscritos Litúrgico-musicales de los Orígenes Visigóticos a la Transición Francorromana (siglos IX-XII)*. Bilbao: Fundación BBVA, 2007, 61-93, here 81-82.

in the 5<sup>th</sup> century, where he provides explanations and similar visual solutions to Plato's *Harmony of the Soul*.

Among the many sources that can be identified for the set of diagrams present in the Iberian manuscripts of the *Etymologiae* (of which the diagram of musical scales is the last), Cassiodorus should be considered for the geometric shapes, and the lambda diagrams are a constant in Calcidius' view of Plato's "World Soul", however, Boethius' musical theory is the most relevant for this article. He was one of the authors who got his treatises filled with arc diagrams – see for example his *De institutiones arithmetica*<sup>3</sup>, that were for centuries linked to musical theory and the harmony of the cosmos: an addition supported on Boethius' own ideas that visual tools were pedagogically useful<sup>4</sup>.

The surviving witnesses of the *Etymologiae* produced in the Iberian Peninsula were named the *hispanica sive interpolate* family in the early 20<sup>th</sup> century and are generically characterised by the presence of interpolations attributed to Braulius (bishop of Zaragoza and the commissioner and editor of the volume), by containing a larger set of letters between him and Isidorus, by being written in visigothic minuscule script and by the presence of a collection or set of diagrams. This set is constant and seems to be itself an interpolation (with a debated origin). Since Lindsey, many authors have revised and updated the list of variants, with *new* manuscripts and fragments having been found and identified. The most complete record of the witnesses of this diagram were recorded and analysed by Huglo (2007)<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> St. Gallen, Stiftsbibliothek, Ms. Cod. Sang. 248, p. 56.

<sup>4</sup> For more on Boethius' use of diagrams, see: WALDEN, D. K. S. – "Charting Boethius. Music and the diagrammatic tree in the Cambridge University Library's *De Institutione Arithmetica*, Ms II.3.12". *Early Music History*, 34 (2015), 207-228. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/26294245>.

<sup>5</sup> Huglo, "La tradición de la Musica Isidori...", 61-93.

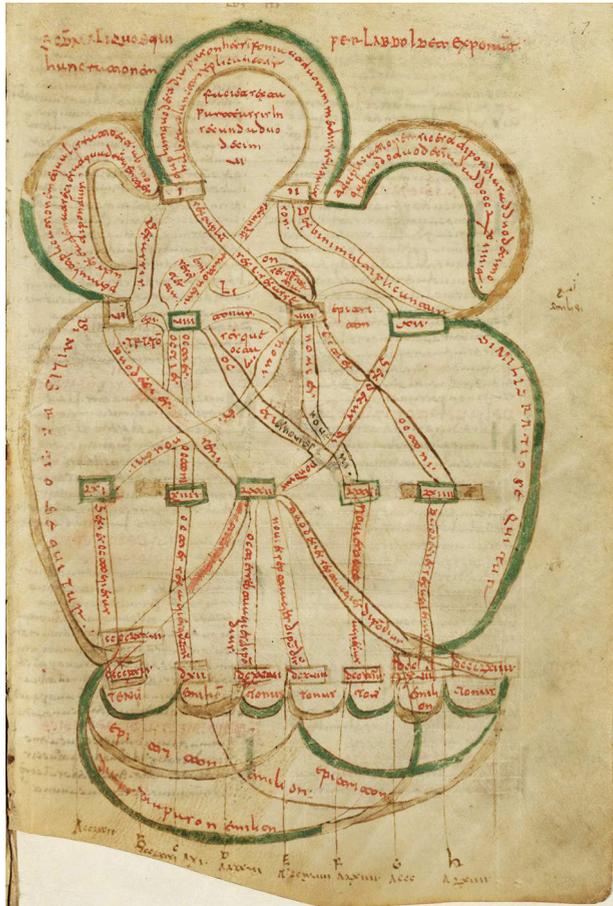


Fig. 1 – Isidorus Hispalensis, *Etymologiae*, between 0801 and 0900?, perg., 31 x 20 cm. Madrid, Biblioteca Nacional de España. Ms. Madrid VITR/14/3, fol. 27r.

In this manuscript from the south of Toledo (the second oldest known copy of the *Etymologiae* in the Peninsula, and the oldest containing the diagram), the chapter on music is introduced by an elaborate composition, occupying an entire page, drawn in brown, yellow, red, and green; and it is not just an arc diagram, it is something more. The diagrams reviewed here are both composed of five horizontal steps to provide order and context to the musical scale. They develop downwards through a succession of connecting arcs and wavy labels. From the *scenarius perfectus* on top to the musical scale below, the diagram seems to incorporate much of the numerical ratios of the diagrams that precede it.

To put all this information into one design did most likely require the gradual formation of a mental image and/or a concrete drawing exercise to solve design problems (connections, nodes, hierarchy), and then a final diagram would be reached and drawn clean into the prepared folio. It is noticeable that there is no symmetry in the first example, it is tilted and deformed. In the second example, the design is orthogonal, with slightly changed labels and with new structural circles added.

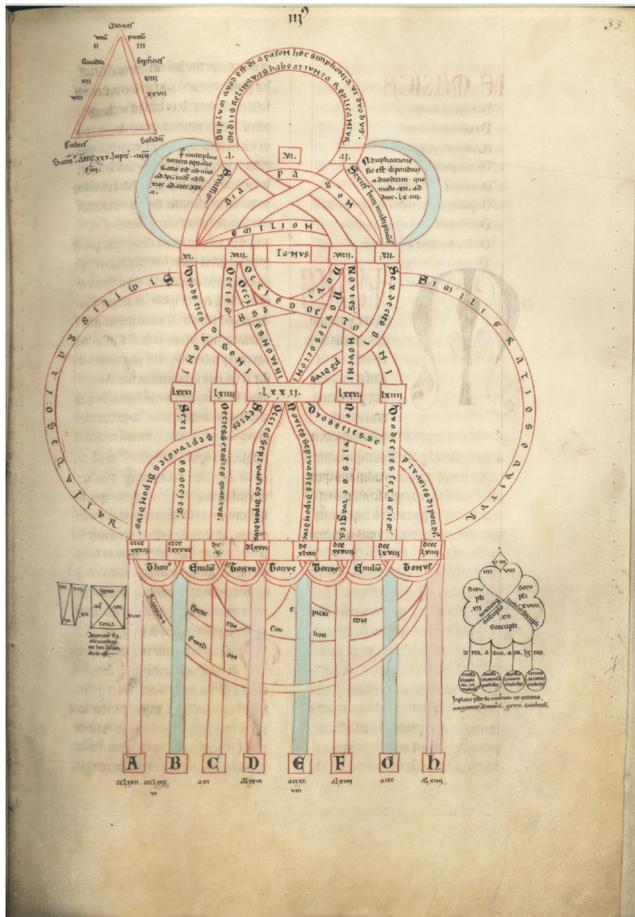


Fig. 2 – [Isidorus Hispalensis], [*Etymologiae*; *De natura rerum ad Sisebutum*], [12--]. perg., 42,8 x 29,2 cm. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Ms. alc-446, fol. 71r.

In a later copy, from the 12<sup>th</sup> century, produced in the Abbey of Alcobaça (the earliest surviving Portuguese witness), the diagram is finally visually fulfilled, or almost... there are still textual mistakes present, but the differences can clearly be apprehended. Every step was calculated, even the distribution of the text within each label; labels themselves serve as playful tools in the middle of so much orthogony, they go above and below one another and dance smoothly. The instruments used for drawing this later manuscript were also different: whereas the first was drawn with a raised hand and with no visible previous sketch, the second was drawn with a ruler and compass. We can see a remnant of this in figure 3: it is visible that the artist made a first sketch with a pencil before applying the ink.

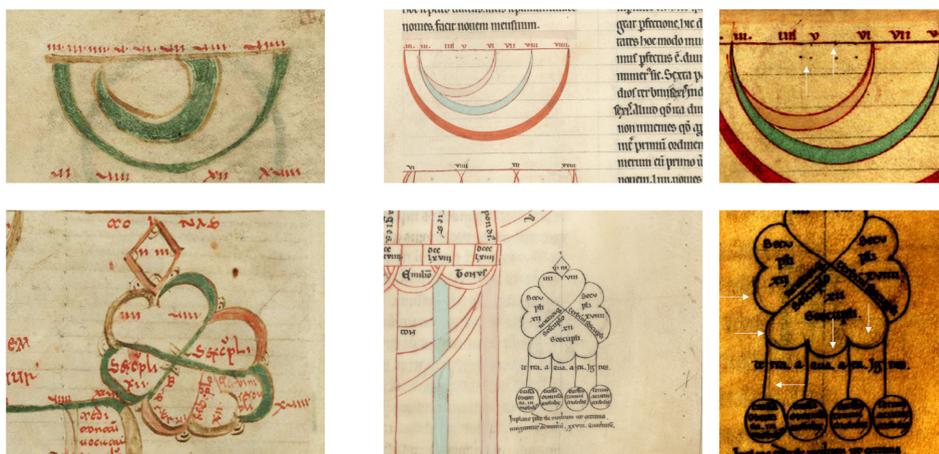


Fig. 3 – Details from the musical tapestry diagram (left: Ms. Madrid VITR/14/3 fol. 26v; right above: Ms. alc-446 fol. 32v; right below: fol. 33r).

## Conclusion

Each time we speak about the oldest known manuscript containing a particular diagram, we are faced with two options: it was either copied from an older source, or it's an original design. If it is a copy, we would expect that mistakes were analysed and thus corrected, or ignored or kept, either in the structure (general visual arrangement) or in its verbal content. If it is an original design, the structure and content placement would have been previously sketched, at least, so mistakes should happen only if there was a misunderstanding of the concepts to begin with.

Comparing both copies and considering the mistakes that populated these *tapestries*, these diagrams were not, I believe, used in a teaching context. The first was a direct copy, made by a scribe who was unfamiliar with music theory and inexperienced in the art of drawing from observation – he was not capable of copying using segmentation<sup>6</sup> to produce accuracy, resulting in a deformation of the whole structure. Leaving elements to sit outside their place because of spatial miscalculations, making readability and legibility much harder, and more importantly, doubt in the air. So much so that subsequent copyists would (and noticeably did) have a hard time with it which is visible in most copies<sup>7</sup>. The Ms. Alcobaca 446, on the contrary, is a carefully designed piece, but was it suitable for a classroom?

Imagine having to work with the Ms. Madrid VITR/14/3 diagram, how would you copy it? Would you make some guesses while trying to re-organize labels in space, or could you confidently redesign it because either you are a proficient expert in the art of drawing or versed in medieval musical theory? Either way, the same information could have been transmitted and formatted in so many ways, whoever conceived the original composition was a great visual thinker.

Considering that the diagram of musical scales (the *musical tapestry*) seems to have been first produced in the south of the Peninsula and attached to Isidorus' *Etymologiae* very early on (at least in 733), it would be wise to dedicate a longer study to its origins and appropriation (content and visual style) by the copyists of Isidorus' encyclopaedia. Was there ever any *correct* version of this diagram, or should we consider it an exercise never truly resolved?

---

<sup>6</sup> For more about copying drawings, see: TCHALENKO, John – “Segmentation and accuracy in copying and drawing. Experts and beginners”. *Vision Research*, 49 (2009), 791-800.

<sup>7</sup> Of the 13 manuscripts identified for the Iberian Peninsula, 8 contain the musical tapestry diagram.

## REFERENCES

### Manuscript sources

Isidorus Hispalensis, *Etymologiae*, between 0801 and 0900?, 163 h. (2 cols, 50-52 l.), perg., 31 × 20 cm. Madrid, Biblioteca Nacional de España. Ms. Madrid VITR/14/3.  
 [Isidorus Hispalensis], [*Etymologiae; De natura rerum ad Sisebutum*], [12--]. – [220] fol. (2 cols., 27 l.), perg., 42,8 × 29,2 cm. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Ms. alc-446.

### Printed sources

*Anicii Manlii Severini Boethii in Isagogen Porphyrii Commentorum Editionis Secundae*. S. Brandt (ed.) – *Corpus scriptorum ecclesiasticorum latinorum*. Vol. 38. Vienna/Leipzig: Tempusky/Freitag, 1906, 135-348.  
 Isidorus Hispalensis. *Etymologiarum sive originum libri XX*. Wallace M. Lindsay (ed.). Oxford: Clarendon, 1911.

### Studies

HUGLO, Michel – “La tradición de la *Musica Isidori* en la Península Ibérica”. in Susana Zapke (ed.) – *Hispania Vetus. Manuscritos Litúrgico-musicales de los Orígenes Visigóticos a la Transición Francorromana (siglos IX-XII)*. Bilbao: Fundación BBVA, 2007, 61-93.  
 TCHALENKO, John – “Segmentation and accuracy in copying and drawing. Experts and beginners”. *Vision Research*, 49 (2009), 791-800.  
 WALDEN, D. K. S. – “Charting Boethius. Music and the diagrammatic tree in the Cambridge University Library’s *De Institutione Arithmetica*, Ms II.3.12”. *Early Music History*, 34 (2015), 207-228. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/26294245>.



# Dar a ler o texto medieval na era digital: tendências, padrões, tecnologia

**Gilberto Coralejo Moiteiro**

Instituto Politécnico de Leiria  
Instituto de Estudos Medievais (NOVA-FCSH)  
gilberto.moiteiro@ipleiria.pt

## **Resumo**

Reflete-se sobre a transição da edição de textos medievais do impresso para o digital, mostrando as vantagens trazidas por este novo meio de comunicação. Adota-se o conceito de edição académica digital (*digital scholarly edition*), procurando distingui-la da simples reprodução de imagens do património textual que numerosas instituições culturais e académicas têm vindo a oferecer. Advoga-se a adoção de padrões internacionais de codificação de texto, com destaque para a *Text Encoding Initiative* (TEI), dados os benefícios que ela traz, tanto do ponto de vista da sustentabilidade das edições como da interoperabilidade da linguagem de marcação com que este padrão opera (XML). Caracteriza-se brevemente a mecânica do processo editorial, dando a conhecer documentos fundamentais que auxiliam todos quantos pretendam aventurar-se por esta via.

## **Palavras-chave**

edição de texto; Idade Média; Edição Académica Digital; *Text Encoding Initiative*; *Extensible Markup Language*.

## **Nota biográfica**

Gilberto Coralejo Moiteiro é doutorado em História pela Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) e é licenciado em História pela Universidade de Coimbra. É professor Adjunto no Instituto Politécnico de Leiria, onde leciona disciplinas

nos campos da História e do Património Cultural. Integra o Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH) e os seus interesses de investigação relacionam-se com a Cultura Medieval, os Estudos do Património e a Edição Académica Digital.

### **Editing the Medieval Text in the Digital Age: Trends, Standards, Technology**

#### **Abstract**

This paper reflects on the transition of medieval text editing from print to digital, highlighting the advantages offered by this new medium. It adopts the concept of Digital Scholarly Edition to distinguish it from the mere reproduction of images of textual heritage, which many cultural and academic institutions currently provide. The adoption of international standards for text encoding is advocated, with particular emphasis on the Text Encoding Initiative (TEI), given its benefits in ensuring the sustainability of editions and the interoperability of the XML-based markup language it employs. The paper briefly describes the mechanics of the editing process and provides key resources to guide those interested in pursuing this approach.

#### **Keywords**

text editing; Middle Ages; Digital Scholarly Edition; Text Encoding Initiative; Extensible Markup Language.

#### **Biographical note**

Gilberto Coralejo Moiteiro has a PhD in History from the Nova University of Lisbon (NOVA FCSH) and a degree in History from the University of Coimbra. He is an Adjunct Professor at the Polytechnic Institute of Leiria, where he teaches courses in the fields of History and Cultural Heritage. He is a member of the Institute for Medieval Studies (NOVA FCSH), and his research interests are focused on Medieval Culture, Heritage Studies and Scholarly Digital Editions.

## 1.

No século XIX, quando a filologia se constituiu como disciplina, ela tendeu a acantonar-se nos departamentos de Língua e Literatura, servindo o estabelecimento dos textos com vista ao seu estudo linguístico, literário e cultural, mormente na sua dimensão histórica. Quando os saberes humanísticos adotaram um pendor estruturalista, estes tenderam a rejeitar a filologia, acusada de arcaísmo, de ser desprovida de (e contrária à) teoria. O uso do termo *filologia* caiu em desuso, foi substituído pelos de *crítica textual*, *ecdótica*, ou *edição de texto*, enfatizando a sua dimensão editorial. À imagem do que sucedeu com outros saberes oitocentistas, a filologia cumpriu uma função política: visava a seleção dos monumentos literários, a sua publicação e difusão, contribuindo para a fixação do cânone literário e para a construção da identidade cultural das nações; um processo de patrimonialização que tendeu a focar-se num conjunto restrito de textos, sempre e novamente editados<sup>1</sup>.

O legado filológico constituiu, por um lado, uma plataforma de conservação patrimonial (a filologia como curadoria) paralela a outros processos de patrimonialização, designadamente, de ordem arquitetónica. Criava-se, assim, um outro património, o textual, situado na fronteira entre o património material e o imaterial (os suportes textuais, a forma dos registos, mas também as suas linguagens e os seus significados). Por outro lado, a filologia continua a facilitar às gerações do presente o acesso aos enunciados produzidos no passado, dando assim continuidade à tarefa de transmissão que gerações e gerações de copistas e editores exerceram desde a Antiguidade. O filólogo cumpriu, e continua a cumprir, a função de animador e mediador cultural junto daqueles que nutrem interesse pelo passado humano, seja por razões científicas, educativas ou culturais<sup>2</sup>.

Parafraseando Frédéric Duval<sup>3</sup>, a filologia é hoje um ato de resistência face à aceleração das sociedades contemporâneas e opõe-se à homogeneização cultural ditada pela globalização financeira *despolitizada*. Em alternativa, a filologia atua no plano da leitura minuciosa, feita de perto e devagar. Atende à singularidade, à alteridade e à diversidade histórica e cultural. Ela é estranha aos ciclos curtos e ao imediatismo.

<sup>1</sup> DUVAL, Frédéric – “À quoi sert encore la philologie ? Politique et philologie aujourd’hui”. *Laboratoire italien* [em linha], 7 (2007), 19-22. Disponível em <https://doi.org/10.4000/laboratoireitalien.128> [consultado a 21 de julho de 2021]. A este propósito, veja-se a reflexão de CULLER, Jonathan – “Anti-foundational philology”. *Comparative Literature Studies*, 27, 1 (1990), 49-52 e o repto de WARREN, Michelle R. – “Post-philology”. in Patricia Clare Ingham; Michelle R. Warren (eds.) – *Postcolonial Moves. Medieval through Modern*. Nova Iorque e Londres: Palgrave Macmillan, 2003, 19-45.

<sup>2</sup> Duval, “À quoi sert encore la philologie ?...”, 25-26.

<sup>3</sup> Duval, – “À quoi sert encore la philologie ?...”, 27.

A filologia ganha um lugar de relevo no âmbito da viragem hermenêutica alemã<sup>4</sup> (de Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer) e da viragem linguística<sup>5</sup> (de Ludwig Wittgenstein, Gustav Bergmann e Richard Rorty), contribuindo para a aproximação da Linguística e da História, separadas por muito tempo, e chamando a atenção dos historiadores para a língua dos documentos, assumida muitas vezes de um modo demasiado transparente. Os historiadores, que nunca abandonaram o texto, sua fonte privilegiada, regressam ao texto, considerando-o na sua própria textualidade. Também o pós-estruturalismo (de Roland Barthes, Jacques Derrida, Michel Foucault, Paul Ricoeur) veio modelar algumas assunções estruturalistas, designadamente as verdades universais e as grandes narrativas (as estruturas), que minimizam a variabilidade que o contexto histórico imprime em cada realidade singular. Todas estas filosofias reposicionam o texto no centro do processo de construção do conhecimento e produzem sucessivos apelos de “retorno à filologia”<sup>6</sup>.

## 2.

O paradigma filológico dominante desde o século XIX assenta, tanto quanto possível, na recuperação daquilo que o autor do texto escrevera, descascando as camadas de variação textual acumuladas ao longo do seu processo de transmissão, presentes nas sucessivas cópias. Perante a falta de um testemunho autógrafo, admite-se a possibilidade de aproximação ao arquétipo dos testemunhos remanescentes, à cópia a partir da qual outras cópias terão derivado, ou à cópia mais próxima da intenção autoral. Neste sentido, o papel do editor é justamente o de chegar o mais perto

<sup>4</sup> FEHÉR, István M. – “Hermeneutics and philology: ‘Understanding the matter’, ‘Understanding the text’”. *Continental Philosophy Review*, 34 (2001), 269-285. Para uma síntese sobre a Hermenêutica filosófica, com algumas incursões filológicas, veja-se PALMER, Richard E. – *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 2006.

<sup>5</sup> Veja-se o artigo de ORLEMANSKI, Julie – “Philology and the Turn Away from the Linguistic Turn”, *Florilegium*, 32 (2015), 157-181, no qual a autora analisa a atual fase de superação da viragem linguística, mas em que situa os desenvolvimentos da *nova filologia* ou *filologia material* dos anos 1990 (a que regressarei) na linha do pensamento filosófico com origem nos anos 1960, que afirmava a centralidade da linguagem nos estudos humanísticos. Na segunda parte do seu texto, a autora posiciona-se quanto à filologia do futuro, a qual deve prosseguir uma tripla dimensão: a indispensabilidade da prática filológica para acesso aos textos do passado; a sua historicização, estudando as suas finalidades e modos de produção em contextos históricos precisos; e a sua teorização, construindo uma metafilologia capaz de renovar permanentemente o lugar da filologia no âmbito das Humanidades.

<sup>6</sup> Duval, “À quoi sert encore la philologie ?...”, 28-30. Para uma compreensão global desta problemática, vejam-se os artigos recentes de HUI, Andrew – “The many returns of philology. A state of the field report”. *Journal of the History of Ideas*, 78, 1 (2017), 137-156 e de KRAUSE, Marcus – “‘The return to philology’. About the eternal recurrence of a theoretical figure”. in Pál Kelemen; Nicolas Pethes (eds.) – *Philology in the Making (Analog/Digital Cultures of Scholarly Writing and Reading)*. Bielefeld: Transcript, 2019, 39-55. Recorde-se também um mais antigo artigo de CASTRO, Ivo – “O retorno à filologia”. in Cilene da Cunha Pereira; Paulo Roberto Dias Pereira (eds.) – *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, 511-520.

possível do texto original perdido. Mesmo em tradições textuais representadas por um único testemunho, encontram-se edições sustentadas no paradigma autoral<sup>7</sup>.

A filologia tradicional, empenhada na recuperação do *original ausente*<sup>8</sup>, não é unívoca. Ela compreende uma série de práticas assentes em pressupostos distintos que empregam, por sua vez, operações diferenciadas. Paolo Chiesa<sup>9</sup> identifica, entre os métodos reconstrutivos, aqueles que assentam em critérios de ordem estemática ou genealógica (modelo dependente de múltiplos contributos, embora seja frequentemente associado a Karl Lachmann) e aqueles que recorrem a critérios de ordem não-estemática (por exemplo, aqueles que se encontram associados às propostas de Henri Quentin<sup>10</sup> e Giorgio Pasquali<sup>11</sup>). Todos os métodos, incluídos os de ordem não-reconstrutiva, conhecem uma já larga experiência, tendendo a tornar-se dominantes em determinadas tradições nacionais, embora o grau de aprofundamento teórico que lhes subjaz varie significativamente. O método reconstrutivo estemático, que foi primitivamente aplicado às obras da Antiguidade, baseia-se na análise comparativa dos testemunhos remanescentes de um texto com vista à identificação das relações que estes estabelecem entre si e aferir o grau de aproximação e afastamento em relação ao arquétipo do texto, atribuindo, assim, estatutos distintos aos testemunhos em presença. Estas relações são representadas

<sup>7</sup> A bibliografia sobre a evolução da crítica textual anterior ao século XIX e a partir de oitocentos é imensa. Ela está presente em manuais práticos, na introdução a edições de textos, em estudos históricos e propostas teóricas, ganhando maior clareza em momentos críticos que abriram caminho a novos paradigmas, onde pontificam os nomes de Karl Lachmann (1793-1851), Joseph Bédier (1864-1938) e Giorgio Pasquali (1885-1952). Recordo um conjunto de quatro artigos que Gaspar Morocho Gayo publicou, entre 1979-1983, nos *Anales de la Universidad de Murcia*, n.ºs 38, 39 e 40, sobre transmissão de textos e a crítica textual na Antiguidade, no mundo bizantino, no Renascimento e séculos XVII-XVIII, destacando aqui o texto que dedicou aos séculos XIX-XX, intitulado “Panorámica de la crítica textual contemporánea”, n.º 39 (1980-81), 3-25. Estes trabalhos foram reeditados postumamente por PÉREZ MOLINA, Miguel E. (ed.) – *Gaspar Morocho Gayo – Estudios de Crítica Textual. In Memoriam*. Murcia: Universidad de Murcia, 2004. Mais recentemente, os estudos reunidos por DUVAL, Frédéric (ed.) – *Pratiques philologiques en Europe*. Paris: École National des Chartes, 2006, e o ponto de situação centrado em torno dos distintos tipos de edições criados ao longo da história da Filologia, por HAUGEN, Odd Einar – “The making of an edition. Three crucial dimensions”. in Daniel Apollon *et al.* (eds.) – *Digital Critical Editions*. Urbana, Chicago e Springfield: University of Illinois Press, 2017, 203-245.

<sup>8</sup> Expressão feliz, que justapõe a filologia sobre textos antigos, medievais e da primeira modernidade à “filologia do original presente”, aplicada aos manuscritos autógrafos dos autores modernos e contemporâneos. Sobre esta distinção, veja-se CASTRO, Ivo – “A fascinação dos espólios”. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, série 3, 5 (1999-2000), 161-166 e DUARTE, Luiz Fagundes – “Filologia e crítica textual”. in *Os Palácios da Memória. Ensaios de Crítica Textual*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, 23-46.

<sup>9</sup> CHIESA, Paolo – *Elementi di Critica Testuale*. 2.ª ed. Bolonha: Pàtron, 2012.

<sup>10</sup> QUENTIN, Henri – *Essais de critique textuelle (ecdotique)*. Paris: Picard, 1926 propôs o método taxonómico, baseado na análise e cálculo das variantes com vista a identificar relações de vizinhança entre testemunhos; uma análise neutra, independe de se estar perante lições originais ou de inovações; portanto, sem colocar estas famílias de testemunhos numa posição de proximidade ou afastamento em relação ao arquétipo, mas de proximidade ou afastamento dos testemunhos uns em relação aos outros.

<sup>11</sup> PASQUALI, Giorgio – *Storia della Tradizione e Critica del Testo*. Florença: Le Monnier, 1934, 156-180 propôs o método das áreas geográficas para obras com larga difusão espacial, que parte do princípio de que os testemunhos produzidos em áreas geográficas afastadas dos centros culturais de produção dos textos conservam com maior probabilidade as lições mais antigas, pois que o dinamismo do *centro* tende a introduzir mais inovações face ao conservadorismo da *periferia*.

por uma árvore genealógica ou *stemma codicum*<sup>12</sup>. A posição que cada testemunho ocupa na árvore depende essencialmente da análise dos erros-guia ou das inovações não-equipolentes, aproximando e afastando os testemunhos entre si. O agrupamento dos testemunhos em distintas famílias que competem entre si na reconstrução do arquétipo reduz o nível de subjetividade do editor, pois facilita a sua reconstrução mecânica. As lições que vierem a ser acolhidas pelo editor dependerão do valor do testemunho que as transmite – que se situará nos ramos superiores do *stemma* –, dada a sua proximidade ao arquétipo. O resultado desta reconstrução constitui uma hipótese de trabalho, a qual será alicerçada sobre os critérios concretos que o editor adote, tendo em conta os problemas específicos que a tradição desse texto apresente. A concretização desses critérios será apresentada no aparato crítico do texto reconstruído, pois que, para os lugares variantes, acolherá aí a lição aceite e a(s) lição(ões) rejeitada(s). O método não é, no entanto, imune à subjetividade nos casos de tradições representadas por duas famílias com estatutos equivalentes, que concorrem diretamente entre si. Nestes casos, ao editor, só lhe resta recorrer ao juízo crítico<sup>13</sup>.

Recorde-se que nos anos 1920, Joseph Bédier<sup>14</sup> tinha já apontado problemas ao método estemático tal como ele vinha sendo aplicado, detetando a existência de demasiadas árvores bífidas, o que obviava às operações mecânicas de reconstituição dos arquétipos e produzia edições cujo conteúdo não era atestado por nenhum testemunho. Propunha, por isso, uma via editorial não-reconstrutiva, através da qual o editor escolheria um testemunho da tradição que considerasse ser o melhor, o que se mostrasse menos inovativo, o *codex optimus*. Note-se que a seleção do *bon manuscrit* não exclui completamente o método estemático; é este que permite justamente perceber qual o testemunho que parece estar mais próximo do arquétipo. Por outro lado, ele não impede o editor de corrigir erros de copista demasiado

<sup>12</sup> Método aplicável a tradições representadas por mais do que um testemunho; excluindo-se deste caso a existência de *codices descriptos*, apógrafos que dependam diretamente do modelo conservado.

<sup>13</sup> A subjetividade do editor não se limita certamente a esta fase. Bastará recordar-se que, durante a fase de classificação das variantes, é o editor que avalia os erros-guia e as inovações, o que constitui uma operação altamente subjetiva, como mostram distintas edições críticas das mesmas obras representadas por tradições plúrimas. Quanto aos limites do método estemático, veja-se Chiesa, *Elementi di Critica Testuale...*, 108-122. Sobre este paradigma editorial, para além do já referido livro de Paolo Chiesa, e de muitos outros que poderiam ser aqui indicados, refira-se apenas a obra clássica da filologia espanhola, de BLECUA, Alberto – *Manual de Crítica Textual*. Madrid: Castalia, 1987. Em tradução portuguesa, dispomos do manual de SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio – *Fundamentos da Crítica Textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. Mais recentemente, o riquíssimo ponto de situação de TROVATO, Paolo – *Everything You Always Wanted to Know about Lachmann's Method. A Non-Standard Handbook of Genealogical Textual Criticism in the Age of Post-Structuralism, Cladistics, and Copy-Text*. Padua: Libreriauniversitaria.it, 2014. Para uma reflexão terminológica em torno de conceitos associados ao método estemático, designadamente em relação às suas aplicações em Portugal, veja-se o trabalho de SOBRAL, Cristina – “Estemática em português: termos, história, conceitos”, *Estudos de Linguística Galega*, 8 (2016), 205-227.

<sup>14</sup> BÉDIER, Joseph – *La Tradition manuscrite du “Lai de l'ombre”. Reflexions sur l'art d'éditer les anciens textes*. Paris: Honoré Champion, 1929.

evidentes. Esta via alternativa haveria de abrir inclusivamente caminho à adoção de métodos moderadamente reconstrutivos, quando o editor usa o *melhor testemunho* como texto-base da sua edição, recorrendo apenas a outros testemunhos quando, perante erros ou variantes não-adiáforas, estes se mostrem melhores.

Pelos anos 1960-1970, Roland Barthes<sup>15</sup> e Michel Foucault<sup>16</sup> desafiaram os conceitos de *autor* e de *texto original*. Questionaram se o autor seria um indivíduo reconhecível, coerente e recuperável, com pleno controlo sobre a produção e o significado do seu texto. E se seria possível pensar-se num texto original, quando a produção textual, especialmente no âmbito da cultura manuscrita, está sujeita a permanente mudança e revisão durante a própria vida dos autores. Cada manuscrito sobrevivente poderá constituir o resultado de distintas reelaborações escritas ou orais, produzidas por um ou mais autores e/ou compiladores<sup>17</sup>. Coloca-se a questão de se saber em qual das versões estará a intenção final do autor. A teoria pós-estruturalista desafia assim a assunção do autor humanista e liberal-romântico, a do génio individual, distinguível do simples copista, o que leva alguns editores a focar-se no labor dos copistas, mais do que no trabalho do autor<sup>18</sup>.

Ancorado no pós-estruturalismo e nas reflexões de Paul Zumthor<sup>19</sup> e Bernard Cerquiglini<sup>20</sup>, nasce, no início da década de 1990, um movimento que se propõe renovar a filologia com base nos pressupostos acabados de resumir. A *nova filologia* ou *filologia material* (cujo nome mais representativo é o de Stephen G. Nichols<sup>21</sup>) vem justamente propor o foco do trabalho filológico no manuscrito individualmente

<sup>15</sup> BARTHES, Roland – “La mort de l’auteur”, *Manteia*, 5 (1968), 12-17.

<sup>16</sup> FOUCAULT, Michel – “Qu’est-ce qu’un auteur ?”. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, 63, 3 (1969), 73-104.

<sup>17</sup> Ainda que ancorados no paradigma autoral, há que aludir aos contributos que, desde as primeiras décadas do século XX, atingiram aspetos da teoria editorial dita de Karl Lachmann, com destaque para Bédier, *La Tradition manuscrite...*, e para os representantes da Nova Filologia italiana, à cabeça Pasquali, *Storia della Tradizione...* e os seus seguidores. Para uma síntese acerca das escolas filológicas francesa e italiana, vejam-se, respetivamente, os textos de DUVAL, Frédéric – “La philologie française, pragmatique avant tout ? L’édition des textes médiévaux français en France”, in *Pratiques philologiques en Europe*, 92-119 e ZINELLI, Fabio – “L’édition des textes médiévaux italiens en Italie”, in *Pratiques philologiques en Europe*, 62-91. No mundo anglo-saxónico também surgiram novas abordagens ao paradigma autoral, especialmente orientadas para a edição de textos impressos, dando lugar à chamada Bibliografia Textual, cujo representante mais destacado é GREG, Walter W. – *The Editorial Problem in Shakespeare. A Survey of the Foundations of the Text*. Oxford: Clarendon, 1942, que, nos prolegómenos ao estudo do teatro shakespeariano, apresenta um conjunto de teses destinadas a lidar com os problemas colocados pelas tradições impressas.

<sup>18</sup> Estes parágrafos são devedores da síntese de FULTON, Helen – “Editing medieval manuscripts for Modern audiences”. in Orietta da Rold; Elaine Treharne (eds.) – *The Cambridge Companion to Medieval British Manuscripts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020, 188-191.

<sup>19</sup> ZUMTHOR, Paul – *Essai de poétique médiévale*. Paris: Seuil, 1972.

<sup>20</sup> CERQUIGLINI, Bernard – *Éloge de la variante*. Paris: Seuil, 1989.

<sup>21</sup> NICHOLS, Stephen G. – “Introduction. Philology in a manuscript culture”. *Speculum: A Journal of Medieval Studies*, 65, 1 (1990), 1-10. Aliás, este número da revista *Speculum*, dirigido por Stephen Nichols, congregou um conjunto de reflexões que procuraram dar resposta ao problema essencial, relacionado com o conceito de “cultura manuscrita” e às consequências teóricas e metodológicas que esse entendimento implica no estudo dos produtos textuais gerados no âmbito desta literacia particular. Ali encontramos os contributos de Siegfried Wenzel, Suzanne Fleischman, R. Howard Bloch, Gabrielle M. Spiegel e Lee Patterson.

considerado, enquanto artefacto material, nas suas componentes verbais e não-verbais. Esta proposta entende os testemunhos não tanto na sua relação com os outros testemunhos do mesmo texto, mas na sua relação com os outros textos associados entre si no âmbito do mesmo suporte-códice, considerando esta relação como mais frutífera; porque só raramente testemunhos plúrimos de um texto se encontravam reunidos no mesmo lugar. O testemunho tende a surgir em associação com outros textos, do mesmo teor ou de teor distinto. É aqui que a sua função, conteúdo, forma e ambiente de produção, de transmissão e receção individual adquirem significado verdadeiramente histórico<sup>22</sup>. Mais do que uma fixação abstrata no autor, trata-se de uma fixação no copista e, por esta via, uma fixação no leitor<sup>23</sup>, que leu aquele testemunho concreto do texto e o relacionou com outros testemunhos de outros textos presentes na mesma biblioteca e/ou no mesmo códice<sup>24</sup>.

Em tradições plúrimas, representadas por vários testemunhos, estes editores optam por escolher um manuscrito ou publicar todos os manuscritos, adotando critérios de edição conservadores, com um mínimo de intervenções<sup>25</sup>, para darem a ler os textos dos copistas. Optam por edições sinóticas ou paralelas dos testemunhos, sem hierarquização ou critério de autoridade, para que o leitor escolha a cópia que

<sup>22</sup> A este propósito, sobre os problemas relacionados com a materialidade dos manuscritos, que a edição analógica não tem sido capaz de reproduzir, leia-se a interessante reflexão e os desafios propostos por CARLQUIST, Jonas – “Medieval manuscripts, hypertext and reading. Visions of digital editions.” *Literary and Linguistic Computing*, 19, 1 (2004), 105-118. Carlquist assume que as edições digitais, enquanto plataformas capazes de acolher várias camadas de representação e múltiplas ligações internas e externas, se forem guiadas pela *nova filologia*, que atende ao manuscrito individualmente considerado nos seus modos de produção e utilização, têm um potencial muito superior ao das edições impressas para dar ao leitor um entendimento mais profundo da cultura manuscrita. Esta é também a perspetiva adotada por KISS, Farkas Gábor, *et al.* – “Old light on new media. Medieval practices in the digital age.” *Digital Philology: A Journal of Medieval Cultures*, 2, 1 (2013), 16-34.

<sup>23</sup> A atenção ao leitor foi profundamente influenciada pela teoria social do texto, a qual veio a ser plasmada na obra de MCGANN, Jerome – *A Critique of Modern Textual Criticism*. Chicago: University of Chicago Press, 1983. Mais recentemente, o autor reavalia as suas primeiras posições tendo em conta os desenvolvimentos e as potencialidades trazidos pelos meios digitais quanto à representação das teorias do texto subjacentes às edições digitais, em MCGANN, Jerome – “Coda. Why digital textual scholarship matters; or, philology in a new key.” in Neil Fraistat e Julia Flanders – *The Cambridge Companion to Textual Scholarship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, 274-288.

<sup>24</sup> Para uma comparação das duas escolas filológicas, a filologia material face à filologia tradicional, veja-se a síntese de BÄCKVALL, Maja – “Description and reconstruction. An alternative categorization of philological approaches”. in Harry Lönroth (ed.) – *Philology Matters! Essays on the Art of Reading Slowly*. Leiden e Boston: Brill, 2017, 21-28, e de DRISCOLL, Matthew James – “The words on the page. Thoughts on philology, old and new”. in Judy Quinn; Emily Lethbridge (eds.) – *Creating the Medieval Saga. Versions, Variability and Editorial Interpretations of Old Norse Saga Literature*. Odense: University Press of Southern Denmark, 2010, 87-104.

<sup>25</sup> Quanto aos critérios de transcrição e edição que o editor venha a adotar, eles variarão em função, naturalmente, do público a quem se dirige e em função dos objetivos que pretende alcançar: optará por uma transcrição mais ou menos conservadora, mais ou menos normalizada, mais ou menos comentada...; não há certamente um único modelo ou modo certo de editar um texto. O importante é ser-se transparente quanto aos critérios adotados e aos fundamentos sobre os quais esses critérios assentam. Sobre estes problemas, vale sempre a pena lembrar o trabalho clássico de CASTRO, Ivo; RAMOS, Maria Ana – “Estratégia e tática da transcrição”. in José Augusto França (ed.) – *Critique Textuelle Portugaise: Actes du Colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian — Centre Culturel Portugais, 1986, 99-122.

lhe convém e confronte as cópias entre si. Nestes casos, o editor coloca-se num papel secundário, sem competir com o autor, deixando as cópias falar por si mesmas.

### 3.

As perspetivas editoriais abertas pela filologia material encontraram soluções muito oportunas nas ferramentas computacionais<sup>26</sup>. Estas têm vindo a desafiar os editores de texto na oferta de caminhos para os problemas teóricos esboçados anteriormente. A edição digital facilita a modelação do formato de apresentação e as opções de visualização<sup>27</sup>, pelo que responde com grande flexibilidade aos distintos objetivos com que os editores pretendam tratar os *seus* textos, independentemente de adotarem abordagens reconstrutivas ou não-reconstrutivas, ou de seguirem estas duas vias investigativas em simultâneo nos seus projetos editoriais, designadamente em função de lógicas experimentais. A edição hipertextual traz enormes vantagens do ponto de vista da receção, uma vez que o leitor poderá compreender melhor os processos subjacentes ao ato de editar, podendo inclusivamente colocar-se na pele do editor, experimentando ele mesmo os critérios e as escolhas que tradicionalmente estão reservadas a este último<sup>28</sup>. A edição digital tem, por isso, um enorme potencial pedagógico. Para além disto, ela permite oferecer textos pesquisáveis, modeláveis, amigáveis, flexíveis, funcionais e atrativos<sup>29</sup>.

<sup>26</sup> Há que notar o facto de a teoria do hipertexto (onde cabe a hipermédia) não ser estranha a estas propostas da filologia material. O editor via desenhar-se à sua frente uma ferramenta que poderia permitir-lhe representar melhor as características da produção textual medieval, para além de que certos traços da hipertextualidade contemporânea emergente faziam recordar características da textualidade medieval. Veja-se o verbete de CEIA, Carlos – “Hipertexto”, in Carlos Ceia (ed.) – *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)* [em linha]. Disponível em <http://www.edtl.com.pt> [consultado a 8 de outubro de 2022]. Com alguma distância em relação aos primeiros desafios colocados pela filologia material, leia-se o texto de NICHOLS, Stephen G. – “Dynamic reading of Medieval manuscripts”, *Florilegium*, 32 (2015), 19-57.

<sup>27</sup> Por exemplo, através da divisão do ecrã do computador em miniecrãs; através das ligações que se podem estabelecer entre as transcrições e o fac-símile; e através do acolhimento dinâmico de diversos meios de comunicação, servindo os interesses do editor e do leitor, mas de um leitor plural (estudantes, académicos e eruditos leigos), uma vez que permite acolher no mesmo lugar virtual distintos critérios de edição.

<sup>28</sup> Neste âmbito, há que destacar o projeto levado a cabo no Centro de Literatura Portuguesa (FLUC), sob a coordenação de Manuel Portela, em torno do *Livro do Desassossego*. Um dos objetivos desta edição foi o de permitir ao leitor criar a sua própria edição, reordenando os materiais deixados por Fernando Pessoa. Veja-se SILVA, António Rito; PORTELA, Manuel – “TEI4LdoD. Textual encoding and social editing in Web 2.0 environments”, *Journal of the Text Encoding Initiative* [em linha], 8 (2014). Disponível em <https://doi.org/10.4000/jtei.1171> [consultado a 19 de outubro de 2022]. O projeto *Arquivo LdoD* está disponível em <https://ldod.uc.pt/>.

<sup>29</sup> A edição digital não está, naturalmente, isenta de problemas, como bem assinala Chiesa, *Elementi di Critica Testuale...*, 190-202. O autor, que lhe reconhece enormes vantagens dos pontos de vista da dimensão dos materiais editáveis, da acessibilidade e democratically (designadamente em relação à diversificação dos textos a editar; textos menos favorecidos por interesses comerciais), intui-lhe alguns riscos, essencialmente relacionados com a aparente *neutralidade* dos documentos selecionados e apresentados, cujo resultado poderá desorientar o utilizador da edição.

Os desenvolvimentos operados no âmbito das tecnologias da informação – que conheceram uma aceleração significativa a partir da década de 1990, com o aparecimento da *World Wide Web* – abriram portas à crescente massificação dos modos de produção, disseminação e consumo culturais que hoje bem conhecemos. As primitivas experiências computacionais levadas a cabo por investigadores provenientes de diversas áreas das ciências sociais e humanas<sup>30</sup>, desde o final da década de 1940<sup>31</sup>, desembocaram, já no novo milénio, nas denominadas *humanidades digitais*<sup>32</sup>. Na verdade, não haverá hoje uma área do saber que não tenha sido tocada por processos de informatização. Independentemente do domínio do conhecimento de que partam, os praticantes destas abordagens alternativas sentem fazer parte de uma vasta *comunidade*<sup>33</sup> que tem vindo a fortalecer-se e a contribuir para o desenvolvimento de novas ferramentas e metodologias, novas formas de pensar e de organizar o trabalho, novas e variadas formas de desenhar os processos e os resultados desse trabalho, de os conservar e difundir, desafiando a longa e consistente tradição humanística, cuja estrutura argumentativa assentou na monolítica literacia do texto manuscrito e impresso<sup>34</sup>.

A *filologia digital* encontra-se bem consolidada no quadro dos ambientes académicos digitais. Os seus primeiros intentos situam-se nas décadas de 1940-1970 em torno da colação automática e da estemática dos testemunhos. Na década de 1980, a filologia computacional é favorecida pela difusão do computador pessoal e pelo desenvolvimento de *software* mais amigável, sem necessidade de programação por parte do utilizador. Os filólogos concentram-se agora na representação do texto em arquivos eletrónicos destinados aos mais diversos usos analíticos e enquanto substratos de edições impressas, reais ou simuladas. Procuram ao mesmo tempo soluções que permitam adaptar estes textos eletrónicos a novas finalidades, reutilizando-os em novos projetos. Começam a desenhar-se e a experimentar-se

<sup>30</sup> Com destaque para a linguística computacional e de *corpus*, a história quantitativa, a biblioteconomia, a arquivística, ou a museologia, em torno da análise textual, da análise de dados estruturados e da catalogação.

<sup>31</sup> Em 1949, Roberto Busa dava início ao *Index Thomisticus*, uma base de dados que aloja os textos de S. Tomás de Aquino, destinada, entre outros, a identificar ocorrências vocabulares e concordâncias. Este projeto teve desde o início o apoio da IBM (International Business Machines Corporation) e a sua versão em linha encontra-se em <https://www.corpusthomicum.org/it/index.age>.

<sup>32</sup> Sobre as raízes e desenvolvimentos históricos do hipertexto, a sua precoce relação com as necessidades de organização e acesso ao conhecimento, assim como os impactos decisivos da *web* na evolução das humanidades digitais, veja-se LE DEUFF, Olivier – *Digital Humanities: History and Development*. Londres e Hoboken: ISTE e Wiley, 2018, 47-63. Uma digressão crítica e histórica pelas principais aplicações da engenharia de computadores e dos sistemas informáticos às humanidades, polarizadas pela linguística computacional desde a 2.ª Guerra Mundial, encontra-se em VANHOUTTE, Edward – “The gates of hell. History and definition of digital humanities computing”. in Melissa Terras *et al.* (eds.) – *Defining Digital Humanities. A Reader*. Surrey e Burlington: Ashgate, 2013, 119-156.

<sup>33</sup> Veja-se o artigo de ALVES, Daniel – “As humanidades digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo académico: dos exemplos internacionais ao caso português”. *Ler História* [em linha], 69 (2016), 91-103. Disponível em <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2496> [consultado a 16 de março de 2022].

<sup>34</sup> BURDICK, Anne *et al.* – *Digital Humanities*. Cambridge e Londres: Massachusetts Institute of Technology, 2012, 4-16.

soluções que permitam adicionar camadas de metadados aos dados constituídos pelas sequências de caracteres que compõem os textos, de modo que estes dados possam ser processados e recuperados. Tiziana Mancinelli e Elena Pierazzo apontam justamente a difusão da Internet, o desenvolvimento do hipertexto, assim como a afirmação e desenvolvimento das linguagens de marcação e programação<sup>35</sup> como fatores decisivos para o nascimento e progresso da *edição digital*. Esta adota a forma hipertextual e multimídia, integrando transcrição e reprodução fac-similada dos documentos, constituídos em arquivo digital. No novo milênio, a *Web 2.0* e a *Web Semântica* criaram modos de produção, apresentação e interação com o utilizador inovadores (desembocando, por exemplo, na *edição social*<sup>36</sup>) e abriram caminho ao intercâmbio, à interoperabilidade e à reutilização dos dados e metadados produzidos pelas edições<sup>37</sup>.

#### 4.

Para dar a ler um texto antigo, o editor acadêmico depara-se com um conjunto de problemas que deve resolver o quanto antes, durante as fases iniciais do projeto. Deve decidir sobre quais os manuscritos que merecerão ser transcritos – quando está perante uma tradição representada por mais do que um testemunho – e sobre como os deve tratar, se de acordo com princípios reconstrutivos ou não. Deve ter claros os critérios de transcrição ou o nível de intervenção mais adequado aos testemunhos do texto que edita. Tomará decisões quanto ao modo como deve trabalhar manuscritos multimídia, com distintas camadas de texto e imagem. Deve também decidir quanto ao formato e ao meio (impresso ou digital) mais vantajoso para apresentar o resultado do seu trabalho à sua audiência<sup>38</sup>. As decisões a tomar dependerão da análise detalhada do caso concreto com que o editor se depara. Já tivemos oportunidade de verificar que, no que toca à teoria e prática da edição de textos, não há um único modelo. Cada tradição textual sugere tratamentos alternativos, mas é a identificação dos seus problemas singulares, assim como a

<sup>35</sup> Assunto a que adiante voltarei.

<sup>36</sup> Os princípios e a metodologia subjacentes à denominada *social edition* são apresentados pelos autores de um projeto paradigmático em CROMPTON, Constance, *et al.* – “Building a social edition of the Devonshire manuscript”, *Renaissance and Reformation/Renaissance et Réforme*, 37, 4 (2014), 131-156. O trabalho está disponível em [https://en.wikibooks.org/wiki/The\\_Devonshire\\_Manuscript](https://en.wikibooks.org/wiki/The_Devonshire_Manuscript). A edição social tira partido dos sistemas que suportam as redes sociais para as usar em favor de um modelo editorial aberto e colaborativo, assente em lógicas de *crowdsourcing*.

<sup>37</sup> Este sumário da evolução histórica da edição eletrónica é devedor de MANCINELLI, Tiziana; PIERAZZO, Elena – *Che cos'è un'Edizione Scientifica Digitale*. Roma, Carocci, 2020, 31-45. Veja-se também a reflexão de ROBINSON, Peter – “The history of scholarly digital editions, Plc?”. *Papers of the Bibliographical Society of Canada*, 51, 1 (2013), 83-104, na qual o autor analisa a evolução das edições digitais, procurando mostrar o seu potencial comercial.

<sup>38</sup> Veja-se a lista de questões colocadas por Fulton, “Editing Medieval manuscripts...”, 187.

análise do seu campo bibliográfico (as características de eventuais edições prévias) que ditarão a escolha e a adaptação das metodologias e dos modelos editoriais. Os objetivos da edição, tendo em conta o público a quem ela se destina, são fatores que determinarão igualmente as soluções mais adequadas.

A edição digital oferece aos editores um ambiente bastante apropriado, pois que permite acolher soluções que a edição impressa jamais almejaria alcançar. São muitos aqueles que têm assinalado os benefícios dos meios digitais face aos analógicos. Destaco a sua acessibilidade, tanto para os públicos da edição como para os editores. A edição digital democratiza o acesso aos textos, diminui algumas das barreiras tradicionalmente colocadas à sua publicação, pois que raramente as casas editoras veem nelas interesse comercial. Recorde-se que o espaço da edição em linha é ilimitado, comparativamente ao da edição impressa.

Algumas das primitivas edições eletrónicas não foram preservadas. Os sistemas que as acolheram foram descontinuados, algumas delas foram publicadas em CD-ROM e não migraram para a Internet. A adoção de protocolos mais estáveis veio resolver este problema; criaram-se repositórios para alojamento dos projetos, por instituições académicas e de investigação cada vez mais cientes da curadoria dos suportes digitais. O desenvolvimento de linguagens de codificação, transformação e publicação não-proprietárias, largamente reconhecidas e utilizadas pela comunidade internacional produtora de conteúdos digitais, têm vindo a contribuir para a manutenção e preservação dos produtos digitais.

Um outro importante benefício da edição digital é o tratamento automático de determinadas operações de análise, como a colação dos testemunhos ou a mineração dos textos. As linguagens e os padrões de codificação que a comunidade científica tem vindo a adotar deixam ajustar as suas potencialidades transversais às especificidades de cada área científica. No caso da filologia, os ambientes digitais permitem operar em simultâneo com a variedade de conteúdos e meios de comunicação que os documentos escritos poderão reunir (texto e imagem), não só quanto à categorização e codificação das matérias presentes nos documentos, como quanto às possibilidades que o desenho das interfaces oferece ao nível da representação e da visualização dos dados (acolhendo texto, imagem, áudio e vídeo). O potencial de fruição das edições digitais apresenta vantagens relacionadas com o dinamismo e a interatividade, uma vez que as linguagens de programação têm vindo a evoluir no sentido da criação de interfaces menos estáticas.

Os dados gerados pelos projetos digitais podem ser acrescentados e reutilizados tanto pelo editor como pelo utilizador, desde que as respetivas licenças assim o prevejam. A usabilidade e a reutilização dos dados constituem poderosos dispositivos de progressão do conhecimento. Aliás, os produtos digitais têm a vantagem de poder ser melhorados, através da correção de erros – cuja deteção é

por vezes facilitada por controlos automatizados – e por meio do desenvolvimento progressivo dos trabalhos, estando muito mais facilitado o lançamento de versões sucessivas dos respetivos projetos comparativamente aos recursos envolvidos no lançamento de novas edições impressas<sup>39</sup>.

A edição digital não está isenta de problemas. Para Barbara Bordalejo<sup>40</sup>, algumas das características referidas anteriormente não são exclusivas dos produtos digitais. Para a autora, uma das maiores objeções colocadas a este meio de publicação é o da edição de autor, sem revisão por pares. Há, no entanto, que convir que os sistemas de publicação tradicionais não estão imunes a esta possibilidade. Para fazer face à questão, algumas organizações têm vindo a publicar linhas orientadoras destinadas a promover padrões de qualidade das edições, como as da *Modern Language Association*<sup>41</sup>, ou as do *Institut für Dokumentologie und Editorik*<sup>42</sup>.

Tanto Barbara Bordalejo<sup>43</sup> como Roberto Rosselli Del Turco<sup>44</sup> apontam os elevados recursos, financeiros e humanos (académicos e técnicos), empregados em alguns projetos editoriais, que consomem muito tempo e exigem competências relativamente especializadas, cujas componentes tecnológicas não estão habitualmente acessíveis àqueles que trabalham em humanidades. Consciente deste entrave, Elena Pierazzo distingue a edição *Haute couture*, para se referir a paradigmas

<sup>39</sup> Para um aprofundamento destas vantagens, mas também para a identificação dos problemas que afetam a edição académica digital, consulte-se BUZZONI, Marina – “A protocol for scholarly digital editions? The Italian point of view”, 59-82, e o texto de DEL TURCO, Roberto Rosselli – “The battle we forgot to fight. Should we make a case for digital editions?”, 219-238, ambos in Matthew James Driscoll; Elena Pierazzo (eds.) – *Digital Scholarly Editing. Theories and Practices* [em linha]. Cambridge: Open Book Publishers, 2016. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11647/OBP.0095.04> [consultado a 21 de outubro de 2022]. Também os estados da questão, por ROBINSON, Peter – “The digital revolution in scholarly editing”, in Barbara Crostini *et al.* (eds.) – *Ars Edendi Lecture Series*, vol. IV [em linha]. Estocolmo: Stockholm University Press, 2016, 181-207. Disponível em <http://dx.doi.org/10.16993/baj.h> [consultado a 21 de outubro de 2022], e por BORDALEJO, Barbara – “Digital versus analogue textual scholarship or the revolution is just in the title”. *Digital Philology. A Journal of Medieval Cultures*, 7, 1 (2018), 7-28.

<sup>40</sup> Bordalejo, “Digital versus Analogue...”, 9-11.

<sup>41</sup> MLA Committee on Scholarly Editions – *MLA Statement on the Scholarly Edition in the Digital Age* [em linha], 2016. Disponível em <https://www.mla.org/Resources/Guidelines-and-Data/Reports-and-Professional-Guidelines/Other/Reports-from-the-MLA-Committee-on-Scholarly-Editions/MLA-Statement-on-the-Scholarly-Edition-in-the-Digital-Age> [consultado a 21 de outubro de 2022]. Assim como MLA – *Guidelines for Editors of Scholarly Editions* [em linha], 2022. Disponível em <https://www.mla.org/Resources/Guidelines-and-Data/Reports-and-Professional-Guidelines/Publishing-and-Scholarship/Guidelines-for-Editors-of-Scholarly-Editions> [consultado a 21 de outubro de 2022].

<sup>42</sup> SAHLE, Patrick, *et al.* – *Criteria for Reviewing Scholarly Digital Editions*, version 1.1 [em linha]. 2014. Disponível em <https://www.i-d-e.de/publikationen/weitereschriften/criteria-version-1-1/> [consultado a 21 de outubro de 2022].

<sup>43</sup> Bordalejo, “Digital versus Analogue...”, 11.

<sup>44</sup> Del Turco, “The battle we forgot to fight...”, 227 e 232-234, assim como DEL TURCO, Roberto Rosselli – “Designing an advanced software tool for digital scholarly editions. The inception and development of EVT (Edition Visualization Technology)”, *Textual Cultures* [em linha], 12, 2 (2019), 91-111. Disponível em <https://doi.org/10.14434/textual.v12i2.27690> [consultado a 17 de outubro de 2022]. O problema tecnológico tem vindo a ser objeto de uma atenção cada vez mais cuidada, através do desenvolvimento de *software* amigável, não só destinado a servir as fases de codificação como, em geral, aquelas operações com que os humanistas estão menos familiarizados, relacionadas com a visualização das edições digitais.

editoriais tecnologicamente mais sofisticados, da edição *Prêt-à-porter*, para aqueles que, não tendo acesso àqueles meios, pretendam avançar neste domínio<sup>45</sup>. A autora incentiva estes últimos a não desistir, defendendo, por conseguinte, a coexistência destas duas modalidades com vista ao desenvolvimento e manutenção de um ambiente académico saudável<sup>46</sup>.

Muitos autores têm procurado definir *edição académica digital*, sublinhando a imperiosa necessidade de a distinguir da enorme massa de objetos tão-somente *digitalizados* que numerosas instituições patrimoniais têm vindo a disponibilizar nas suas páginas *web*. Um pouco por todo o mundo, bibliotecas, arquivos e museus já digitalizaram um volume incomensurável de documentação, criando aquilo a que chamam *bibliotecas digitais*, mas que, a maioria das vezes, mais não são do que *bibliotecas digitalizadas*. Para os teóricos da edição digital, não é possível aceitar estas digitalizações como tratando-se de edições académicas digitais, uma vez que elas não acrescentam metadados passíveis de uma leitura automática dos dados documentais, textuais e não-textuais, para além dos dados indispensáveis à catalogação dos objetos digitalizados. Nesta ordem de ideias, nem sequer as edições críticas digitalizadas são edições digitais. O seu elemento comum reside apenas no ato da digitalização e colocação em linha, que facilita naturalmente o acesso das imagens ao leitor, que aí poderá encontrar alternativa à consulta da documentação *in loco*.

Patrick Sahle lembra que a edição digital é aquela que, sendo impressa, não acarreta perda de informação e funcionalidade, uma vez que ela se rege por um outro paradigma, o digital<sup>47</sup>. Este paradigma pressupõe funcionalidades diversificadas, hipertextuais e interativas, que decorrem de um código-fonte capaz de gerar múltiplas visualizações, leituras e automatizações, segundo o princípio da separação do conteúdo da forma, ou, dito de outro modo, da separação do código face às suas possíveis visualizações<sup>48</sup>. Sahle parte da clara distinção entre *pensamento clássico* ou *analógico* e *pensamento digital*, o primeiro está focado no produto, no

<sup>45</sup> PIERAZZO, Elena – “What future for digital scholarly editions? From haute couture to prêt-à-porter”. *International Journal of Digital Humanities*, 1 (2019), 209-220.

<sup>46</sup> Encontramos o mesmo posicionamento em CUMMINGS, James – “Opening the book: data models and distractions in digital scholarly editing”. *International Journal of Digital Humanities* [em linha], 1 (2019), 179-193. Disponível em <https://doi.org/10.1007/s42803-019-00016-6> [consultado a 22 de outubro de 2022]. Para o autor, os editores digitais devem preocupar-se apenas com um conjunto essencial de ferramentas já disponíveis e altamente experimentadas e melhoradas nos últimos anos, destinadas a servir operações de codificação e visualização fundamentais, e não com desenvolvimentos tecnológicos avançados, acessíveis apenas a equipas interdisciplinares e com níveis de financiamento reservados a muito poucos.

<sup>47</sup> SAHLE, Patrick – “What is a scholarly digital edition?”. in Matthew James Driscoll; Elena Pierazzo (eds.) – *Digital Scholarly Editing. Theories and Practices* [em linha]. Cambridge: Open Book Publishers, 2016, 27-28. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11647/OBP.0095.04> [consultado a 22 de outubro de 2022].

<sup>48</sup> Voltarei a esta distinção mais à frente, a propósito, por um lado, do ficheiro que contem, em linguagem de marcação, a codificação dos dados e, por outro lado, as transformações que a aplicação de linguagens de marcação e programação farão àquele ficheiro com vista à visualização desses dados.

aspeto que o fólio apresenta; o segundo, no processo e na captação da natureza do conteúdo publicado. A edição digital não se limita a reproduzir digitalmente a edição impressa, ela acrescenta metadados aos dados constituídos pela disposição do texto na página. A noção de texto adquire aqui uma outra complexidade, pois revela distintas dimensões, ou camadas de representação textual, que a edição digital poderá apreender em simultâneo, como os aspetos visuais, materiais, paleográficos, linguísticos ou semânticos de um texto, resultando num texto múltiplo<sup>49</sup>.

Alguns autores têm vindo a reconhecer distintos modelos de edições académicas digitais a partir da constituição de inventários cada vez mais difíceis de atualizar, dada a explosão que as edições têm vindo a conhecer à escala global<sup>50</sup>. Começamos também a dispor de análises aplicadas aos catálogos constituídos com vista à compreensão das lógicas de receção das edições digitais, designadamente para responder de um modo mais intencionado aos perfis da procura<sup>51</sup>.

Tiziana Mancinelli e Elena Pierazzo classificam as edições digitais de acordo com três critérios: quanto ao método editorial empregado, quanto ao método de trabalho, e quanto ao modo de apresentação dos dados. Dentro do primeiro tipo, distinguem as edições documentais ou diplomáticas, aplicadas aos textos representados por um só testemunho e às fontes com que os historiadores tendem a trabalhar; as edições críticas de fontes literárias cujo original não se conserva; as edições genéticas, que procuram dar conta das sucessivas etapas de trabalho dos autores modernos, cujos originais chegaram até nós; e as edições compósitas, aplicadas a casos especiais de autores representados por produções híbridas (por exemplo, texto, composições musicais, correspondência, produção plástica...). Quanto ao método de trabalho, as autoras identificam a edição colaborativa, que não define à partida uma ordem rígida de leitura, dando ao leitor a possibilidade de ele criar a sua edição em função dos critérios que ele entenda aplicar; e a edição social, em que participam voluntários de dentro e de fora da academia para as tarefas de transcrição, anotação, comentário, tradução e edição. Quanto ao modo

<sup>49</sup> Sahle, "What is a scholarly digital edition...", 28-33.

<sup>50</sup> Os resultados de uma análise a um catálogo de edições digitais podem ser encontrados em FRANZINI, Greta, et al. – "A catalogue of digital editions". in Matthew James Driscoll; Elena Pierazzo (eds.) – *Digital Scholarly Editing: Theories and Practices* [em linha]. Cambridge: Open Book Publishers, 2016, 161-182. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11647/OBP.0095.04> [consultado a 22 de outubro de 2022]. Consulte-se o catálogo de FRANZINI, Greta, et al. – *Catalogue of Digital Editions* [em linha]. 2016-. Disponível em <https://dig-ed-cat.acdh.oeaw.ac.at/> [consultado a 23 de outubro de 2022]. Um outro catálogo foi criado por SAHLE, Patrick – *A Catalog of Digital Scholarly Editions* [em linha]. 2008-. Disponível em <https://v3.digitale-edition.de/> [consultado a 23 de outubro de 2022]

<sup>51</sup> Neste último âmbito, é de sublinhar o estudo elaborado por KELLY, Aodhán – *Disseminating Digital Scholarly Editions of Textual Cultural Heritage*. Antuérpia: Universidade de Antuérpia, 2017. Tese de Doutoramento. Disponível em <https://hdl.handle.net/10067/1558180151162165141>. Uns anos antes, já Dot Porter tinha trabalhado com a mesma preocupação, embora abordando apenas as comunidades dos medievalistas: PORTER, Dot – "Medievalists and the scholarly digital edition". *Scholarly Editing* [em linha], 34 (2013). Disponível em <http://www.scholarlyediting.org/2013/essays/essay.porter.html> [consultado a 23 de outubro de 2022].

de apresentação dos dados, as autoras assinalam a edição hipertextual e a edição hipermedia, que dependem, respetivamente, de publicação em linha e poderão assumir a feição de arquivos documentais<sup>52</sup>.

Alguns tipos de edição têm vindo a ganhar um estatuto dominante, graças ao seu valor heurístico e hermenêutico. De entre eles, destaca-se aquele a que Elena Pierazzo<sup>53</sup> e Patrick Sahle<sup>54</sup> designam de *edição paradigmática*. Trata-se da edição que utiliza uma linguagem de marcação, como a XML (*Extensible Markup Language*), que adiciona informação ao texto que está a ser editado e que permite extrair toda ou alguma dessa informação, a pedido. Ou seja, um só código-fonte permite gerar vários resultados. Alguns dos resultados são de ordem representacional (como o desenvolvimento ou não de abreviaturas), outros são de ordem estatística ou para efeitos de indexação. Para isso, cria-se um ficheiro que contem o código-fonte (os ingredientes); um ou mais ficheiros com os *scripts* de transformação desse código (as receitas), e um último ficheiro com o desenho da representação pretendido (o prato cozinhado)<sup>55</sup>. O primeiro ficheiro já é considerado uma edição digital, uma vez que qualquer conhecedor da linguagem de marcação utilizada saberá ler e utilizar esse ficheiro. Este conceito desafia as noções de edição diplomática, semidiplomática, crítica, ou interpretativa/modernizadora individualmente consideradas, pois podemos ter reunidos no mesmo código-fonte (na mesma edição) todos estes critérios de transcrição em simultâneo. No fundo, o princípio definidor fundamental deste modelo editorial é, como referi, o da separação entre o código-fonte e a representação desse código. Estas edições permitem, assim, oferecer mais do que uma dimensão do texto editado, permitem sobrepor múltiplas características do texto, permitem usar várias teorias editoriais em simultâneo; são, por tudo isto, potencialmente ilimitadas. Uma das aplicações mais comuns deste modelo são as edições digitais paralelas ou sinóticas, que produzem leituras múltiplas do texto, sem assumir nenhuma delas como sendo a melhor ou a mais autorizada<sup>56</sup>.

<sup>52</sup> Mancinelli; Pierazzo, *Che Cos'è un'Edizione Scientifica Digitale...*, 19-26.

<sup>53</sup> PIERAZZO, Elena – *Digital Scholarly Editing. Theories, Models and Methods*. Farnham, Surrey, Burlington: Ashgate, 2015, 25-29; e PIERAZZO, Elena – “Modelling digital scholarly editing. From Plato to Heracitus”. in Matthew James Driscoll; Elena Pierazzo (eds.) – *Digital Scholarly Editing: Theories and Practices* [em linha]. Cambridge: Open Book Publishers, 2016, 41-58. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11647/OBP.0095.04> [consultado a 23 de outubro de 2022].

<sup>54</sup> Sahle, “What is a scholarly digital edition...”, 32.

<sup>55</sup> Metáfora utilizada por Pierazzo, *Digital Scholarly Editing...*, 28.

<sup>56</sup> Para além da edição paradigmática, têm sido propostos outros modelos. É o caso do modelo filogenético ou cladístico, inspirado em estudos biológicos para a evolução das espécies, que procura identificar automaticamente relações entre os textos a partir da colação das variantes (cf. Pierazzo, *Digital Scholarly Editing...*, 17-18). É também o caso do modelo rizomorfo, que, de acordo com a metáfora pós-moderna do rizoma, procura representar o dinamismo do texto movente, sincrónica e diacronicamente. Veja-se SARGENT, Michael G. – “Editing Walter Hilton’s *scale of perfection*. The case for a rhizomorphic historical edition”. in Vincent Gillespie; Anne Hudson (eds.) – *Probable Truth. Editing Medieval Texts from Britain in the Twenty-First Century*. Turnhout: Brepols, 2013, 509-534.

## 5.

Para fazer face às potencialidades trazidas pela computação e facilitar os processos de trabalho dos editores académicos, é criada, em 1987, a *Text Encoding Initiative*<sup>57</sup>, abreviadamente TEI, um consórcio internacional de trabalho no domínio das humanidades digitais, que congrega múltiplas instituições e investigadores por todo o mundo. A comunidade de utilizadores encontra aqui um conjunto de ferramentas que lhe permite codificar, processar, pesquisar, publicar e preservar textos de qualquer espécie. A TEI desenvolve e mantém atualizadas as suas linhas diretrizes, que constituem um manual de codificação e recomendação de boas práticas, especificando métodos concretos para representar características estruturais, físicas e conceptuais dos textos. As primeiras *Guidelines* surgiram na década de 1990, mas a versão atual (P5) data de 2007<sup>58</sup>.

A linguagem de marcação adotada nas diretrizes TEI é a XML (*Extensible Markup Language*)<sup>59</sup>, que se distingue de outras linguagens por assumir uma matriz declarativa-estrutural, destinada a associar categorias e funções aos segmentos de texto em edição, ao invés de optar por uma linguagem do tipo específico-procedimental, destinada a prescrever os modos de representação dessas unidades textuais. A XML foi criada pelo *World Wide Web Consortium* e lançada em 1996 – embora viesse a adquirir estabilidade a partir de 1998 – para simplificar a SGML (*Standard Generalized Markup Language*), que vinha sendo desenvolvida desde os anos 1960. Tal como esta, a XML é uma metalinguagem declarativa, um sistema de regras que permite criar documentos auxiliares – o DTD (*Document Type Definition*) ou o *Esquema*<sup>60</sup> – que constituem gramáticas ou vocabulários de codificação, como aquele que a TEI propõe.

<sup>57</sup> A página em linha deste consórcio encontra-se disponível em <https://tei-c.org/>. Aqui encontramos a ampla documentação de suporte ao trabalho editorial de acordo com os princípios e os processos propostos pela Text Encoding Initiative: a sua organização administrativa, guias diretrizes (*Guidelines for Text Encoding and Interchange*), material didático, a sua publicação periódica oficial (*Journal of the Text Encoding Initiative*) e as atividades científicas que organiza e promove, a lista de projetos que utilizam as suas orientações e um conjunto de ferramentas digitais de apoio às operações de codificação, transformação e visualização das edições digitais.

<sup>58</sup> *TEI Guidelines for Electronic Text Encoding and Interchange* [em linha]. 2007-. Disponível em <https://tei-c.org/release/doc/tei-p5-doc/en/html/index.html> [consultado a 30 de outubro de 2022].

<sup>59</sup> Sobre esta e outras linguagens que indicarei a seguir, explore-se a página em linha do *World Wide Web Consortium*: <https://www.w3.org/standards/>. Muitos materiais didáticos para a aprendizagem dos padrões editoriais com que as edições digitais operam são disponibilizados pelo mesmo consórcio, em <https://www.w3schools.com/>. Um manual acessível aos estudantes em humanidades foi elaborado por PIERAZZO, Elena – *La Codifica dei Testi. Un'introduzione*. Roma: Carocci, 2005, 29-39, embora merecesse uma nova edição que acolhesse as simplificações e as ferramentas entretanto criadas. Veja-se, também, o capítulo integrado nas normas TEI, intitulado *A Gentle Introduction to XML*, disponível em <https://tei-c.org/release/doc/tei-p5-doc/en/html/index.html>.

<sup>60</sup> Um documento XML pode conter um DTD interno ou este poderá encontrar-se num ficheiro externo, para o que será necessário estabelecer a respetiva ligação. Em 2001, o W3C (*World Wide Web Consortium*) criou o *esquema* como alternativa mais flexível ao DTD; entre 2003 e 2008, a linguagem *Relax NG*, destinada a criar esquemas para documentos XML, passou a ser recomendada e atualizada, pelo que o consórcio TEI optou

A XML é legível tanto pelos humanos como pelas máquinas, é independente de *hardware* ou de *software* (o que evita a sua obsolescência), e é independente de linguagens naturais ou de sistemas de escrita, o que permite imprimir, arquivar e analisar quaisquer dados textuais. Captura os significados das unidades textuais por meio de anotações (as marcações, etiquetas ou *tags*), separando o conteúdo textual (os dados e metadados) das instruções de formatação e visualização, as quais precisam da associação a linguagens de transformação e a folhas de estilo<sup>61</sup>.

O funcionamento da XML baseia-se, assim, no conceito de marcação, isola segmentos de texto aos quais se associam etiquetas com nome próprio para indicar uma função estrutural, formal ou semântica. A unidade básica da marcação em XML é denominada *elemento*. Um documento XML implica a adoção de uma sintaxe dependente de um modelo abstrato (os referidos DTD ou o Esquema) que especifica a lista dos elementos que poderão ser utilizados nesse ficheiro e o modo como devem ser aninhados uns nos outros. Este modelo reflete, por conseguinte, a modelação de dados que adotamos num determinado projeto. Ele será particularmente útil para trabalhar em equipa ou em projetos individuais de longa duração, uma vez que define todas as normas de uso de cada elemento selecionado, permitindo controlar automaticamente a validade e boa formação<sup>62</sup> do documento-ficheiro que contém o código-fonte da edição. No entanto, a linguagem XML é extensível. Podemos acrescentar novos elementos em função de necessidades não satisfeitas

---

por esta última solução. Ainda assim, o utilizador não necessita de operar com todos os módulos, elementos e atributos pré-estabelecidos no esquema *TEI All*, poderá optar por trabalhar com uma versão reduzida desse esquema (*TEI Lite*), ou selecionar os módulos e elementos que lhe convêm, com o auxílio da aplicação ROMA. Esta ferramenta gera um ODD (*One Document Does it All*), um ficheiro XML-TEI que documenta, em qualquer língua, o esquema do nosso projeto. Ele é extremamente útil, uma vez que é o único de documento que pode ser carregado na aplicação ROMA com vista à modificação do esquema do nosso projeto ao longo do processo, adicionando ou subtraindo elementos, atributos e valores. Sobre estes conceitos, funcionalidades e metodologias, veja-se ALLÉS TORRENT, Susanna – “Introducción a la Text Encoding Initiative”. *TTHub. Text Technologies Hub: Recursos sobre tecnologías del texto y edición digital* [em linha], 2019. Disponível em <https://TTHub.io/aprende/introduccion-a-tei/> [consultado a 29 de outubro de 2022]. Um outro tutorial, de consulta obrigatória, para o conhecimento deste e outros aspetos da TEI, encontra-se em TERRAS, Melissa, *et al.* – *TEI by Example* [em linha], 2006-. Disponível em <https://teibyexample.org> [consultado a 29 de outubro de 2022]. Assim como BURNARD, Lou – *What Is the Text Encoding Initiative? How to Add Intelligent Markup to Digital Resources* [em linha]. Marselha: OpenEdition Press, 2014. Disponível em <https://books.openedition.org/oepp/426> [consultado a 29 de outubro de 2022].

<sup>61</sup> Com recurso ao código CSS – *Cascading Style Sheets*. Esta linguagem define o modo como os elementos de um documento XML ou HTML devem ser apresentados na tela.

<sup>62</sup> Os conceitos de documento *válido* e *bem formado* são essenciais quando falamos da linguagem XML. O primeiro implica que o documento XML se conforma com a gramática definida pelo DTD ou o esquema que adotamos; o segundo significa que o documento respeita a estrutura e a sintaxe da própria linguagem XML. Veja-se, entre outros, Allés Torrent, “Introducción a la Text Encoding Initiative...”. Há um editor proprietário que permite controlar automaticamente a validação e boa formação dos ficheiros XML-TEI, para além de permitir trabalhar amigavelmente com as linguagens que operam com a XML. Trata-se do *Oxygen XML Editor*, desenvolvido pela Syncro Soft SRL, disponível em <https://www.oxygenxml.com/>. Este é o editor preferido da comunidade TEI.

por gramáticas e vocabulários oficialmente constituídos, como aquele que a TEI nos propõe.

A sintaxe fundamental da linguagem XML é constituída por um elemento, por um ou mais atributos e os respetivos valores<sup>63</sup>. Um documento XML tem forma de árvore. Aninha elementos dentro de outros elementos, a partir de um elemento raiz. Do ponto de vista estrutural, um documento XML é composto por um conjunto de declarações iniciais (como a indicação do tipo de documento, no caso, XML), a associação a um esquema externo que valida a sintaxe do documento, a ligação a folhas de estilo e de transformação, com vista à sua publicação, e a declaração do *namespace TEI* – no caso de estarmos a usar este padrão de codificação –, que permite o reconhecimento do vocabulário TEI e que constitui o elemento raiz dentro do qual todos os outros elementos se irão aninhar. Dentro deste elemento raiz, estarão o cabeçalho do documento (*TEI Header*), que contém metadados acerca do texto editado, e o corpo do texto (*Body*), a edição propriamente dita<sup>64</sup>.

A adoção das normas TEI encontra justificação nas múltiplas vantagens que oferecem. Desde logo, a existência de uma comunidade científica que as melhora constantemente por forma a torná-las mais sólidas, mais capazes de responder à variedade de fenómenos textuais<sup>65</sup>. Outra grande vantagem prende-se com o facto de as normas terem sido pensadas para aplicar a fenómenos textuais e análise de textos de qualquer tipologia, género e disciplina, e de qualquer período cronológico, permitindo o intercâmbio entre os textos assim codificados e uma grande variedade de aplicações, plataformas e, acima de tudo, linguagens informáticas<sup>66</sup>. Hoje são numerosos os projetos XML-TEI, os quais adotam cunhos muito diversificados: edições de textos literários, documentos históricos, *corpora* linguísticos, bibliotecas e arquivos virtuais, catálogos de bibliotecas e arquivos, bases de dados, dicionários, inscrições epigráficas, editoriais e revistas científicas, edições fac-similares e linhas cronológicas<sup>67</sup>.

As *Guidelines* já contam com cerca de 500 elementos. Estes estão organizados em módulos temáticos, num total de 23, alguns dos quais particularmente profícuos para o medievalista. Cada módulo disponibiliza os elementos individualmente,

<sup>63</sup> <elemento atributo="valor">conteúdo textual</elemento>.

<sup>64</sup> Allés Torrent, "Introducción a la Text Encoding Initiative...".

<sup>65</sup> As normas preveem elementos de marcação destinadas a assinalar características estruturais, formais e semânticas dos textos.

<sup>66</sup> Todas aquelas que subjazem à codificação e formatação dos dados, designadamente com vista à sua publicação *online*, destacando-se a HTML – *Hyper Text Markup Language*, CSS – *Cascading Style Sheets*, e a linguagem de programação JavaScript (a tríade fundamental para a construção de páginas *web*). Mas também as linguagens de transformação de ficheiros XML em formatos que possam ser exibidos nos *browsers*, como a XSLT – *Extensible Stylesheet Language*, ou a XQuery, que permite fazer consultas às bases de dados constituídas pelos documentos XML. Estas linguagens de transformação, formatação e consulta operam com uma outra, a XPath, que permite navegar no interior de documentos XML com vista à obtenção de resultados de pesquisa. Sobre todas elas, veja-se <https://www.w3schools.com/>.

<sup>67</sup> Poderá consultar-se uma lista dos projetos no próprio *site* da TEI: <https://tei-c.org/activities/projects/>.

acompanhando-os de documentação detalhada que exemplifica o tipo de codificação a aplicar a cada fenómeno textual. Há quatro módulos de uso obrigatório<sup>68</sup>, os restantes são opcionais. Entre estes, destaco os módulos dedicados à codificação de aspetos paleográficos<sup>69</sup>, à descrição de suportes textuais<sup>70</sup>, à representação de características relacionadas com a disposição espacial dos textos<sup>71</sup>, à elaboração de edições críticas<sup>72</sup>, à codificação de categorias semânticas de natureza espaço-temporal e onomástica<sup>73</sup> e *corpora* linguísticos<sup>74</sup>. Mas encontramos também módulos que definem etiquetas relacionadas com texto versificado<sup>75</sup>, texto dramático<sup>76</sup> ou notação musical<sup>77</sup>.

Para finalizar, ainda que não caiba aqui detalhar as fases do processo de edição digital segundo o paradigma facilitado pela TEI, vale a pena sublinhar aquelas que me parecem ser as principais etapas, nas quais o editor deve investir uma atenção redobrada: a modelação da edição, a sua codificação e a sua representação. Tiziana Mancinelli, Elena Pierazzo<sup>78</sup> e Susanna Allés Torrent<sup>79</sup> distinguem duas operações fundamentais assentes nas noções de *input* e *output*. A primeira, relacionada com a definição do modelo de captação do texto que é objeto de edição e com a codificação desse texto de acordo com o conceito definido na fase de modelação. A segunda tem que ver com as formas como esse código será transformado para ser apresentado ao leitor, que, naturalmente, depende também do modelo estabelecido previamente. Podemos assumir a modelação como a fase decisiva, uma vez que dela dependerão as decisões a executar nas fases seguintes. Se considerarmos que qualquer edição implica uma determinada noção de texto, que toda a edição traduz uma teoria do texto, quando o texto é objeto de edição não é possível representar cientificamente todas as dimensões desse texto. O editor terá, por isso, que ter clara a dimensão que procura apreender para a poder representar na edição. É nesta operação que reside o ato de modelação. O modelo implica seleção e simplificação, implica o desenho de uma estrutura adequada ao propósito para que foi criado, no sentido de

<sup>68</sup> Os primeiros quatro, intitulados *The TEI Infrastructure*, *The TEI Header*, *Elements Available in All TEI Documents*, e *Default Text Structure*. Consulte-se o índice das *Guidelines* em <https://tei-c.org/release/doc/tei-p5-doc/en/html/index.html>.

<sup>69</sup> É o caso do módulo 5 – *Characters, Glyphs, and Writing Modes*.

<sup>70</sup> Módulo 10 – *Manuscript Description*.

<sup>71</sup> Módulo 11 – *Representation of Primary Sources*.

<sup>72</sup> Módulo 12 – *Critical Apparatus*.

<sup>73</sup> Módulo 13 – *Names, Dates, People, and Places*.

<sup>74</sup> Módulo 15 – *Language Corpora*.

<sup>75</sup> Módulo 6 – *Verse*.

<sup>76</sup> Módulo 7 – *Performance Texts*.

<sup>77</sup> Módulo 14 – *Tables, Formulae, Graphics, and Notated Music*.

<sup>78</sup> Mancinelli; Pierazzo, *Che Cos'è un'Edizione Scientifica Digitale...*, 47-87; Pierazzo, *Digital Scholarly Editing...*, 37-64.

<sup>79</sup> ALLÉS TORRENT, Susanna – “Crítica textual y edición digital o ¿dónde está la crítica en las ediciones digitales?”. *Studia Aurea* [em linha], 14 (2020), 63-98. Disponível em <https://doi.org/10.5565/rev/studiaeurea.395> [consultado a 27 de outubro de 2022].

compreender melhor o texto. Neste sentido, a construção do modelo encerra uma dupla condição heurística e hermenêutica<sup>80</sup>.

Desenhado o modelo, há que selecionar as etiquetas – de entre o conjunto de elementos oferecidos pelas diretrizes TEI e criando eventuais elementos novos, dada a extensibilidade da XML – que melhor traduzem as características do texto que o editor pretende assinalar, assim como as relações que elas estabelecem entre si. Como vimos anteriormente, o modelo será explicitado no *esquema* que acompanha o código-fonte da edição. Este constituirá o guião que orientará a fase de codificação do texto, aquela em que serão adicionados metadados aos segmentos do texto em transcrição<sup>81</sup>.

Concluída a codificação do texto, há que produzir resultados com vista à sua apresentação, uso e fruição. Já referi que esta fase depende diretamente da modelação de dados que definimos na fase inicial. Vale a pena recordar que o arquivo que contém o código-fonte e o esquema desse código constitui já uma edição. Qualquer conhecedor do padrão XML-TEI poderá explorar e transformar esse código em função dos seus interesses, dependendo do tipo de licença sob a qual esse documento seja publicado. Bastará que este código *bruto* seja conservado num repositório disponível *online*. No entanto, o mais usual é que o editor pretenda dar a ler a sua edição, pelo menos, sob a forma de um *website*, o qual poderá acolher distintos modos de leitura. É nesta fase que entram em jogo as linguagens de transformação, formatação e consulta do código-fonte XML-TEI (as referidas XSLT ou XQuery e XPath, combinadas com HTML, CSS e Javascript)<sup>82</sup>.

As Humanidades Digitais têm vindo a afirmar-se um pouco por todo o mundo, embora em Portugal registem um desenvolvimento ainda bastante insuficiente. São escassas as oportunidades de formação, são poucas as infraestruturas e os projetos de investigação, são parcas as reflexões disponíveis em língua portuguesa, mais diminutas ainda quando nos ocupamos da filologia digital<sup>83</sup>. A edição de textos

<sup>80</sup> É particularmente sugestiva a imagem que, quanto a este aspeto nos é dada por Pierazzo, *Digital Scholarly Editing...*, 38, quando refere que do mesmo modo que um mapa pode ser considerado um modelo idealizado da Terra para satisfazer um propósito específico, a edição de uma obra pode ser considerada um modelo dessa obra, na medida em que essa edição representa a seleção de alguns traços, de entre um conjunto infinito de características da obra, organizada de acordo com um determinado ponto de vista, o do editor.

<sup>81</sup> Mancinelli; Pierazzo, *Che Cos'è un'Edizione Scientifica Digitale...*, 60-68; Pierazzo, *La Codifica dei Testi, passim*; e Allés Torrent, "Introducción a la Text Encoding Initiative..."; *passim*.

<sup>82</sup> A falta de competências que a maioria dos que estudamos Humanidades apresenta no que toca às tecnologias da informação clama, por um lado, por formação, e, por outro lado, por ferramentas que tornem este processo mais amigável. Allés Torrent, "Crítica textual..."; 79-81 refere um conjunto de projetos desenvolvidos neste sentido. Certamente que outros virão a ser criados, embora eles não nos devam afastar da necessidade de investirmos em formação específica, a qual se mostra indispensável para podermos usar com segurança as ferramentas de apoio à edição digital. Naturalmente que o trabalho em equipa com os peritos em tecnologias da informação seria altamente desejável e recomendável.

<sup>83</sup> Honrosas exceções são os contributos de GONÇALVES, Maria Filomena Gonçalves; BANZA, Ana Paula – "In limine. Património textual e humanidades digitais. Da antiga à nova filologia", 3-9 e SOUSA, Maria Clara Paixão de – "A filologia digital em língua portuguesa. Alguns caminhos", 113-138, ambos in Maria Filomena

medievais é também muito rara entre nós<sup>84</sup>. Este não é mais do que um humilde contributo na tentativa de esbater o problema, esperando que, a breve trecho, a situação se inverta e o panorama atual venha a conhecer um impulso renovador.

---

Gonçalves; Ana Paula Banza (eds.) – *Património Textual e Humanidades Digitais. Da Antiga à Nova Filologia* [em linha]. Évora: CIDEHUS, 2016. Disponível em <https://books.openedition.org/cidehus/1073> [consultado a 30 de outubro de 2022]. MARQUILHAS, Rita; HENDRICKX, Iris – “Avanços nas humanidades digitais”. in Ana Maria Martins; Ernestina Carrilho (eds.) – *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlim e Boston: De Gruyter, 2016, 252-277; MARQUILHAS, Rita – “O sabre e a montada. Observações sobre a prática de uma edição académica digital”. in R. Álvarez; E. G. Seoane (eds.) – *Calen Barbas, Falen Cartas. A Escrita en Galego na Idade Moderna*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2020, 255-269. Disponível em <http://doi.org/10.17075/cbfc.2020.007> [consultado a 21 de outubro de 2022].

<sup>84</sup> Veja-se DIONÍSIO, João (ed.) – *Leal Conselheiro: Electronic Text* [em linha]. Lisboa e Madison: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e University of Wisconsin-Madison Libraries, 2012. Disponível em <https://digiColl.library.wisc.edu/cgi-bin/IbrAmerTxt/IbrAmerTxt-idx?type=longhead&tid=IbrAmerTxt.LealConsel&pvview=hide> [consultado a 30 de outubro de 2022]; LOPES, Graça Videira, et al. – *Cantigas Medievais Galego Portuguesas* [em linha]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, NOVA-FCSH, 2011. Disponível em: <http://cantigas.fcsh.unl.pt> [consultado a 30 de outubro de 2022]; SOBRAL, Cristina (ed.) – *Corpus de Textos Antigos em Português até 1525* [em linha]. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2014-. Disponível em <http://teitok.clul.ul.pt/teitok/cta/index.php?action=home> [consultado a 30 de outubro de 2022]. Veja-se também o estado da questão por ALLÉS TORRENT, Susanna – “Digital humanities and the Iberian Middle Ages”. in E. Michael Gerli e Ryan D. Giles – *The Routledge Hispanic Studies Companion to Medieval Iberia. Unity and Diversity*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2021, 327-344.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLÉS TORRENT, Susanna – “Crítica textual y edición digital o ¿dónde está la crítica en las ediciones digitales?”. *Studia Aurea* [em linha], 14 (2020), 63-98. Disponível em <https://doi.org/10.5565/rev/studiaaurea.395> [consultado a 27 de outubro de 2022].
- ALLÉS TORRENT, Susanna – “Digital humanities and the Iberian Middle Ages”. in E. Michael Gerli; Ryan D. Giles (eds.) – *The Routledge Hispanic Studies Companion to Medieval Iberia. Unity in Diversity*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2021, 327-344.
- ALLÉS TORRENT, Susanna – “Introducción a la Text Encoding Initiative”. *TTHub. Text Technologies Hub: Recursos sobre Tecnologías del Texto y Edición Digital* [em linha], 2019. Disponível em <https://TTHub.io/aprende/introduccion-a-tei/> [consultado a 29 de outubro de 2022].
- ALVES, Daniel – “As humanidades digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico: dos exemplos internacionais ao caso português”. *Ler História* [em linha], 69 (2016), 91-103. Disponível em <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2496> [consultado a 16 de março de 2022].
- BÄCKVALL, Maja – “Description and reconstruction. An alternative categorization of philological approaches”. in Harry Lönnroth (ed.) – *Philology Matters! Essays on the Art of Reading Slowly*. Leiden e Boston: Brill, 2017, 21-34.
- BARTHES, Roland – “La mort de l’auteur”. *Manteia*, 5 (1968), 12-17.
- BÉDIER, Joseph – *La tradition manuscrite du “Lai de l’ombre”. Reflexions sur l’art d’éditer les anciens textes*. Paris: Honoré Champion, 1929.
- BLECUA, Alberto – *Manual de Crítica Textual*. Madrid: Castalia, 1987.
- BORDALEJO, Barbara – “Digital versus analogue textual scholarship or the revolution is just in the title”. *Digital Philology: A Journal of Medieval Cultures*, 7, 1 (2018), 7-28.
- BURDICK, Anne, et al. – *Digital Humanities*. Cambridge e Londres: Massachusetts Institute of Technology, 2012.
- BURNARD, Lou – *What is the Text Encoding Initiative? How to Add Intelligent Markup to Digital Resources* [em linha]. Marselha: OpenEdition Press, 2014 Disponível em <https://books.openedition.org/oepp/426> [consultado a 29 de outubro de 2022].
- BUSA, Roberto, et al. – *Index Thomisticus* [em linha]. Disponível em <https://www.corpusthomisticum.org/it/index.age> [consultado a 19 de outubro de 2022].
- BUZZONI, Marina – “A protocol for scholarly digital editions? The Italian point of view”. in Matthew James Driscoll; Elena Pierazzo (eds.) – *Digital Scholarly Editing: Theories and Practices* [em linha]. Cambridge: Open Book Publishers, 2016, 59-82. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11647/OBP.0095.04> [consultado a 21 de outubro de 2022].

- CARLQUIST, Jonas – “Medieval manuscripts, hypertext and reading. Visions of digital editions”. *Literary and Linguistic Computing*, 19, 1 (2004), 105-118.
- CASTRO, Ivo – “A fascinação dos espólios”. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, série 3, 5 (1999-2000), 161-166.
- CASTRO, Ivo – “O retorno à filologia”. in Cilene da Cunha Pereira; Paulo Roberto Dias Pereira (eds.) – *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, 511-520.
- CASTRO, Ivo; RAMOS, Maria Ana – “Estratégia e tática da transcrição”. in José Augusto França (ed.) – *Critique Textuelle Portugaise: Actes du Colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1986, 99-122.
- CEIA, Carlos – “Hipertexto”. in Carlos Ceia (ed.) – *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)* [em linha]. Disponível em <http://www.edtl.com.pt> [consultado a 8 de outubro de 2022].
- CERQUIGLINI, Bernard – *Éloge de la variante*. Paris: Seuil, 1989.
- CHIESA, Paolo – *Elementi di Critica Testuale*. 2.<sup>a</sup> ed., Bolonha: Pàtron, 2012.
- CROMPTON, Constance, et al. – “Building a social edition of the Devonshire Manuscript”. *Renaissance and Reformation/Renaissance et Réforme*, 37, 4 (2014), 131-156.
- CULLER, Jonathan – “Anti-foundational philology”. *Comparative Literature Studies*, 27, 1 (1990), 49-52.
- CUMMINGS, James – “Opening the book: data models and distractions in digital scholarly editing”, *International Journal of Digital Humanities* [em linha], 1 (2019), 179-193. Disponível em <https://doi.org/10.1007/s42803-019-00016-6> [consultado a 22 de outubro de 2022].
- DEL TURCO, Roberto Rosselli – “Designing an advanced software tool for digital scholarly editions. The inception and development of EVT (Edition Visualization Technology)”. *Textual Cultures* [em linha], 12, 2 (2019), 91-111. Disponível em <https://doi.org/10.14434/textual.v12i2.27690> [consultado a 17 de outubro de 2022].
- DEL TURCO, Roberto Rosselli – “The battle we forgot to fight. Should we make a case for digital editions?”. in Matthew James Driscoll; Elena Pierazzo (eds.) – *Digital Scholarly Editing: Theories and Practices* [em linha]. Cambridge: Open Book Publishers, 2016, 219-238. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11647/OBP.0095.04> [consultado a 21 de outubro de 2022].
- DIONÍSIO, João (ed.) – *Leal Conselheiro: Electronic Text* [em linha]. Lisboa e Madison: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e University of Wisconsin-Madison Libraries, 2012. Disponível em <https://digicoll.library.wisc.edu/cgi-bin/IbrAmerTxt/IbrAmerTxt-idx?type=longhead&id=IbrAmerTxt.LealConsel&pview=hide> [consultado a 30 de outubro de 2022].
- DRISCOLL, Matthew James – “The words on the page. Thoughts on philology, old and new”. in Judy Quinn; Emily Lethbridge (eds.) – *Creating the Medieval Saga*.

- Versions, Variability and Editorial Interpretations of Old Norse Saga Literature*. Odense: University Press of Southern Denmark, 2010, 87-104.
- DUARTE, Luiz Fagundes – *Os Palácios da Memória. Ensaios de Crítica Textual*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- DUVAL, Frédéric – “À quoi sert encore la philologie ? Politique et philologie aujourd’hui”. *Laboratoire italien* [em linha] 7 (2007), 17-30 Disponível em <https://doi.org/10.4000/laboratoireitalien.128> [consultado a 21 de julho de 2021].
- DUVAL, Frédéric – “La philologie française, pragmatique avant tout ? L’édition des textes médiévaux français en France”, in Frédéric Duval (ed.) – *Pratiques philologiques en Europe*. Paris: École National des Chartes, 2006, 92-119.
- FEHÉR, István M. – “Hermeneutics and philology. ‘Understanding the matter’, ‘Understanding the text’”. *Continental Philosophy Review*, 34 (2001), 269-285.
- FOUCAULT, Michel – “Qu’est-ce qu’un auteur ?”, *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, 63, 3 (1969), 73-104.
- FRANZINI, Greta, *et al.* – “A Catalogue of Digital Editions”. in Matthew James Driscoll; Elena Pierazzo (eds.) – *Digital Scholarly Editing: Theories and Practices* [em linha]. Cambridge: Open Book Publishers, 2016, 161-182. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11647/OBP.0095.04> [consultado a 22 de outubro de 2022].
- FRANZINI, Greta, *et al.* – *Catalogue of Digital Editions* [em linha]. 2016-. Disponível em <https://dig-ed-cat.acdh.oeaw.ac.at/> [consultado a 23 de outubro de 2022].
- FULTON, Helen – “Editing Medieval manuscripts for modern audiences”. in Orietta da Rold; Elaine Treharne (eds.) – *The Cambridge Companion to Medieval British Manuscripts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020, 187-213.
- GONÇALVES, Maria Filomena Gonçalves; BANZA, Ana Paula – “In limine. Património textual e humanidades digitais: da antiga à nova filologia”. in Maria Filomena Gonçalves; Ana Paula Banza (eds.) – *Património Textual e Humanidades Digitais. Da Antiga à Nova Filologia* [em linha]. Évora: CIDEHUS, 2016, 3-9. Disponível em <https://books.openedition.org/cidehus/1073> [consultado a 30 de outubro de 2022].
- GREG, Walter W. – *The Editorial Problem in Shakespeare. A Survey of the Foundations of the Text*. Oxford: Clarendon, 1942.
- HAUGEN, Odd Einar – “The making of an edition: three crucial dimensions”. in Daniel Apollon *et al.* (eds.) – *Digital Critical Editions*. Urbana, Chicago e Springfield: University of Illinois Press, 2017, 203-245.
- HUI, Andrew – “The many returns of philology: a state of the field report”. *Journal of the History of Ideas*, 78, 1 (2017), 137-156.
- HUITFELDT, Claus – “Markup technology and textual scholarship”. in Daniel Apollon *et al.* (eds.) – *Digital Critical Editions*. Urbana, Chicago e Springfield: University of Illinois Press, 2017, 157-178.

- KELLY, Aodhán – *Disseminating Digital Scholarly Editions of Textual Cultural Heritage*. Antuérpia: Universidade de Antuérpia, 2017. Tese de Doutoramento. Disponível em <https://hdl.handle.net/10067/1558180151162165141>.
- KISS, Farkas Gábor, *et al.* – “Old light on new media: Medieval practices in the digital age”, *Digital Philology: A Journal of Medieval Cultures*, 2, 1 (2013), 16-34.
- KRAUSE, Marcus – “‘The return to philology’. About the eternal recurrence of a theoretical figure”. in Pál Kelemen; Nicolas Pethes (eds.) – *Philology in the Making (Analog/Digital Cultures of Scholarly Writing and Reading)*. Bielefeld: Transcript, 2019, 39-55.
- LE DEUFF, Olivier – *Digital Humanities: History and Development*. Londres e Hoboken: ISTE e Wiley, 2018, 47-63.
- LOPES, Graça Videira, *et al.* – *Cantigas Medievais Galego Portuguesas* [em linha]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, NOVA-FCSH, 2011-. Disponível em: <http://cantigas.fcsh.unl.pt> [consultado a 30 de outubro de 2022].
- MANCINELLI, Tiziana; PIERAZZO, Elena – *Che Cos'è un'Edizione Scientifica Digitale*. Roma, Carocci, 2020.
- MARQUILHAS, Rita – “O sabre e a montada. Observações sobre a prática de uma edição académica digital”. in R. Álvarez; E. G. Seoane (eds.) – *Calen Barbas, Falen Cartas. A Escrita en Galego na Idade Moderna*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2020, 255-269. Disponível em <http://doi.org/10.17075/cbfc.2020.007> [consultado a 21 de outubro de 2022].
- MARQUILHAS, Rita; HENDRICKX, Iris – “Avanços nas humanidades digitais”. in Ana Maria Martins; Ernestina Carrilho (eds.) – *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlim e Boston: De Gruyter, 2016, 252-277.
- McGANN, Jerome – “Coda. Why digital textual scholarship matters; or, philology in a new key”. in Neil Fraistat; Julia Flanders (eds.) – *The Cambridge Companion to Textual Scholarship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, 274-288.
- McGANN, Jerome – *A Critique of Modern Textual Criticism*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.
- MLA [Modern Language Association] – *Guidelines for Editors of Scholarly Editions* [em linha]. 2022. Disponível em <https://www.mla.org/Resources/Guidelines-and-Data/Reports-and-Professional-Guidelines/Publishing-and-Scholarship/Guidelines-for-Editors-of-Scholarly-Editions> [consultado a 21 de outubro de 2022].
- MLA [Modern Language Association] – *MLA Statement on the Scholarly Edition in the Digital Age* [em linha]. 2016. Disponível em <https://www.mla.org/Resources/Guidelines-and-Data/Reports-and-Professional-Guidelines/Other/Reports-from-the-MLA-Committee-on-Scholarly-Editions/MLA-Statement-on-the-Scholarly-Edition-in-the-Digital-Age> [consultado a 21 de outubro de 2022].

- NICHOLS, Stephen G. – “Dynamic reading of Medieval manuscripts”. *Florilegium*, 32 (2015), 19-57.
- NICHOLS, Stephen G. – “Introduction. Philology in a manuscript culture”. *Speculum: A Journal of Medieval Studies*, 65, 1 (1990), 1-10.
- ORLEMANSKI, Julie – “Philology and the turn away from the Linguistic Turn”. *Florilegium*, 32 (2015), 157-181.
- PALMER, Richard E. – *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- PASQUALI, Giorgio – *Storia della Tradizione e Critica del Testo*. Florença: Le Monnier, 1934.
- PÉREZ MOLINA, Miguel E. (ed.) – *Gaspar Morocho Gayo – Estudios de Crítica Textual. In Memoriam*. Murcia: Universidad de Murcia, 2004.
- PICHLER, Alois; BRUVIK, Tone Merete – “Digital critical editing. Separating encoding from presentation”. in Daniel Apollon, *et al.* (eds.) – *Digital Critical Editions*. Urbana, Chicago e Springfield: University of Illinois Press, 2017, 179-199.
- PIERAZZO, Elena – “Modelling digital scholarly editing. From Plato to Heraclitus”. in Matthew James Driscoll; Elena Pierazzo (eds.) – *Digital Scholarly Editing: Theories and Practices* [em linha]. Cambridge: Open Book Publishers, 2016, 41-58. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11647/OBP.0095.04> [consultado a 23 de outubro de 2022].
- PIERAZZO, Elena – “What future for digital scholarly editions? From haute couture to prêt-à-porter”, *International Journal of Digital Humanities*, 1 (2019), 209-220.
- PIERAZZO, Elena – *Digital Scholarly Editing: Theories, Models and Methods*. Farnham, Surrey, Burlington: Ashgate, 2015.
- PIERAZZO, Elena – *La Codifica dei Testi: Un’Introduzione*. Roma: Carocci, 2005.
- PORTELA, Manuel; SILVA, António Rito (eds.) – *Arquivo LdoD: Arquivo Digital Colaborativo do Livro do Desassossego* [em linha]. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, 2017. Disponível em <https://ldod.uc.pt/> [consultado a 19 de outubro de 2022].
- PORTER, Dot – “Medievalists and the scholarly digital edition”, *Scholarly Editing* [em linha], 34 (2013). Disponível em <http://www.scholarlyediting.org/2013/essays/essay.porter.html> [consultado a 23 de outubro de 2022].
- QUENTIN, Henri – *Essais de critique textuelle (ecdotique)*. Paris: Picard, 1926.
- ROBINSON, Peter – “The digital revolution in scholarly editing”. in Barbara Crostini *et al.* (eds.) – *Ars Edendi Lecture Series*, vol. IV [em linha]. Estocolmo: Stockholm University Press, 2016, 181-207. Disponível em <http://dx.doi.org/10.16993/baj.h> [consultado a 21 de outubro de 2022].
- ROBINSON, Peter – “The history of scholarly digital editions, Plc.”, *Papers of the Bibliographical Society of Canada*, 51, 1 (2013), 83-104.
- SAHLE, Patrick – “What is a scholarly digital edition”. in Matthew James Driscoll; Elena Pierazzo (eds.) – *Digital Scholarly Editing: Theories and Practices* [em linha].

- Cambridge: Open Book Publishers, 2016, 19-39. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11647/OBP.0095.04> [consultado a 22 de outubro de 2022].
- SAHLE, Patrick – *A Catalog of Digital Scholarly Editions* [em linha]. 2008-. Disponível em <https://v3.digitale-edition.de/> [consultado a 23 de outubro de 2022].
- SAHLE, Patrick, *et al.* – *Criteria for Reviewing Scholarly Digital Editions*, version 1.1 [em linha]. 2014. Disponível em <https://www.i-d-e.de/publikationen/weitereschriften/criteria-version-1-1/> [consultado a 21 de outubro de 2022].
- SARGENT, Michael G. – “Editing Walter Hilton’s scale of perfection. The case for a rhizomorphic historical edition”. in Vincent Gillespie; Anne Hudson (eds.) – *Probable Truth. Editing Medieval Texts from Britain in the Twenty-First Century*. Turnhout: Brepols, 2013, 509-534.
- SILVA, António Rito; e PORTELA, Manuel – “TEI4LdoD. Textual encoding and social editing in Web 2.0 environments”. *Journal of the Text Encoding Initiative* [em linha], 8 (2014) Disponível em <https://doi.org/10.4000/jtei.1171> [consultado a 19 de outubro de 2022].
- SOBRAL, Cristina – “Estemática em português: termos, história, conceitos”, *Estudos de Lingüística Galega*, 8 (2016), 205-227.
- SOBRAL, Cristina (ed.) – *Corpus de Textos Antigos em Português até 1525* [em linha]. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em <http://teitok.clul.ul.pt/teitok/cta/index.php?action=home> [consultado a 30 de outubro de 2022].
- SOUSA, Maria Clara Paixão de – “A filologia digital em língua portuguesa. Alguns caminhos”. in Maria Filomena Gonçalves ; Ana Paula Banza (eds.) – *Património Textual e Humanidades Digitais. Da Antiga à Nova Filologia* [em linha]. Évora: CIDEHUS, 2016, 113-138. Disponível em <https://books.openedition.org/cidehus/1073> [consultado a 30 de outubro de 2022].
- SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio – *Fundamentos da Crítica Textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- Syncro Soft SRL – *Oxygen XML Editor* [em linha]. S.d. Disponível em <https://www.oxygenxml.com/>.
- TEI [Text Encoding Initiative] [em linha] Disponível em <https://tei-c.org/> [consultado a 30 de outubro de 2022].
- TEI Guidelines for Electronic Text Encoding and Interchange [em linha], 2007. Disponível em <https://tei-c.org/release/doc/tei-p5-doc/en/html/index.html> [consultado a 30 de outubro de 2022].
- TERRAS, Melissa, *et al.* – *TEI by Example* [em linha], 2006. Disponível em <https://teibye-sample.org> [consultado a 29 de outubro de 2022].

- The Devonshire Manuscript* [em linha]. Wikibooks, The Free Textbook Project, 2021. Disponível em [https://en.wikibooks.org/w/index.php?title=The\\_Devonshire\\_Manuscript&oldid=3991579](https://en.wikibooks.org/w/index.php?title=The_Devonshire_Manuscript&oldid=3991579) [consultado a 30 de outubro de 2022].
- TROVATO, Paolo – *Everything You Always Wanted to Know about Lachmann’s Method. A Non-Standard Handbook of Genealogical Textual Criticism in the Age of Post-Structuralism, Cladistics, and Copy-Text*. Padua: Libreriauniversitaria.it, 2014.
- VANHOUTTE, Edward – “The gates of hell. History and definition of digital humanities computing”. in Melissa Terras *et al.* (eds.) – *Defining Digital Humanities. A Reader*. Surrey e Burlington: Ashgate, 2013, 119-156.
- W3C [World Wide Web Consortium] – “W3Schools” [em linha]. Disponível em <https://www.w3schools.com/> [consultado a 30 de outubro de 2022].
- W3C [World Wide Web Consortium] – “Web Standards” [em linha]. Disponível em <https://www.w3.org/standards/> [consultado a 30 de outubro de 2022].
- WARREN, Michelle R. – “Post-philology”. in Patricia Clare Ingham; Michelle R. Warren (eds.) – *Postcolonial Moves. Medieval through Modern*. Nova Iorque e Londres: Palgrave Macmillan, 2003, 19-45.
- ZINELLI, Fabio – “L’édition des textes médiévaux italiens en Italie”, in Frédéric Duval (ed.) – *Pratiques philologiques en Europe*. Paris: École National des Chartes, 2006, 62-91.
- ZUMTHOR, Paul – *Essai de poétique médiévale*. Paris: Seuil, 1972.



# Editing in *absentia*: the Portuguese fragments of Comestor's *Historia Scholastica*

*Mariana Leite*

IF, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n  
4150-564 Porto, Portugal  
msleite@letras.up.pt

## **Abstract**

This work assesses the challenges of working with fragmentary texts, or those transmitted in problematic and very late witnesses, to establish an edition that makes it possible, at the same time, to present an accessible and coherent version of the Portuguese translation of Pedro Comestor's *Historia Scholastica* (14<sup>th</sup>-15<sup>th</sup> centuries) and, simultaneously, to reveal the plurality of supports and phases of transmission of the text, in which the choice of digital edition has proved to be especially pertinent.

## **Keywords**

*Historia Scholastica*; biblical translation; digital edition; critical edition; modern transmission of medieval texts

## **Biographical note**

Mariana Leite obtained her PhD in Literature from the University of Porto in 2013, with a thesis on the Portuguese reception of the *General Estoria* of Alfonso X of Castile. She concluded a postdoctoral research project at Instituto de Filosofia (U. Porto), funded by the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT), on the presence of Pedro Comestor's *Historia Scholastica* in Portugal in 2023. She was a Portuguese language and literature teacher at the École Normale Supérieure de Lyon (2014-2016) and at the Universität Zürich (2020-2021); she is currently an

assistant professor in Medieval Literature at the Faculty of Arts of the University of Porto. In recent years, she has dedicated her investigation to the presence of sources for universal chronicles (especially Biblical and Classical) in medieval Portuguese culture.

### **Editar em *absentia*: os fragmentos portugueses da *Historia Scholastica* de Comestor**

#### **Resumo**

A partir do trabalho com textos fragmentários, ou transmitidos em testemunhos problemáticos e muito tardios, avaliam-se os desafios de estabelecer uma edição que permita, ao mesmo tempo, apresentar uma versão acessível e coerente da tradução portuguesa da *Historia Scholastica* de Pedro Comestor (séculos XIV-XV) e ao mesmo tempo revelar a pluralidade de suportes e fases de transmissão do texto, no que a opção pelo suporte digital se foi revelando especialmente pertinente.

#### **Palavras-chave**

*Historia Scholastica*; tradução da Bíblia; edição digital; edição crítica; transmissão moderna de textos medievais

#### **Nota biográfica**

Mariana Leite doutorou-se em Literatura pela Universidade do Porto em 2013, com uma tese sobre a receção portuguesa da *General Estoria* de Afonso X de Castela. Concluiu um projeto de pós-doutoramento no Instituto de Filosofia (U. Porto), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), sobre a presença da *Historia Scholastica* de Pedro Comestor em Portugal em 2023. Foi professora de Língua e Literatura Portuguesa na École Normale Supérieure de Lyon (2014-2016) e na Universität Zürich (2020-2021); atualmente, é professora auxiliar de literatura medieval na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nos últimos anos, tem dedicado a sua investigação à presença de fontes para crónicas universais (sobretudo bíblicas e clássicas) na cultura medieval portuguesa.

## The *Historia Scholastica*, a medieval “best-seller”

Few texts had the same success throughout the Middle Ages and beyond as Peter Comestor's *Historia Scholastica* (HS), and perhaps its popularity and accessibility dictated a certain disregard by researchers. It is mainly a compendium of biblical history, accompanied by theological comments and historical incidents, written very simply for it was conceived with an early academic public in mind; it thus transcribes, partially verses from the Bible and then explains either the theological interpretations for said verse – often, using Jewish commentaries –, or it expands the historical context in which the Biblical action occurs. The latter led to the inclusion of several non-Biblical *incidentia*, which also built up the appeal of the HS as a universal chronicle.

The text was the product of Peter Comestor's classes as a Theology teacher at the St. Victor school in Paris. During the last years of his life, from 1168-1175, Comestor – or Manducator, the Eater of books and devourer of history – devised a compilation he dedicated to William of the White Hands, by then Archbishop of Sens, son of the Count of Blois and Champagne – the homeland of Peter, who was likely born in Troyes and spent most of his life in this city.

Although Comestor was a renowned author of his time, the HS's papal approval at the 1215 4<sup>th</sup> Latran council and rapid inclusion in the Universities' curricula dictated the success of the French author *opus magnum*. By the late 12<sup>th</sup> century, it was already used in several universities, integrating the courses' core sources<sup>1</sup>. From then onward, the popularity of the text exploded during the following centuries: it was intensively copied and printed after the 15<sup>th</sup> century.

Comestor made the most significant modifications to the HS, with a few other modifications happening quite soon after his death. The early textual fixation is understandable since its canonisation as a work of reference by the Church would leave less room for significant alterations to the text. Thus, we can consider two main manuscript families to which most witnesses belong: the gamma and the beta branches, the latter ( $\beta$ ) being the basis for Migne's edition in *Patrologia Latina* 198. Although most of the Iberian witnesses of the HS belong to this branch, it is interesting to remark that in Portugal there were, likely at the same time, witnesses not only from this branch but also one which constitutes its own branch, S, and represents an early compositional state. Indeed, besides the 13<sup>th</sup>-century copy, preserved in Alcobaça probably since very early, from the beta family, the sole witness to S is a 12<sup>th</sup>-century manuscript preserved in Santa Cruz de Coimbra<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> MOREY, James H. – “Peter Comestor, biblical paraphrase, and the medieval popular Bible”. *Speculum* 68, 1 (1993), 6-7.

<sup>2</sup> SYLWAN, Agneta – “Petrus Comestor, *Historia Scholastica*: une nouvelle edition”. *Sacris Erudiri*, 39 (2000), 345-382.

The HS's tremendous impact in academic and monastic circuits – as it was said, it was an accessible text, perfect for the education of younger clergy members – very soon reverberated in the secular world. Its thorough explanations of biblical history, associated with the ever-present references to the Pagan world – a tradition initiated with Eusebius and Jerome's Chronicle canons amplified throughout the middle ages – made it an essential source for universal chronicles produced from the 13<sup>th</sup> century onwards, such as Vicent of Beauvais's *Speculum Historiale*; the German *Christherre-Chronik* or Rudolf von Ems *Keiserchronic*; or, for the Iberian context, the Latin *Cronica Naierensis* or Rodrigo Jimenez de Rada's *Breviarium Historiae Catholicae*, not to mention its role in Alfonso X's of Castille's *General Estoria*. It was also, significantly, one of the sources for Jacobus of Voragine's *Legenda Aurea*.

Simultaneously, it became the best departing point for biblical paraphrases and vernacular *bibles historiales*. Indeed,

“Because of its comprehensive assembly of apocryphal and legendary elements, and because of its frequent translation and paraphrase, the *Historia* was the single most important medium through which a popular Bible took shape, from the thirteenth into the fifteenth century, in France, England, and elsewhere”<sup>3</sup>.

Thus, the receptions of the HS were mainly two-fold: on the one hand, it was perceived and used as a source for universal chronicles; on the other, it was perceived and used as a source for biblical paraphrases. For the latter, Comestor's text was often depurated from the pagan *incidentia* or even from some of the most complex theological observations in order to produce biblical commentaries focused on the historiographical perspective. Using the HS as such was definitively the most impactful in medieval Europe. There are known translations/ reconversions into commented bibles into Saxon, Dutch, Old French, Catalan, Old Norse, Portuguese, Czech, Old English, and paraphrases deeply dependent on Comestor's work, which suggest previous translations in Middle-High German and Castilian<sup>4</sup>.

## The Iberian Comestor

Either as a source or as an inspiration, the *Historia Scholastica* was early received and circulated almost simultaneously in the most prominent Iberian vernacular languages: as just mentioned above, Castilian, Catalan, and Portuguese. The last

<sup>3</sup> MOREY, James H. – “Peter Comestor, Biblical Paraphrase...”, 6.

<sup>4</sup> MOREY, James H. – “Peter Comestor, Biblical Paraphrase...”, 9, n. 11.

two use their Latin source for producing vernacular bibles, whilst in Castilian, the HS survives through its use in a vernacular world chronicle, the *General Estoria*.

This monumental work written by the end of Alfonso X's of Castile's life (from c. 1274 to his death in 1284), comprises the entirety of the Old Testament – including translations of the Psalms or other non-historical biblical books directly from the Bible or from commentators – as well as significant elements from Pagan history, namely the entire lore of the *Romans Antiques* – Thebes, Troy and Alexander – and translations of Classic works, such as Lucan's *Farsalia* or Ovid's *Heroides* and *Metamorphoses*. Just as these sources were almost entirely translated and integrated into Alfonso's encyclopaedic enterprises, so it happened to Comestor's *Historia Scholastica*, so closely and profusely followed that, albeit deeply intertwined with other sources, its inclusion implied a previous translation of the Latin text. This strategy is, likely, seen with other sources and materials compiled and used by the Alfonsine redactors. For instance, digested versions of the matter were firstly produced autonomously, either in Latin or directly in Castilian, to facilitate its inclusion in the larger structure of the *General Estoria*. The Alfonsine *estorias unadas* were recuperated, for example, for creating new, independent books on Troy – as it occurs with later Castilian and Galician Trojan novels<sup>5</sup> – or paraphrases on biblical history – which was the case of Bernardo de Brihuega's works<sup>6</sup>, produced in Latin for Alfonso X, which survive in this language and in Portuguese<sup>7</sup>.

Just as for the Castilian reception of the *Historia Scholastica*, in the Catalan case, it is also by royal order that Comestor's work is received: the text was commissioned to Jaume de Montjuïc by Alfons III in 1287<sup>8</sup>. For this *Biblia Rimada*, the *Historia Scholastica* was not as much of a direct source as it was the model for this Catalan rhymed adaptation of the Bible. The main difference towards the Castilian version is, obviously, the goals of each project, since in this case – just as for the Portuguese we will see afterwards – Comestor's text became a primary source for vernacular bibles, either as a model which could offer a structure to follow or as a source whose information substantially facilitated the public's understanding of the biblical text.

<sup>5</sup> PICHEL, Ricardo – “Tradición, (re)tradición e reformulación na General Estoria e na Estoria de Troya afonsinas á luz dun testemuño indirecto do séc. XIV”. e-Spania [online], 13 (2012). Available in <https://doi.org/10.4000/e-spania.21124> [consulted 1<sup>st</sup> September 2022].

<sup>6</sup> BAUTISTA, Francisco – “Alfonso X, Bernardo de Brihuega y la *General Estoria*”. *Atalaya* [online], 17 (2017). Available in <https://doi.org/10.4000/atalaya.2954> [consulted 1<sup>st</sup> September 2022].

<sup>7</sup> See SOBRAL, Cristina; CARDEIRA, Esperança – “O Livro dos Mártires de Bernardo de Brihuega. Dois séculos de leitura em português”. *Estudos de Lingüística Galega*, 10 (2018), 129-141. Available in <http://dx.doi.org/10.15304/elg.10.4613> [consulted 1<sup>st</sup> September 2022].

<sup>8</sup> CASANELLAS, Pere – “Medieval Catalan translations of the Bible”. in Xavier Terrado; Flocel Sabaté (eds.) – *Les Veus del Sagrat*. Lleida: Pagès editors, 2015, 15-34 (here, pp. 19-20); see also PUIG I TÀRRECH, Armand – “Les traduccions catalanes medievals de la Bíblia”. in Armand Puig i Tàrrach (ed.) – *El Text: Lectures i Història (Scripta Biblica, 3)*, Barcelona: Associació Bíblica de Catalunya / Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 2001, 107-231 (here, pp. 226-227).

The combination of both – translated source and model for a vernacular Bible – is precisely what occurs in the Portuguese case. The *Estorias de Abreviado Testamento Velho* is a reformulation of the Bible in Portuguese, thus working as a true vernacular bible, but not a close translation of the Vulgate<sup>9</sup>. Moreover, the HS is often shortened and simplified in this case since the goal was not to present complex theological commentaries. The fact that the most ancient version, as we will later see, was preserved in Alcobaça, being a vernacular version of Comestor, suggested its use as a manual for less instructed monks, who lacked knowledge in Latin, and this was often the Portuguese researchers' opinion<sup>10</sup>. However, this theory appears flawed when considering all the other instances of the *Historia Scholastica* translations in the Iberian Peninsula and elsewhere.

In almost all instances, the translation is commissioned or produced under the order of a king or another secular ruler. Moreover, the simplification the Latin text suffers tends to erase the more complex theological observations to present a more historical version, compatible with a public interested in sacred history and religious education but not necessarily invested in proper theological and philosophical instruction about the Bible. Likewise, the manuscript preserved in Lamego leads to other considerations. This version was undoubtedly produced for the Jewish public – since it includes the translation of the Pirke Avot<sup>11</sup> – by the end of the 15<sup>th</sup> century, by the precise time the first persecutions of the Jews occurred<sup>12</sup>. The Lamego version used both the Alcobaça lost manuscript and, very likely, another translation of the Vulgate in order to complete or simplify the commentaries by Comestor<sup>13</sup>. If the Alcobaça manuscript was made by and for a strictly monastic

---

<sup>9</sup> This is precisely the strategy of Guyard des Moulins when producing his *Bible Historiale*, which highlights the importance of comparing both versions in a more in-depth study. About Guyard, see the works of Xavier-Laurent Salvador, namely SALVADOR, Xavier-Laurent – “Guyard des Moulins, traducteur de Pierre Comestor”, in Gilbert Dahan (ed.) – *Pierre le Mangeur ou Pierre de Troyes, maître du XIIe siècle*. Turnhout: Brepols, 2013, 313-327. The same author is also the responsible for the digital edition of the *Bible Historiale*: SALVADOR, Xavier-Laurent (dir.) – *Bible Historiale*.Fr. Villetaneuse: Université Sorbonne Paris Cité, 2014. Available in <https://www.biblehistoriale.fr/> [consulted 3<sup>rd</sup> October 2022]. For a recent and thorough study, see PATTERSON, Jeanette – *Making the Bible French. The Bible Historiale and the Medieval Lay Reader*. Toronto: University of Toronto Press, 2022.

<sup>10</sup> “O Monge de Alcobaça, como se vê logo do primeiro Capitulo do Genesis, tratou de facilitar aos seus irmãos, que não soubessern a lingua Latiria, o uso das Divinas Letras, acompanhadas, como elle diz no titulo, dos dizeres dos Doutores e sabedores” (S. BOAVENTURA, Fortunato – “Introdução” a *Historias d’Abreviado Testamento Velho*. in *Collecção de Inéditos Portuguezes dos Séculos XIV e XV*, vol. II. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1829, V-XV, p. XIV).

<sup>11</sup> CASTRO, Joaquim Mendes de – “Versão medieval inédita do Pirqué Abot”. *Humanística e Teologia*, 10 (1989), 89-100; and VAQUERO, Manuela – “Bíblia de Lamego”, *Inventa MUSEU*, 2 (2015), 11-34.

<sup>12</sup> See LEITE, Mariana – “A Bíblia de Lamego. Leituras de Pedro Comestor no século XVI”. *eHumanista*, 48 (2021), 241-246.

<sup>13</sup> LEITE, Mariana – “Na senda de S. Jerónimo: as biblias portuguesas produzidas a partir da *Historia Scholastica* de Pedro Comestor”. in Arnaldo do Espírito Santo *et al.* – *Optimo magistro sodalium et amicorum munus. Homenagem a Aires A. Nascimento pelo Seu 80.º Aniversário*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, U. Lisboa, 2022, 535-543.

public, the probability of arriving in the Portuguese Jewish community, especially by the late 15<sup>th</sup> century, seems unlikely. Considering there were other moralising texts of religious inspiration the Portuguese court commissioned to different monasteries (mainly, but not exclusively, Santa Cruz and Alcobaça), perhaps this was precisely the case of the *Historia Scholastica*. It would not only be coherent with the other translations of the work outside of Portugal, but it would explain the access to a text by a community that was removed from the monastic milieu but had access to royal and other more urban and secular circuits.

### In the absence of the text: the digital edition

The Castilian and the Catalan translations of the HS have recent printed or digital editions. The GE was fully published in 2009<sup>14</sup>, and there is also an ongoing project for a digital edition of this work<sup>15</sup>; meanwhile, the *Biblias Medievales* digital editorial project included transcriptions of GE's Biblical passages<sup>16</sup>. As for the Catalan case, the *Corpus Biblicum Catalanicum*<sup>17</sup> made available digital versions of printed editions of Bible translations. Even though it is part of the editorial plan, the *Biblia Rimada* has yet to appear among the published volumes or in progress. Still, hopefully, soon, the public will be able to read this version, inspired by Comestor's work, in an accessible manner.

The Portuguese case is considerably more deprived than its Iberian counterparts. In order to understand this, as well as the issues a digital edition entails, the differences between the witnesses must be taken into account.

As previously mentioned, there are two main witnesses: Alcobaça (BA), from which all other versions seem to derive<sup>18</sup>, and Lamego (BL). There are also short fragments: Évora (BE), an 18<sup>th</sup>-century direct copy of BL, and five fragments kept in the Faculdade de Direito, Lisbon, from the 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> centuries (BLx). Excluding the Lisbon fragments, Lamego is the oldest surviving manuscript.

<sup>14</sup> ALFONSO X – *General Estoria*. 10 vols. Pedro Sánchez-Prieto Borja (ed.). Madrid: Biblioteca Castro, Fundación José Antonio de Castro, 2009.

<sup>15</sup> GAGO JOVER, Francisco; BEALE-RIVAYA, Yasmine (eds.) – “Philological annotation and textual edition”. in Francisco Peña Fernández (PI.) – *The Confluence of Religious Cultures in Medieval Historiography*. Kelowna: University of British Columbia, 2016. Available in <https://dege.ok.ubc.ca/> [consulted 19<sup>th</sup> October 2023].

<sup>16</sup> ENRIQUE-ARIAS, Andrés (dir.) – *Proyecto Biblia Medieval. Recursos para el Estudio de las Traducciones Bíblicas Castellanas en la Edad Media*. Palma de Mallorca: Universitat de les Illes Balears, 2004-. Available in <http://www.bibliamediaval.es/> [consulted 1<sup>st</sup> September 2023].

<sup>17</sup> PUIG I TÀRRECH, Armand (ed.) – *Corpus Biblicum Catalanicum*. Tarragona: Associació Bíblica de Catalunya, 2004. Available in <http://cbcat.abcat.cat/> [consulted 3<sup>rd</sup> October 2022].

<sup>18</sup> Leite, “Na senda de S. Jerónimo...”, 543.

Preserved in the Museum of Lamego, it is an exciting volume since BL replaces some elements in the HS by directly translating the Vulgate into some Genesis and Exodus chapters. Besides, it also transmits the Book of Job, lost in the BA edition, and includes a translation of Tobias and Jonas, and the Pirké Avot mentioned above. It has 213 paper folia, likely from c. 1495<sup>19</sup>, and entirely written by the same hand, in a simple yet elegant Gothic script<sup>20</sup>. Joaquim Mendes de Castro published the only edition available in 1998, which is difficult to obtain since it was an author's edition. Luckily, the manuscript is well preserved in Lamego, and thus, it is easy to proceed to its new, digital edition.

The Biblia de Alcoaça poses other complicated issues since its manuscript, Alcoaça 349<sup>21</sup>, is missing. The 19<sup>th</sup>-century editor likely took it to Rome as he fled into exile during the Portuguese civil war. Therefore, all that remains is Fortunato de S. Boaventura's edition, published in 1829, marked by the editor's zeal concerning the theological accuracy of the manuscript. Therefore, we might not even have access to trustworthy text, as Fortunato admits, in the prologue to his edition, that he could not let uncensored some controversial passages. Moreover, the editor indicates BA also had a Book of Job, partially erased afterwards by a zealous scholar who, Fortunato assumes, wanted to present a version closer to the HS, which does not contain any element from Job, one of the most debated texts in Jewish and Christian exegetic tradition. However, the 19<sup>th</sup>-century editor also considered this first Portuguese translation of Job to require a careful approach, especially concerning its theological implications. Thus, it delayed the edition of this section of the manuscript. He had, however, published the first chapters of Job in a 1827 catalogue<sup>22</sup> and promised a complete edition that never came to be.

To make matters worse, the Fortunato did not signal these eventual omissions in the text, so we can only assume what the text could have been comparing it with its Latin source. Nonetheless, the 19<sup>th</sup>-century scholar did an acceptable transcription, giving us a relatively close depiction of the lost manuscript. If indeed Fortunato censored the text, his intent could have been to copy only the HS matter, eliminating any commentaries or marginalia alien to Comestor's work. Considering this editor's

<sup>19</sup> CASTRO, Joaquim Mendes – *Bíblia de Lamego II. Estudo Bíblico-Literário*. s/l, s/n, 1998, 125.

<sup>20</sup> See the description in Castro, *Bíblia de Lamego II...*, 8-10, 123-131; BITAGAP manid 1563 in ASKINS, Arthur (ed.) – *PhiloBiblon: BITAGAP - Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses* [online]. Berkeley: The Bancroft Library, University of California, 1997-. Available in [https://philobiblon.upf.edu/html/bitagap\\_en.html](https://philobiblon.upf.edu/html/bitagap_en.html) [consulted 15<sup>th</sup> December 2022]; and SHARRER, Harvey; PINTO, Pedro – “Os fragmentos da Historia Scholastica de Pedro Comestor da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra”, in Arnaldo Espírito Santo *et al.* (eds.) – *Optimo magistro sodalium et amicorum munus. Homenagem a Aires A. Nascimento pelo Seu 80.º Aniversário*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, U. Lisboa, 2022, 515-534, here pp. 519-522.

<sup>21</sup> BITAGAP manid 1037 in Askins (ed.), *PhiloBiblon...*, and, in more detail, Sharrer; Pinto, “Os fragmentos...”, 517-519.

<sup>22</sup> S. BOAVENTURA, Fortunato de – *Commentariorum de Alcobacensi Mstorum Bibliotheca libri tres*. Coimbra: Typographia Academica-Regio, 1827, 577-580.

commentary on the state of the manuscript, how much he regrets the destruction of the Book of Job, allied to his comments on the erasure of matter in Judges, and, more importantly, its proximity to BL, I am inclined to believe Fortunato was somewhat faithful to the manuscript, and thus BA lacked matter even before the edition.

In 1958, Serafim da Silva Neto<sup>23</sup> reviewed Fortunato's edition of BA, changing some linguistic aspects of the previous; the main issue with this particular version is that it departed from Silva Neto's knowledge of the medieval Portuguese language, without any proper confrontation with the manuscript since it disappeared in the previous century. Independently of the value of his linguistic appraisal of Fortunato's edition, Silva Neto's version is even less reliable than the previous one.

Finally, we have the Evora and Lisbon fragments, all still unpublished. The first<sup>24</sup> consists of only 30 folios, with Genesis and Exodus matter, copied in a cursive hand in the second half of the 18<sup>th</sup> century<sup>25</sup>. The Lisbon fragments pertain to two copy instances (Lisboa A and Lisboa B). The oldest, Lisboa A<sup>26</sup>, dated from the mid to late 15<sup>th</sup> century, is comprised of 17 paper folios, written in two columns in a gothic cursive hand, and transmits the first chapters of Genesis in accordance to BA<sup>27</sup>. As for the Lisboa B set, all four fragments date from the early 16<sup>th</sup> century – just like the Lamego manuscript. Indeed, they share the graphic presentation (only one column) with this witness, albeit using a more cursive hand. They include matter from Genesis and Exodus (fragment n° 2<sup>28</sup>, 6 folios); Exodus (fragment n° 3<sup>29</sup>, 20 folios); and Macchabeus (fragment n° 4<sup>30</sup>, 2 folios). With only two folios, the last fragment, n° 5<sup>31</sup>, is particularly relevant because it includes matter absent from the BA available edition, namely part of Jonas and another passage of Job, matching the text preserved in BL<sup>32</sup>. Found in the Faculty of Law of Lisbon in 2009<sup>33</sup>, Harvey Sharrer and Pedro Pinto have been studying these fragments<sup>34</sup>, and they are preparing an edition which I will include in a final digital edition.

The main issue, with editing (and publishing) these witnesses in a digital format is the differences in the material transmission of the texts. The supports are diverse:

<sup>23</sup> *Bíblia Medieval Portuguesa I*. Serafim da Silva Neto (ed.). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

<sup>24</sup> BITAGAP manid 3423 in Askins (ed.), *PhiloBiblon*...

<sup>25</sup> See the considerations about this fragment in Sharrer; Pinto, "Os fragmentos...", 522-523.

<sup>26</sup> BITAGAP manid 4368 in Askins (ed.), *PhiloBiblon*...

<sup>27</sup> Sharrer; Pinto, "Os fragmentos...", 526-527.

<sup>28</sup> BITAGAP manid 4385 in Askins (ed.), *PhiloBiblon*...

<sup>29</sup> BITAGAP manid 4369 in Askins (ed.), *PhiloBiblon*... This particular fragment might belong to a different copy: Sharrer; Pinto, "Os fragmentos...", 529.

<sup>30</sup> BITAGAP manid 4387 in Askins (ed.), *PhiloBiblon*...

<sup>31</sup> BITAGAP manid 4386 in Askins (ed.), *PhiloBiblon*...

<sup>32</sup> Sharrer; Pinto, "Os fragmentos...", 531.

<sup>33</sup> PINTO, Pedro – "Índice dos manuscritos avulsos da biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa". *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 50 (2009), 477-503; Sharrer; Pinto, "Os fragmentos...", 523-524.

<sup>34</sup> I would like to thank Pedro Pinto for sharing with me a draft of the forthcoming edition.

we have three sets of manuscripts and a printed version. The confrontation between versions, especially the main ones – Lamego and Alcobaça – is tainted by the fact that we cannot surely know the text transmitted by the 1829 edition. This issue poses the question of marking eventual irregularities and linguistic divergences between both texts. The most important is establishing standard criteria usable for either printed or manuscript and stressing that one of the witnesses only transmits the previous editor's interpretation. One of the main advantages of a digital edition is precisely the possibility of presenting, side by side, the various witnesses in different degrees of presentation. The reader may confront several versions side by side or compare only one with its corresponding manuscript via photos. The *Estoria de Espanna Digital* project<sup>35</sup> offers this option, allowing one to read different witnesses for the same work and open different transcriptions in the same tab. The previously mentioned *Biblias Medievales* project, in turn, allows reading and confronting each line of the translations of the Bible, including the Latin Vulgate and the Tanach.

Although not a significant innovation, the possibilities offered by a digital edition for presenting different versions side-by-side, with corresponding images from the manuscripts or even, for BA, the printed edition, the favours the understanding of the material reality of the edited text. Moreover, the intersection with other online editions can and must be considered. In this case, accessing at least Migne's edition of the *Historia Scholastica* would provide an excellent reading tool for checking the translation process or understanding the processes of transforming a historiographical text with theological commentary in a *Bible Historiale*. Here, as ever, the biggest issue is, without any doubt, time; once more, the difficulties of preparing a digital edition without a team also present many challenges.

There is a terrible lack of access to this Portuguese initiative of transforming Peter Comestor's *Historia Scholastica* into a *Bible Historiale*, especially online. As aforesaid, even the current printed editions are difficult to get: for the lost Alcobaça manuscript, there is also a facsimile of the 1829 edition<sup>36</sup>, besides the reedition by Silva Neto in 1958; as for the Lamego witness, the sole integral edition is unavailable in most libraries, and became almost impossible to obtain. The other fragments, as said, are still unpublished. It is thus a daunting task and, hence, inevitably will have some shortcomings. Hopefully, I will soon provide some *presentia* to the current *absentia* of the Portuguese versions of Comestor's work from digital platforms and the Internet, thus offering the translations of this 12<sup>th</sup>-century text to 21<sup>st</sup>-century readers and bringing them to the same level as other Medieval Iberian Bible translations.

<sup>35</sup> WARD, Aengus (ed.) – *Estoria de Espanna Digital*. Birmingham: University of Birmingham, 2013. Available in <https://blog.bham.ac.uk/estoriadigital/> [consulted 20<sup>th</sup> October 2023].

<sup>36</sup> *Collecção de Inéditos Portuguezes dos séculos XIV e XV*. Fortunato de S. Boaventura (ed.); reed. José Marques. Porto, Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portuguezes, 1988.

## REFERENCES

### Manuscript sources

Évora, Biblioteca Pública de Évora, Cod. CXXIII/1-8.

Lamego, Museu de Lamego, *Bíblia de Lamego*, Ms. 1.

Lisbon, Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Ms. Avulsos, n.º 1-5.

### Printed sources

ALFONSO X – *General Estoria*. 10 vols. Pedro Sánchez-Prieto Borja (ed.). Madrid: Biblioteca Castro, Fundación José Antonio de Castro, 2009.

*Bíblia de Lamego II*. Joaquim Mendes de Castro (ed.) – *Bíblia de Lamego II. Estudo bíblico-literário*. s/l: s/n, 1998.

*Bíblia Medieval Portuguesa I*. Serafim da Silva Neto (ed.). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

*Collecção de Inéditos Portuguezes dos séculos XIV e XV*. Fortunato de S. Boaventura (ed.); reed. José Marques. Porto, Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portuguezes, 1988.

*Historias d'Abreviado Testamento Velho Segundo o Meestre das Historias Scholasticas...* in: *Collecção de Inéditos Portuguezes dos Séculos XIV e XV*, vols. II-III. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1829.

### Studies

ASKINS, Arthur (ed.) – *PhiloBiblon: BITAGAP - Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portuguezes* [online]. Berkeley: The Bancroft Library, University of California, 1997-. Available in [https://philobiblon.upf.edu/html/bitagap\\_en.html](https://philobiblon.upf.edu/html/bitagap_en.html) [consulted 15<sup>th</sup> December 2022].

BAUTISTA, Francisco – “Alfonso X, Bernardo de Brihuega y la *General Estoria*”. *Atalaya* [online], 17 (2017). Available in <https://doi.org/10.4000/atalaya.2954> [consulted 1<sup>st</sup> September 2022].

CASANELLAS, Pere – “Medieval Catalan translations of the Bible”. in Xavier Terrado; Flocel Sabaté (eds.) – *Les Veus del Sagrat*. Lleida: Pagés editors, 2015, 15-34.

CASTRO, Joaquim Mendes – *Bíblia de Lamego II. Estudo Bíblico-Literário*. s/l, s/n, 1998.

CASTRO, Joaquim Mendes de – “Versão medieval inédita do Pirqué Abot”. *Humanística e Teologia*, 10 (1989), 89-100.

ENRIQUE-ARIAS, Andrés (dir.) – *Proyecto Biblia Medieval. Recursos para el Estudio de las Traducciones Bíblicas Castellanas en la Edad Media*. Palma de Mallorca: Universitat de les Illes Balears, 2004-. Available in <http://www.bibliamedieval.es/> [consulted 1<sup>st</sup> September 2023].

- GAGO JOVER, Francisco; BEALE-RIVAYA, Yasmine (eds.) – “Philological annotation and textual edition”. in Francisco Peña Fernández (P.I.) – *The Confluence of Religious Cultures in Medieval Historiography*. Kelowna: University of British Columbia, 2016. Available in <https://dege.ok.ubc.ca/> [consulted 19<sup>th</sup> October 2023].
- LEITE, Mariana – “A Bíblia de Lamego. Leituras de Pedro Comestor no século XVI”. *eHumanista*, 48 (2021), 241-246.
- LEITE, Mariana – “Na senda de S. Jerónimo: as bíblias portuguesas produzidas a partir da *Historia Scholastica* de Pedro Comestor”. in Arnaldo do Espírito Santo *et al.* – *Optimo magistro sodalium et amicorum munus. Homenagem a Aires A. Nascimento pelo Seu 80.º Aniversário*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, U. Lisboa, 2022, 535-543.
- MOREY, James H. – “Peter Comestor, biblical paraphrase, and the medieval popular Bible”. *Speculum*, 68, 1 (1993), 6-35.
- PATTERSON, Jeanette – *Making the Bible French. The Bible Historiale and the Medieval Lay Reader*. Toronto: University of Toronto Press, 2022.
- PICHEL, Ricardo – “Tradición, (re)traducción e reformulación na General Estoria e na Estoria de Troya afonsinas á luz dun testemuño indirecto do séc. XIV”. *e-Spania* [online], 13 (2012). Available in <https://doi.org/10.4000/e-spania.21124> [consulted 1<sup>st</sup> September 2022].
- PINTO, Pedro – “Índice dos manuscritos avulsos da biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 50 (2009), 477-503.
- PUIG I TÀRRECH, Armand – “Les traduccions catalanes medievals de la Bíblia”. in Armand Puig i Tàrrrech (ed.) – *El Text: Lectures i Història (Scripta Biblica, 3)*, Barcelona: Associació Bíblica de Catalunya / Publicacions de l’Abadia de Montserrat, 2001, 107-231.
- PUIG I TÀRRECH, Armand (ed.) – *Corpus Biblicum Catalanicum*. Tarragona: Associació Bíblica de Catalunya, 2004. Available in <http://cbcat.abcat.cat/> [consulted 3<sup>rd</sup> October 2022].
- S. BOAVENTURA, Fortunato – “Introdução” a *Historias d’Abreviado Testamento Velho*. in *Collecção de Inéditos Portuguezes dos Séculos XIV e XV*, vol. II. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1829, V-XV.
- S. BOAVENTURA, Fortunato de – *Commentariorum de Alcobacensi Mstorum Bibliotheca libri tres*. Coimbra: Typographia Academica-Regio, 1827, 577-580.
- SALVADOR, Xavier-Laurent – “Guyard des Moulins, traducteur de Pierre Comestor”, in Gilbert Dahan (ed.) – *Pierre le Mangeur ou Pierre de Troyes, maître du XIIIe siècle*. Turnhout: Brepols, 2013, 313-327.

- SALVADOR, Xavier-Laurent (dir.) – *Bible Historiale.Fr.* Villetaneuse: Université Sorbonne Paris Cité, 2014. Available in <https://www.biblehistoriale.fr/> [consulted 3<sup>rd</sup> October 2022].
- SHARRER, Harvey; PINTO, Pedro – “Os fragmentos da *Historia Scholastica* de Pedro Comestor da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra”, in Arnaldo Espírito Santo *et al.* (eds.) – *Optimo magistro sodalium et amicorum munus. Homenagem a Aires A. Nascimento pelo Seu 80.º Aniversário*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, U. Lisboa, 2022, 515-534.
- SOBRAL, Cristina; CARDEIRA, Esperança – “O Livro dos Mártires de Bernardo de Brihuega. Dois séculos de leitura em português”. *Estudos de Lingüística Galega*, 10 (2018), 129-141. Available in <http://dx.doi.org/10.15304/elg.10.4613> [consulted 1<sup>st</sup> September 2022].
- SYLWAN, Agneta – “Petrus Comestor, *Historia Scholastica*: une nouvelle edition”. *Sacris Erudiri*, 39 (2000), 345-382.
- VAQUERO, Manuela – “Bíblia de Lamego”, *Inventa MUSEU*, 2 (2015), 11-34.
- WARD, Aengus (ed.) – *Estoria de Espanna Digital*. Birmingham: University of Birmingham, 2013. Available in <https://blog.bham.ac.uk/estoriadigital/> [consulted 20<sup>th</sup> October 2023].



# Cartografias do incerto. Trajetórias e desafios de uma (in)disciplina

**Carlos F. Clamote Carreto**

NOVA FCSH, Instituto de Estudos de Literatura e Tradição  
ccarreto@fcsb.unl.pt

## **Resumo**

Por entre um certo ar de família que cria em nós uma estranha sensação de *déjà vu* e a perplexidade sentida face a uma intransponível alteridade, a literatura medieval lança-nos perpetuamente num labirinto de espelhos onde tanto a semelhança como a dissemelhança podem gerar equívocos, enganos ou ilusões. Neste sentido, mais do que um desafio à compreensão do texto medieval, as diversas abordagens teórico-críticas que se têm sucedido ao longo dos últimos cem anos, da *École des Annales* aos estudos globais, passando pelas várias declinações da filologia, da psicanálise, da mitocrítica ou dos *Cultural Studies*, têm-se revelado um instrumento privilegiado para repensar as ciências sociais e humanas e o próprio fenómeno literário. Entre rasgos epistemológicos e fechamentos, continuidades e ruturas, tensões e aporias, a maravilhosa aventura dos estudos medievais conta-nos assim a história de uma verdadeira indisciplina.

## **Palavras-chave**

exegese do texto medieval; história e teoria da literatura; estudos medievais; horizontes teóricos e epistemológicos

## **Nota biográfica**

Carlos F. Clamote Carreto é Professor Catedrático do Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa onde desempenha atualmente as funções de

Subdiretor e de Presidente do Conselho Pedagógico. Para além de investigador e subdiretor científico do Instituto de Estudos de Literatura e Tradição, é também membro colaborador do Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH). Os seus principais campos de lecionação e de investigação cruzam a literatura e a cultura francesas, a teoria da literatura, os estudos medievais e os estudos sobre o imaginário. É membro do conselho editorial e da comissão científica de várias revistas ligadas aos estudos literários e interartes (*Sigila. Revue transdisciplinaire franco-portugaise sur le secret; Carnets. Revue électronique d'Études Françaises; Synergies Portugal; e-Letras com Vida. Revista de Estudos Globais; Revista Dobra. Literatura, Artes, Design*). As suas publicações têm incidido principalmente sobre as relações dinâmicas entre tradição, mito e literatura com particular enfoque na narrativa medieval (séculos XII-XV).

### **Cartographies of the uncertain. Trajectories and challenges of an (in)discipline**

#### **Abstract**

Between a certain family atmosphere that creates in us a strange sense of *déjà vu* and the perplexity experienced in the presence of an unsurpassable otherness, medieval literature perpetually drives us into a labyrinth of mirrors where both similarity and dissimilarity may generate ambiguities, misconceptions, and illusions. In this regard, more than a challenge to the comprehension of the medieval text, the various theoretical and critical approaches that have succeeded over the last hundred years, from the *École des Annales* to the global hermeneutics, including the various declinations of philology, psychoanalysis, mythocriticism or cultural studies, have proven to be a privileged instrument for rethinking the social sciences and humanities and the literary phenomenon itself. Between epistemological ruptures and closures, continuities and disruptions, tensions and aporias, the wonderful adventure of medieval studies tells us the story of a true indiscipline.

#### **Keywords**

exegesis of the medieval text; history and theory of literature; medieval studies; theoretical and epistemological approaches

#### **Biographical note**

Carlos F. Clamote Carreto is a Full Professor at the Department of Modern Languages, Cultures and Literatures of the Faculty of Social Sciences and Humanities of Universidade NOVA de Lisboa, where he currently fulfils the roles

of Deputy Director and President of the Pedagogical Council. As well as being a researcher and deputy scientific director of the Institute for the Study of Literature and Tradition, he is also a collaborating member of the Institute for Medieval Studies (NOVA FCSH). His main fields of teaching and research are French literature and culture, literary theory and criticism, medieval studies and studies on the imaginary. He is a member of the editorial board and scientific committee of several journals linked to literary and inter-arts studies (*Sigila. Revue transdisciplinaire franco-portugaise sur le secret*; *Carnets. Revue électronique d'Études Françaises*; *Synergies Portugal*; *e-Letras com Vida. Revista de Estudos Globais*; *Revista Dobra. Literatura, Artes, Design*). His publications have mainly focussed on the dynamic relationships between tradition, myth and literature, with a particular focus on medieval narrative (12<sup>th</sup>-15<sup>th</sup> centuries).

“Aceitar a situação de tempo médio é condição de futuro: em tempos de (re) começo com memória do passado, procuramos relançar o futuro, tentando chegar àquilo que ainda não somos. Cada geração entrega às seguintes aquilo que foi capaz de guardar. Cabe-nos prolongar o eco dos que nos precederam e devolver-lhes a voz que o tempo não deixou prolongar, mas também não conseguiu apagar”.

*Aires A. Nascimento*<sup>1</sup>

“La médiévistique est moins une discipline qu’une obligation à s’ouvrir à d’autres discipline et à d’autres savoirs”.

*Francis Gingras*<sup>2</sup>

“Integumentum vero est genus demonstrationis sub fabulosa narratione veritatis claudens intellectum, unde et involcrum dicitur”.

*Bernardo Silvestre*<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> NASCIMENTO, Aires A. – “Idade Média, do outro lado do espelho: os textos e o leitor, por entre trabalhos de vários dias”, in Isabel Barros Dias, *et al.* (ed.) – *O Medievalismo no Século XXI*. Berlim: Peter Lang, 2020, 15-55, citação pp. 44-45.

<sup>2</sup> GINGRAS, Francis – *Profession médiéviste* [em linha]. Montréal: Presses de l’Université de Montréal, 2014. Disponível em <http://books.openedition.org/pum/192> [consultado a 12 de novembro de 2024].

<sup>3</sup> Prefácio ao *Commentum super sex libros Eneidos Virgilii*, apud DRONKE, Peter – *Fabula: Explorations into the Uses of Myth in Medieval Platonism*. Leiden: E. J. Brill, col. *Mittellateinische Studien & Texte*, 1974, 25.

## Tensões e aporias

Por entre um certo ar de família que cria em nós uma estranha sensação de *déjà vu*<sup>4</sup> e a perplexidade sentida face a uma intransponível alteridade, a literatura medieval lança-nos perpetuamente num labirinto de espelhos onde tanto a semelhança como a dissemelhança podem causar equívocos, enganos ou ilusões<sup>5</sup>. É certo que o trabalho trans-histórico de comparação entre textos do passado e textos mais próximos da nossa época se reveste sempre de certo grau de anacronismo. É inegável, por outro lado, que o anacronismo é uma condição inerente a toda a atividade crítica e hermenêutica, irremediavelmente imbuída de subjetividade e de uma visão do mundo (com os seus pressupostos teóricos e os seus conceitos operativos próprios) marcada pelo espaço e o tempo na qual se constrói. Nesta perspetiva, a exumação (impossível) do sentido de um texto medieval implica necessariamente assumir o risco controlado do anacronismo enquanto “rencontre, mélange, sédimentation de temps hétérogènes : [...] tout à la fois le temps de la lecture, le temps de la recherche, le temps des textes, mais aussi le temps des “œuvres” médiévales elles-mêmes, qui se sont continûment pensées dans le mouvement d’une *translatio* à la fois culturelle, esthétique, politique et idéologique”<sup>6</sup> e resposta à indelével resistência e alteridade constitutivas de toda a poesia.

Provavelmente por estarem destinados a vaguear e a estabelecer mediações entre o presente e o passado, o próximo e o distante, o conhecido e o insondável, os estudos medievais sempre se caracterizaram por uma profunda indisciplina<sup>7</sup> e

---

<sup>4</sup> “La facilité trompeuse avec laquelle ce déjà-vu se laisse museler à notre porte, enliser dans nos ressemblances. Or, la (seule ?) chance de survie de nos études réside dans une remise en question de la proximité médiévale ; non pour affirmer ce qui reste, à vue de Sirius, l’évidence, mais afin de fonder un intérêt pour ce déjà-vu en tant que tel” (ZUMTHOR, Paul – *Parler du Moyen Âge*. Paris: Éditions de Minuit, 1980, 37). Posição semelhante era já defendida por Hans-Robert Jauss em 1977: “L’altérité de la littérature médiévale, c’est l’expérience réfléchie de la distance et de la qualité historique de cette époque si singulièrement et si exemplairement isolée au point de vue politique et social aussi bien que culturel. [...] Si on délivre la littérature du Moyen Âge des illusions de la continuité, alors apparaissent des caractères particuliers posant à la réflexion herméneutique des problèmes qui passent l’horizon théorique des tenants des vieilles méthodes historico-philologiques ainsi que celui des nouvelles méthodes structuralistes” (JAUSS, Hans-Robert – “Littérature médiévale et expérience esthétique. Actualité des Questions de littérature de Robert Guette”. *Poétique*, 31 (1977), 323). Sobre esta matéria, ver as reflexões de DELALE, Sarah – “La transmission universitaire des textes médiévaux : pleine propriété ou usufruit d’un héritage ? Imaginaires critiques du proche et du lointain”, *Perspectives médiévales* [em linha], 36 (2015). Disponível em <http://journals.openedition.org/peme/7454> [consultado a 12 de novembro de 2024].

<sup>5</sup> A advertência não puramente retórica: numa interessante passagem do segundo livro dos seus *Soliloquios* (II, 5), já Santo Agostinho alertava para o facto de o simulacro e o erro não terem apenas origem na dissemelhança entre o modelo e a sua representação, a semelhança sendo igualmente uma poderosa causadora de enganos produzidos pela ilusão mimética (“*Similitudo igitur rerum quae ad oculos pertinet, mater est falsitatis*”).

<sup>6</sup> KOBLE, Nathalie; SÉGUY, Mireille – “Laudace d’être médiéviste”. *Littérature* [em linha], 148 (2007), 3-9. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-litterature-2007-4-page-3.htm#> [consultado a 12 de novembro de 2024].

<sup>7</sup> “Les études médiévales apparaissent [...] comme une occasion de fugue hors de ce qui pourrait devenir un carcan disciplinaire ; elles sont comme une obligation à aller voir ailleurs et rendent légitime l’exploration

insubordinação de que não pretendo aqui estabelecer uma cronologia exaustiva<sup>8</sup>, mas apenas de esboçar um breve balanço.

Com a fundação, em 1929, da revista *Annales d'histoire énonomique et sociale* sob a égide de Marc Bloch e de Lucien Febvre, a História medieval abriu-se precocemente, como sabemos, ao diálogo interdisciplinar com a sociologia, a economia, a demografia e a etnografia. Esta tendência acentua-se em finais dos anos sessenta, altura em que se afirma, alimentada pelo estruturalismo em voga e os trabalhos de Claude Lévi-Strauss, nomeadamente, a “Nova História” (Georges Duby, Emmanuel Leroy Ladurie, Jacques Le Goff, entre muitos outros) que assume nítidos contornos antropológicos e se centra claramente no estudo das representações mentais e culturais, abrindo caminho, como sabemos, a uma história do imaginário. Neste sentido, como observa Francis Gingras<sup>9</sup>, a medievística sempre esteve no centro (e, por vezes, na origem) das principais transformações teóricas e epistemológicas que marcaram, da história das mentalidades à microhistória, a historiografia francesa. Apesar do desafio que Hans-Robert Jauss lançara desde 1977<sup>10</sup>, apelando a um desenclausuramento disciplinar e a uma reavaliação/atualização das ferramentas metodológicas e conceptuais de acordo com as teorias literárias mais atuais, e das sugestões de Paul Zumthor, que via na literatura medieval (olhada através do seu próprio percurso crítico) um instrumento teórico privilegiado para (re)pensar o fenómeno literário e ficcional contemporâneo<sup>11</sup>, constatamos que o processo de renovação dos modelos teóricos no campo literário foi bem mais lento e assimétrico, apresentando-se, durante todo o século XX, como um campo profundamente dividido entre duas tradições críticas: a Teoria e a História, de acordo com a dicotomia adotada por Antoine Compagnon e inspirada de Charles Augustin Sainte-Beuve<sup>12</sup>, dinâmicas de produção e contextos de criação, enfoque sobre o texto ou sobre o universo extratextual.

---

hors des frontières établies par la division des savoirs universitaires. Loin de condamner l'exkursus, les études médiévales y incitent, L'indiscipline du médiéviste est son principal atout” (Gingras, *Profession médiéviste...*).

<sup>8</sup> VALETTE, René (ed.) – *Perspectives médiévales*. Número comemorativo, *Trente ans de recherches en langues et en littératures médiévales*, 2005.

<sup>9</sup> Gingras, *Profession médiéviste...*

<sup>10</sup> Jauss, “Littérature médiévale...” (ver nota 25).

<sup>11</sup> Zumthor, *Parler du Moyen Âge...*, 13.

<sup>12</sup> “Deux traditions des études littéraires ont alterné depuis le xix<sup>e</sup> siècle en France, ainsi que dans cette maison [o Collège de France] [...]. *Théorie et histoire*, vous l'entendez, c'étaient les termes de Sainte-Beuve pour désigner les deux ‘manières’ de la critique, l'ancienne et la nouvelle [...]. À la fin du xx<sup>e</sup> siècle, la vieille dispute de l'histoire et de théorie, ou de la philologie et de la rhétorique, variante tardive de la Querelle des anciens et des modernes, n'eut enfin plus lieu d'être. Roland Barthes, qui s'était longtemps méfié de l'émotion et de la valeur, revint vers elles dans ses cours du Collège de France et dans ses derniers livres. Puis Marc Fumaroli, par le biais de l'histoire de la rhétorique, réconcilia superbement les deux grandes traditions consubstantielles de l'étude littéraire” (COMPAGNON, Antoine – *La littérature, pour quoi faire ? Leçon inaugurale prononcée le jeudi 30 novembre 2006* [em linha]. Paris: Collège de France, 2007. Disponível em <http://books.openedition.org/cdf/524> [consultado a 12 de novembro de 2024]).

Tanto por motivos culturais como institucionais e ideológicos, o estudo e o ensino da literatura medieval foram durante largos anos dominado pela história literária e a filologia. Entenda-se por história literária, a longa e tenaz tradição de cunho positivista e biografista<sup>13</sup> marcada por uma visão etnocêntrica e nacionalista da literatura francesa no seio da qual a Idade Média constituía a origem da língua nacional cujo génio viria a incarnar na língua pura, cristalina e de contornos quase geométricos exaltada mais tarde por Boileau ou Du Bellay. Esta é a conceção de Gustave Lanson na sua *Histoire de la littérature française* (1894) e, de forma mais extremada ainda, a de Désiré Nisard cujo projeto de história literária (publicado em três volumes entre 1844 e 1861) assume uma vertente explicitamente patriótica que tece, desde as primeiras linhas, um laço indissolúvel e duradouro (no imaginário crítico e até pedagógico) entre língua, nação e literatura (“L’histoire littéraire commence, pour ainsi dire, avec la nation elle-même, avec la langue. Elle ne cesse que le jour où la nation a disparu, où sa langue est devenue une langue morte”<sup>14</sup>) e constrói um modelo linguístico e poético cuja pureza e unidade nascem com o Renascimento, a Idade Média ficando relegada à esfera mais ou menos nebulosa das origens imperfeitas (e impuras), ingénuas e balbuciantes da literatura<sup>15</sup>. Quanto à filologia revela-se, num primeiro momento, dominada pelo modelo da École des Chartres cujo programa prevê a leitura dos textos medievais (paleografia) acompanhada por um trabalho crítico, ambos percorridos pelo desejo de emendar

<sup>13</sup> “L’étude de la littérature ne saurait se passer aujourd’hui d’érudition : un certain nombre de connaissances exactes, positives, sont nécessaires pour asseoir et guider nos jugements. D’autre part, rien n’est plus légitime que toutes les tentatives qui ont pour objet, par l’application des méthodes scientifiques, de lier nos idées, nos impressions particulières, et de représenter synthétiquement la marche, les accroissements, les transformations de la littérature. Mais il ne faut pas perdre de vue deux choses : l’histoire littéraire a pour objet la description des individualités” (LANSON, Gustave – *Histoire de la littérature française*. Paris: Hachette, 1894, vii). A edição consultada [de 1895] está disponível em linha no site da Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k34121565> [consultado a 12 de novembro de 2024].

<sup>14</sup> NISARD, Désiré – *Histoire de la littérature française*. vol. I. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1854, 2. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k28947f> [consultado a 12 de novembro de 2024].

<sup>15</sup> “Tout ce qui est antérieur à la Renaissance appartient à l’histoire de la langue, de l’instrument qui servira quelque jour à exprimer des idées générales. Ce sont nos origines intellectuelles, qui peuvent ne point toucher les autres nations, lesquelles ne sont intéressées qu’à notre maturité, parce que c’est le bien commun de l’Europe moderne. Mais l’étude de ces origines est un digne sujet pour nous ; car c’est là que nous reconnaissons, dans toute leur naïveté, les caractères que tire l’esprit français du sol même de la France, des mœurs locales, des diverses circonstances de la formation de notre pays en corps de nation ; c’est là que nous entrevoyons la forme particulière que va recevoir l’esprit humain représenté par l’esprit français. Une histoire de la littérature française où ces origines n’auraient pas leur place manquerait de ce qui doit en former l’introduction naturelle. Si l’art est l’expression des vérités générales dans un langage définitif les vérités de cet ordre et les termes qui ont servi à les exprimer n’étant pas sujets à changer ni à périr, il suit que l’histoire d’une littérature est l’histoire de ce qui n’a pas cessé, dans les œuvres littéraires d’une nation, d’être vrai, vivant, d’agir sur les âmes, de faire partie essentielle et permanente de l’enseignement public. Mais cela même n’est-ce pas le fonds n’est-ce pas l’âme de la nation ? Ce que nous avons à étudier, à caractériser avec précision, c’est le fonds même c’est l’âme de notre France, telle qu’elle se manifeste dans les écrits qui subsistent. C’est cet esprit français qui est une des plus grandes puissances du monde moderne” (Nisard, *Histoire...*, 8-9).

o erro, a lacuna, de reconstruir a memória<sup>16</sup>. A criação da revista *Romania* em 1872 por Gaston Paris e Paul Meyer marca uma viragem decisiva e algo subversiva ao romper com a tradição universitária das *Belles Lettres* e da Retórica, e ao aliar a edição dos textos a uma análise histórica e comparativa das línguas num espaço cultural e identitário mais alargado (a *Romania*). Tanto na sua vertente tradicionalista (representada por nomes como Gaston Paris ou Léon Gautier) como individualista (Joseph Bédier, por exemplo), tanto na sua expressão mais intervencionista como mais conservadora, a filologia românica procedeu, com efeito, a um notável trabalho de arqueologia textual. No entanto, neste esforço de reconstituição de uma genealogia transparente, embora intrincada, para o texto, perdia-se frequentemente a especificidade do fenómeno literário na Idade Média diluído numa miríade de fontes ou no sonho de reconstruir utopicamente um *Urtext* perdido (pensemos ao famoso *Roman de Tristan et Iseut* de J. Bédier, publicado em 1900 com prefácio de Gaston Paris).

As décadas de 1950 e 1960 constituem um ponto de viragem importante na conceção do texto medieval: em 1948, Ernst Robert Curtius publica a sua notável obra *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter* e, juntamente com outros críticos tais como Erich Auerbach, Leo Spitzer ou Umberto Eco (que defende a sua tese de doutoramento sobre a estética em São Tomás de Aquino em 1954), contribui para uma decisiva transferência de foco que passa do contexto (a História de que falara A. Compagnon na esteira de Sainte-Beuve) para o texto (a Teoria), considerado já não apenas como um documento histórico-linguístico, mas como um complexo dispositivo de representação. Esta concentração sobre o texto – que remonta a Proust, no seu famoso *Contre Sainte-Beuve*, e aos Formalistas Russos para desaguar no textualismo da *Nouvelle Critique*, passando pelo Estruturalismo e a Semiótica, e que beneficia fortemente dos conceitos operativos desta recente ciência da linguagem que se desenvolve a partir de Saussure e do Círculo Linguístico de Praga – representou uma etapa decisiva na história dos estudos literários enquanto disciplina científica libertada do espectro da falácia subjetiva e da sua excessiva subordinação à tutela aos modelos da retórica e da filologia (essencialmente da filologia clássica), considerados pouco produtivos, pelo menos de um ponto de vista hermenêutico. A reivindicação da autonomia textual, da sua nuclearidade no seio de

---

<sup>16</sup> Lê-se no programa da *Bibliothèque de l'École des Chartes* de 1939: “Nos travaux se diviseront naturellement en deux classes, selon qu'ils appartiendront plus spécialement à la paléographie ou à la critique. Dans l'une seront rangés les monuments inédits de toute nature : fragments d'auteurs anciens, morceaux de la littérature du Moyen Âge, poésies des troubadours et des trouvères, chroniques et histoires, chartes, diplômes, inscriptions, etc. L'autre comprendra toutes les questions de critique historique ou littéraire et de philologie ; mémoires sur des faits peu connus ou altérés ; contrôles des assertions inexactes avancées par les historiens ; biographies de personnages importants et oubliés ; restitutions de textes corrompus, recherches sur les anciens dialectes de la France” (*apud* ESPAGNE, Michel – “L'invention de la philologie. Les échos français d'un modèle allemand”. *Histoire, Épistémologie, Langage*, 19, 1 [1997], 129).

uma dinâmica de significação, teve, no caso da literatura francesa medieval, um duplo efeito extremamente positivo. Por um lado, o de reconhecer o estatuto singular da ficção em língua vernácula erguida a prática da escrita a partir de finais do século XI (época coincidente com a “Reforma” Gregoriana), ou seja, enquanto processo centrado na literariedade. Entenda-se esse conceito não no sentido restrito e técnico que lhe conferira Roman Jakobson no seu estudo sobre a nova poesia russa de 1921, mas sim como jogo complexo sobre a *littera*, encarnação vibrante do sentido, que corporiza, por um lado, um distanciamento em relação às práticas textuais latinas e neolatinas e, introduz, por outro lado, mudanças profundas nos mecanismos de formação do saber e dos modos de pensamento<sup>17</sup>. A *literatura*, em articulação com a cultura oral através da qual se realiza e com a qual coabita, introduz assim uma nova forma de simbolizar e de problematizar o mundo e o sentido. O estudo da literatura medieval numa perspetiva poética ou formal<sup>18</sup> passava a justificar-se, de certo modo, por uma predisposição interna do próprio texto medieval. Como sublinha Robert Guiette<sup>19</sup>:

“On ne saurait assez le répéter : si l’examen attentif de la chanson courtoise aboutit à la constatation d’une poésie formelle, c’est que s’y manifeste une pratique assez particulière de la poésie : elle implique un art et une rhétorique d’autant plus apparents que les sujets traités sont fixes, sont des lieux communs, assez peu nombreux pour que soit évitée absolument l’impression d’une matière neuve, et que tout l’attrait provienne, non, comme certains le suggèrent à propos du rythme, d’une régularité de la forme ou du vers, mais d’une invention formelle tant dans l’organisation thématique que dans le chant. Se servant de matériaux traditionnels et de lieux communs, le poète donne au langage le pouvoir de se transformer en puissance de rénovation : le lieu commun grâce à la forme acquiert un accent unique”.

E, no entanto, apesar da ambição universalizante da sua abordagem, poucos foram os teóricos estruturalistas do século XX que se consagraram à Idade Média. Com raras exceções: um artigo de Tzvetan Todorov sobre a *Queste del saint Graal*<sup>20</sup> e

<sup>17</sup> Sobre esta questão, ver GOODY, Jack – *La Raison graphique*. Paris: Minuit, 1979.

<sup>18</sup> Ver a excelente síntese crítica de Patrick Moran centrada na permanente tensão entre perspetiva contextual e perspetiva poético-formal e a sua evolução no contexto de uma história alargada dos estudos de literatura medieval: MORAN, Patrick – “La poétique et les études médiévales: accords et désaccords”. *Perspectives médiévales* [em linha], 35 (2014). Disponível em <http://journals.openedition.org/peme/4439> [consultado a 12 de novembro de 2024].

<sup>19</sup> GUIETTE, Robert – *D’une poésie formelle au Moyen Âge*. Paris: Nizet, 1972, 55-56.

<sup>20</sup> TODOROV, Tzvetan – “La quête du récit. Le Graal”. in Tzvetan Todorov, *Poétique de la prose (choix), suivi de Nouvelles recherches sur le récit*. Paris: Le Seuil, 1971, 59-80.

um estudo de Julia Kristeva sobre *Jehan de Saintré* no seu ensaio *Le Texte du roman*<sup>21</sup>. Em contrapartida, a atenção dada ao primado da forma, da arte combinatória, dos códigos poéticos e da sua subversão, à dominante intertextual do texto medieval (seja ele lírico, épico ou romanesco, em verso ou em prosa) deu origem a ensaios que renovaram profundamente os estudos de literatura medieval<sup>22</sup>. Consciente da especificidade do seu objeto de estudo e da sua radical alteridade face às práticas contemporâneas, o estudo da literatura medieval raramente sucumbiu às tentações de uma conceptualização (do tipo semiótico) do texto levada ao extremo, nem à sedução de um formalismo extremado conducente a uma visão autotélica da poesia.

O segundo efeito positivo consistiu na notável abertura do estudo da literatura medieval às diversas áreas das ciências sociais e humanas. Destaque-se, neste contexto, o olhar profundamente influenciado pela etnologia e a antropologia que molda as propostas teóricas de Paul Zumthor<sup>23</sup> nas quais a centralidade estruturante dada à voz, ao corpo e à performance obrigam a uma redefinição do próprio conceito de literatura na Idade Média<sup>24</sup>; ou ainda a abertura à sociologia com o famoso ensaio de Eric Köhler (*Ideal und Wirklichkeit in der hofischen Epik* de 1956) em que o autor procura demonstrar, através de uma análise minuciosa da obra de Chrétien de Troyes, de que forma o romance arturiano em França se apresenta, entre a idealização e o desencanto, como a história de um processo de autorreflexão e de autointerpretação de uma classe social (a nobreza) em plena transformação desde meados do século XII. A nuclearidade conferida à *littera* no processo poético de criação, mostrou-se um terreno particularmente fértil à psicanálise que viu no jogo em torno da letra (homonímia e paronomásia, variantes e lacunas dos manuscritos como lapsos ou estratégias conscientes de significação/subversão da ordem por parte de dado copista, etc.) uma dimensão próxima do conceito laciano de *significante*,

<sup>21</sup> KRISTEVA, Julia – *Le Texte du roman. Approche sémiologique d'une structure discursive transformationnelle*. Haia/Paris/Nova Iorque: Mouton, 1970.

<sup>22</sup> Refiramos apenas alguns marcos emblemáticos: POIRION, Daniel – *Le Poète et le prince. L'évolution du lyrisme courtois de Guillaume de Machaut à Charles d'Orléans*. Paris: PUF, 1965; DRAGONETTI, Roger – *La Technique poétique des trouvères dans la chanson courtoise. Contribution à l'étude de la rhétorique médiévale*. Bruges: De Tempel, 1960; RYCHNER, Jean – *La Chanson de geste. Essai sur l'art épique des jongleurs*. Genebra: Droz, 1955; VINAVER, Eugène – *À la recherche d'une poétique médiévale*. Paris: Nizet, 1970; ZUMTHOR, Paul – *Essai de poétique médiévale*. Paris: Seuil, 1972; ZUMTHOR, Paul – *Langue, texte, énigme*. Paris: Le Seuil, 1975; HAIDU, Peter – *Aesthetic Distance in Chrétien de Troyes: Irony and Comedy in Cligès and Perceval*. Genebra: Droz, 1968; HAIDU, Peter – *Lion-Queue-Coupée. L'écart symbolique chez Chrétien de Troyes*, Genebra, Droz, 1972; BAUMGARTNER, Emmanuelle – *Le Tristan en prose. Essai d'interprétation d'un roman médiéval*. Genebra: Droz, 1975; MADDIX, Donald – *Structure and Sacring. The Systematic Kingdom in Chrétien's Erec et Enide*. Lexington: French Forum, 1978. Já DUBOST, Francis – *Aspects fantastiques de la littérature narrative médiévale, XII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles. L'Autre, l'ailleurs, l'Autrefois*. Paris: Honoré Champion, 1991 procura adaptar à Idade Média o conceito de “fantástico” (definido, numa perspectiva marcadamente narratológica, por T. Todorov a partir de exemplos do século XIX), o que o leva não somente a uma profunda reformulação desta noção, mais ainda a interpretar a literatura medieval num contexto textual e cultural alargado.

<sup>23</sup> ZUMTHOR, Paul – *Introduction à la poésie orale*. Paris: Seuil, 1983; ZUMTHOR, Paul – *La Poésie et la voix dans la civilisation médiévale*. Paris: Seuil, 1984; ZUMTHOR, Paul – *La Lettre et la Voix*. Paris: Seuil, 1987.

<sup>24</sup> Voltaremos a esta questão no subcapítulo seguinte.

enquanto instância (do desejo) autónoma em relação ao significado cujo poder comanda e estrutura o sujeito da escrita e o próprio sentido<sup>25</sup>.

Como no caso do estruturalismo ou da semiótica, esta perspectiva sucumbiu, nalguns casos, ao próprio fascínio da teoria, criando uma conceção puramente desencarnada, des-historicizada e autorreflexiva do texto medieval, transformado em metatexto que se observa narcisicamente no espelho de si mesmo<sup>26</sup>. Não obstante a sedução exercida pela ousada proposta apresentada e o interesse de algumas pistas de leitura que dele emergem, um ensaio como *Tristan ou le sang de l'écriture* de Jean-Charles Huchet não deixa, por exemplo, de assentar num pressuposto epistemologicamente muito discutível (o conto de Béroul como metareflexão metafórica sobre a própria escrita) que tende a fetichizar, de forma quase idólatra, a materialidade da letra, esquecendo que esta – não obstante a sua irreduzível natureza sensível, corpórea e a sua importância central no processo de simbolização – é, antes de mais, como qualquer artefacto estético na Idade Média, uma estrutura mediadora que simultaneamente nos separa e põe em contacto com a invisibilidade/ ausência de uma significação de contornos espirituais<sup>27</sup>. Esta abordagem do texto medieval contribuiu, no entanto, para uma importante renovação dos estudos medievais: permitiu acentuar a natureza e vocação da literatura medieval enquanto lugar profundamente desterritorializado<sup>28</sup> (por oposição à conceção etnocêntrica da história da literatura de cunho positivista); chamou a atenção para o facto de a construção do sentido não resultar apenas de uma maior ou menor habilidade na utilização de processos retóricos e composicionais herdados da tradição (*topoi*, estruturas narrativas, metáfora, convenções enunciativas, etc.) mas também de operações mais subtis de substituição, deslocamento, deslize, descontinuidade, contradição, interpenetração que agem tanto a nível microtextual (léxico, motivos, registo discursivo) como macrotextual (temas, trajetória das personagens, encadeamento da narrativa), complexificando e tornando mais problemático – e profundamente ambíguo – o sentido dos textos; conferiu ao copista um verdadeiro

<sup>25</sup> Cito apenas algumas obras marcantes desta importante corrente hermenêutica de inspiração freudiana-lacaniana: DRAGONETTI, Roger – *La Vie de la lettre au Moyen Âge*. Paris: Éditions du Seuil, 1980; MÉLA, Charles – *La Reine et le Graal. La conjointure dans les romans du Graal de Chrétien de Troyes au Livre de Lancelot*. Paris: Éditions du Seuil, 1984; HUCHET, Jean-Charles – *L'amour discourtois: La "fin'amors" chez les premiers troubadours*. Paris: Privat, 1987; HUCHET, Jean-Charles – *Littérature médiévale et psychanalyse: pour une clinique littéraire*. Paris: PUF, 1990; HUCHET, Jean-Charles – *Tristan et le sang de l'écriture*. Paris: PUF, 1990; LEUPIN, Alexandre – *Le Graal et la littérature. Étude sur la Vulgate arthurienne en prose*. Paris: L'Âge d'Homme, 1980; LEUPIN, Alexandre – *Barbarolexis: Medieval Literature and Sexuality*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

<sup>26</sup> Em suma, uma literatura reduzida ao absurdo porque cortada do leitor e do mundo, como sugeriu TODOROV, Tzvetan – *La Littérature en péril*. Paris: Flammarion, 2007, 76-78.

<sup>27</sup> Recorde-se a advertência de São Paulo aos Coríntios (*Littera enim occidit, spiritus autem vivificat*, Cor. II, 3, 6) amplamente glosada por Santo Agostinho no seu *De Doctrina Christiana* (III, 5, 9) e ao longo do tratado *De spiritu et littera*.

<sup>28</sup> Voltarei a esta questão a propósito dos *French Studies* e do mito.

estatuto autoral; revalorizou consideravelmente cada variante do texto vista já não como erro, lacuna ou desvio, mas como lição autónoma digna de ser estudada em si mesma e por si mesma no contexto da economia global da produção do *codex* e da significação da obra.

Este processo sistemático de abertura interdisciplinar e de questionamento que tende a mostrar a inconsistência da própria noção de literatura e da teoria em geral prolonga-se e amplia-se com o pós-estruturalismo (Foucault, Derrida, Deleuze e também Lacan<sup>29</sup>) através do qual a instabilidade do texto medieval, já posta em revelo por Paul Zumthor através da noção de *mouvance*, ganha um verdadeiro estatuto epistemológico que Patrick Moran sintetiza na perfeição<sup>30</sup>:

“Le texte médiéval tel que nous le conservons n’est qu’un fragment d’expérience esthétique, dont notre lecture est nécessairement gauchie : nous pensons avoir sous les yeux les témoins d’une littérature médiévale, alors qu’une telle formule revient à plaquer un fait institutionnel moderne sur une réalité ancienne incommensurable. B. Cerquiglini reprend aussi à son compte le concept de *mouvance*, mais sous la forme résolument textuelle et scripturaire de la “ variance ” : son *Éloge de la variante* s’intéresse non pas à ce que la production médiévale a d’oral, mais à l’instabilité de son écriture même. Disséminé sous la forme de variantes infinies, le texte médiéval n’a pas de centre, sinon dans le fantasme génétique des philologues : en réalité la textualité du Moyen Âge est intrinsèquement multiple, changeante, et insaisissable. L’ouvrage de Paul Zumthor et celui de Bernard Cerquiglini vont à bien des égards à contre-courant l’un de l’autre, l’un fondé dans une réflexion de longue date sur le chant et la profération, l’autre s’inscrivant dans la lignée des thèses de Michel Foucault sur l’*épistémè* et, implicitement peut-être, de la critique du logocentrisme par Jacques Derrida. Pourtant ils accomplissent un travail similaire de mise en doute. Les trois textes sont diversement post-structuralistes : celui de Zink, anti-structuraliste parce qu’il se construit contre les engouements critiques des décennies précédentes, et ramène dans l’analyse littéraire les questions de contexte, de diachronie, d’expressivité et d’éthique qui en avaient été écartées ; celui de Zumthor, postérieur au structuralisme parce qu’il est l’œuvre d’un ancien structuraliste qui a dépassé cette période de sa réflexion, et qui suit sa pente intellectuelle en développant de nouveaux outils ; celui de Cerquiglini enfin, poststructuraliste au sens épistémologique du terme, c’est-à-dire influencé par la réflexion archéologique et déconstructionniste qui émerge dans les années 1970”.

<sup>29</sup> Recorde que é em grande parte a partir da receção destes e outros teóricos da chamada *French Theory* que se virão paradoxalmente a desenvolver, nos Estados-Unidos da América, os *Cultural Studies*.

<sup>30</sup> Moran, “La poétique...”.

Baseado numa conceção rizomática (no sentido deleuziano do conceito) da tradição textual e do fenómeno dinâmico de *variance* (por oposição à dicotomia autor/copista, a uma conceção hierárquica da transmissão poética e a um claro primado – de matriz logocêntrica – do texto sobre os outros elementos constitutivos do códice – rúbricas, glosas, imagens, etc.), o pensamento de Bernard Cerquiglini, pioneiro dessa nova filologia que emerge em finais dos anos 80, introduz uma viragem epistemológica nos estudos de literatura medieval<sup>31</sup> com importantes implicações/aplicações tanto no campo da investigação como no das práticas pedagógicas. Em primeiro lugar, porque abre definitivamente a literatura medieval ao vasto e ainda relativamente pouco explorado universo das Humanidades Digitais; em segundo, na medida em que permite incorporar, no âmbito de uma mais alargada compreensão do manuscrito, as teorias da receção nas suas mais variadas declinações, das teses pioneiras dos pensadores da Escola de Constança (Wolfgang Iser, Hans-Robert Jauss) à noção mais radical de “comunidade interpretativa” em Stanley Fish<sup>32</sup> (que secundariza totalmente o texto face à sua apropriação no ato de leitura), passando pelos conhecidos trabalhos de Umberto Eco e pela importante

---

<sup>31</sup> O paradigma da *nova filologia* assenta nos seguintes princípios claramente apresentados na comunicação-manifesto proferida por Bernard Cerquiglini a 8 de Junho de 2000 no Colóquio Internacional *Philology in the Internet Era/Philologie à l'ère de l'Internet* organizado pela Universidade Eötvös Loránd de Budapeste: “ – *option critique* : le partage textuel, tel qu'il est pratiqué sur l'internet, sans origine ni autorité, sous une forme malléable, semble donner une bonne image de la production littéraire médiévale, voire prémoderne ; – *technologie* : l'internet est à la fois le moyen de diffusion et l'image conceptuelle du texte; il remplace [...] la page imprimée ; – *métaphore* : à l'arborescence hiérarchisée succède le réseau, voire le rhizome ; – *héros* : l'ancienne philologie établissait une différence constitutive entre l'auteur et son copiste ; le nouveau paradigme entend réduire cette disparité, et met l'accent sur le scribe. Lequel est à la fois, de par la variance intrinsèque des manuscrits, un auteur et un éditeur. Il est aussi un élément d'une équipe, associé au rubricateur, à l'illustrateur, au glossateur, etc., qui participe à la réalisation et à la signification du texte. Loin de l'idée romantique de l'auteur unique, solitaire et trahi, le codex médiéval est une entreprise collective ; – *amour* : la variance, mouvement systématique de la lettre, devient le caractère premier, original et représentable de cette littérature scribale ; – *objet* : le manuscrit n'est plus une copie méprisée, détériorée par définition, mais (mis à part les inévitables erreurs matérielles) la réception positive d'un texte. Lequel existe, concrètement, au travers des différentes versions conservées. La philologie n'est plus une activité malheureuse ou pathétique, flétrie par son objet ; – le *texte* n'échappe pas à la matérialité du codex ; il est étudié, puis édité dans son contexte. On voit l'importance que cette philologie accorde au codex, œuvre d'art luxueuse, collective et réfléchie, figuration concrète du texte médiéval. La philologie doit donner à voir l'esthétique littéraire d'une civilisation manuscrite ; elle doit se rendre attentive au mode de signification propre au codex : sémiotique de l'image, discours de la rubrique, expansion verbale de la glose, etc. Inspirée par la Nouvelle Critique et les ordinateurs, la nouvelle philologie est paradoxalement plus respectueuse de l'œuvre médiévale, dans sa matérialité contextuelle, que négligeait une ancienne philologie réputée "positive" (CERQUIGLINI, Bernard – “Une nouvelle philologie ?”. Disponível em linha em <http://magyar-irodalom.elte.hu/colloquia/000601/cerq.htm> [consultado a 12 de novembro de 2024]. Sobre esta questão, ver também BUSBY, Keith – *Towards a Synthesis? Essays on the New Philology*. Amsterdão: Rodopi, 1993; RAMLØV FRANDSEN, Stig – “La dialectique de la variance. Nouvelle philologie et stratégies interprétatives du texte médiéval”, *Cahiers de civilisation médiévale*, 190 (2005), 111-127. Disponível em [www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ccmed\\_0007-9731\\_2005\\_num\\_48\\_190\\_2903](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ccmed_0007-9731_2005_num_48_190_2903) [consultado a 12 de novembro de 2024].

<sup>32</sup> FISH, Stanley – *Is There a Text in This Class? The Authority of Interpretive Communities*, Cambridge/Londres, Harvard University Press, 1990.

noção de “comunidade textual” em Brian Stock<sup>33</sup>: em que contexto foi produzido o manuscrito? Quem o encomendou e com que finalidade? Trata-se de um trabalho individual ou coletivo? Que textos integram o *codex* e qual a lógica que preside à sua compilação? O que nos diz a morfologia do livro manuscrito, as iluminuras, glosas, rúbricas, a disposição do texto no fólio, as marcas de água e outros elementos codicológicos sobre as modalidades e contextos de produção e de receção de uma obra, as formas de leitura/transmissão, os valores culturais e até os modelos de interpretação vigentes?

A Nova Filologia veio, em suma (e esta será, porventura, o seu mais notável contributo do ponto de vista epistemológico), valorizar a materialidade do códice medieval<sup>34</sup> enquanto objeto semiótico singular e complexo que incarna e transmite um conjunto de valores (sociais, estéticas, culturais e simbólicos) próprios de um determinado contexto de produção e de receção, desconstruindo-se (ou modalizando) assim consideravelmente a ideia da unicidade e singularidade ontológicas da obra “original” e do sentido que dela emanaria. Do ponto de vista pedagógico, os contributos da Nova Filologia, bem como os da Nova Codicologia (termo forjado por Keith Busby) e posteriores variações teórico-metodológicas (*filologia material*, *filologia disjuntiva*), permitem essencialmente desfazer a relação quase sinonímica que a “galáxia Gutenberg” (para utilizarmos o conceito de Marshall McLuhan) estabeleceu entre as noções de texto (que designa, na Idade Média, a *auctoritas* das *Sagradas Escrituras*, ou seja, uma palavra referencial, perfeitamente tecida, coerente, estável e sempre disponível), livro<sup>35</sup> (que tanto pode reenviar para o códice enquanto estrutura material sólida que reúne e protege um conjunto de escritos de natureza, por vezes, diversa, como para a fonte da qual é

<sup>33</sup> STOCK, Brian – *The Implications of Literacy: Written Language and Models of Interpretation in the Eleventh and Twelfth Centuries*. Princeton: Princeton University Press, 1983, 88-240.

<sup>34</sup> Ver, mais recentemente, os trabalhos de BUSBY, Keith – *Codex and Context. Reading Old French Verse Narrative in Manuscript*. Amesterdão: Rodopi, 2002.

<sup>35</sup> Ver de FLEITH, Barbara, *et al.* – “Penser la textualité médiévale. Héritage critique et questions de méthode”. in Barbara Fleith *et al.* (eds.) – *De l’(id)entité textuelle au cours du Moyen Âge tardif, XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle*. Paris: Classiques Garnier, 2017, 9-59. Anne Salomon sublinha claramente toda a polissemia inerente à noção de livro da idade Média e, por conseguinte, a extrema dificuldade em circunscrevê-la com clareza: “Le terme de livre est l’une des étiquettes médiévales les plus fréquentes et les plus difficiles à définir pour le lecteur moderne : utilisé pour des romans et des dits poétiques comme pour des traités scientifiques, des sommes historiographiques ou des fictions didactiques et allégoriques, il cache, outre la diversité des genres et des formes, la multiplicité des pratiques d’écriture (invention, traduction, compilation, réécriture ou mise en prose) et aussi leur mélange [...]. Il cache aussi la profondeur chronologique des traditions manuscrites, car chaque copie est une nouvelle mise en livre, sur laquelle le copiste-lecteur peut intervenir, en se faisant à son tour ‘auteur’ ou ‘éditeur’ [...]. Le cœur de l’écriture médiévale se constitue autour des deux pôles que sont les concepts d’autorité et de tradition: aussi les pratiques variées d’intertextualité, entendue dans un sens large, sont-elles particulièrement à l’honneur. Et s’il est banal de penser qu’il s’agit d’une constante des œuvres littéraires, il n’en demeure pas moins que peu d’époques ont pratiqué la bibliophagie (ou la logophagie) comme les auteurs et les copistes médiévaux : il est parfois difficile de distinguer la réécriture de la réinvention, la véritable interpolation de la fausse, le vrai conte perdu du faux” (SALOMON, Anne – “Mettre en livre. Pour une approche de la littérature médiévale”, *Études françaises*, 53, 2 [2017], 21-22).

copiada, glosada ou traduzida uma obra, ou ainda para o *topos* do livro-fonte composto em latim e guardado nos fundos de uma qualquer biblioteca monástica a partir do o autor afirma ter traduzido a sua história) e a obra em si (instável, móvel e hipotética<sup>36</sup>, já que a edição utilizada ou facultada ao estudante, é apenas uma versão possível e provisória de um escrito original cuja existência é igualmente hipotética). Esta forma de questionação do objeto literário volta a pôr em evidência a natureza problemática, complexa e profundamente instável da textualidade medieval, exemplo emblemático da radical alteridade entre o presente e este passado distante evocada inicialmente. Permite igualmente abordar a questão das delicadas fronteiras entre géneros poético-discursivos, já que num mesmo códice convivem frequentemente obras de estatuto e natureza muito diversos (uma ficção arturiana pode, por exemplo, ser contígua a um sermão, uma vida de santo, um tratado didático-moral ou um tratado teológico), que, por sua vez, coabitam com glosas, *marginalia* e imagens no seio de um objeto (o códice) que apresenta assim uma natureza heterogénea, pluridimensional e transsemiótica cuja legibilidade implica necessariamente um diálogo interdisciplinar (paleografia, história, crítica textual, sociologia, história da arte, linguística, estudos literários etc.).

Num contexto cultural em que a composição de um texto é um ato distinto (tanto do ponto de vista cronológico como poético e simbólico) da sua (re)produção material, em que a materialidade da letra coexiste com a imaterialidade evanescente da voz e da transmissão oral (irrecuperável), é importante transmitir aos leitores do século XXI a consciência aguda de que a textualidade de uma obra medieval e, por conseguinte, o seu potencial de representação e de significação, transcende consideravelmente a forma escrita que nos chega às mãos através de uma dada edição e de um determinado configuração livresca; e que esta forma escrita é apenas uma ínfima parte (um mero vestígio) de um fenómeno complexo difícil de reconstituir e, em larga medida, irremediavelmente perdido.

## Rizomas e satélites

Ao mesmo tempo que, a partir de finais dos anos 1990 essencialmente, críticos europeus e norte-americanos punham em evidência a instabilidade do texto medieval, desenvolviam-se igualmente, aquém e além-Atlântico, tentativas para renovar epistemologicamente os domínios tradicionais da história literária e da literatura comparada, nomeadamente através da sua abertura ao conceito, ele

---

<sup>36</sup> Por razões ligadas tanto aos contextos de produção das obras medievais como ao estatuto do autor (tantas vezes anónimo) e ao lugar sociopolítico e simbólico ocupado pela língua vernácula, sabemos que as cópias em francês antigo são geralmente muito mais intervencionistas e menos respeitosas da letra quando comparadas à tradição manuscrita dos textos antigos ou sagrados.

próprio revisitado, de literatura-mundo. Destaque-se, nesta perspectiva, duas obras: *A New History of French Literature*, dirigida por Denis Hollier e publicada nos EUA em 1989 e em França em 1993 com o título *De la littérature française*; e *French Global. A New Approach to Literary History*, dirigida por Christie McDonald e Susan Rubin Suleiman, e publicada em 2010 sob a chancela da Columbia University Press com tradução francesa editada em 2015 pela prestigiada Classiques Garnier<sup>37</sup>. Não irei tecer longas considerações sobre estas obras e os seus pressupostos e implicações tanto a nível epistemológicos como hermenêutico sobre os quais já tive a oportunidade de me debruçar noutros lugares e ocasiões<sup>38</sup>. Saliento apenas o desafio ousado, inovador e transformador destes projetos que se afastam radicalmente, por um lado, da longa e tenaz tradição da história literária de matriz positivista, etnocêntrica e tendencialmente biografista e, por outro, de uma conceção linear, metanarrativa, identitária e uniformizadora da história literária assente em tipologias, muitas vezes problemáticas e ideologicamente marcadas (categorização periodológica ou geográfica, genológica, linguística ou poética, etc.) geradoras de hierarquias assimétricas que inevitavelmente influenciam/distorcem a maneira como lemos os textos. Em suma, trata-se, em ambos os casos, de dissolver ou de fazer implodir toda a espécie tipo de fronteira que separa artificialmente os contornos do fenómeno literário cuja natureza passa a residir essencialmente no movimento perpétuo, na circulação incessante, na troca, na hibridação, na transferência incessante de formas, temas, motivos, estruturas narrativas, etc. Uma literatura que, sem renegar importância dos pontos de ancoragem geográficos, linguísticos e culturais, se reivindica, antes de mais, como uma literatura sem fronteiras<sup>39</sup>. Daí a organização singular da obra coordenada por D. Hollier que não se filia nem na lógica do dicionário nem na da enciclopédia e em que cada entrada é uma data

<sup>37</sup> HOLLIER, Denis (ed.) – *A New History of French Literature*. Harvard: Harvard University Press, 1989; HOLLIER, Denis (ed.) – *De la littérature française*. Paris: Bordas, 1993; McDONALD, Christie; SULEIMAN, Susan R. (eds.) – *French Global. A New Approach to Literary History*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2010; McDONALD, Christie; SULEIMAN, Susan R. (eds.) – *French Global. Une nouvelle perspective sur l'histoire littéraire*. Paris: Classiques Garnier, 2015.

<sup>38</sup> Sobre esta questão, vejam-se as nossas reflexões em CARRETO, Carlos – “Global Middle Ages ou as virtudes do anacronismo. A lição do texto medieval”. *E-Letras com Vida* [em linha], 2 (2019), 118-149. Disponível em <https://e-lcv.online/index.php/revista/article/view/66/47>, (consultado a 12 de novembro de 2024).

<sup>39</sup> “One of the most selfless of today’s humanitarian institutions is called *Médecins sans Frontières*, Doctors without Borders. Literature, however, selfless or not, never comes without borders. Not only, as Rousseau said, does language distinguish humans from animals, but also, as he added, languages distinguish nations from one another. National borders are not the only ones dividing literature. Borders also exist between genders, classes, and generations, between the oral and the written, between writing and reading; and they are all significant [...]. Works of literature are not as tightly bound to place as are architectural ones, or to time as are political acts. The most significant aspects of the Western idea of literature are embodied in the book, a physical object that circulates more easily through the world than any oral utterance; able to overstep the borders enclosing vernacular languages, it is less tightly anchored to local history and geography. But despite this kind of freedom, literature’s production and consumption remain for the most part shaped by the non-universality of languages, framed by the experience of borders. The necessity of translation (as well as its many impossibilities) is part of its definition: literature is both lost and found in translation” (Hollier, *A New History...*, 21).

que coincide ou com um evento considerado fundador do ponto de vista cultural e simbólico, ou com uma problemática estruturante, a aventura iniciando-se em 778 (ano em que Roland morre em Roncevaux) e prolongando-se até 1989, ano do Bicentenário da Revolução Francesa que abre sobre um mapa da França moderna. A viragem epistemológica agora reivindicada é ainda mais reveladora (e, de certo modo, subversiva) se tivermos em consideração que parte de um olhar (ou de uma multiplicidade de olhares) descentrados (i.e., vindos do outro lado do Atlântico e não do velho continente ou dos limites do hexágono) veiculado por uma outra língua que não a língua nacional. Este descentramento afirma-se assim simultaneamente como uma declaração política e um distanciamento crítico face aos estudos literários de tradição francesa marcados, durante todo século XX, como vimos anteriormente, pela clivagem entre Teoria e História, Texto e Contexto.

A «nova abordagem» proposta por Christie McDonald e Susan Suleiman inscreve-se, também ela, neste esforço de refundação da história literária, procurando aprofundar este novo paradigma que privilegia uma visão cartográfica e itinerante da literatura sobre uma conceição marcadamente territorial e fixista. As 28 contribuições são organizadas por três eixos (Espaços, Mobilidades, Multiplicidades). Dos seus sugestivos títulos (da Idade Média à literatura contemporânea) nos quais transparecem as imagens do Outro e da estranheza, do globo, da navegação, da travessia, da transferência, emerge claramente a ambição epistemológica que percorre este projeto: realçar a alteridade no seio das obras mais canônicas da literatura “francesa” (como a *Chanson de Roland*, por exemplo); destacar zonas de tensão entre unidade e heterogeneidade; pôr em relevo as muitas discrepâncias e assimetrias entre o espaço literário e o espaço político, a língua e sua inscrição geográfica; compreender o local (aquilo que faz a singularidade de cada expressão poética) através do global (a literatura como um sistema complexo onde todos os elementos interagem entre si); privilegiar, tanto nos textos como no modo como se sucedem numa ordem cronológica, uma dinâmica da significação mais atenta aos fenómenos de hibridação, interferência, miscigenação e de disrupção (formal, cultural, narrativa, simbólica) em detrimento de uma lógica da continuidade e homogeneidade. Um convite, em suma, a pensar “la littérature française comme étrangère à elle-même, voire familièrement étrangère”<sup>40</sup> e a percorrer a história literária não com um olhar “surplombant, hexagonal et ‘universaliste’”<sup>41</sup>, mas sim através de um novo sistema de navegação que permite mapear, em pleno movimento, esse vasto espaço literário com os seus recortes, as seus zonas de confluência e de sobreposição, os seus relevos e paisagens em constante mudança, e fornecer ao leitor os instrumentos necessários

<sup>40</sup> BOUJU, Emmanuel – “Avant-propos. Pourquoi “French Global”, ici, maintenant ?”. in Christie McDonald; Susan R. Suleiman (eds.) – *French Global. Une nouvelle perspective sur l’histoire littéraire*. Paris: Classiques Garnier, 2015, 8.

<sup>41</sup> BOUJU, “Avant-propos”, 8.

para nele se orientar. Daí a pertinente (embora irónica ou simplesmente humorística, como confessam as autoras) metáfora do GPS aplicada por Christie McDonald e Susan Suleiman às infindas e complexas interconexões nas quais assenta uma visão global – ou globalizante – da literatura:

“For us, the definition of global is more like that a global positioning system [...]: “a word-wide navigation system which allows users to determine their location very precisely by means of receiving equipment that detects timed radio signals from a network of satellites in stable, predictable orbits”. The satellites move in stable and predictable orbits, but the GPS device itself accompanies people who move around a great deal, often in haphazard, unpredictable trajectories” (p. x)<sup>42</sup>.

Esta conceção do fenómeno literário implica assim um reposicionamento constante de quem lê e do lugar relativo ocupado pelas obras e os autores no seio de uma vasta rede de relações (ou de vasos comunicantes) em constante reconfiguração ao longo dos séculos. Enquanto convite à releitura permanente e sempre diferente das obras, esta perspetiva globalizante permite, em suma, relativizar a existência de hierarquias estanques e rigidamente pré-estabelecidas no âmbito do cânone

<sup>42</sup> À semelhança do que acontecera com a antropologia histórica dos anos 50 e 60, a História tem-se mostrado bem mais aberta do que os estudos literários em matéria de renovação dos modelos teórico-epistemológicos. Com efeito, têm sido relativamente escassos os ensaios e os projetos de investigação em literatura medieval assentes numa perspetiva globalizante, por oposição ao que se verifica no campo disciplinar da História. Veja-se a obra dirigida por BOUCHERON, Patrick – *Histoire mondiale de la France*. Paris: Éditions du Seuil, 2017. No prefácio desta polémica obra, P. Boucheron expõe os princípios que presidem a esta conceção global da história de França e que são, nas suas grandes linhas metodológicas e epistemológicas, coincidentes com os que presidem à renovação da história literária nas duas obras citadas: “Cette ambition est politique, dans la mesure où elle entend mobiliser une conception pluraliste de l’histoire contre l’étrécissement identitaire qui domine aujourd’hui le débat public” (p. 7); “Faire entendre un collectif d’historiennes et d’historiens travaillant ensemble à rendre intelligible un discours engagé et savant. Ce livre est donc joyeusement polyphonique. Il ne l’est pas faute de mieux – comment écrire aujourd’hui d’un seul jet et d’une même plume une histoire de France ? – mais par choix et par conviction” (p. 8); “[...] infliger une blessure narcissique à un pays attaché à un récit national tenu pour exceptionnel” (p. 11); “Il s’agit moins d’élaborer une autre histoire que d’écrire différemment la même histoire” (p. 12); “Telle est donc l’intrigue principale. Elle n’est ni linéaire ni orientée et n’a ni commencement ni fin – et c’est pourquoi les premières dates plongent au plus profond de l’histoire de l’occupation humaine sur le territoire identifié aujourd’hui comme français, précisément pour neutraliser la question des origines” (p. 12). No domínio específico da história medieval, veja-se o “Global Middle Ages Project” liderado pela Universidade do Texas (<http://globalmiddleages.org>), o projeto “Global History in the Middle Ages” da Universidade de St Andrews (<https://globalmedievalstandrews.wp.st-andrews.ac.uk>) ou o projeto “Defining the Global Middle Ages” da Universidade de Oxford (<https://globalmiddleages.history.ox.ac.uk>), para além de vários recursos digitais (como o *Medieval and Renaissance Studies: Global Middle Ages. A guide to library resources for Medieval and Renaissance Studies* da Universidade do Illinois – <https://guides.library.illinois.edu/c.php?g=612662&p=8415356>) e estudos de referência: HOLMES, Catherine; STANDEN, Naomi (eds.) – *The Global Middle Ages is the 2018 Past & Present*. Oxford: University Press, 2018; KEENE, Bryan C. (ed.) – *Toward a Global Middle Ages: Encountering the World through Illuminated Manuscripts*. Los Angeles: J. Paul Getty Museum, 2019; CLASSEN, Albrecht (ed.) – *Paradigm Shifts During the Global Middle Ages and Renaissance*, Turnhout: Brepols, 2019.; HERMANS, Erik (ed.) – *A Companion to the Global Early Middle Ages*. Amsterdão: Amsterdam University Press, 2020.

literário (um operador conceptual e cognitivo profundamente dinâmico, logo instável, que convém igualmente revisitar regularmente à luz de uma visão comparada e global do fenómeno literário), sublinhando a natureza rizomática (na aceção de Deleuze e Guattari<sup>43</sup>, ou seja, subordinada aos princípios da conexão e da heterogeneidade, da multiplicidade, da rutura a-significante e da descontinuidade, em suma, ao movimento contante de desterritorialização e de reterritorialização) de uma literatura que evoluiu de forma multilateral, com avanços e recuos, segundo uma lógica da “polinização”<sup>44</sup>, e não de acordo com um pensamento dicotómico de subordinação da periferia ao centro subjacente ao conceito de influência. A literatura como espaço nómada, localizado, mas não delimitado, um espaço “global relativo”<sup>45</sup>, com a sua latitude e longitude, mas sem fronteiras rígidas; a escrita não tanto como arte da significação, mas antes como movimento perpétuo, como forma de cartografar “même des contrées à venir”<sup>46</sup>. A literatura, em suma, não como objeto que se oferece à catalogação tipológica ou à verificação de um teorema crítico, mas como espaço verdadeiramente dinâmico na qual ecoa uma multiplicidade e heterogeneidade de “forças distintas e potencialmente antagónicas”<sup>47</sup> que coexistem num texto.

<sup>43</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix – *Capitalisme et Schizophrénie*. Vol. 2. *Milles plateaux*. Paris: Éditions de Minuit, 1980, 9-37.

<sup>44</sup> BUESCU, Helena Carvalhão – *Experiência do Incomum e Boa Vizinhança. Literatura Comparada e Literatura-Mundo*. Porto: Porto Editora, 2013, 48.

<sup>45</sup> Deleuze e Guattari, *Milles plateaux*, 474.

<sup>46</sup> Deleuze e Guattari, *Milles plateaux*, 11.

<sup>47</sup> Leia-se, a este propósito, o programa-manifesto escrito coletivamente por vários membros do *Groupe MDRN* (“*Modern*”) que desenvolve um projeto de investigação sobre as “Identidades múltiplas da literatura” na Universidade Católica de Leuven: “La dynamique est multiple, et elle révèle la coexistence de forces distinctes, et potentiellement antagonistes.

La dynamique littéraire est d’abord multiple parce qu’elle engage des expériences temporelles très diverses, qui ont chacune leur propre logique, parfois contradictoires. Elle l’est aussi parce que le changement temporel est tout sauf homogène : dans l’histoire, l’accélération, parfois jusqu’au vertige, et le ralentissement, parfois jusqu’à l’asphyxie, sont inséparables : ils ne se pensent que l’un par rapport à l’autre. Enfin, la dynamique est aussi multiple en raison de la tension toujours possible, et souvent attestée, entre changement et immobilisme, entre progrès et réaction, entre fuite en avant et retour à l’ordre [...].

Une telle façon de concevoir la dynamique est difficilement compatible avec les techniques de périodisation convenues, qui favorisent à la fois l’homogénéité interne et l’enchaînement séquentiel des périodes, styles, écoles, mouvements. Parallèlement, cette perspective dynamique excède les approches pointillistes ou atomisantes qui procèdent soit par coupe transversale [...], soit par simple juxtaposition d’observations et de points de vue que l’on évite de confronter, soit encore par anecdote, exemple ou étude de cas.

Au lieu d’analyser l’histoire en termes de succession ou de relais, la dynamique littéraire se donne à penser en privilégiant les divers modèles de stabilité et de transformation, de tradition et d’innovation, de répétition et d’invention, dont les frictions déterminent la densité et la complexité temporelles de tout fait littéraire [...].

La dynamique littéraire traverse toute la littérature, y compris celle qui nous semble la plus rétive au changement. Il est dès lors normal que la dynamique littéraire informe aussi ses alentours, notamment les manières (synchronique ou diachronique) d’aborder le fait littéraire.

Contrairement à une certaine idée reçue, toute approche synchronique de la littérature doit nécessairement faire une place à la notion de dynamique. En effet, tout acte littéraire posé à un moment déterminé, dans un contexte donné, s’inscrit dans une stratégie de positionnement par rapport à un passé et dans la perspective d’un à venir. De là l’importance de modèles d’analyse susceptibles d’explicitar la présence du diachronique à l’intérieur du synchronique : le contemporain ne coïncide jamais avec lui-même, car il subsiste toujours des résidus de

Situado, tanto montante como a jusante da sua produção, no seio de um intenso e ininterrupto processo de *translatio* (nas suas várias dimensões, manifestações e implicações), polimorfo, omnívoro e assumidamente bastardo na sua origem<sup>48</sup>, produzido e circulando num contexto histórico-político dominado pela poliglossia e a multiculturalidade<sup>49</sup>, o *romance* medieval encarna exemplarmente a natureza intrinsecamente desterritorializada e transfronteiriça da literatura. Enquanto *translatio*, a literatura medieval veicula a ideia de trânsito, de transformação e de transitoriedade, de uma literatura constantemente fora da sua órbita<sup>50</sup>, o que explica, de resto, a sua notável capacidade de polinização, marcando tanto o Renascimento como o Classicismo, o Romantismo como aquilo a que, bem ou mal, se convencionou chamar de Modernidade e até de Pós-modernidade na qual temos assistido ao extraordinário florescimento de uma autêntica indústria cultural alimentada por ficções medievalizantes multimediáticas e à não menos notável proliferação de publicações e eventos científicos consagrados à “modernidade” da Idade Média

---

formes, de pratiques et/ou de médias anciens (voire très anciens), tout comme il peut faire affleurer des indices de réalisations à venir (parfois encore largement impensables à un moment donné). Plus essentielle encore à cet égard est la considération de la nécessaire multiplicité des présents, c'est-à-dire des multiples manières de se positionner par rapport au temps [...].

Étudier la dynamique littéraire revient donc, à travers l'analyse de l'hétérogénéité du présent telle qu'on le voit à l'œuvre dans la production et la réception des textes, à étudier les multiples intersections entre les manières de voir, de penser, de faire la littérature et les manières de voir, de penser et de configurer un certain rapport au temps, à l'histoire, au changement, et inversement” (GROUPE MDRN, “Pour une nouvelle approche de la dynamique littéraire (Pense-bête)”, *Fabula-LhT* [em linha], 11 (2013). Disponível em <http://www.fabula.org/lht/11/modern.html> [consultado a 12 de novembro de 2024].

<sup>48</sup> GINGRAS, Francis – *Le Bâtard conquérant. Essor et expansion du genre romanesque au Moyen Âge*. Paris: Champion, 2011.

<sup>49</sup> Depois de 1066 (data em que Guilherme o Conquistador se apodera da coroa inglesa na sequência da sua vitória na Batalha de Hastings), a língua de oïl, na sua diversidade regional (dialeto da Picardia, de Beauvais, da Burgúndia, da Flandres, da Champagne, da Ilha de França, da Normandia, etc.), reflexo dos fluxos migratórios, difunde-se massivamente pelas ilhas britânicas. Devido à sua origem normanda e também ao facto de Guilherme não ser, segundo constava, muito dotado para a aprendizagem de línguas estrangeiras, compreende-se que o Anglo-normando (enquanto língua híbrida em si mesma), tivesse vindo a adquirir, a partir de finais do século XI, um estatuto análogo ao do latim enquanto língua documental/administrativa e língua de prestígio social e cultural. Esta expressão de uma francofonia medieval reenvia, no caso da literatura, para situações bastante distintas, podendo remeter tanto para a literatura continental que migra para as ilhas britânicas, como para textos compostos por autores continentais a partir de matérias insulares (folclore bretão, por exemplo) para um público francófono ou bilingue, ou ainda para poemas criados por poetas ingleses e destinados à aristocracia normada. A poliglossia da corte inglesa sob o reinado de Guilherme e da rainha Matilde (cujos contemporâneos recordam a imagem de uma mulher letrada) amplia-se sob o reinado de Henrique I da sua filha herdeira cujo nome consta num manuscrito do século XIII enquanto comendatária de uma *Viagem de São Brandão* composta em anglo-normando. Como evidencia ainda a tradução da *Historia Regum Britanniae* que Wace, clérigo oriundo da ilha de Jersey no Canal da Mancha, oferece em 1155 a Leonor da Aquitânia, então esposa de Henrique II Plantageneta, a diversidade linguística e cultural continua e continuará a ser um traço dominante do espaço político Plantageneta. Sobre estas questões, ver, entre outros, Gingras, *Le Bâtard conquérant...*, 96-103 e 113-118; EDLICH-MUTH, Miriam (ed.) – *Medieval Romances Across European Borders*. Turnhout: Brepols, 2018; MORATO, Nicola; SCHOENAERS, Dirk (eds.) – *Medieval Francophone Literary Culture Outside France. Studies in the Moving Word*. Turnhout: Brepols, 2019; CAMPBELL, Kimberlee – “Speaking the Other. Constructing Frenchness in Medieval England”. in Christie McDonald; Susan R. Suleiman (eds.) – *French Global. A New Approach to Literary History*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2010, 179-192.

<sup>50</sup> Ver as considerações de H. C. Buescu, *Experiência do Incomum...*, 53-66.

que veio reascender a rivalidade, ou o conflito teórico, epistemológico e acadêmico, entre estudos literários (de matriz europeia e filológica) e *Cultural Studies* (de matriz anglo-saxónica)<sup>51</sup>.

Contudo, não são apenas as ficções ou matrizes narrativas (na sua materialidade escrita e vocal) que circulam no espaço e no tempo como objetos valiosos moldando os contornos de uma literatura e de uma civilização. Para além das personagens (cavaleiros, mercadores, peregrinos, jograis, etc.), romances e canções de gesta põem em cena uma intensa circulação de objetos (espadas, elmos, escudos, lanças, mantos, tecidos preciosos, relíquias), alguns dos quais dotados de virtudes sagradas e de poderes mágicos, que viajam por entre vários pontos do globo, reunificando temporalidades difusas e desconexas e ligando geografia conhecidas a territórios puramente imaginados ou imaginários.

Contrariamente à imagem que emana de uma conceção territorializada e nacionalista da literatura transmitidas, até há bem pouco tempo, pelas histórias da literatura, a ficção medieval em língua vulgar emerge e desenvolve-se num contexto linguístico e cultural de geografia variável.

### Regressar ao mito: para uma arqueologia da imagem

Um universo poético que depende da circulação das palavras e dos textos e no qual tudo transita, se move e circula, convida-nos finalmente a determo-nos um pouco sobre o estatuto privilegiado destes núcleos narrativos seminais do texto constituídos pelos *topoi* que podemos igualmente definir como autênticas imagens em trânsito. Como sabemos, a *forma mentis* medieval é profundamente marcada pelo pensamento simbólico que estrutura todas as vertentes da atividade humana, da organização da sociedade e da conceção do poder à arquitetura das cidades e das catedrais, passando naturalmente pela literatura dominada (mesmo depois das reflexões de Abelardo sobre a linguagem e os signos e a influencia crescente do pensamento aristotélico a partir do século XIII) por uma ontologia realista (e platónica) – e não arbitraria – da linguagem onde as coisas tendem a incarnar no seio das palavras e do discurso, a construção retórica não sendo mero artifício, mas sim meio privilegiado para inscrever “le Mystère dans la chaire sonore des mots”<sup>52</sup>. Fazendo da aparência literal o eterno ponto de fuga do sentido, a utilização poética

<sup>51</sup> Para uma síntese sobre este debate, ver GALLY, Michèle; FERRÉ, Vincent – “Médiévistes et modernistes face au médiéval”, *Perspectives médiévales* [em linha], 35 (2014). Disponível em <http://journals.openedition.org/peme/5761> [consultado a 31 de março de 2022].

<sup>52</sup> TILLETTE, Jean-Yves – “Un art de lire”. in Olivier Collet et al. (eds.) – “*Ce est li fruis selonc la letre*”. *Mélanges offerts à Charles Méla*. Paris: Champion, 2002, 12.

do símbolo confere à *literatura* medieval uma dimensão misteriosa e oculta onde o sentido nunca (ou raramente) surge onde mais se espera.

Falar em pensamento mítico implica ainda adotar uma atitude teórica e metodológica distinta daquela que subjaz às inextrincáveis relações entre Mito e Literatura<sup>53</sup> que frequentemente conduzem um impasse de tal forma simbiótica é ligação entre estas duas entidades. Neste sentido, a perspetiva cuja pregnância teórico-metodológica aqui destacamos não consiste apenas em analisar de que forma a literatura francesa medieval acolheu, interpretou e transformou a mitologia clássica. De Fulgêncio e Macróbio aos mitógrafos da Escola de Chartes do século XII que viram no mito uma *narratio fabulosa* que esconde (sob forma de *integumentum*) uma verdade profunda sobre o mundo, passando por Marciano Capella, Hugo de São Vítor, Alanus de Insulis, Bernardo Silvestre, e as inúmeras traduções, glosas e adaptações das *Metamorfoses* de Ovídio, bem como dos primeiros romances que retomam a matéria antiga, entre muitos outros marcos de uma vasta e complexa tradição, a Idade Média nunca deixou de ver no mito uma *auctoritas* e um imenso pré-texto através do qual sempre foi lendo o universo e reformulando o horizonte do saber tanto nos campos teológico e exegético, como no campo científico (da astronomia, nomeadamente), artístico e literário. Também não nos referimos a uma abordagem convencional da literatura comparada que consiste em estudar de que forma os mitos criados pela própria poesia medieval (o amor cortês, o mito do graal, etc.) influenciam a produção literária desta época e das épocas ulteriores.

A atenção à pregnância das estruturas no texto medieval continua a ser profundamente devedora da mitologia comparada (com destaque para os trabalhos de Georges Dumézil), da antropologia histórica e cultural (Levi-Strauss, Jean-Pierre Vernant, Jacques Le Goff, Jean-Claude Schmitt, etc.), da mitocrítica de Gilbert Durand (que, nas suas *Estruturas antropológicas do imaginário*, destacou a natureza dinâmica do mito), da conceção do mito em André Jolles (como *forma simples* que assenta numa estrutura dialógica)<sup>54</sup>, em Ernst Cassirer – essencialmente no segundo volume da sua *Filosofia das formas simbólicas (Philosophie der symbolischen Formen)* de 1923<sup>55</sup> –, em Paul Ricoeur (que insiste, em oposição à visão estrutural e formalista

<sup>53</sup> Da vasta bibliografia sobre esta matéria, ver: BRUNEL, Pierre – *Mytocritique. Théorie et parcours*. Paris: PUF, 1992; BRUNEL, Pierre – “Mythe et littérature”. in E. Leonardy (ed.) – *Mythe et littérature*. Bruxelas: Université de Louvain, 1994, 29-40; HUET-BRICHARD, Marie-Catherine – *Littérature et mythe*. Paris: Hachette, 2001; SIGANOS, André – “Définitions du mythe”. in D. Chauvin et al. (eds.) – *Questions de mythocritique. Dictionnaire*. Paris: Imago, 2005, 85-100. Mais recentemente, ver a excelente síntese crítica de IMPERIALI, Christophe – “Quelques réflexions autour du ‘mythe littéraire’ et de l’usage qui peut en être fait”. in *En quête de Perceval. Étude sur un mythe littéraire*. Paris: Honoré Champion, 2019, 13-68.

<sup>54</sup> “L’homme demande à l’univers et à ses phénomènes de se faire connaître de lui ; il reçoit une réponse [...]. L’univers et ses phénomènes se font connaître. Quand l’univers se crée ainsi à l’homme par question et réponse, une forme prend place que nous appellerons mythe” (JOLLES, André – *Formes simples*. Paris: Seuil, 1972 [1930], 81).

<sup>55</sup> CASSIRER, Ernst – *La Philosophie des formes symboliques*. Vol. 2. *La Pensée mythique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972. Por oposição à insistência estruturalista sobre as relações entre mito e linguagem que

de Claude Lévi-Strauss, sobre o excesso de sentido – saturação e sobredeterminação semânticas semelhantes às que encontramos na metáfora – que caracteriza o mito e que explica a sua constante reincarnação através dos tempos<sup>56</sup>) ou ainda em Hans Blumenberg que concebe o mito (inclusive nas suas fases mais tardias de poetização, como em Homero e Hesíodo) como uma narrativa em potência motivada pelas *questions-abîmes* reiteradamente formuladas pelos homens, ou seja, como uma matriz narrativa e cognitiva cujo sentido depende fortemente (senão unicamente) da sua receção<sup>57</sup>.

Que concluir? Na esteira das reflexões propostas por Claude Calame<sup>58</sup> – que explora a aceção semânticas destes termos de Xenófanes a Plutarco –, verifica-se que as esferas do *logos* e do *mythos* (cuja separação, que tem origem em tempos muitos remotos, foi provavelmente acentuada pelo racionalismo logocêntrico e iconoclasta que impera na cultura ocidental desde o século XVII) são muito mais complementares do que opostas. Mesmo no mundo grego, nomeadamente na *Poética* de Aristóteles, o *mythos* (enquanto princípio estruturante da mimese cuja

---

conduzirão à descoberta de uma gramática do mito e do imaginário, o principal interesse da conceção de Cassirer é o de chamar a atenção sobre a natureza essencialmente imagética do mito. Esta perspetiva permite ultrapassar a velha e insolúvel querela sobre a anterioridade do rito sobre o mito (ou vice-versa) ou do conceito sobre a imagem (e vice-versa). Com efeito, para Cassirer, o mito é, antes de mais, uma forma de pensamento. Neste sentido, não participa de uma lógica redutora da representação implicando uma separação entre os signos e as coisas, já que, na lógica simbólica do mito, a imagem é a própria coisa. O mito assume assim, em Cassirer, uma dimensão claramente matricial. No domínio específico da teoria literária, é conhecida a influência exercida pelas noções de *arquétipo* e de *inconsciente coletivo* desenvolvidas por Jung e as suas repercussões nas conhecidas propostas formuladas por Northrop Frye na sua *Anatomia da Crítica* de 1957 onde faz dos *mythoi* (herdados da tipologia de James Fraser centrada nos grandes mitos sazonais) poderosas estruturas que fundam e organizam, em profundidade, os próprios géneros e registos poéticos (primavera/comédia; verão/romance; outono/tragédia; inverno/ironia e sátira). Sobre as principais teorias do mito e as suas implicações no campo dos estudos literários, ver a excelente síntese de REEVES, Charles Eric – “Myth theory and criticism”. in Michael Groden *et al.* (eds.) – *The Johns Hopkins Guide to Literary Theory & Criticism*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994, 520-523.

<sup>56</sup> RICOEUR, Paul – “Structure et herméneutique”. *Esprit*, 22 (1963), 596-627, aqui p. 621. Esta ideia será aprofundada nas várias reflexões de Paul Ricoeur sobre a metáfora, nomeadamente em RICOEUR, Paul – *La Métaphore vivante*. Paris: Seuil, 1997. Em “Imagination et métaphore”, artigo publicado em 1982, Ricoeur sublinha claramente a necessária articulação entre os níveis semiótico e simbólico, insistindo sobre a função modelizante dos sistemas simbólicos organizados em torno da metáfora, do mito ou da ficção: “[...] tous les systèmes symboliques ont une portée dénotative dans la mesure où ils “font”, “défont” et “refont” la réalité. S’interroger sur la valeur référentielle du langage poétique c’est donc montrer comment les systèmes symboliques réorganisent le monde en fonction des œuvres et les œuvres en fonction du monde. En ce point, la théorie de la métaphore tend à rejoindre celle des modèles scientifiques, dans la mesure où la métaphore constitue un modèle pour changer notre façon de voir les choses, de percevoir le monde” (in RICOEUR, Paul – “Imagination et métaphore”. *Psychologie médicale*, 14 (1982), 1883-1887. Disponível em [http://palimpsestes.fr/textes\\_philo/ricoeur/imagination\\_metaphore.pdf](http://palimpsestes.fr/textes_philo/ricoeur/imagination_metaphore.pdf) (consultado a 12 de novembro de 2024).

<sup>57</sup> BLUMENBERG, Hans – *La Raison du mythe*. Paris: Gallimard, 1985, p. 53. Nesta perspetiva, o mito não pode ser apreendido na sua essência ou origem ilusória (mito do *urmythos* primordial), mas tão-somente enquanto fenómeno. Ou seja, como refere Veronique Géli, “s’il n’y a pas d’ontologie du mythe, il y a bien une phénoménologie des mythes” (GÉLI, Véronique, *L’invention d’un mythe. Psyché : Allégorie et fiction, du siècle de Platon au temps de La Fontaine*. Paris: Honoré Champion, 2006, 16).

<sup>58</sup> CALAME, Claude – *Illusions de la mythologie*. Limoges: PULIM, 1991, 29.

natureza antropológica irradia numa dupla função lúdica e cognitiva<sup>59</sup>) não se refere a um tipo de narrativa concreto ou a um género poético específico<sup>60</sup>. Neste sentido, o mito não se reduz nem dilui numa configuração narrativa específica<sup>61</sup>: o mito do amor cortês, por exemplo, não se desenvolve apenas de acordo com a sua formulação lírica e a sua gramática característica constituída por infinitas variações formais sobre temas e motivos tópicos (figura hierática da Dama a quem o amante presta vassalagem de acordo com os códigos feudais, triângulo amoroso, interdito, etc.), mas também através das várias declinações que assume tanto no romance (*Tristão e Isolda*, *Yvain*, *Le Roman de la Rose* de Guillaume de Lorris, etc.) como na canção de gesta (*La Prise d'Orange* ou *Le Bâtard de Bouillon*, por exemplo); não se limita a uma expressão valorativa ou apologética, mas inclui também os textos que, muito precocemente, apresentam uma versão irónica ou paródica que condenam ou desconstroem os simulacros da cortesia ou a cortesia como simulacro (*Cligès*, *Le Chevalier de la Charrette*, a figura de Gauvain na segunda parte do *Conte du Graal*, vários *fabliaux* e fragmentos do *Roman de Renart*, *Le Roman de la Rose* segundo Jean de Meun, *Le Lai de l'ombre* de Jean Renart, etc.). Da mesma forma, o mito de Tristão não se esgota nas versões contadas por Bérout, por Marie de France (*Lai*

<sup>59</sup> Esta extraordinária valorização do mecanismo mimético (ou seja, a propensão inata de todos os homens à ficção) no qual assenta a arte poética emerge logo no início da *Poética* de Aristóteles (1448b) em claro contraponto em relação à concepção profundamente negativa (ou suspeita) que ocupa na *República* de Platão (livros III e X). É essencialmente a partir desta concepção da mimese que Jean-Marie Schaeffer desenvolve o seu interessante pensamento em torno na natureza filogenética e ontogenética da ficção que emerge não tanto de uma imitação da realidade, mas antes de uma modelização analógica das nossas formas de representar a realidade. Daí a ficção poética não ser simples representação do mundo, mas sim autêntica visão/construção do mundo que nos permite reequilibrar e reconfigurar incessantemente a nossa experiência e identidade, bem como a relação que mantermos com o Outro e com o universo que nos rodeia. Tal como a narrativa (enquanto *mythos*) em Ricoeur (RICOEUR, Paul – *Temps et récit I*. Paris: Seuil, 1983; RICOEUR, Paul – *Soi-même comme um autre*. Paris: Seuil, 1990), a ficção segundo Jean-Marie Schaeffer apresenta-se como um espaço dinâmico que nos conduz ao conhecimento/domínio do real (e de nós próprios) precisamente porque abre o horizonte ao espaço dos possíveis (ver SCHAEFFER, Jean-Marie – *Pourquoi la fiction?* Paris: Seuil, 1999; SCHAEFFER, Jean-Marie – “De l’imagination à la fiction?”. *Vox-Poetica. Lettres et sciences humaines* [em linha]. Disponível em <http://www.vox-poetica.org/t/articles/schaeffer.html> [consultado a 12 de novembro de 2024].

<sup>60</sup> Recorde-se que na *Poética* (cap. VI) de Aristóteles, o *mythos* se refere essencialmente ao ato de contar enquanto representação dos factos organizados num sistema narrativo que tem um início, um meio e um fim. O *mythos* é assim, antes de mais, uma configuração narrativa, pese embora esta dimensão se torne particularmente importante na tragédia, uma vez que esta não visa representar os homens (ou seja, a vida em si) mas sim a ação enquanto princípio estruturante (organizado, compreensível) do sentido da existência.

<sup>61</sup> O que equivaleria, segundo Hans Blumenberg, *La Raison du mythe...*, a passar do mito à mitologia e a reificar todo um potencial primitivo de significações. Veja-se também a crítica de Gilbert Durand à abordagem estruturalista: “Lorsqu’on essaie de le fixer [le mythe], c’est un peu comme en physique quantique quand on essaie de fixer la particule microphysique, on perd son contenu dynamique ; c’est ce qui arrive aux structuralistes la plupart du temps ! Ils fixent une forme vide qui s’applique finalement à tout et qui n’a plus de sens” (DURAND, G. – “Pérennité, dérivations et usure du mythe”. in J. Hani (ed.) – *Problèmes du mythe et de son interprétation. Actes du colloque de Chantilly des 24-25 avril 1976*. Paris: Les Belles Lettres, 1978, 31). Mas a excessiva fixação no semantismo mítico também envolve alguns perigos, acrescenta G. Durand: “Si on essaie de trop faire porter l’accent sur les contenus, on bloque à ce moment-là l’aspect sempiternel du mythe, l’aspect de la pérennité et on éparpille le mythe dans des explications évhéméristes, accidentelles, explications au pur niveau de l’événement historique” (pp. 31-32).

*du Chevrefeuille*) ou por Thomas d'Angleterre: integra todas as versões (conhecidas e perdidas) que vão reconfigurando o mito ao longo dos tempos, sem esquecer os fragmentos da tradição celta anterior ao século XII. O mesmo se diga do mito do Graal que, apesar de se construir a partir do epicentro do romance de Chrétien de Troyes, não se reduz, nem a montante nem a jusante da tradição poética e cultural, a esta obra.

Nesta ótica, o mito não constitui uma estrutura cristalizada, mas sim uma estrutura em movimento<sup>62</sup>, um jogo dos possíveis narrativos, podendo ser definido, de acordo com Marcel Détienne<sup>63</sup>, como um “significante disponível”: daí a sua capacidade de gerar sempre novas narrativas (o mito do Graal é absolutamente emblemático deste processo) que procuram preencher e reinvestir semanticamente esta forma matricial e aberta; daí todo o mito ser sempre, de um modo ou de outro, um mito fundador. Falar em “significante disponível” não implica, contudo, falar em significante *vazio*. O mito veicula uma substantividade: é sempre – um pouco à semelhança da metáfora, como sugeria Paul Ricoeur –, excesso e saturação de sentido cuja hermenêutica obriga a que se adotem várias estratégias cruzadas. Neste contexto, e não obstante as suas limitações, a abordagem estruturalista/funcionalista continua a revelar-se bastante pertinente e operativa para a identificação dos *mitemas*, na condição de não vermos nesses núcleos narrativos mínimos de que nos falam os dicionários de mitologia, “un texte mort que chacun reprend et habille autrement”<sup>64</sup>, mas sim um texto virtual – ou em potência – que reconfigura profundamente a estrutura e o sentido da narrativa através da relação dinâmica entre o texto e o intertexto mítico<sup>65</sup>. Mas a presença de um mito nem sempre é tão fácil de detetar, podendo esconder-se atrás de simples vestígios ou fragmentos míticos. Neste caso, torna-se necessário seguir as ténues pistas deixadas por temas,

<sup>62</sup> Aprofundando as intuições de etnólogos e antropólogos e biólogos sobre o mito (Lévi-Strauss, Roger Callois, G. Durand, Richard Dawkins, François Jacob, entre muitos outros), investigações recentes tendem a confirmar a existência de uma íntima relação entre estrutura genética e cultura humana, procurando demonstrar os fundamentos filogenéticos dos mitos e das suas diversas componentes. Veja-se, por exemplo, GHIASIZARCH, Abolghasem – *Gènes et mythes littéraires. Pour un modèle biologique du dynamisme mythique*. Grenoble: Université de Grenoble, 2011. Tese de doutoramento. Disponível em <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00596834/document> [consultado a 12 de novembro de 2024]. É, de resto, para este caminho que também apontam os trabalhos do neurocientista António Damásio quando, no seu recente ensaio *A Estranha Ordem das Coisas*, demonstra claramente a função homeostática da maioria das práticas culturais, a começar por esta atividade extremamente arcaica (verdadeira “obsessão do cérebro”, segundo Damásio) que consiste em contar histórias e em organizar a nossa experiência e a nossa memória de forma narrativa. DAMÁSIO, António – *A Estranha Ordem das Coisas. A Vida, os Sentimentos e as Culturas Humanas*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017.

<sup>63</sup> GÉLI, Veronique – *L'Invention de la mythologie*. Paris: Galimard, 1981, 232-233.

<sup>64</sup> KIBEDI VARGA, Áron – “Mythe, texte, genre”. in V. Gély-Ghedira (ed.) – *Mythe et récit poétique*. Clermont-Ferrand: Publications de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines, 1998, 65-74, aqui pp. 71-72.

<sup>65</sup> Uma ferramenta interessante para detetarmos sequências narrativas de contornos míticos consiste em observar as formas (mais ou menos cristalizadas) que foram assumindo no folclore. Veja-se, neste sentido, o importante trabalho de GUERREAU-JALABERT, Anita – *Index des motifs narratifs dans les romans arthuriens français en vers, XII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles*. Genebra: Droz, 1996, com base no modelo tipológico elaborado por Stith-Thompson (*Motif-Index of Folk-Literature*).

motivos, expressões cuja recorrência/redundância pode ser sintomática da presença discreta ou invisível, mas não menos atuante, do mito na própria estrutura profunda da obra. Estas redundâncias podem ocorrer tanto a nível da macroestrutura da narrativa (sequência narrativas paralelas, simétrica ou especularmente invertidas) como a nível morfológico ou sintático (lógica formulística, nomes próprios com sonoridades semelhantes, recurso habitual à dupla adjetivação sinonímica, etc.). Trata-se, em suma, de perscrutar essas “metáforas obsidianas” de que falara Charles Mauron<sup>66</sup> na tentativa de descobrir a coerência de um ou vários cenários míticos que desenham o imaginário característicos de uma obra ou de um autor<sup>67</sup>. Através deste instigante trabalho, o mito apresenta-se ao mesmo tempo como inconsciente (ou impensado) textual e vasta memória cultural cuja exploração implica uma verdadeira arqueologia da narrativa.

No domínio específico da literatura francesa medievale e cruzando os instrumentos da antropologia cultural, da filologia e da mitologia comparada de Georges Dumézil, tem sido este o enfoque teórico-metodológico que tem caracterizado o trabalho de autores como Claude Lecouteux, Joël Grisward, Philippe Walter ou, mais recentemente, Karin Ueltschi<sup>68</sup>. Para Philippe Walter, por exemplo<sup>69</sup>, um dos equívocos que tem imperado nos estudos literários medievais consiste precisamente em tentar impor aos textos, nomeadamente arturianos, lógicas hermenêuticas inadequadas porque profundamente alheias ao universo cultural no qual emergem (uma narratologia abstrata, um “psychologisme béat”, um historicismo ingénuo ou uma psicanálise sumária), em vez de privilegiar uma recentração no mundo celta e na sua matriz indo-europeia que permanece viva no Cristianismo popular medieval (e não só) nas suas mais variadas manifestações (das tradições calendares às lendas hagiográficas, passando pelos cultos da natureza, etc.). Desvendar, por detrás dos diversos estratos da memória poética da narrativa arturiana, a pregnância do mito celta (sempre presente de “forma impura”) e da tradição oral através do levantamento de núcleos narrativos estruturantes (“grappes de motifs”) cuja importância sobressai através da forma como se repetem em torno de variações sobre o mesmo ao longo do texto (o fenómeno de recorrência ou de redundância devendo ser analisado, nesta perspectiva, não tanto como um

<sup>66</sup> MAURON, Charles – *Des métaphores obsédantes au mythe personnel. Introduction à la psychocritique*. Paris, José Corti, 1963.

<sup>67</sup> Aquilo a que Helder Godinho chama o “mitoestilo”: GODINHO, H. – *O Mito e o Estilo: Introdução a Uma Mitoestilística*. Lisboa: Presença, 1982.

<sup>68</sup> UELTSCHI, Karin – *La Main coupée. Métonymie et mémoire mythique*. Paris: Honoré Champion, 2010; UELTSCHI, Karin – *Le Pied qui cloche ou le lignage des boiteux*. Paris: Honoré Champion, 2011; UELTSCHI, Karin – *Mythologie des boiteux et du pied fabuleux. Œdipe, Jacob, Mélusine & C<sup>o</sup>*. Paris: Imago, 2019.

<sup>69</sup> De entre a vasta obra deste autor, vejamos as reflexões que servem de introdução a WALTER, Philippe – *Dictionnaire de mythologie arthurienne*. Paris: Imago, 2014. A introdução está disponível em linha: [https://books.google.pt/books?id=E5HdDQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=E5HdDQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false) (consultado a 12 de novembro de 2024).

processo retórico-estilístico, mas como uma “*manière particulière de pensée*” que molda a própria sintaxe do texto medieval), implica sondar arqueologicamente as imagens constitutivas da narrativas, já que os vestígios míticos podem inscrever-se tanto nos contornos familiares ou, pelo contrário, profundamente estranhos de uma sequência narrativa, como através da descrição de um lugar ou de uma paisagem, nas indicações temporais ou toponímicas; tanto através da genealogia das personagens como através dos seus atributos característicos (a força violenta de Guillaume d’Orange e o *tinel* de Rainouart, o “arco-que-nunca-falha” de Tristão e a sua aptidão em falar a linguagem dos pássaros, a astúcia de Renart, etc.).

Estudar a presença e a pregnância do mito nos textos medievais não significa assim mostra-se atento apenas a zonas de continuidade (ou seja, de complementaridade e de reforço semântico mútuo) entre a memória mítica e narrativa medieval. Implica também observar os hiatos, as lacunas, as assimetrias, as tensões e as contradições (ou *contradictions*, usando um termo particularmente caro a Roger Dragonetti<sup>70</sup>) entre o mito e a superfície narrativa subordinada ao *ethos* feudal e cristão. Implica finalmente uma atenção acrescida aos aspetos residuais ou *in-significantes* do texto, a começar pelo nome próprio das personagens enquanto veículo e pilar frequente do mito (veja-se o exemplo do rei Artur em cujo nome e genealogia Philippe Walter descobre uma complexa e coerente mitologia indo-europeia ligada ao culto cósmico do urso<sup>71</sup>). Mas também a imagem ou o objeto que representa (denotativa ou metaforicamente) pode veicular um condensado mítico, toda a imagem possuindo uma “narratividade latente”<sup>72</sup>. Partindo dos estudos de Marcel Detienne sobre o mito político-religioso da oliveira no mundo grego e os de Louis Gernet sobre os *amalgata* (objetos de valor) na Grécia arcaica, John Scheid e Jesper Svenbro vão ainda mais longe neste sentido, explorando a possibilidade de existir um mito desprovido de qualquer dimensão narrativa. Fundamentando esta hipótese na análise dos mitos sobre a fundação de cidades (Cartago, Alexandria), a invenção de alguns objetos (como a lira ou o tecido<sup>73</sup>) e as fontes narrativas sobre a origem de certos nomes como o de Édipo, os autores concluem que “le mythe ne s’incarne pas nécessairement dans ce ‘récit fabuleux’ traditionnellement considéré comme la matière même qui sert à fabriquer du ‘mythologique’. Il pourrait se condenser en un simple et seul objet qui en constituerait pour ainsi dire le noyau dur,

<sup>70</sup> DRAGONETTI, Roger – *Le Mirage des sources. L’art du faux dans le roman médiéval*. Paris: Seuil, 1987, 112.

<sup>71</sup> WALTER, Philippe – *Arthur : lours et le roi*. Paris: Imago, 2002.

<sup>72</sup> Brunel, “Mythe et littérature...”, 31. Sobre esta narratividade da imagem associada à dimensão mediadora da narrativa na construção do amor, vejamos também as reflexões de GODINHO, Helder – “Les pouvoirs du récit”, *Iris*, 34 (2013), número de homenagem a Gilbert Durand, 55-67.

<sup>73</sup> No caso da narrativa medieval, pensamos em todos esses objetos há pouco referidos – espadas, cálices, tecidos preciosos, joias, mantos exóticos, etc. – que circulam intensamente entre textos e culturas e narrativas.

voire même la matrice”<sup>74</sup>. Nesta perspectiva, é a atividade mito-lógica que transforma um primeiro significante (objeto ou nome próprio) – vasto reservatório de significados concatenados em associações simbólicas preexistentes (p. 16-17) – num discurso narrativo que se apresenta, de certo modo, como glosa, incessantemente reinventada, de um substrato/núcleo mítico primitivo. A narrativa mitológica apresenta-se, por conseguinte, como infinito desdobramento das potencialidades semânticas (por vezes contraditórias) já contidas na imagem/objeto-mito<sup>75</sup> que subsume as transformações temporais, poéticas e ideológicas que o objeto literário vai conhecendo.

A partir do século XIII, com a emergência da ficção em prosa, a poesia medieval tende indubitavelmente a afastar-se da voz do conto para privilegiar, cada vez mais, numa dinâmica da escrita assente na figura do livro e numa assumida lógica da intertextualidade. Ao mesmo tempo que sofrem um acentuado processo de cristianização da matéria arturiana, os grandes ciclos em prosa procuram assim distanciar-se do “canto profundo” e sedutor dos mitos<sup>76</sup>. A diluição do mito num *ethos* de dominante escatológica e logocêntrico não conduz, no entanto, ao seu desaparecimento. Apenas à sua metamorfose.

Estas considerações em torno da relação entre o mito e imagem convidam-nos a olhar sob um novo prisma essa curiosa “image cachée sous le tapis”<sup>77</sup> que é o *topos*, uma figura que tantas vezes nos limitamos a identificar e a listar na análise de um texto literário, como se o simples ato de nomear e de classificar resolvesse por si só a questão da significação. No entanto, se nos distanciarmos de uma conceção puramente tipológica e ornamental da retórica, intuímos claramente que o lugar-comum – como espaço de encontro e de re-conhecimento por excelência – é uma figura extremamente paradoxal, na medida em que surge, ao mesmo tempo, como emblema da fixidez que garante a continuidade de uma memória/tradição poética que

<sup>74</sup> SCHEID, John; SVENBRO, Jesper – *La Tortue et la lyre. Dans l'atelier du mythe antique*. Paris: CNRS Éditions, 2014, 12.

<sup>75</sup> Donde se conclui que “C’est grâce à l’agrégat mythique qu’on peut découvrir les possibilités offertes par l’imaginaire, c’est grâce à lui qu’on peut explorer cet imaginaire de façon inédite, c’est grâce à lui que, sans cesse, on peut ‘inventer’ la culture” (Scheid e Svenbro, *La Tortue et la lyre...*, 217).

<sup>76</sup> Ver THOMAS, Joël – “Le ‘chant profond’ des mythes gréco-romains : état des lieux et perspectives méthodologiques”, *Cadernos do CEIL. Revista Multidisciplinar de Estudos sobre o Imaginário* [em linha], 1 (2011), 2-27. Disponível em <https://ielt.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/2018/03/narrativas-e-mediacao-numero-1-setembro-2011-1.pdf> [consultado a 12 de novembro de 2024].

<sup>77</sup> As reflexões de Alain Labbé sobre a topografia do palácio épico são perfeitamente aplicáveis à análise da tópica literária em geral: “Pour stéréotypée qu’elle soit, la topographie palatine et castrale des chansons de gestes n’en est pas moins signifiante; nous serions même tenté de dire qu’elle ne l’en est que davantage, dans la mesure où le recours aux *topoi* désigne l’un des lieux d’écriture où, plus lisibles sans doute à nos yeux qu’elles ne le furent aux poètes eux-mêmes, émergent le plus nettement des structures profondes de l’imaginaire [...]. Sans pour autant forcer le texte, il est loisible d’y discerner l’obscur, d’y déchiffrer ce qui, sous le voile de l’implicite, s’énonce dans l’innommé : sens au-delà du sens accessible en scrutant en quelque sorte l’envers du récit, là où parfois se dessine plus vraie, plus vive en son involution, l’image dans le tapis” (LABBÉ, Alain – “De la cuisine à la salle : la topographie d’*Aliscans* et l’évolution du personnage de Rainouart”. in Jean Dufournet (ed.) – *Mourir aux Aliscans. Aliscans et la légende de Guillaume d’Orange*. Paris: Champion, 1993, 209-225, aqui p. 209).

Ernst-Robert Curtius tão meticulosamente estudou na sua obra clássica publicada em 1947 (*Literatura Europeia e Idade Média Latina*) e como figura da mobilidade e da deslocação constantes. Objeto de múltiplas anamorfozes suscitadas pela sua reiterada apropriação em vários contextos temporais, geográficos, ideológicos e culturais, os *topoi* são ao mesmo tempo a face do Mesmo e do Outro, da familiaridade e da diferença. Como espaço de convergência da palavra e da imagem, do *mythos* e do *logos*, o *topos* caracteriza-se também por uma notável densidade (saturação) semântica, a sua eficiência simbólica e poética explicando-se precisamente pelos vários estratos culturais e narrativos (fragmentos míticos, memórias intertextuais, etc.), geralmente de origem geográfica diversa, que se sobrepõem e desdobram à superfície da imagem tópica. A análise do *lugar-comum* incita, por conseguinte, a uma autêntica arqueologia (no sentido foucaultiano) do signo, semelhante à que Georges Didi-Huberman<sup>78</sup> propusera para a imagem concebida como matriz permanentemente aberta, lugar de vestígios múltiplos e heterogêneos, arquivo, sintoma, incorporação, sobrevivência (*survivance*) fantasmática das profundezas do tempo, tensão permanente, nó górdio tecido de anacronismos.

Sublinhar a pregnância do pensamento mítico-simbólico no seio das dinâmicas poéticas na Idade Média permite voltar a fazer da literatura o espaço privilegiado do diálogo interdisciplinar e do encontro inter- ou transcultural (o mito é uma entidade absolutamente emblemática a este respeito) e adotar uma hermenêutica baseada numa epistemologia da abertura que lê o texto como um objeto heterogêneo e proteiforme marcado por uma intensa dinâmica de circulação geográfica, temporal, cronológica e narrativa de temas, motivos e sequência que complexificam, aprofundam e, não raras vezes, rasgam a superfície do texto. Trata-se, em suma, de “pluralizar o texto”<sup>79</sup>, abrindo-o a uma multiplicidade de textos possíveis (ou latentes no espaço denso do não-dito de cada variante ou de cada vestígio mítico), sem, no entanto, abdicar da construção de um sentido tão coeso quanto possível para o texto.

O substrato mítico dos textos pode manifestar-se, aqui também, tanto a nível macroestrutural (percurso do herói, tipologia dos espaços percorridos; temporalidades da ação; estruturação da narrativa, etc.) como a nível microestrutural (topónimos e antropónimos, marcadores temporais, gestos e atributos das personagens, objetos e expressões metafóricas, microseqüências, jogos sobre os significantes da linguagem, etc.), desenhando-se assim dois planos (ou níveis) possíveis através dos quais é possível questionar e explorar os textos. Que as narrativas assumam plenamente o

<sup>78</sup> Ver, entre outros escritos sobre esta questão, DIDI-HUBERMAN, Georges – *L'Image survivante. Histoire de l'art et temps des fantômes selon Aby Warburg*. Paris: Éditions de Minuit, 2002; DIDI-HUBERMAN, Georges – *L'Image ouverte. Motifs de l'incarnation dans les arts visuels*. Paris: Gallimard, 2007, 25, 27, 32).

<sup>79</sup> Sobre este conceito, ver as interessantes propostas para uma valorização das variantes na interpretação da *Odisseia* de Homero proposta por de ESCOLA, Marc; RABAU, Sophie – “Comme des cochons. La bibliothèque de Circé”, *Acanthe* 24-25 (2008), 1-26. Disponível em [https://www.fabula.org/atelier.php?Biblioth%26egrave%3Bque\\_de\\_Circ%26eacute%3B](https://www.fabula.org/atelier.php?Biblioth%26egrave%3Bque_de_Circ%26eacute%3B) [consultado a 12 de novembro de 2024].

seu estatuto de *fabula* ou que procurem exorcizar o espectro da ficção procurando a sua legitimação do lado da *estoire*, do *exemplum* moral ou do tratado, convirá nunca perder de vista que o texto medieval (tanto na sua materialidade literal como através da história que nos conta) não passa de uma superfície epidérmica, de um invólucro (obstáculo e mediação, por vezes sedutor e enganador) que o trabalho exegético, recorrendo não só às práticas de leitura medievais<sup>80</sup> mas também às ferramentas e modelos teóricos e conceptuais de que hoje dispomos, deve transpor se pretender alcançar o sentido profundo do mito.

Esta é, de resto, no século XII, a lição da *fabula* enquanto *integumentum* que transparece claramente em autores como Guilherme de Conches (nomeadamente nos comentários sobre Boécio) ou Bernardo Silvestre: lição que, depois de renovada por São Tomás de Aquino no século XIII, guardará toda a sua vitalidade a atualidade pelo menos até ao Renascimento. Perscrutar o motivo, ou seja, a imagem tópica cristalizada no texto (a espada de Roland forjada por Galand, por exemplo), como um aglomerado narrativo no qual convergem e se sedimentam vários estratos míticos e tradições narrativas plurais, não implica acentuar a clivagem (artificial e inoperante) entre abordagem semiótica-discursiva ou retórica e abordagem simbólica através da qual o *logos* volta a virar costas ao *mythos*. Com efeito, se todo o símbolo incarna e se reconfigura através de uma forma/matéria discursiva e linguística constantemente remodelada pelo poeta, perspectiva semiológica e estrutural (no sentido mais amplo dos conceitos) e perspectiva oferecida pelo estudo do imaginário simbólico, não devem constituir abordagens antagónicas, mas antes concomitantes e complementares ao serviço de uma leitura pluralizante, holística e compreensiva do texto medieval, logo mais humanista também, na esperança de ouvirmos e percebermos esses difusos e longínquos “rumores de um tempo incerto”<sup>81</sup> que dele ecoam.

---

<sup>80</sup> Referimos naturalmente aos quatro sentidos da Escritura (histórico, alegórico, tropológico e anagógico) estudados na obra clássica de LUBAC, Henri de – *Exégèse médiévale. Les quatre sens de l'Écriture*. Paris: Aubier-Montaigne, 2 vols., 1959.

<sup>81</sup> Nascimento, “Idade Média...”, 28.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMGARTNER, Emmanuèle – *Le Tristan en prose. Essai d'interprétation d'un roman médiéval*. Genebra: Droz, 1975.
- BLUMENBERG, Hans – *La Raison du mythe*. Paris: Gallimard, 1985.
- BOUCHERON, Patrick – *Histoire mondiale de la France*. Paris: Éditions du Seuil, 2017.
- BOUJU, Emmanuel – “Avant-propos. Pourquoi ‘French Global’, ici, maintenant ?”. in Christie McDonald; Susan R. Suleiman (eds.) – *French Global. Une nouvelle perspective sur l'histoire littéraire*. Paris: Classiques Garnier, 2015, 7-9.
- BRUNEL, Pierre – “Mythe et littérature”. in E. Leonardy (ed.) – *Mythe et littérature*. Bruxelas: Université de Louvain, 1994, 29-40.
- BRUNEL, Pierre – *Mytocritique. Théorie et parcours*. Paris: PUF, 1992.
- BUESCU, Helena Carvalhão – *Experiência do Incomum e Boa Vizinhaça. Literatura Comparada e Literatura-Mundo*. Porto: Porto Editora, 2013.
- BUSBY, Keith – *Codex and Context. Reading Old French Verse Narrative in Manuscript*. Amesterdão: Rodopi, 2002.
- BUSBY, Keith – *Towards a Synthesis? Essays on the New Philology*. Amesterdão: Rodopi, 1993.
- CALAME, Claude – *Illusions de la mythologie*. Limoges: PULIM, 1991.
- CAMPBELL, Kimberlee – “Speaking the Other. Constructing Frenchness in Medieval England”. in Christie McDonald; Susan R. Suleiman (eds.) – *French Global. A New Approach to Literary History*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2010, 179-192.
- CARRETO, Carlos – “Global Middle Ages ou as virtudes do anacronismo. A lição do texto medieval”. *E-Letras com Vida* [em linha], 2 (2019), 118-149. Disponível em <https://e-lcv.online/index.php/revista/article/view/66/47> [consultado a 12 de novembro de 2024].
- CASSIRER, Ernst – *La Philosophie des formes symboliques*. Vol. 2. *La Pensée mythique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972.
- CERQUIGLINI, Bernard – “Une nouvelle philologie ?” [em linha]. Disponível em <http://magyar-irodalom.elte.hu/colloquia/000601/cerq.htm> [consultado a 12 de novembro de 2024].
- CLASSEN, Albrecht (ed.) – *Paradigm shifts during the global Middle Ages and Renaissance*. Turnhout: Brepols, 2019.
- COMPAGNON, Antoine – *La Littérature, pour quoi faire ? Leçon inaugurale prononcée le jeudi 30 novembre 2006* [em linha]. Paris: Collège de France, 2007. Disponível em <http://books.openedition.org/cdf/524> [consultado a 12 de novembro de 2024].
- DAMÁSIO, António – *A Estranha Ordem das Coisas. A Vida, os Sentimentos e as Culturas Humanas*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017.

- DELALE, Sarah – “La transmission universitaire des textes médiévaux : pleine propriété ou usufruit d’un héritage ? Imaginaires critiques du proche et du lointain”, *Perspectives médiévales* [en linha], 36 (2015). Disponível em <http://journals.openedition.org/peme/7454> [consultado a 12 de novembro de 2024].
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix – *Capitalisme et Schizophrénie*. Vol. 2. *Milles plateaux*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.
- DIAS, Isabel Barros, et al. (ed.) – *O Medievalismo no Século XXI*. Berlim: Peter Lang, 2020.
- DIDI-HUBERMAN, Georges – *L’Image ouverte. Motifs de l’incarnation dans les arts visuels*. Paris: Gallimard, 2007.
- DIDI-HUBERMAN, Georges – *L’Image survivante. Histoire de l’art et temps des fantômes selon Aby Warburg*. Paris: Éditions de Minuit, 2002.
- DRAGONETTI, Roger – *La Technique poétique des trouvères dans la chanson courtoise. Contribution à l’étude de la rhétorique médiévale*. Bruges: De Tempel, 1960.
- DRAGONETTI, Roger – *La Vie de la lettre au Moyen Âge*. Paris: Éditions du Seuil, 1980.
- DRAGONETTI, Roger – *Le Mirage des sources. L’art du faux dans le roman médiéval*. Paris: Seuil, 1987.
- DRONKE, Peter – *Fabula: Explorations into the Uses of Myth in Medieval Platonism*. Leiden: E. J. Brill, col. *Mittellateinische Studien & Texte*, 1974.
- DUBOST, Francis – *Aspects fantastiques de la littérature narrative médiévale, XII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles. L’Autre, l’Ailleurs, l’Autrefois*. Paris: Honoré Champion, 1991.
- DURAND, Gilbert – “Pérennité, dérivations et usure du mythe”. in J. Hani (ed.) – *Problèmes du mythe et de son interprétation. Actes du colloque de Chantilly des 24-25 avril 1976*. Paris: Les Belles Lettres, 1978.
- EDLICH-MUTH, Miriam (ed.) – *Medieval Romances Across European Borders*. Turnhout: Brepols, 2018.
- ESCOLA, Marc; RABAU, Sophie – “Comme des cochons. La bibliothèque de Circé”, *Acanthe*, 24-25 (2008), 1-26. Disponível em [https://www.fabula.org/ressources/atelier/?Biblioth%26grave%3Bque\\_de\\_Circ%26acute%3B](https://www.fabula.org/ressources/atelier/?Biblioth%26grave%3Bque_de_Circ%26acute%3B) [consultado a 12 de novembro de 2024].
- ESPAGNE, Michel – “L’invention de la philologie. Les échos français d’un modèle allemand”. *Histoire, Épistémologie, Langage*, 19, 1 (1997), 121-134.
- FISH, Stanley – *Is There a Text in This Class? The Authority of Interpretive Communities*, Cambridge/Londres, Harvard University Press, 1990.
- FLEITH, Barbara, et al. – “Penser la textualité médiévale. Héritage critique et questions de méthode”. in Barbara Fleith et al. (ed.) – *De l’(id)entité textuelle au cours du Moyen Âge tardif, XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle*. Paris: Classiques Garnier, 2017, 9-59.

- GALLY, Michèle; FERRÉ, Vincent – “Médiévistes et modernistes face au médiéval”, *Perspectives médiévales* [em linha], 35 (2014). Disponível em <http://journals.openedition.org/peme/5761> [consultado a 12 de novembro de 2024].
- GÉLI, Véronique – *L’Invention de la mythologie*. Paris: Galimard, 1981.
- GÉLI, Véronique – *L’Invention d’un mythe. Psyché : Allégorie et fiction, du siècle de Platon au temps de La Fontaine*. Paris: Honoré Champion, 2006.
- GHIASIZARCH, Abolghasem – *Gènes et mythes littéraires. Pour un modèle biologique du dynamisme mythique*. Grenoble: Université de Grenoble, 2011. Tese de doutoramento. Disponível em <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00596834/document> [consultado a 12 de novembro de 2024].
- GINGRAS, Francis – *Le Bâtard conquérant. Essor et expansion du genre romanesque au Moyen Âge*. Paris: Champion, 2011.
- GINGRAS, Francis – *Profession médiéviste* [em linha]. Montréal: Presses de l’Université de Montréal, 2014. Disponível em <http://books.openedition.org/pum/192> [consultado a 12 de novembro de 2024].
- GODINHO, Helder – “Les pouvoirs du récit”. *Iris*, 34 (2013), número de homenagem a Gilbert Durand, 55-67.
- GODINHO, Helder – *O Mito e o Estilo: Introdução a Uma Mitoestilística*. Lisboa: Presença, 1982.
- GOODY, Jack – *La Raison graphique*. Paris: Minuit, 1979.
- Groupe MDRN – “Pour une nouvelle approche de la dynamique littéraire (Pense-bête)”, *Fabula-LhT* [em linha], 11 (2013). Disponível em <http://www.fabula.org/lht/11/modern.html> [consultado a 12 de novembro de 2024].
- GUERREAU-JALABERT, Anita – *Index des motifs narratifs dans les romans arthuriens français en vers, XII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles*. Genebra: Droz, 1996.
- GUIETTE, Robert – *D’une poésie formelle au Moyen Âge*. Paris: Nizet, 1972.
- HAIDU, Peter – *Aesthetic Distance in Chrétien de Troyes: Irony and Comedy in Cligés and Perceval*. Genebra: Droz, 1968.
- HAIDU, Peter – *Lion-Queue-Coupée. L’écart symbolique chez Chrétien de Troyes*. Genebra, Droz, 1972.
- HERMANS, Erik (ed.) – *A Companion to the Global Early Middle Ages*. Amesterdão: Amsterdam University Press, 2020.
- HOLLIER, Denis (ed.) – *A New History of French Literature*. Harvard: Harvard University Press, 1989.
- HOLLIER, Denis (ed.) – *De la littérature française*. Paris: Bordas, 1993.
- HOLMES, Catherine; STANDEN, Naomi (ed.) – *The Global Middle Ages is the 2018 Past & Present*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- HUCHET, Jean-Charles – *L’Amour discourtois. La “fin’amors” chez les premiers troubadours*. Paris: Privat, 1987.

- HUCHET, Jean-Charles – *Littérature médiévale et psychanalyse. Pour une clinique littéraire*. Paris: PUF, 1990.
- HUCHET, Jean-Charles – *Tristan et le sang de l'écriture*. Paris: PUF, 1990.
- HUET-BRICHARD, Marie-Catherine – *Littérature et mythe*. Paris: Hachette, 2001.
- IMPERIALI, Christophe – “Quelques réflexions autour du ‘mythe littéraire’ et de l’usage qui peut en être fait”. in Christophe Imperiali – *En quête de Perceval. Étude sur un mythe littéraire*. Paris: Honoré Champion, 2019, 13-68.
- JAUSS, Hans-Robert – “Littérature médiévale et expérience esthétique. Actualité des Questions de littérature de Robert Guette”. *Poétique*, 31 (1977), 322-336.
- JOLLES, André – *Formes simples*. Paris: Seuil, 1972 [1930].
- KEENE, Bryan C. (ed.) – *Toward a Global Middle Ages: Encountering the World through Illuminated Manuscripts*. Los Angeles: J. Paul Getty Museum, 2019.
- KIBEDI VARGA, Áron – “Mythe, texte, genre”. in V. Gély-Ghedira (ed.) – *Mythe et récit poétique*. Clermont-Ferrand: Publications de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines, 1998, 65-74.
- KOBLE, Nathalie; SÉGUY, Mireille – “L’audace d’être médiéviste”, *Littérature* [em linha], 148 (2007), 3-9. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-litterature-2007-4-page-3.htm#> [consultado a 12 de novembro de 2024].
- KRISTEVA, Julia – *Le Texte du roman. Approche sémiologique d’une structure discursive transformationnelle*. Haia/Paris/Nova Iorque: Mouton, 1970.
- LABBÉ, Alain – “De la cuisine à la salle : la topographie d’Aliscans et l’évolution du personnage de Rainouart”. in Jean Dufournet (ed.) – *Mourir aux Aliscans. Aliscans et la légende de Guillaume d’Orange*. Paris: Champion, 209-225.
- LANSON, Gustave – *Histoire de la littérature française*. Paris: Hachette, 1894.
- LEUPIN, Alexandre – *Barbarolexis: Medieval Literature and Sexuality*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- LEUPIN, Alexandre – *Le Graal et la littérature. Étude sur la Vulgate arthurienne en prose*. Paris: L’Âge d’Homme, 1980.
- LUBAC, Henri de – *Exégèse médiévale. Les quatre sens de l’Écriture*. Paris: Aubier-Montaigne, 2 vols., 1959.
- MADDOX, Donald – *Structure and Sacring. The Systematic Kingdom in Chrétien’s Erec et Enide*. Lexington: French Forum, 1978.
- MAURON, Charles – *Des métaphores obsédantes au mythe personnel. Introduction à la psychocritique*, Paris, José Corti, 1963.
- MCDONALD, Christie; SULEIMAN, Susan R. (eds.) – *French Global. A New Approach to Literary History*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2010.
- MCDONALD, Christie; SULEIMAN, Susan R. (eds.) – *French Global. Une nouvelle perspective sur l’histoire littéraire*. Paris: Classiques Garnier, 2015.

- MÉLA, Charles – *La Reine et le Graal. La conjointure dans les romans du Graal de Chrétien de Troyes au Livre de Lancelot*. Paris: Éditions du Seuil, 1984.
- MORAN, Patrick – “La poétique et les études médiévales: accords et désaccord”, *Perspectives médiévales* [em linha], 35 (2014). Disponível em <http://journals.openedition.org/peme/4439> [consultado a 12 de novembro de 2024].
- MORATO, Nicola; SCHOENAERS, Dirk (ed.) – *Medieval Francophone Literary Culture Outside France. Studies in the Moving Word*. Turnhout: Brepols, 2019.
- NASCIMENTO, Aires A. – “Idade Média, do outro lado do espelho: os textos e o leitor, por entre trabalhos de breves dias”. in Isabel Barros Dias, et al. (ed.) – *O Medievalismo no Século XXI*. Berlim: Peter Lang, 2020, 15-55.
- NISARD, Désiré – *Histoire de la littérature française*. vol. I. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1854. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k28947f> [consultado a 12 de novembro de 2024].
- POIRION, Daniel – *Le Poète et le prince. L'évolution du lyrisme courtois de Guillaume de Machaut à Charles d'Orléans*. Paris: PUF, 1965.
- RAMLØV FRANDSEN, Stig – “La dialectique de la variance. Nouvelle philologie et stratégies interprétatives du texte médiéval”, *Cahiers de civilisation médiévale*, 190 (2005), 111-127. Disponível em [www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ccmed\\_0007-9731\\_2005\\_num\\_48\\_190\\_2903](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ccmed_0007-9731_2005_num_48_190_2903) [consultado a 12 de novembro de 2024].
- REEVES, Charles Eric – “Myth Theory and Criticism”. in Michael Groden, et al. (eds.) – *The Johns Hopkins Guide to Literary Theory & Criticism*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994, 520-523.
- RICOEUR, Paul – “Imagination et métaphore”. *Psychologie médicale*, 14 (1982), 1883-1887. Disponível em [http://palimpsestes.fr/textes\\_philo/ricoeur/imagination\\_metaphore.pdf](http://palimpsestes.fr/textes_philo/ricoeur/imagination_metaphore.pdf) [consultado a 12 de novembro de 2024].
- RICOEUR, Paul – “Structure et herméneutique”. *Esprit*, 22 (1963), 596-627.
- RICOEUR, Paul – *La Métaphore vivante*. Paris: Seuil, 1997.
- RICOEUR, Paul – *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, 1990.
- RICOEUR, Paul – *Temps et récit I*. Paris: Seuil, 1983.
- RYCHNER, Jean – *La Chanson de geste. Essai sur l'art épique des jongleurs*. Genebra: Droz, 1955.
- SALOMON, Anne – “Mettre en livre. Pour une approche de la littérature médiévale”, *Études françaises*, 53, 2 (2017), 5-25.
- SCHAEFFER, Jean-Marie – “De l'imagination à la fiction?”. *Vox-Poetica. Lettres et sciences humaines* [em linha]. Disponível em <http://www.vox-poetica.org/t/articles/schaeffer.html> [consultado a 12 de novembro de 2024].
- SCHAEFFER, Jean-Marie – *Pourquoi la fiction?* Paris: Seuil, 1999.

- SCHEID, John; SVENBRO, Jesper – *La Tortue et la lyre. Dans l'atelier du mythe antique*. Paris: CNRS Éditions, 2014.
- SIGANOS, André – “Définitions du mythe”. in D. Chauvin, *et al.* (eds.) – *Questions de mythocritique. Dictionnaire*. Paris: Imago, 2005, 85-100.
- STOCK, Brian – *The Implications of Literacy. Written Language and Models of Interpretation in the Eleventh and Twelfth Centuries*. Princeton: Princeton University Press, 1983.
- THOMAS, Joël – “Le ‘chant profond’ des mythes gréco-romains : état des lieux et perspectives méthodologiques”. *Cadernos do CEIL. Revista Multidisciplinar de Estudos sobre o Imaginário* [em linha], 1 (2011), 2-27. Disponível em <https://ielt.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/2018/03/narrativas-e-mediacao-numero-1-setembro-2011-1.pdf> [consultado a 12 de novembro de 2024].
- TILLETTE, Jean-Yves – “Un art de lire”. in Olivier Collet, *et al.* (eds.) – “*Ce est li fruis selonc la letre*”. *Mélanges offerts à Charles Méla*. Paris: Champion, 2002, 7-21.
- TODOROV, Tzvetan – “La quête du récit. Le Graal”. in Tzvetan Todorov, *Poétique de la prose (choix), suivi de Nouvelles recherches sur le récit*. Paris: Le Seuil, 1971, 59-80.
- TODOROV, Tzvetan – *La Littérature en péril*. Paris: Flammarion, 2007.
- UELTSCHI, Karin – *La Main coupée. Métonymie et mémoire mythique*. Paris: Honoré Champion, 2010.
- UELTSCHI, Karin – *Le Pied qui cloche ou le lignage des boiteux*. Paris: Honoré Champion, 2011.
- UELTSCHI, Karin – *Mythologie des boiteux et du pied fabuleux. Œdipe, Jacob, Mélusine & Cie*. Paris: Imago, 2019.
- VALETTE, René (ed.) – *Perspectives médiévales. Numéro comemorativo, Trente ans de recherches en langues et en littératures médiévales*, 2005.
- VINAVER, Eugène – *À la recherche d’une poétique médiévale*. Paris: Nizet, 1970.
- WALTER, Philippe – *Arthur : l’ours et le roi*. Paris: Imago, 2002.
- WALTER, Philippe – *Dictionnaire de mythologie arthurienne*. Paris: Imago, 2014.
- ZUMTHOR, Paul – *Essai de poétique médiévale*. Paris: Seuil, 1972;
- ZUMTHOR, Paul – *Introduction à la poésie orale*. Paris: Seuil, 1983.
- ZUMTHOR, Paul – *La Lettre et la voix*. Paris: Seuil, 1987.
- ZUMTHOR, Paul – *La Poésie et la voix dans la civilisation médiévale*. Paris: Seuil, 1984.
- ZUMTHOR, Paul – *Langue, texte, énigme*. Paris: Le Seuil, 1975.
- ZUMTHOR, Paul – *Parler du Moyen Âge*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.

# Los grupos judíos medievales en la literatura islámica medieval en Ibn Ḥazm, Al-Shahrastānī e Ibn Al-Qaīym

*Julio César Cárdenas Arenas*

Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Filología  
e Islamic University of Madinah, Faculty of Da'wah  
España/Arabia Saudita  
prof.abuismail@gmail.com

## **Resumen**

El artículo presenta, luego de una introducción al estado del arte en los estudios de las sectas judías, ejemplos de uso del término ‘judíos’ y las características históricas, geográficas y teológicas de las sectas o grupos judíos medievales en la literatura islámica medieval escrita en árabe. Así mismo compara los objetivos y las metodologías de los autores musulmanes medievales que exponen los fundadores, geografía y creencias básicas de cada grupo, así como las relaciones intrarreligiosas entre ellos y las interreligiosas con cristianos y musulmanes medievales. Se demuestra que la “Ciencia de las religiones” entre los sabios musulmanes medievales citados no presenta un desarrollo progresivo y se limita a los grupos judíos presentes en los territorios musulmanes y cercanos a la teología islámica, sin diferenciar los grupos étnicos judíos medievales. Además, se muestra cómo los estudios islámicos medievales de las religiones tienen tendencias polémicas y apoloéticas, más que objetivas y que el amplio conocimiento medieval de los judíos contrasta con las generalizaciones modernas entre musulmanes sobre los judíos, por cuestiones políticas, más que religiosas o académicas.

## **Palabras clave**

Judíos en la Edad Media; teología islámica; diálogo interreligioso; polémica religiosa; estudios de las religiones

**Nota biográfica**

Julio César Cárdenas Arenas (@polyglottas) estudió en América Latina, Medio Oriente y España, siendo filósofo, teólogo musulmán y filólogo árabe con másteres en Teología Católica y Cultura Islámica. Es doctorando en Ciencia de las Religiones y publica en la Editorial Casa de Sabiduría para el estudio de culturas, lenguas y religiones. <https://orcid.org/0000-0002-5726-5865>.

**Medieval Jewish groups in Medieval Islamic literature in Ibn Ḥazm,  
Al-Shahrastānī and Ibn Al-Qāyim**

**Abstract**

The article presents, after an introduction to the state of the art in the study of Jewish sects, examples of the use of the term “Jews” and the historical, geographical, and theological characteristics of medieval Jewish sects or groups in medieval Islamic literature written in Arabic. It also compares the aims and methodologies of medieval Muslim authors who expound the founders, geography, and basic beliefs of each group, as well as the intra-religious relations between them and inter-religious relations with medieval Christians and Muslims. It is shown that the “Science of Religions” among the cited medieval Muslim scholars does not present a progressive development and is limited to the Jewish groups present in Muslim territories and close to Islamic theology, without differentiating the medieval Jewish ethnic groups. Furthermore, it shows how medieval Islamic studies of religions have polemical and apologetic, rather than objective, tendencies and that the extensive medieval knowledge of Jews contrasts with modern generalizations among Muslims about Jews, for political, rather than theological or scholarly, reasons.

**Keywords**

Jews in the Middle Ages; Islamic theology; interreligious dialogue; religious polemics; studies of religions

**Biographical note**

Julio César Cárdenas Arenas (@polyglottas) studied in Latin America, the Middle East and Spain and is a philosopher, Muslim theologian and Arabic philologist with master’s degrees in Catholic Theology and Islamic Culture. He is a PhD candidate in Sciences of Religions and publishes in the Editorial Casa de Sabiduría for the study of cultures, languages, and religions. <https://orcid.org/0000-0002-5726-5865>

## Introducción

Los estudios musulmanes medievales de las religiones cuentan con autores reconocidos y comentados hasta nuestros días en lengua árabe, si bien no todos cuentan con traducciones a lenguas modernas. En el caso de los estudios de las sectas judías medievales y las iglesias cristianas orientales cercanas geográficamente a los territorios de mayorías musulmanas y, en ocasiones, parte integrante de las sociedades islámicas se presentaron diversos tipos de estudios ya fuesen históricos, descriptivos, críticos o apoloéticos.

Antes y después de estos estudios se encuentran estudios judíos y cristianos de las religiones que, hasta nuestros días, descubren las relaciones entre judíos, cristianos y musulmanes desde la sociología, la teología y la historia, en especial.

Por una parte, entre los más reconocidos se encuentra el sabio judío caraíta Abū Jūsuf al-Qirqisānī (c. 890-960) quien escribió en el año 937 un tratado en árabe titulado: *El Libro de las Luces y los Faros Altos (Kitāb al-anūar ūa-l-marāqib)*<sup>1</sup> y en la introducción presenta un estudio de las sectas judías previas y contemporáneas a su tiempo, sobre su estudio de las sectas judías se ha dicho: “A pesar de sus inclinaciones caraítas y el consiguiente prejuicio contra los rabinos, [al-Qirqisānī] nos da la impresión de ser un recopilador y cronista objetivo, que dedica a los temas que representa un vivo interés y no oculta nada que pueda tener importancia”<sup>2</sup>.

Si bien en el último capítulo de este tratado presenta las diferencias entre las sectas judías y los caraítas, con opiniones que, posteriormente mencionaran los sabios musulmanes sobre los teólogos judíos y cristianos, pues “Las cosas se están poniendo día tras día peor (319, 24) [ya que] difícilmente se puede encontrar a dos caraítas con la misma opinión en todos los asuntos: en uno u otro punto cada uno tiene una opinión diferente a la del resto (285, 23)”<sup>3</sup>.

Al-Qirqisānī presenta brevemente las sectas judías en este orden: los samaritanos (*kaūtīm*)<sup>4</sup> a quienes divide en dos: Kushan y Dushan, los saduceos

<sup>1</sup> Conocido en hebreo como *Sefer ha-Me'orot* y de los cuales ya se han publicado varias partes en *Kitab al-anwar wal-maraqib: code of Karaite law*. 3 vols. Leon Nemoj (ed.). New York, Alexander Kohut Memorial Foundation, 1939-1943, y una edición con notas filológicas y literarias en NEMOY, Leon – “Al-Qirqisānī’s account of the Jewish sects and Christianity”. *Hebrew Union College Annual*, 7 (1930), 317-397. Sobre este texto, cf. BACHER, W. – “Qirqisani, the Karaite, and His Work on Jewish Sects”. *The Jewish Quarterly Review*, 7, 4 (1895), 687-710; KOHLER, Kaufmann; BROYDÉ, Isaac – “Kirkisani, Abu Yusuf Ya’qub Al- (according to Steinschneider, Yusuf Abu Ya’qub)”. in Isidore Singer (dir.) – *The Jewish Encyclopedia*. 12 vols. New York/London: Funk and Wagnalls Company, 1901-1906, vol. 7, 509-510. Disponible en <https://www.jewishencyclopedia.com/articles/9344-kirkisani-abu-yusuf-ya-kub-al>.

<sup>2</sup> Bacher, “Qirqisani...”, 691.

<sup>3</sup> Ambas citas tomadas de Bacher, “Qirqisani...”, 692.

<sup>4</sup> Capítulo V, titulado “Historia de las doctrinas de los samaritanos, que son diferentes de las doctrinas de todo el pueblo (de Israel)”.

(*al-zadūqāh*), los magaritas (*al-magārīm*), Jesús y los cristianos, los caraítas (*al-qara'īt*), así como menciona varios fundadores de sectas menos conocidas.<sup>5</sup>

Por otra parte, Ibn Kammūnah, otro autor judío medieval, escribe un tratado sobre las diferencias entre los judíos rabínicos y los caraítas<sup>6</sup> en el cual menciona la acusación judía medieval a los caraítas, entre otras, también conocida posteriormente por autores musulmanes:

“Los caraítas son herejes (heb. *mīnīm*) y, por lo tanto, pueden ser condenados a la pena capital (¡sic!). Los pergaminos de las Escrituras escritos por ellos deben ser enterrados. [...] *Mīnīm*, de hecho, no significa más que “tipos” y denota grupos de personas que se desvían de la mayoría de alguna manera, no necesariamente hasta el punto de ser una herejía.”<sup>7</sup>

Siglos después, resalta una obra esencial para los estudios de las sectas judías, la del pedagogo judío austríaco Peter Beer (1758-1838)<sup>8</sup> quien escribió una obra en alemán esencial para la historia de las sectas judías en dos volúmenes, *Historia, Enseñanzas y Opiniones de Todas las Sectas Religiosas de los Judíos Existentes y la Doctrina Secreta o Cábala* (1822-1823)<sup>9</sup>, en la que postulaba el judaísmo rabínico como una corriente entre las diversas sectas judías y sometida a cambios históricos que justificaban las reformas propuestas en su época; en esta obra realizó una representación crítica de los caraítas<sup>10</sup>, siendo un trabajo “tendencioso” y que no fue publicado “hasta que Beer accedió a suprimir varios pasajes que contenían ataques vehementes a los rabinos”<sup>11</sup>:

<sup>5</sup> Cf. Bacher, “Qirqisani...”, 701-709.

<sup>6</sup> Una traducción inglesa puede encontrarse en NEMOY, Leon – “Ibn Kammūnah’s treatise on the differences between the Rabbanites and the Karaites”. *Proceedings of the American Academy for Jewish Research*, 36 (1968), 107-165, aquí p. 111; NEMOY, Leon – “Ibn Kammūnah’s treatise on the differences between the Rabbanites and the Karaites (continued)”. *The Jewish Quarterly Review*, 63, 3 (1973), 222-246.

<sup>7</sup> NemoY, “Ibn Kammūnah’s treatise...” (1968), 116.

<sup>8</sup> Peter Beer perteneció al movimiento conocido como la Haskalá o la ilustración judía que se desarrolló en la Europa del siglo XVIII y que buscaba la integración de la lengua hebrea y la historia judía fuera de las escuelas religiosas (*yeshivot*); también escribió obras pedagógicas como *Las Generaciones de Israel (Toledot Yisrael)*. vide SINGER, Isidore; MANNHEIMER, S. – “Beer, Peter (Perez)”. in Isidore Singer (dir.) – *The Jewish Encyclopedia*. 12 vols. New York/London: Funk and Wagnalls Company, 1901-1906, vol. 2, 635. Disponible en <https://www.jewishencyclopedia.com/articles/2748-beer-peter-perez>. Así mismo se ha escrito una tesis doctoral en alemán sobre su obra historiográfica por parte de HECHT, Louise – *Biografía Intelectual del Maskil Peter Beer (1758-1838). Su Papel en la Formación de la Historiografía y la Educación Judías Modernas en Bohemia* [en alemán]. Jerusalem: Hebrew University, 2002.

<sup>9</sup> BEER, Peter – *Geschichte, Lehren und Meinungen aller bestanden und noch bestehenden religiösen Sekten der Juden und der Geheimlehre oder Cabbalah*. Brunn: Joseph Georg Trassler, 1822-1823. Una edición electrónica de ambos volúmenes puede encontrarse en HathiTrust Digital Library, disponible en <https://catalog.hathitrust.org/Record/012505233>.

<sup>10</sup> HECHT, Louise – “The beginning of Modern Jewish historiography. Prague: a center on the periphery”. *Jewish History*, 19, 3, 4 (2005), 359.

<sup>11</sup> LEININGER, Vera – “The story of a Maskil in Bohemia. Peter Beer (1755/58–1838)”. in *Proceedings of the World Congress of Jewish Studies, Jerusalem, July 29-August 5, 1997. Division B: History of the Jewish People*. Jerusalem: World Union of Jewish Studies, 2000, 155\*-163\*, aquí p. 158\*.

“Beer representó la historia judía como la historia de las sectas. Su teoría de la existencia de una religión judía original (alem. *Urreligion*) le permitió utilizar medios académicos para promover sus propias ideas sobre la reforma religiosa. [...] Según Beer, la historia del judaísmo era, pues, una historia de sus diversas sectas religiosas.”<sup>12</sup>

Para Beer, ocho son las sectas judías principales: samaritanos, los helenistas, los esenios, los saduceos, los caraitas, los fariseos, los jasidim y los shebatitas<sup>13</sup> y “enfatisa la necesidad de mostrar que el judaísmo, en su fórmula ‘rabínica’, es decir, la ortodoxa de su época, no representa la religión original de Moisés”<sup>14</sup>.

En la actualidad, existen estudios modernos sobre algunas sectas judías específicas tales como los caraitas, los samaritanos y los falashas, en el caso de Israel<sup>15</sup> o estudios comparativos entre sectas judías<sup>16</sup>, desde documentos más antiguos disponibles de Qumran<sup>17</sup> y de las sectas judías relacionadas con tales documentos<sup>18</sup> o de las sectas relacionadas con el Segundo Templo<sup>19</sup>.

Un caso particular con la historia moderna de las sectas judías es el de los samaritanos, pues si bien los samaritanos se auto perciben y son considerados por muchos como una religión independiente al judaísmo rabínico, también han sido considerados una secta judía entre la academia occidental, tal como ha estudiado Reinhard Pummer<sup>20</sup>, quien además presenta las fuentes musulmanas para el estudio de los samaritanos y sus sectas o divisiones<sup>21</sup>.

<sup>12</sup> BRENNER, M. – *Prophets of the Past: Interpreters of Jewish History*. Princeton: Princeton University Press, 32.

<sup>13</sup> REUVEN, Michael – “Peter Beer (1758-1838). Author of the first monograph on Jewish sects” [en hebreo]. in *Proceedings of the World Congress of Jewish Studies, 1985, Division B, Vol. II: The History of the Jewish People (The Modern Times)*. Jerusalem: World Union of Jewish Studies, 1985, 1-7, citación p. 3.

<sup>14</sup> Reuven, “Peter Beer...” , 6. Posteriormente vendrán obras como JOST, Isaak Markus – *Geschichte des Judenthums und seiner Sekten [Historia del Judaísmo y Sus Sectas]*, Leipzig: Dörffling und Franke, 1857-1859 con una división cronológica.

<sup>15</sup> Cf. ROSHWALD, Mordecai – “Marginal Jewish Sects in Israel (I)”. *International Journal of Middle East Studies*, 4, 3 (1973), 219-237, y ROSHWALD, Mordecai, “Marginal Jewish Sects in Israel (II)”. *International Journal of Middle East Studies*, 4, 3 (1973), 328-354.

<sup>16</sup> En la contemporaneidad GREENSPAHN, Frederick E. – “Sadducees and Karaites. The rhetoric of Jewish Sectarianism”. *Jewish Studies Quarterly*, 18 (2011), 91-105 y a principios del siglo pasado, LAUTERBACH, Jacob Z. – “A significant controversy between the Sadducees and the Pharisees”. *Hebrew Union College Annual*, 4 (1927), 173-205.

<sup>17</sup> Cf. BECKWITH, Roger T. – “The Pre-History and relationships of the Pharisees, Sadducees and Essenes. A tentative reconstruction”. *Revue de Qumrán*, 11, 1 (1982), 3-46.

<sup>18</sup> REGEV, Eyal – *Sectarianism in Qumran. A Cross-Cultural Perspective*. Berlín, De Gruyter, 2007, 5-12.

<sup>19</sup> SIVERTSEV, Alexei – *Households, Sects, and the Origins of Rabbinic Judaism*. Leiden: Brill, 2005, 27-63.

<sup>20</sup> En PUMMER, Reinhard – “Samaritanism. A Jewish sect or an independent form of Yahwism?”. in Menachem Mor et al. (eds.). *Samaritans, Past and Present. Current Studies*. Berlín, De Gruyter, Inc., 2010, 1-24, y en su libro PUMMER, Reinhard – *The Samaritans. A Profile*. Grand Rapids, MI: William Eerdmans Publishing Company, 2015, 23-25.

<sup>21</sup> Pummer, *The Samaritans...*, 107-110.

Un ejemplo clásico del problema de investigación de los samaritanos como secta es el caso del orientalista y biblista norteamericano James Alan Montgomery (1866-1949) quien en su libro: *Los Samaritanos, la Primera Secta Judía: Su Historia, Teología y Literatura*<sup>22</sup> firma, al final del tercer capítulo que: “Los hechos expuestos en este capítulo demuestran abundantemente la tesis de que, sean cuales sean sus comienzos, el samaritanismo se ha convertido y es una secta judía”<sup>23</sup>.

Aun cuando los investigadores no siempre están de acuerdo con la definición del término samaritanos<sup>24</sup>, por ejemplo, otros investigadores modernos, tales como Etienne Nodet de la Escuela bíblica y arqueológica francesa en Jerusalén, escriben: “Este estudio pretende demostrar que los samaritanos de Siquem son los herederos de los primeros israelitas, y no una secta judía degradada como afirman las antiguas tradiciones de Judea y muchos estudiosos modernos”<sup>25</sup>.

Así mismo, en las últimas décadas se han desarrollado estudios sobre algunas de las sectas judías tratadas por los sabios musulmanes como los dositeos o dustanianos<sup>26</sup>, se han investigado los estudios de las religiones de Ibn Taymīyah, quien presenta la secta de los samaritanos en medio de la acusación de corrupción de las escrituras judías<sup>27</sup> junto a estudios modernos sobre las iglesias nestoriana, jacobita, melkita y maronita<sup>28</sup>.

Otra opción de investigación es el estudio de las sectas en tanto herejías y su relación con la violencia, por ejemplo, Christine Caldwell Ames, quien define el concepto de herejía en el judaísmo, el Islam y el cristianismo medieval<sup>29</sup>, reconoce que la herejía en el mundo latino cristiano medieval “era ciertamente más formalizada que en judaísmo o el Islam. Era objeto de una persecución feroz (*fierce*) por la Iglesia y el Estado”<sup>30</sup> y las diferentes formas de violencia cristiana en la Edad Media contra herejes, judíos y musulmanes y “de hecho, los musulmanes y los judíos se dirigieron mutuamente la violencia que estaba influenciada por las narrativas cristianas”<sup>31</sup>.

<sup>22</sup> MONTGOMERY, James Alan – *The Samaritans, the Earliest Jewish Sect. Their History, Theology and Literature*. Philadelphia: The J.C. Winston Co., 1907.

<sup>23</sup> Montgomery, *The Samaritans...*, 45.

<sup>24</sup> Cf. MAGNAR, Kartveit – *The Origin of the Samaritans*. Leiden: Brill, 2009, 6-9.

<sup>25</sup> NODET, Etienne – “Israelites, Samaritans, Temples”. in József Zsengellér (ed.) – *Jews Samaria, Samaritans, Samaritans. Studies on Bible, History and Linguistics*. Berlín: De Gruyter, 121-171, aquí p. 121.

<sup>26</sup> Cf. ISSER, Stanley Jerome – *The Dositheans. A Samaritan Judaism in Late Antiquity*. Leiden: Brill, 1976, 71-82.

<sup>27</sup> Cf. MORABIA, Alfred – “Ibn Taymiyya, les Juifs et la Tora”. *Studia Islamica*, 49 (1979), 91-122 (aquí pp. 112-113) y MORABIA, Alfred – “Ibn Taymiyya, les Juifs et la Tora (suite et fin)”. *Studia Islamica*, 50 (1979), 77-107 (aquí pp. 84-85).

<sup>28</sup> Cf. AKOPIAN, Arman – *Introduction to Aramean and Syriac Studies. A Manual*. Piscataway, NJ: Gorgias Press, 2017, 199-222.

<sup>29</sup> Cf. AMES, Christine Caldwell – *Medieval Heresies: Christianity, Judaism, and Islam*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, 16-25.

<sup>30</sup> Ames, *Medieval Heresies...*, 24.

<sup>31</sup> Ames, *Medieval Heresies...*, 24.



Por ejemplo, en los Hechos de los apóstoles, se dice que Pablo era judío:

Ἐἶπεν δὲ ὁ Παῦλος, Ἐγὼ ἄνθρωπος μὲν εἰμι Ἰουδαῖος

“Respondió Pablo: –Yo soy judío (*īudaīos*) de Tarso.”<sup>40</sup>

Tal como en la aleya coránica se menciona a los judíos junto a los cristianos:

عَيْشَ لَعْدُوهِلَّا تَسَيَّلَ رِاصِنَّالَ تِلَاقَوَّ عَيْشَ لَعْدُوهِلَّا تَسَيَّلَ رِاصِنَّالَ تِلَاقَوَّ  
[...] بَابَاتِكِلَّا نَوْلْتَيْ مُوَّ

“Los judíos (*al-īahūd*) dicen “Los cristianos (*al-naṣāra*) no tienen nada [verdadero] sobre lo que apoyarse”, y los cristianos dicen: “Los judíos no tienen nada sobre lo que apoyarse”, aunque [ambos] recitan la Escritura [...]”<sup>41</sup>

En la Edad Media, Al-Sharastānī remite al sentido etimológico de judíos al texto coránico<sup>42</sup> y la interpretación coránica (*tafsīr*) clásica, en donde el verbo (*hudnā*) de la aleya “sin duda que nos hemos arrepentido y hemos vuelto a Ti (إِنَّا نَكْفِرُ بِكَ يَا رَبَّنَا) significa volvemos (*raja'nā*) y nos sometemos (*taddara'nā*)<sup>44</sup>, de la misma raíz de la palabra judíos (*īahūd*).

Ahora bien, los estudios de las sectas judías, entre los sabios musulmanes, se ejemplifican con tres autores, cada uno con una metodología y una presentación diferente que va desde la descripción a la crítica y, en ocasiones, a la injuria. De seguido se presentan brevemente su método y particularidades básicas.

<sup>40</sup> Hechos 21.39.

<sup>41</sup> Corán 2.113.

<sup>42</sup> La lengua del Corán presentó una terminología islámica que renovó la lengua árabe, y por ello las gramáticas de árabe clásico (*fiṣḥā*) tienen como corpus lingüístico basado en la poesía preislámica, transmitida oralmente y el texto coránico, transmitido oralmente y por escrito.

<sup>43</sup> Corán 7.156.

<sup>44</sup> Cf. AL-SHAHRĀSTĀNĪ, Abū al-Fath Muḥammad ben ‘Abd al-Karīm – *Al-Milal wa al-niḥal* [El Libro de los Credos y las Sectas]. Ed. Muḥammad ben Hashmat ben ‘Abd al-Mu‘īn. Cairo/al-Rīāḍ: Dār al-Balad/Dār al-Faḍīlah, 2019, v. 1, 617.

## Los autores musulmanes medievales

### *Ibn Ḥazm*

Ibn Ḥazm es un polímata de origen persa<sup>45</sup> que perteneció a una familia muladí convertida al islam y que abrazó la cultura árabe de *al-Andalus* en el siglo XI de la era cristiana “medieval” (EC) o siglo V de la era musulmana “clásica” (AH).

El andaluz Ibn Ḥazm es uno de los escritores musulmanes más prolíficos de todos los tiempos, después del historiador y exégeta coránico persa al-Ṭabarī (siglo IX EC / siglo IV AH).

Por su extensa obra titulada *La Historia crítica de las religiones y sectas (al-Faṣḥ al-milal wal-niḥal)* se le considera el precursor de la religión comparada<sup>46</sup>, aun cuando en ella presenta el islam como religión superior y verdadera; la metodología de esta obra incluye<sup>47</sup>:

1. La unión de la metodología de polémica (*al-manhaj al-jidalī*) con la referencia (*al-taqirir*), la explicación (*al-baīān*), el debate (*al-munāqashah*) y la comparación (*al-muqāranah*)<sup>48</sup>.
2. El uso de citas bíblicas para la exposición del judaísmo y el cristianismo y el uso de dos tipos de argumentos (*adilah*): los transmitidos (*al-naqlīah*) y los racionales (*al-aqlīah*) para la refutación (*al-rad-d*).
3. Una escritura extensa y clara en la descripción (*al-'arḍ*) y en el debate (*al-munāqashah*) de las religiones.

### *Al-Shahrastānī*

El persa Al-Shahrastānī fue teólogo, filósofo<sup>49</sup> y pionero de la ciencia de las religiones desde el siglo XII EC o VI AH; nació en una provincia de Khorāsān en las actuales Turkmenistán-Afganistán y estudió en la ciudad de Nishapur, actual Irán y en Bagdad.

Ésta fue primera historia de la religión escrita desde una metodología objetiva: *El Libro de credos y sectas (Kitāb al-milal wa al-niḥal)* trata de las religiones,

<sup>45</sup> Cf. IBN ḤAZM, 'Alī ben Aḥmad ben Sa'īd – *Al-Faṣḥ al-milal wal-niḥal* [Historia Crítica de las Religiones y las Sectas]. Muḥammad ben 'Aūd ben 'Abd Allah al-Shahrī (ed.). Cairo/al-Rīāḍ: Dār al-Balad/Dār al-Faḍīlah, 2019, cf. “Introducción”, 24-25.

<sup>46</sup> Tal como menciona Diana Steigerwald: “He was one of the pioneers in developing a scientific approach to the study of religions”. STEIGERWALD, Diana – “Al-Shahrastānī (d. 1153 C.E.)”. in *Internet Encyclopedia of Philosophy* [online]. Disponible en <https://iep.utm.edu/shahrast/>. De hecho, junto a la *Historia de la India (Tārīkh al-Hind)* del persa Abū Raiḥān al-Bīrūnī (973-1050), se les considera los predecesores de los estudios comparados de las religiones.

<sup>47</sup> Cf. Ibn Ḥazm, *Al-Faṣḥ...*, 8-9.

<sup>48</sup> Siguiendo la metodología del Corán al describir y argumentar sobre judíos y cristianos, llamados la gente del Libro (*ahl al-kitāb*).

<sup>49</sup> Al-Shahrastānī además escribió críticas a la teología islámica (*kalam*) como *Fin de la Osadía de la Ciencia de la Teología (Nihāiatu al-iqdām fu 'ilm al-kalām)* y a la filosofía (*falsafah*) en su libro *La Lucha de los Filósofos (Muṣāra'atu al-falāsifah)*.

sectas y filosofías de su época desde un enfoque objetivo, filosófico, sistemático y no polémico<sup>50</sup>.

### *Ibn al-Qaīym*

Ibn al-Qaīym fue estudiante del polímata Ibn Taymīyah, ambos fueron contemporáneos de las cruzadas (*al-ḥurūb al-ṣalībīah*) y la invasión mongola (*al-ghazū al-mughūlī*) durante los siglos XIII-XIV EC o VII-VIII AH.

Ibn al-Qaīym escribió una Guía para los dudosos en las respuestas de judíos y cristianos<sup>†</sup> (*Hidaīatu al-ḥaīārā fī ayyūbah [al-iahud wa al-naṣāra]*), con una metodología “descriptiva, inductiva, crítica y comparada (*manhaj ūasfī astiqrā’ī naqdī muqārān*)”<sup>51</sup>.

Los contenidos de este libro incluyen una introducción sobre las religiones presentes en el tiempo del Profeta Muḥammad, † y luego remite a siete preguntas de los judíos y los cristianos a los musulmanes sobre las causas que los llevan a rechazar el Islam y quedarse en la incredulidad (*al-kufr*)<sup>52</sup>.

Ahora bien, se presentan de seguido las descripciones y críticas en las obras de estos tres autores, recordando que sus opiniones pertenecen a la época medieval inmersa en problemas sociales como las cruzadas, las invasiones entre pueblos y la convivencia entre ellos.

## Los grupos judíos medievales

El primero en describir los grupos judíos es Ibn Ḥazm, en su obra presenta un capítulo en el que aglomera cuatro tradiciones religiosas, según él, relacionadas entre sí:

4. Los judíos.
5. Los cristianos que rechazaron (*ankara*) la Trinidad (*al-tahtlīth*).
6. La escuela (*madh-hab*) de los sabeos.
7. Y los zoroastrianos (*majūs*) que aceptaron la profecía de Zaratustra (*zarādusht*) y rechazaron a los demás profetas.

La relación de estas tradiciones religiosas es más teológica que histórica o geográfica, puesto que los judíos y los cristianos son anti-trinitarios, están de acuerdo

<sup>50</sup> Cf. Al-Shahrastānī, *Al-Milal...*, vol. 1, 42.

<sup>51</sup> IBN QAĪYM AL-JAŪZĪAH [Ibn al- Qaīym], Abū ‘Abd Allah Muḥammad ben Abī Bakr ben Aṭīb – *Hidaīatu al-ḥaīārā fī ayyūbah al-iahud wa al-naṣāra* [Una guía para los inseguros en las respuestas a los judíos y cristianos]. ‘Uṭhmān Jum‘ah Ḍumaīrīah (ed.). Makkah: Dār ‘Ālam al-faūāid, 2017. Cf. “Introducción”, 57.

<sup>52</sup> La introducción (pp. 20-21) incluye la causa de escritura del libro y cómo se divide el libro en dos partes, la primera son las respuestas a las siete preguntas (pp. 25-428) y la segunda parte incluye las diversas pruebas de la Profecía de Muḥammad (pp. 431-451). Ibn Qaīym al-Jaūzīah, *Hidaīatu al-ḥaīārā...*

en el monoteísmo (*al-taūhīd*), la profecía (*al-nubūah*), los signos de los profetas (*āīāt al-anbīā'*) y la revelación de los Libros Sagrados (*al-kutub*), así como los sabeos y los zoroastrianos creen en algunos profetas<sup>53</sup>, es decir una cercanía tanto a las fuentes como a los transmisores de la religión.

Luego de presentar cada una de éstas realiza el primer intento de crítica textual medieval islámica del Pentateuco y los Evangelios, así es que presenta a las religiones, en este caso, el judaísmo, no desde un enmarcamiento histórico y geográfico sino teológico en pro de su posterior crítica (*naqd*) a los textos bíblicos judíos y cristianos<sup>54</sup>.

Ahora bien, los grupos judíos medievales se encuentran divididos en diferentes sectas (*firaq*) o grupos judíos, según Ibn Ḥazm, Al-Sharastānī e Ibn al-Qaīym de esta manera:

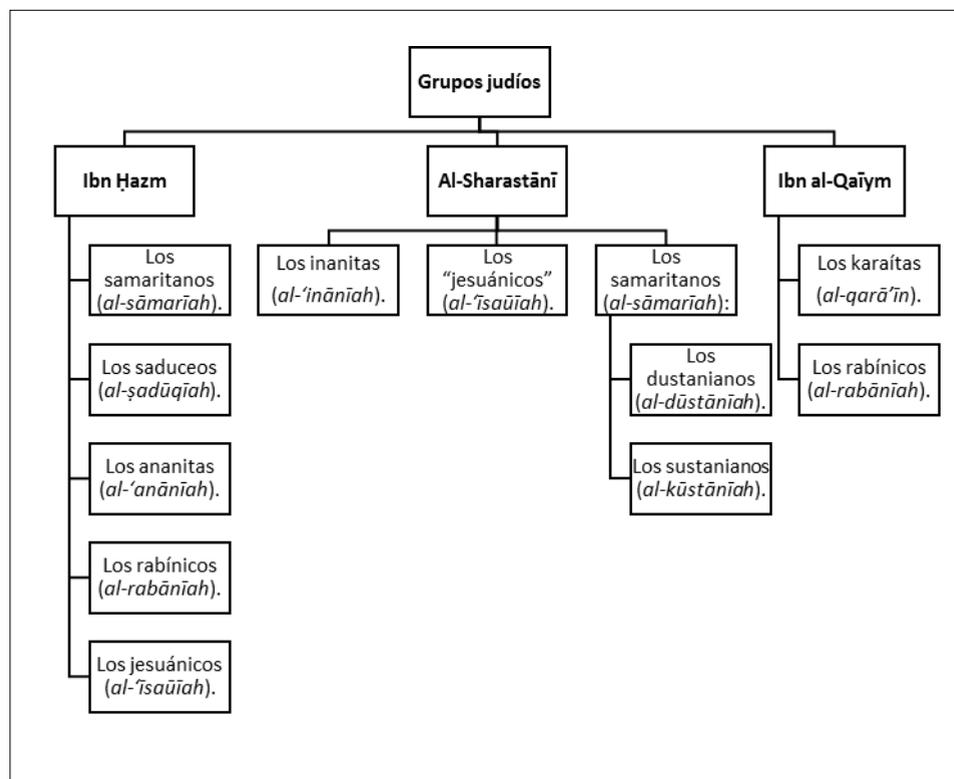


Figura 1

<sup>53</sup> Ibn Ḥazm, *Al-Faṣl...*, vol. 1, 406.

<sup>54</sup> Cf. Ibn Ḥazm, *Al-Faṣl...*, vol. 1, 407, nota 3.

**Los samaritanos (*al-sāmarīah*)**

Los samaritanos, en árabe *al-sāmarīah* o *samārīūn*, en hebreo *shomrūnīm* y en samaritano *shomronim* son llamados los guardianes de la Torah al guardar sus preceptos y rituales religiosos, si bien añaden su propia versión al Libro de Josué<sup>55</sup>; son un grupo étnico originario del Levante y, a la vez, un grupo religioso abrahámico y monoteísta.

Según Ibn Ḥazm, para los samaritanos el lugar más sagrado es el Monte Guerizín en árabe: *Jabal Jarizīm*, en hebreo: *Ḥar Gerizīm* y en samaritano: *'argarizim* en la ciudad de Nablus (*Nāblus*) de la actual Palestina, que se encuentra a unos treinta kilómetros de Jerusalén (*Baīt al-Maqdis*), los samaritanos aún lo habitan y realizan sus ritos religiosos; su Torah, en lengua samaritana, cuenta con miles de diferencias textuales con la Torah en lengua hebrea y también rechazan (*iubḥilūn*) cualquier profecía posterior a Moisés (*Mūsá*) y a Josué (*īaūshu'*)<sup>56</sup>.

Así pues, Ibn Ḥazm presenta esta secta desde lo geográfico, lo religioso y lo histórico, recalcando las diferencias teológicas y textuales con los demás judíos.

Este cuadro muestra los términos clave en las tres lenguas medievales usadas hasta hoy por los samaritanos, samaritana, hebrea y árabe, y las palabras claves para conocer este grupo judío:

Samaritanos	Monte Gerizim	Lengua
שׁוֹמְרוֹנִים ( <i>shomronim</i> )	אַרְגָּרִיזִים ( <i>'argarizim</i> )	Samaritana
שׁוֹמְרוֹנִים ( <i>shomrūnīm</i> )	חַר גֵּרִיזִים ( <i>Ḥar Gerizīm</i> )	Hebrea
سَامَرِيُون ( <i>Samārīūn</i> )	جَبَل جَرِيْزِيْم ( <i>Jabal Jarizīm</i> )	Árabe

Quadro 1

<sup>55</sup> El primer Libro de los Profetas mayores (heb. *Nebi'im rishonīm*) siguiente en el orden de los Profetas (*nebi'im*).

<sup>56</sup> Es decir que rechazan la profecía de Samuel, David, Salomón, Isaías, Eliseo, Elías, Amós, Habacuc, Hageo, Zacarías, Jeremías. Cf. Ibn Ḥazm, *Al-Faṣl...*, vol. 1, 409-410.

Luego el persa Al-shahrastānī habló de la división de la secta samaritana en los dustanianos (*al-dūstānīah*) y los kustanianos (*al-kūstānīah*) con diferencias en sus normas y legislaciones (*al-aḥkām wā al-sharā'ia*'), así mismo menciona las diferencias centrales con otros grupos judíos:

1. La lengua samaritana, cercana a la lengua hebrea (*al-'ibrānīah*).
2. La dirección de sus oraciones hacia el monte Jerizīm (*Girizīm*), usando el término islámico *qiblah*<sup>57</sup>.

### **Los saduceos (*al-ṣadūqīah*)**

Los saduceos<sup>58</sup> sólo aceptan la Torá escrita (*Torah she-bi-khtav*) y rechazan la Torá oral (*Torah she-be-'al peh*), rechazando el Talmud y sus enseñanzas civiles, legales y religiosas.

Ibn Ḥazm es el único que habla de los saduceos y sólo presenta tres datos, suficientes para mostrar su importancia en la historia y la teología islámicas:

3. Se remiten (*nasabū*) al Sacerdote Ṣadūq (heb. *Zadok haqohen*, ár. *Kāhin Ṣadūq*), descendiente de Hārūn y primer sacerdote del primer templo de Salomón.
4. Creen que Uzair (*Uzair*)<sup>59</sup> es el hijo de Dios (*ibn Al-lah*) “exaltado sea de eso”<sup>60</sup>, a diferencia de los demás judíos.
5. Se encontraban en los territorios del Yemen.

Ibn Ḥazm relaciona los saduceos en la Edad Media con los judíos del Yemen (ár. *Al-īahūd al-īamanīūn*, heb. *Īahūdīm teīmanīm*) que durante más de dos mil años vivieron allí.

Según el editor de esta enciclopedia medieval, esta secta es la más antigua y fuerte entre los judíos, rechazaron los libros de los profetas posteriores a Moisés y toman solo la Torá como la única fuente para los judíos, no creen en la vida en el más allá ni en la predestinación y son conocidos por su permisividad en las normas legales<sup>61</sup>.

### **Los ananitas (*al-'anānīah*)**

Según Ibn Ḥazm, los ananitas (*al-'anānīah*) son los seguidores (*aṣḥāb*) de 'Ānān, quienes no cumplen (*lā tāta'adūn*) las normas (*sharā'i*) de la Torah ni de los libros de los profetas, esta secta (*firqah*) reniega (*iatabarau'ūn*) de los dichos de los rabinos

<sup>57</sup> Cf. Al-Shahrastānī, *Al-Milal...*, vol. 1, 639.

<sup>58</sup> Los saduceos fueron un grupo de judíos activos en Judea durante el periodo del segundo Templo de Jerusalén (516 EC – 70 DC), junto con otros grupos como los fariseos, esenios, zelotes y los primeros cristianos.

<sup>59</sup> Uzair es mencionado en el Corán: “y los judíos dicen: Uzair es el hijo de Dios, y los cristianos dicen: El Mesías es el hijo de Dios” (9.30), y tales creencias son contrarias a la teología islámica radicalmente monoteísta.

<sup>60</sup> Ibn Ḥazm, *Al-Faṣl...*, vol. 1, 411.

<sup>61</sup> Ibn Ḥazm, *Al-Faṣl...*, vol. 1, 411, nota 1.

(*al-aḥbār*) y los desmienten (*iukadhibūnahum*) y se encontraban en Iraq, Egipto, el levante mediterráneo (*al-Shām*), es decir la actual, Siria, Líbano, Jordania, Israel y Palestina, así como en Andalucía en Toledo (*Ṭulaṭūlah*) y Talavera de la Reina (*talabāīrah*).<sup>62</sup>

Así pues, se presenta de nuevo, detalles históricos desde la legislación, la teología y la geografía sobre esta secta, suficientes para entender la importancia histórica y trazar su expansión en tierras musulmanes medievales, puesto que son seguidores de ‘Ānān ben Daūd de Bagdad (715-795 AC) en la época del califa abasí al-Manṣūr (712-775 EC / 136-754 AH), considerado el fundador del movimiento judío karaita (heb. *Yahadut Qara’it*), consideran la Torah como la autoridad Suprema en asuntos legales (heb. *halakhah*) y teológicos, se diferencian en la celebración del sábado (*Shabat*) y otras festividades religiosas<sup>63</sup>.

Mientras que al-Shahraṣṭānī, además de mencionar sus diferencias con los demás judíos (*sā’ir al-īahūd*) en las normas del sábado, las fiestas y la alimentación, añade que, tal como los judíos jesuánicos, los ananitas creen en los discursos y pruebas de Jesús y dicen que el no contradijo la Torah sino que la afirmó e invitó hacia ella, considerándolo un hijo de Israel que adora a Dios según la Torah y que respondió el llamado de Moisés, pero no creen en su profecía ni en su mensaje (*bi-nubūatihi wa risālatihi*) ni creen que el Evangelio (*al-injīl*) sea un libro (*kitāb*) revelado por parte de Dios sino que es una compilación histórica de los discípulos (*al-ḥaūārīūn*) sobre su vida<sup>64</sup>.

Si bien Ibn Ḥazm menciona el nombre de *al-Qarā’īn* en relación con *al-Mīm*, según algunos manuscritos<sup>65</sup>, el apelativo *al-Mīm* en el texto de Ibn Ḥazm para esta secta en plural *al-mīmīn* significa los herejes, según la filología semítica comparada, el cual era un nombre seguramente usado por sus oponentes<sup>66</sup>, al respecto el judío sefardí Moshe ben Maimon o Maimónides, el mayor estudioso de la Torah en la Edad Media, en su *Mishneh Torah*<sup>67</sup> escribe sobre los herejes:

לְלֵב הַזֶּה יָרָה אֶלֶּא הַרְוֹתֵיב רִוּמָאָה אֶרְמָמ נְקִז וְנִיָּא הִפּ לַעֲבֹשׁ הַרְוֹתֵיב הַדּוּמ וְנִיָּא שׁ יִמ  
[סְדָא לְכַב וְתַתִּימִן] וְיִסְרוּקִיפָאָה

“Una persona que no reconoce la validez de la Ley Oral no es el anciano rebelde mencionado en la Torá. Por el contrario, es uno de los herejes [y debe ser condenado a muerte por cualquier persona].”<sup>68</sup>

<sup>62</sup> Cf. Ibn Ḥazm, *Al-Faṣl...*, vol. 1, 412-413.

<sup>63</sup> Cf. Ibn Ḥazm, *Al-Faṣl...*, vol. 1, 412, nota 1.

<sup>64</sup> Cf. Al-Shahraṣṭānī, *Al-Mīlā...*, vol. 1, 629-630.

<sup>65</sup> Según los diferentes manuscritos, los manuscritos en Estambul (#555 y #1269), ambos en la Biblioteca Sulaīmanīah de Turquía y en los manuscritos de Leiden, Holanda (#A480 y B480), además el de la Biblioteca Chester Beatty, Irlanda (#4/3845).

<sup>66</sup> Cf. Ibn Ḥazm, *Al-Faṣl...*, vol. 1, 412, nota 4.

<sup>67</sup> Cf. *Rebeldes* 3:3.

<sup>68</sup> Mamrim, 3, a. texto hebreo tomado de [https://www.chabad.org/library/article\\_cdo/aid/1181854/jewish/Mamrim-Chapter-3.htm](https://www.chabad.org/library/article_cdo/aid/1181854/jewish/Mamrim-Chapter-3.htm).

Lo cual demuestra la gran importancia, en la legislación judía medieval, de las diferencias teológicas entre las sectas o grupos judíos que incluso conllevan normas legales e inclusive castigos como la muerte para quien rechaza la ley oral, tal como sucede con varias de los grupos judíos mencionados.

### **Los rabínicos (*al-rabānīah*)**

El grupo de los rabínicos (*al-rabānīah*) son la mayoría de los judíos, son llamados *al-shama'ūnīah*, y siguen los dichos de los rabinos (*al-ahbār*) y de sus escuelas (*madhāhibihim*)<sup>69</sup>, pero Ibn Ḥazm no presenta referencias teológicas ni geográficas para esta secta mayoritaria hasta nuestros días.

Si bien su apelativo *al-rabānīah* indica el judaísmo rabínico (heb. *Yahadut Rabanūt*) del siglo VI EC desde la codificación del Talmud de Babilonia, el cual se basa en la creencia de la Torah escrita o Pentateuco y la Torah oral o las explicaciones de la escrita transmitidas de boca a boca, por lo cual contrasta con los grupos samaritanos, saduceos y karaítas.

### **Los “jesuánicos” (*al-'ṭsaūīah*)**

Los jesuánicos (*al-'ṭsaūīah*) son los seguidores de Abū 'Īsā Ishāq ben Ia'qūb<sup>70</sup> al-Isfahānī de la ciudad de Isfahān en Persia quien perteneció a la época del Califa abbaṣī al-Manṣūr; según Ibn Ḥazm, los jesuánicos afirman (*iuqir-rūn*), por una parte, la profecía de Jesús, el hijo de Maria (*Ibn Marīam*), quien fue enviado a los hijos de Israel (*banū Isrā'īl*) con el Evangelio (*al-Injīl*), concordando con la teología islámica, mientras que por otra parte, creen en la profecía de Muhammad con las normas del Corán (*sharā'i' al-Qurān*) dirigidas a los hijos de Ismael (*Banū Ismā'īl*) y a los demás árabes (*al-'arab*)<sup>71</sup>, a diferencia a la teología islámica que presenta el Corán para toda la humanidad.

Mientras que Ibn Ḥazm se limitaba a las referencias teológicas de esta secta, al-Shahrastānī<sup>72</sup> incluyó referencias históricas, tales como que Abū 'Īsā al-Isfahānī comenzó su predicación (*da'ūah*) al final de la época del último de los gobernantes omeyas (*mulūk banī Umaīyah*), llamado Marwān II o 'Abū 'Abd Al-Malik Marwān ibn Muḥammad (688-750 AC), obteniendo muchos seguidores judíos y combatiendo con un gran ejército a al-Manṣūr en al-Raī donde se autoproclamó profeta (*nabī*) y mensajero (*rasūl*) del Mesías (*al-masīḥ al-muntadhīr*), además promulgó que Dios le había hablado, tal como a Moisés, creando una conexión histórica, teológica y escatológica con el judaísmo y con el cristianismo.

<sup>69</sup> Ibn Ḥazm, *Al-Faṣl...*, vol. 1, 414.

<sup>70</sup> Ishāq ben Ia'qūb agregado por al-Shahrastānī, *Al-Milal...*, vol. 1, 631.

<sup>71</sup> Ibn Ḥazm, *Al-Faṣl...*, vol. 1, 415-416.

<sup>72</sup> Al-Shahrastānī, *Al-Milal...*, vol. 1, 632.

Así mismo al-Shahrastānī menciona que esta secta tiene muchas diferencias en las normas judías de la Torah, por ejemplo, los jesuánicos proponen:

1. La prohibición de los sacrificios, mientras que los demás judíos realizan los sacrificios de ciertos animales con especificaciones concretas
2. El aumento a diez oraciones diarias<sup>73</sup>, siendo lo común tres oraciones (hebr. *tefillot*) al día llamadas en hebreo *Shaḥarit* al amanecer, *Minkháh* en la tarde y *ʿArvīt* al anochecer.

### ***Los caraítas y los rabínicos***

Si bien la literatura de Ibn Taymīyah<sup>74</sup> y su discípulo Ibn al-Qaīym es apologética más que histórica, el primero presenta y critica las creencias además de las prácticas judías desde sus propias fuentes en comparación con la religión islámica, Ibn al-Qaīym usa juicios de valor, junto a apelativos y calificativos despectivos, siendo propio de las obras apologéticas de este autor y, sin duda, lejos de los estudios de las religiones modernos.

Ibn al-Qaīym presentó en su libro las dos sectas (*firqatān*) judías mayoritarias en los territorios musulmanes, a saber, los caraítas, una secta minoritaria judía que habitaba entre los territorios musulmanes y los rabínicos o el grupo mayoritario judío.

Ibn al-Qaīym presenta las causas teológicas y legales del abandono de la Ley oral o Talmud por parte de los caraítas, además de las diferencias legales entre ambas sectas, todas en relación con la corrupción (*tahrīf*) de la Torah, así como una comparación con el derecho islámico lo cual demuestra un gran conocimiento no sólo de la teología y el derecho sino de la primitiva crítica textual islámica de la Biblia hebrea.

Así mismo, Ibn al-Qaīym presenta la secta de los rabínicos como la de mayor enemistad con otras religiones y la secta de los caraítas como la más cercana, así como preparada para convertirse al islam debido a que no confían en los rabinos tradicionales y que no buscan la corrupción de sus escrituras con la interpretación alegórica.<sup>75</sup>

### ***Otras sectas judías***

Al-Sharastānī agrega la descripción de dos sectas judías, la primera, los judeánicos son seguidores de Īaūdhāʿān, también llamado ĩahūdhā, discípulo de Abū ʿĪsā al-Isfahānī, de la secta jesuánica y de allí su nombre, quienes se concentraban en el

<sup>73</sup> Al-Shahrastānī, *Al-Milal...*, vol. 1, 632-633.

<sup>74</sup> Ibn Taymīyah escribió textos extensos para la refutación de los judíos, el cristianismo, la filosofía y la lógica griegas, sin presentar las diferencias entre las sectas judías, más sí entre las iglesias del oriente cristiano en relación geográfica, histórica y teológica con los musulmanes.

<sup>75</sup> Ibn Qaīym al-Jaūzīah, *Hidaīatu al-ḥaiārā...*, 306.

ascetismo y realizar muchas oraciones, así como proponía que la Torá tenía un significado aparente (*dhāhir*) y otro esotérico (*baṭīn*) por lo cual tendría además de ser una revelación (*tanzīl*) una alegoría (*ta'ūl*)<sup>76</sup>, asemejando así a las creencias de las sectas teológicas heterodoxas, el sufismo y los musulmanes influenciados por la filosofía griega en el caso del Corán.

La segunda, los mushkeánicos (*al-mūshkānīah*), quienes siguieron la escuela (*madh-hab*) de Īaūdhaʿān a diferencia de permitir rebelarse (*al-khurūj*) a sus opositores y afirmar la profecía (*nubūah*) de Muhammad a los árabes y demás personas (*sā'ir al-nās*) a excepción de los judíos<sup>77</sup>, esta secta se deriva de la primera, los judeánicos, Al-Sharastānī muestra cómo aplican la alegoría a partir de un Ángel (*malik*) para explicar la teología judía en general<sup>78</sup>.

## Conclusiones

Las Ciencias de las religiones entre los sabios musulmanes medievales citados no presentan un desarrollo progresivo de profundización ni de ampliación de los conocimientos presentados por los sabios previos, tal como sucede con Ibn Taymīyah y su discípulo Ibn al-Qaīym, en el cual no se toman los conocimientos previos como referencia, bien sea porque sus objetivos y metodologías difieren, o ya sea porque sólo las mencionan para nutrir el discurso apologético más que para añadir conocimientos sobre el judaísmo.

Los estudios islámicos medievales de las religiones tienen una tendencia a ser polémicos, apologéticos y, en muchas ocasiones, intransigentes, lo cual puede trasladarse, aun hoy, de lo teológico a lo social. El conocimiento profundo de estas sectas contrasta con las generalizaciones entre musulmanes árabes y no árabes sobre los judíos, por cuestiones políticas, más que religiosas y con el desconocimiento general de la historia, lengua y cultura judías entre musulmanes.

Los sabios musulmanes citados presentan un conocimiento de los grupos judíos limitado según su cercanía geográfica de las tierras musulmanas, así como a la cercanía y teológica al monoteísmo islámico, no se presentan según aspectos críticos ni objetivos; por ejemplo, la mayor secta judía, la rabinica, sólo la describe Ibn Ḥazm brevemente e Ibn al-Qaīym la compara con la karaíta, mayoritaria en las tierras musulmanas “medievales”, estos sabios no hicieron diferencias entre los grupos étnicos judíos medievales, posiblemente porque eran tomados como un grupo étnico común (*misrain*) entre ellos, a pesar de las diferencias con otros grupos étnicos.

<sup>76</sup> Al-Shahrastānī, *Al-Milal*..., vol. 1, 633.

<sup>77</sup> Al-Shahrastānī, *Al-Milal*..., vol. 1, 634.

<sup>78</sup> Al-Shahrastānī, *Al-Milal*..., vol. 1, 634-637.

La época medieval fue pluricultural, plurilingüe y pluri-religiosa con una diversidad que aun hoy guarda secretos y tesoros y mientras la mayoría de las investigaciones actuales en historia, teología o filosofía medievales se centran en la cultura cristiana-occidental, de allí la necesidad de metodologías apropiadas para el estudio de las “Edad Media” bizantina, judía y musulmana.

Por ello, los estudios de historia medieval deben realizarse de acuerdo con el pluralismo propio de esta época, bien sea lingüístico, teológico y filosófico de las culturas griega, latina y bizantina frente a la siríaca, árabe y hebrea a lo largo del Mediterráneo medieval, en el cual se presentó un encuentro mediado por historias, Libros sagrados y cosmovisiones diversas, entre la Edad Media cristiana y la época de oro islámica o mejor llamada “Edad Antigua islámica”.

Así pues como los estudios de las religiones entre sabios musulmanes de la época medieval están mediados por problemáticas sociales y encuentros teológicos en los que cada autor presenta la descripción de la alteridad religiosa desde sus juicios teológicos y prejuicios sociológicos propios, pero no únicos, de la apologética islámica medieval y de la literatura de polémica que también se presentó entre judíos y cristianos durante la edad media; tales juicios y prejuicios han sido suprimidos de los estudios de las religiones modernos, pero hacen parte de la lógica y la exposición medieval de otras religiones.

## REFERENCIAS

- AKOPIAN, Arman – *Introduction to Aramean and Syriac Studies. A Manual*. Piscataway, NJ: Gorgias Press, 2017.
- AL-QIRQISĀNĪ – *Kitab al-anwar wal-maraqib: Code of Karaite Law*. 3 vols. Leon Nemoy (ed.). New York, Alexander Kohut Memorial Foundation, 1939-1943.
- AL-SHAHRĀSTĀNĪ, Abū al-Fath Muḥammad ben ‘Abd al-Karīm – *Al-Milal wa al-niḥal* [El Libro de los Credos y las Sectas]. Muḥammad ben Hashmat ben ‘Abd al-Mu‘īn (ed.). Cairo/al-Riāḍ: Dār al-Balad/Dār al-Faḍīlah, 2019.
- AMES, Christine Caldwell – “Christian violence against heretics, Jews and Muslims”. in *The Cambridge World History of Violence*. Vol 2: 500-1500 CE. Cambridge: Cambridge University Press, 2020, 470-491.
- AMES, Christine Caldwell – *Medieval Heresies: Christianity, Judaism, and Islam*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- BACHER, W. – “Qirqisani, the Karaite, and His Work on Jewish Sects”. *The Jewish Quarterly Review*, 7, 4 (1895), 687-710.
- BECKWITH, Roger T. – “The Pre-History and relationships of the Pharisees, Sadducees and Essenes. A tentative reconstruction”. *Revue de Qumrân*, 11, 1 (1982), 3-46.
- BEER, Peter – *Geschichte, Lehren und Meinungen aller bestanden und noch bestehenden religiösen Sekten der Juden und der Geheimlehre oder Cabalah*. Brunn: Joseph Georg Trassler, 1822-1823.
- BRENNER, Michael – *Prophets of the Past. Interpreters of Jewish History*. Trad. Steven Rendall. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- GREENSPAHN, Frederick E. – “Sadducees and Karaites. The rhetoric of Jewish sectarianism”. *Jewish Studies Quarterly*, 18, 1 (2011), 91-105.
- HECHT, Louise – “The beginning of modern Jewish historiography. Prague: a center on the periphery”. *Jewish History*, 19, 3-4 (2005), 347-373.
- HECHT, Louise – *Biografía Intelectual del Maskil Peter Beer (1758-1838). Su Papel en la Formación de la Historiografía y la Educación Judías Modernas en Bohemia* [en alemán]. Jerusalem: Hebrew University, 2002.
- IBN ḤAZM, ‘Alī ben Aḥmad ben Sa‘īd – *Al-Faṣl fī al-milal wal-niḥal* [Historia Crítica de las Religiones y las Sectas]. Muḥammad ben ‘Aūd ben ‘Abd Allah al-Shahrī (ed.). Cairo/al-Riāḍ: Dār al-Balad/Dār al-Faḍīlah, 2019.
- IBN QAĪYM AL-JAŪZĪAH [Ibn al-Qaīym], Abū ‘Abd Allah Muḥammad ben Abī Bakr ben Aṭūb – *Hidaīatu al-ḥaiārā fī ayyūbah al-iahud wa al-naṣāra* [Una guía para los inseguros en las respuestas a los judíos y cristianos]. ‘Uthmān Jum‘ah Ḍumaīrīah (ed.). Makkah: Dār ‘Ālam al-faūāid, 2017.
- ISSER, Stanley Jerome – *The Dositheans. A Samaritan Judaism in Late Antiquity*. Leiden: Brill, 1976.

- JOST, Isaak Markus – *Geschichte des Judenthums und seiner Sekten* [*Historia del Judaísmo y Sus Sectas*], Leipzig: Dörrfling und Franke, 1857-1859.
- KAIDBEY, Naila – “Melkites in the writings of Muslim historians of Bilād Al-Šām”. *Parole de l’Orient*, 34 (2009), 1-19.
- KOHLER, Kaufmann; BROYDÉ, Isaac – “Kırkısani, Abu Yusuf Ya’kub Al- (according to Steinschneider, Yusuf Abu Ya’kub)”. in Isidore Singer (dir.) – *The Jewish Encyclopedia*. 12 vols. New York/London: Funk and Wagnalls Company, 1901-1906, vol. 7, 509-510. Disponible en <https://www.jewishencyclopedia.com/articles/9344-kirkisani-abu-yusuf-ya-kub-al>.
- KOŚCIELNIAK, Krzysztof – “The Melkites, ‘people of the Emperor’ in Abbasid Baghdad and Central Asia”. in Krzysztof Kościelniak (ed.) – *Prosperity and Stagnation Some Cultural and Social Aspects of the Abbasid Period (750-1258)*. Krakow: UNUM Publishing house, 2010, 101-114.
- LAUTERBACH, Jacob Z. – “A significant controversy between the Sadducees and the Pharisees”. *Hebrew Union College Annual*, 4 (1927), 173-205.
- LEININGER, Vera – “The story of a Maskil in Bohemia. Peter Beer (1755/58–1838)”. in *Proceedings of the World Congress of Jewish Studies, Jerusalem, July 29-August 5, 1997. Division B: History of the Jewish People*. Jerusalem: World Union of Jewish Studies, 2000, 155\*-163\*.
- MAGNAR, Kartveit – *The Origin of the Samaritans*. Brill, 2009.
- MONTGOMERY, James Alan – *The Samaritans, the Earliest Jewish Sect: Their History, Theology and Literature*. Philadelphia: The J.C. Winston Co., 1907.
- MORABIA, Alfred – “Ibn Taymiyya, les Juifs et la Tora (suite et fin)”. *Studia Islamica*, 50 (1979), 77-107.
- MORABIA, Alfred – “Ibn Taymiyya, les Juifs et la Tora”. *Studia Islamica*, 49 (1979), 91-122.
- NEMOY, Leon – “Al-Qirqisānī’s account of the Jewish sects and Christianity”. *Hebrew Union College Annual*, 7 (1930), 317-397.
- NEMOY, Leon – “Ibn Kammūnah’s treatise on the differences between the Rabbanites and the Karaites”. *Proceedings of the American Academy for Jewish Research*, 36 (1968), 107-165.
- NEMOY, Leon – “Ibn Kammūnah’s treatise on the differences between the Rabbanites and the Karaites (continued)”. *The Jewish Quarterly Review*, 63, 3 (1973), 222-246.
- NESSIM YOUSSEF, Youhanna – “Melkites in Egypt according to Abu al-Makarim (XII Century)”. *Parole de l’Orient*, 34 (2009), 251-279.
- NODET, Etienne – “Israelites, Samaritans, Temples”. in József Zsengellér (ed.) – *Jews Samaria, Samaritans, Samaritans: Studies on Bible, History and Linguistics*. Berlín: De Gruyter, 2011, 121-171.

- PARRY, Ken – “Byzantine-rite Christians (Melkites) in Central Asia in Late Antiquity and the Middle Ages”. *Modern Greek Studies (Australia and New Zealand)*, numero especial (2012), 91-108.
- PUMMER, Reinhard – “Samaritanism. A Jewish sect or an independent form of Yahwism?”. in Menachem Mor *et al.* (eds.) – *Samaritans, Past and Present. Current studies*. Berlín: De Gruyter, 2010, 1-24.
- PUMMER, Reinhard – *The Samaritans. A Profile*. Grand Rapids, MI: William Eerdmans Publishing Company, 2015.
- REGEV, Eyal – *Sectarianism in Qumran. A Cross-Cultural Perspective*. Berlín: De Gruyter, 2007.
- REUVEN, Michael – “Peter Beer (1758-1838). Author of the first monograph on Jewish sects” [en hebreo]. in *Proceedings of the World Congress of Jewish Studies, 1985, Division B, Vol. II: The History of the Jewish People (The Modern Times)*. Jerusalem: World Union of Jewish Studies, 1985, 1-7.
- ROSHWALD, Mordecai – “Marginal Jewish sects in Israel (I)”. *International Journal of Middle East Studies*, 4, 3 (1973), 219-237.
- ROSHWALD, Mordecai – “Marginal Jewish sects in Israel (II)”. *International Journal of Middle East Studies*, 4, 3 (1973), 328-354.
- SINGER, Isidore; MANNHEIMER, S. – “Beer, Peter (Perez)”. in Isidore Singer (dir.) – *The Jewish Encyclopedia*. 12 vols. New York/London: Funk and Wagnalls Company, 1901-1906, vol. 2, 635. Disponible en <https://www.jewishencyclopedia.com/articles/2748-beer-peter-perez>.
- SIVERTSEV, Alexei – *Households, Sects, and the Origins of Rabbinic Judaism*. Leiden: Brill, 2005.
- STEIGERWALD, Diana – “Al-Shahrastānī (d. 1153 C.E.)”. in *Internet Encyclopedia of Philosophy* [online]. Disponible en <https://iep.utm.edu/shahras/>.
- WATT, William Montgomery – *Muslim-Christian Encounters Perceptions and Misperceptions*. New York: Routledge, 2014.



# O estudo da filosofia medieval em questão nos nossos dias

*Maria Leonor Xavier*

Centro de Filosofia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
mxavier@campus.ul.pt

## **Resumo**

Neste artigo, reflectimos sobre o estudo da filosofia medieval, procurando compreender o sentido da interrogação: está a desaparecer este âmbito de estudo? Uma pergunta desafiante que a organização do Congresso Internacional – *Imago, Actus et Verbum* – lançou aos participantes. Mas por que se faz hoje esta pergunta? Que ventos sopram contra o estudo da filosofia medieval nos nossos dias? Equacionamos quatro factores que convergem nesta direcção: dois deles são tendências internas da filosofia do nosso tempo; os outros dois ultrapassam o foro estrito da filosofia, como amplas tendências culturais da civilização ocidental no tempo presente. São tendências internas da filosofia hoje: uma perspectiva sobre a filosofia, que a separa da história da filosofia; e uma perspectiva sobre a história da filosofia, que segrega a filosofia medieval. São tendências culturais do nosso mundo civilizacional: uma preocupação avassaladora com os problemas do presente e as inquietações sobre o futuro; e uma rejeição dos conteúdos da filosofia medieval pelo seu compromisso com a religião. Considerados estes factores, um a um, esclarecemos o papel que desempenhamos e os desafios que enfrentamos, como cultores deste campo de estudo que é a filosofia medieval.

## **Palavras-chave**

filosofia; filosofia medieval; filosofia e história da filosofia; filosofia e religião; cultura ocidental

**Nota biográfica**

Maria Leonor Lamas de Oliveira Xavier é Professora Associada com Agregação do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), onde tem leccionado as disciplinas de: O Estudo da Filosofia; Filosofia Medieval; Filosofia e Teologia na Idade Média. É autora de: *Filosofia com Coração* (2023); *Three Questions on God* (2016); *A Questão da Existência de Deus. Uma Disputa Medieval* (2013); *O Teísmo Medieval. Santo Anselmo e João Duns Escoto* (2009); *Questões de Filosofia na Idade Média* (2007); *Razão e Ser. Três Questões de Ontologia em Santo Anselmo* (1999); e dezenas de artigos em obras colectivas e revistas de filosofia. É coordenadora de: *Francisco da Gama Caeiro. A Presença 20 anos depois* (2014); *Philosophica 34. Anselmo sola ratione 900 anos depois* (2009); *A Questão de Deus. Ensaios Filosóficos* (2010); *A Questão de Deus na História da Filosofia I-II* (2008).

**The study of medieval philosophy in question today****Abstract**

In this article, we reflect on the study of medieval philosophy, trying to understand the meaning of the question: is this field of study disappearing? A challenging question that the organization of the International Congress – *Imago, Actus et Verbum* – addressed to the participants. But why is this question asked today? What winds are blowing against the study of medieval philosophy? We found four factors that converge in this direction: two of them are internal trends in the philosophy of our time; the other two go beyond the strict forum of philosophy, as broad cultural trends of Western civilization at the present time. Two internal trends in philosophy today are: a perspective on philosophy, which separates it from the history of philosophy; and a perspective on the history of philosophy, which segregates medieval philosophy. Two cultural trends of our civilizational world are: an overwhelming concern with the problems of the present and the fears about the future; and a rejection of the contents of medieval philosophy for its commitment to religion. After considering these factors, one by one, we clarify the role we play and the challenges we face, as cultivators of this field of study that is medieval philosophy.

**Keywords**

philosophy; medieval philosophy; philosophy and history of philosophy; philosophy and religion; Western culture

### Biographical note

Maria Leonor Lamas de Oliveira Xavier is Senior Associate Professor in the Department of Philosophy at the Faculty of Arts of the University of Lisbon (FLUL), where she has taught the following curricular units: The Study of Philosophy; Medieval Philosophy; Philosophy and Theology in the Middle Ages. She is the author of: *Filosofia com Coração* (2023); *Three Questions on God* (2016); *A Questão da Existência de Deus. Uma Disputa Medieval* (2013); *O Teísmo Medieval. Santo Anselmo e João Duns Escoto* (2009); *Questões de Filosofia na Idade Média* (2007); *Razão e Ser. Três Questões de Ontologia em Santo Anselmo* (1999); and dozens of articles in collective works and philosophy journals. She is coordinator of: *Francisco da Gama Caeiro. A Presença 20 anos depois* (2014); *Philosophica 34. Anselmo sola ratione 900 anos depois* (2009); *A Questão de Deus. Ensaios Filosóficos* (2010); *A Questão de Deus na História da Filosofia I-II* (2008).

Está a desaparecer este âmbito de estudo? Esta é uma das interrogações mais desafiantes que a organização do “Congresso Internacional – *Imago, Actus et Verbum*. Desafios e interrogações nos Estudos Medievais: um diálogo interdisciplinar entre filologia, filosofia, história, arte e literatura” – lançou aos participantes. Há pouco menos de um século, ainda a filosofia medieval lutava por afirmar a sua existência no campo dos estudos da história da filosofia: o debate entre dois historiadores francófonos da filosofia, Émile Bréhier e Étienne Gilson, nos anos 30 do século XX, foi emblemático a esse respeito. Através da sua produção bibliográfica, Étienne Gilson venceu o debate, firmando os créditos da filosofia medieval como ramo do saber em história da filosofia. Desde então, a produção bibliográfica sobre a filosofia medieval não tem parado de crescer, inclusivamente, ao longo das décadas mais recentes até aos anos 20 do século XXI, em que nos encontramos. O desenvolvimento dos estudos de filosofia medieval, quer introdutórios quer especializados, em múltiplas línguas e geografias culturais, não faria adivinhar a interrogação inicial. Por isso, confesso que não me tinha ocorrido uma interrogação tão apocalíptica a respeito do estudo da filosofia medieval, apesar do meu pessimismo idiossincrático. Mas a interrogação não podia deixar de me interpelar e fazer pensar.

Assim, antes de tentar uma resposta, importa compreender o sentido da interrogação: está a desaparecer este âmbito de estudo? Por que se faz hoje esta pergunta? Que ventos sopram contra o estudo da filosofia medieval nos nossos dias? Equacionamos quatro factores que convergem nesta direcção: dois deles são

tendências internas da filosofia do nosso tempo; os outros dois ultrapassam o foro estrito da filosofia, como amplas são tendências culturais da civilização ocidental no tempo presente. São tendências internas da filosofia hoje: uma perspectiva sobre a filosofia, que a separa da história da filosofia; e uma perspectiva sobre a história da filosofia, que segrega a filosofia medieval. São tendências culturais do nosso mundo civilizacional: uma preocupação avassaladora com os problemas do presente e as inquietações sobre o futuro; e uma rejeição dos conteúdos da filosofia medieval pelo seu compromisso com a religião. Pensemos estes factores um por um.

### **A história da filosofia fora da filosofia**

A questão da relação entre a filosofia e a sua história mereceu décadas de reflexão, ao longo do século XX, e encontrou em Martial Guéroult um dos seus mais proeminentes pensadores, especialmente através do conjunto de escritos que dedicou à filosofia e à história da história da filosofia<sup>1</sup>. Marcado por tal questão, foi também o magistério de Joaquim Cerqueira Gonçalves, com quem aprendi a estudar filosofia medieval na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; e com quem também aprendi que tudo é histórico em filosofia, quer se trate da razão, da verdade ou do ser<sup>2</sup>. Assim, na minha formação filosófica, aprendi que o exercício da filosofia é tanto mais lúcido e apetrechado quanto mais contemplar o estudo da história da filosofia. E, hoje, mesmo considerando a promoção desmesurada do valor da novidade e da originalidade em ciência, na filosofia e na produção cultural em geral, mantenho a necessidade do estudo da história da filosofia, quanto mais não seja, como base de comparação para poder aferir o que é novo e original.

Todavia, a questão da relação da filosofia com a sua história passou à história, e, por ora, venceu a separação entre a filosofia e a história da filosofia. Esta separação tem-se repercutido na organização dos estudos filosóficos, quer ao nível institucional da divisão entre departamentos de filosofia e departamentos de história da filosofia, quer ao nível da divisão epistémica da filosofia em áreas temáticas, propriamente filosóficas, e o estudo das épocas da história da filosofia. Em filosofia, pretende-se praticar reflexão de ponta – o que quer que isso seja – e à história da filosofia não

<sup>1</sup> Escritos integrantes da obra *Dianoématique*, cujo Livro I foi publicado postumamente em três volumes (vol. I – *Histoire de l'histoire de la philosophie, en Occident, des origines jusqu'à Condillac*, 1984; vol. II – *Histoire de l'histoire de la philosophie, en Allemagne, de Leibniz à nos jours*, 1988; vol. III – *Histoire de l'histoire de la philosophie, en France, de Condorcet à nos jours*, 1988), depois de já ter sido publicado o Livro II – *Philosophie de l'histoire de la philosophie*, 1979. Cf. GUÉROULT, Martial – *Dianoématique*. Lv. I, 3 vols. Paris: Aubier, 1984-1988; GUÉROULT, Martial – *Dianoématique*. Lv. II. Paris: Aubier, 1979.

<sup>2</sup> Cf. o meu testemunho em XAVIER, Maria Leonor – “Ditos filosóficos de Joaquim Cerqueira Gonçalves”. in AAVV – *Poiética do Mundo. Homenagem a Joaquim Cerqueira Gonçalves*. Organização do Departamento e Centro de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa: Edições Colibri, 2001, 61-115, aqui pp. 80-82.

cabe senão a função de repositório de informação sobre as filosofias ultrapassadas do passado, tal como a história da ciência tem cabimento no estudo da ciência, como repositório de informação sobre as teorias vencidas pelo progresso do conhecimento científico. Este mimetismo entre a relação da filosofia com a sua história e a relação da ciência com a sua história não favorece o valor da história da filosofia em filosofia. Mas, porventura, as duas relações não são análogas. Afirmar que o são e, com base nessa analogia, preconizar a separação entre a filosofia e a sua história: é uma posição filosófica, ou melhor, metafilosófica, que não é inquestionável nem indisputável.

Quem serão os historiadores da filosofia? Quase nunca são historiadores de formação e profissão; quase sempre são filósofos. Mas filósofos falhados – dirão alguns – e, por isso, refugiam-se na repetição de doutrinas já feitas. Este surdo anátema não é sopro de alento para os estudos de história da filosofia nos tempos que correm, e, portanto, também não para os estudos sobre a filosofia medieval.

### Um caso à parte na história da filosofia

Entretanto, mesmo nos estudos de história da filosofia, continua a reinar uma perspectiva segregadora da filosofia medieval, como se esta fosse uma época à parte relativamente às outras épocas da história da filosofia. É ainda recorrente fazer o “salto” entre a filosofia antiga e a filosofia moderna, quando se conta a história da filosofia ocidental, o que acusa não ser a filosofia medieval reconhecida como uma época da história da filosofia com o mesmo grau de dignidade das outras.

Este problema não é novo; remonta ao referido debate entre Émile Bréhier e Étienne Gilson nos anos 30 do século XX. Bréhier negou a originalidade na filosofia medieval relativamente à antiga filosofia grega, e desvalorizou a influência do cristianismo na história da filosofia<sup>3</sup>. Gilson veio, então, apontar a especificidade da filosofia medieval na história da filosofia, numa obra matricial para este campo de estudos nesta área: *L'Esprit de la philosophie médiévale*<sup>4</sup>. Gilson conseguiu afirmar a diferença da filosofia medieval, mas não evitou o problema da segregação da filosofia medieval na história da filosofia.

Este é um problema que se mantém por resolver, entre nós, estudiosos da filosofia medieval, e os nossos colegas de filosofia, inclusivamente, aqueles que são especializados noutras épocas da história da filosofia. Nós não sentimos qualquer

<sup>3</sup> Cf. BRÉHIER, Émile – *Histoire de la Philosophie. I: Antiquité et Moyen Âge*. 2.ª ed. revista. Paris: Quadrige/PUF, 1983, 431-437.

<sup>4</sup> GILSON, Étienne – *L'Esprit de la philosophie médiévale*. Paris: J. Vrin, 1932. A obra constitui uma carta de apresentação da filosofia medieval, escrita no contexto da controvérsia com Émile Bréhier, e no decurso das séries de lições que Étienne Gilson proferiu na Universidade de Aberdeen, no âmbito das Gifford Lectures, em 1931 e 1932.

reserva em encontrar conexões nos filósofos medievais seja com os antigos, seja com os modernos seja com os nossos contemporâneos. A descoberta de tais conexões é até uma tendência do desenvolvimento actual dos estudos da filosofia medieval, procurando contrariar desse modo o confinamento a que tem estado sujeita<sup>5</sup>.

No entanto, os nossos colegas, que privilegiam uma abordagem problemática ou disciplinar da filosofia, quando pretendem identificar a origem de um problema ou de uma disciplina, podem recuar à filosofia moderna ou mesmo antiga, mas nunca consideram o contributo da filosofia medieval: por exemplo, na origem do problema da identidade pessoal através da consciência, é comum retroceder até John Locke, mas nunca se recua ao pensamento medieval sobre a noção de pessoa e sobre o auto-conhecimento; também na origem da ética das virtudes, não se costuma ignorar a referência incontornável de Aristóteles, mas omite-se completamente o desenvolvimento expansivo que a ética das virtudes obteve em Tomás de Aquino.

Também aos nossos colegas, que se especializaram noutras épocas da história da filosofia, não ocorre mostrar conexões com a filosofia medieval: mais facilmente um medievalista reconhece, no pensamento da Idade Média, a importância de antecedentes na filosofia antiga e de influências na filosofia moderna, do que um classicista admite acréscimos e avanços na filosofia medieval, ou do que um especialista em filosofia moderna admite precedentes medievais, pois, neste caso, tal resultaria em perda no viço da modernidade. É como se as conexões com a filosofia medieval fizessem perder valor às outras épocas da história da filosofia: o valor da originalidade da filosofia antiga, na qual residem em potência todos os posteriores desenvolvimentos; o valor da ruptura na filosofia moderna, capaz de se emancipar das tutelas e teias da cultura medieval. Seja por que receio for, ou ignorância, prevalece ainda a tendência segregadora da filosofia medieval nos estudos de história da filosofia.

## **Os problemas do presente e as inquietações sobre o futuro**

Saindo do domínio hoje especializado da filosofia para o âmbito das grandes tendências que marcam o nosso tempo de civilização, não é difícil entrever uma que põe em causa o interesse pelo tempo e pensamento medievais: a preocupação avassaladora com os problemas do presente e as inquietações sobre o futuro. De facto, o mundo do tempo presente parece muito mais voltado para o futuro do que para o passado, muito mais centrado nos medos do futuro do que nas memórias do passado. Tememos pela sobrevivência da humanidade, pressionada, por um lado,

---

<sup>5</sup> Como ilustra significativamente a obra MARENBNON, John (ed.) – *The Oxford Handbook of Medieval Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

pela natureza emergente com as alterações climáticas em curso, e desafiada, por outro lado, pelo poder da tecnologia, também emergente e em progresso acelerado, expandindo-se, como a água, por todos os lados e vertentes da vida quotidiana. Tal é a nossa dificuldade de assimilar os riscos e as possibilidades de um futuro, que imaginamos tão diferente do passado, que parece já nada termos a aprender com este. Desenha-se, assim, uma tendência para o esquecimento do passado pela sua inutilidade.

Mas não só pela sua inutilidade. Também porque o passado magoa. Uma consciência colectiva de mal-estar com o passado é uma dimensão expressiva da civilização ocidental no tempo presente: mal-estar com o passado dos impérios, da escravatura, das colonizações e das cruzadas. Esse mal-estar tem conduzido a manifestações públicas, a derrube de estátuas e a danificação de monumentos, um pouco por todo o mundo ocidental. Antigos heróis tornam-se vilões. Do passado que magoa, pretendem uns esquecer-se, pretendem outros recontá-lo de outra maneira. Os estudos da história encontram-se nesta encruzilhada.

Será que este mal-estar com o passado também afecta os estudos da filosofia medieval? Sem dúvida. Também os grandes vultos da filosofia medieval, sobretudo pela influência que exerceram na história do pensamento ocidental, correm o risco de se tornarem figuras malditas a votar ao esquecimento. Há subtis indícios disso mesmo. Num ano recente da minha experiência de ensino da disciplina de Filosofia Medieval na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, acolhi uma estudante Erasmus provinda de uma universidade francesa, onde já tinha estudado filosofia medieval, mas só filosofia islâmica. Quer isso dizer que é possível hoje estudar filosofia medieval na Europa, abstraindo completamente da tradição da filosofia latina. Acresce ainda que se tornou praticamente impossível, ao nível da formação avançada de doutoramento, obter financiamentos de bolsa para projectos de tese sobre os autores mais conhecidos e influentes da filosofia medieval, em nome dos valores da novidade e da originalidade no progresso do conhecimento científico, uma vez que sobre tais autores já tudo foi dito. Quer isso dizer que o estudo das grandes figuras da filosofia medieval vai deixar de passar para as gerações futuras? O risco é grande e a perda, porventura, maior.

## **O compromisso com a religião**

Estreitamente associado com o mal-estar com o passado, está outro factor de segregação e desvalorização da filosofia medieval: o compromisso com a religião. Na Idade Média, o clero era o detentor da cultura erudita, as pessoas letradas eram membros do clero e todas as excepções confirmam esta regra. Assim acontecia com

os filósofos, que eram simultaneamente teólogos, e que produziram filosofia com motivações teológicas. Os laços entre filosofia e teologia são estruturantes da filosofia medieval, bem como a combinação da herança da filosofia grega com a tradição judaico-cristã. Mas esta tradição faz parte do passado que magoa na consciência do mundo ocidental. Múltiplos sinais expressivos do questionamento desta tradição têm sido há muito já emitidos pela filosofia, em modo de subversão, seja pelo ateísmo francês do século das Luzes, seja pelo materialismo dialético, seja pelo niilismo de Nietzsche e da sua emblemática proclamação da morte de Deus. Bem mais recentemente, no início do século XXI, e no foro da política europeia, debateu-se a introdução de uma alusão às raízes cristãs da Europa no texto preambular da Constituição da União Europeia, a pedido do Papa João Paulo II. Tal alusão acabou por não ser aceite.

A rejeição da tradição judaico-cristã, por omissão ou por aviltamento, é também uma tendência perceptível no imaginário medieval da literatura de fantasia e da sua replicação no cinema. Ilustram esta tendência, três exemplos da produção cinematográfica recente, dois dos quais, pelo menos, muito populares: a trilogia *O Senhor dos Anéis – A Irmandade do Anel* (2001), *As Duas Torres* (2002), *O Regresso do Rei* (2003) – com realização de Peter Jackson (EUA, Nova Zelândia); a série *A Guerra dos Tronos (Game of Thrones)*, baseado numa série de obras – *A Song of Ice and Fire* – de George R. R. Martin, que é também co-autor da série; e o filme *King Arthur* (2004), realizado por Antoine Fuqua, com guião de David Franzoni. Na trilogia e na série, o imaginário medieval evoca a idade mítica das origens do bem e do mal, concebidos de forma maniqueísta como dois poderes principais que lutam entre si pelo domínio sobre o mundo. Trata-se, na verdade, de construções ficcionais de mitos de origens, que emergem como que em alternativa à cosmogonia judaico-cristã da criação. Em contrapartida, o filme referido sobre o rei Artur visa aproximar a lenda da história, mas com uma forte componente ideológica de rejeição dos poderes político e eclesiástico sediados em Roma. Em qualquer destes exemplos de presença da Idade Média na cultura literária e cinematográfica (de larga audiência) do nosso tempo, ressalta um traço comum: a exclusão, por omissão ou por reprovação, do cristianismo eclesiástico. A matriz judaico-cristã da cultura medieval ou é omissa ou é conotada com uma força maligna. Isso é mais um sinal de que a civilização ocidental se encontra numa fase de negação do seu passado histórico, cultural e religioso.

Este ambiente cultural do tempo presente não pode deixar de se repercutir nos estudos da filosofia medieval. É, pelo menos, à luz deste contexto que eu consigo ler uma tendência crescente nos estudos especializados nesta área, que é a de escolher temas alheios à religião, nomeadamente por via da delimitação do tema de investigação. É claro que esta circunscrição de tema é uma exigência do

rigor e da especialização da investigação científica, mas abstrair da mundividência envolvente não pode deixar de ser uma perda para a qualidade da perspectiva filosófica resultante. Há poucos anos, no âmbito de um colóquio de filosofia medieval e em conversa com uma investigadora especializada em lógica medieval, lembro-me de a ter ouvido manifestar total desinteresse pelos conteúdos teológicos a que os medievais aplicavam a lógica. Este é um exemplo, entre muitos outros, que exprimem esta tendência dos estudos de filosofia medieval, a saber: fazer abstracção de tudo aquilo que é questionável ou rejeitável à luz do tempo presente, mormente a religião.

### **Os nossos desafios**

O grande desafio com que se defronta, hoje, o estudo da filosofia medieval é aprender a lidar com estes factores que induzem ao seu esquecimento. Contudo, há vitalidade nas organizações científicas ligadas ao estudo da filosofia medieval, e não deixa de haver alguma curiosidade nas novas gerações pelo estudo dessa época recuada e aviltada da história da filosofia.

Pode haver um problema de transferência adequada de conhecimento entre a comunidade de especialistas e a sociedade, mas não é problema que proceda meramente da imperícia em comunicação por parte dos especialistas. Por desajeitado ou desastrado que seja o especialista, na transmissão dos conteúdos da sua investigação, ele não é responsável pelos factores que condicionam a recepção da filosofia medieval no tempo presente, factores que, como vimos, são de ordem filosófica e cultural, excedendo em muito a responsabilidade individual do especialista. Há, no entanto, um factor capaz de criar uma lacuna na relação entre os especialistas e a sociedade: é a própria especialização dos saberes, que tende a fechar os seus agentes no circuito restrito da especialidade. Por isso mesmo, não é de crer nem de esperar que qualquer área de estudos especializados se transforme numa cultura de massas, o que vale também para os estudos medievais e, entre eles, para os estudos de filosofia medieval. Qualquer saber especializado tem, por inerência, um público restrito, não atrai de imediato o grande público ou as grandes audiências. A obrigatoriedade do ensino democratizou o saber, mas o caminho da especialização volta a constituir elites do conhecimento. É preciso que estas elites não se furtem ao papel social de esclarecimento e divulgação junto de públicos mais alargados.

Também os especialistas de estudos medievais, de filosofia medieval inclusive, não podem demitir-se desse papel social de esclarecimento da verdade, apurada através do estudo, junto do grande público. Desempenhamos habitualmente

esse papel, quer na actividade curricular do ensino da filosofia medieval, quer na participação em encontros científicos e em foros de debate, quer em intervenções pontuais, mas oportunas no espaço público, em defesa de uma visão fundada em conhecimento sobre a Idade Média. Disso mesmo, dei testemunho no artigo “Contra a tentativa de compreender o ISIS como ‘medieval’”, do jornal *Público* (3 de Abril de 2015), e denunciando o uso meramente pejorativo do termo “medieval” nos *media*. Para além desse uso pejorativo, tão impregnado na expressão corrente das línguas modernas, outros usos, de valoração laudatória, e associados a figuras heróicas do passado, têm sido também criticamente analisados. Tal foi o que fizeram, mais recentemente, dois investigadores da Universidade Nova de Lisboa, Pedro Martins e Alicia Miguélez Caveró, no artigo “Os usos da Idade Média no discurso político atual”, do jornal *Público* (4 de Fevereiro de 2021), salientando vários abusos conotativos de “medieval” na linguagem política nacional, em ambiente de campanha eleitoral. Testemunhos como estes ilustram o papel social de esclarecimento que os especialistas sobre a Idade Média têm a desempenhar.

Relativamente ao diagnóstico anteriormente feito, sobre os factores de adversidade que hoje enfrenta o estudo da filosofia medieval, retomo dois deles, que não podem deixar de concitar o nosso empenho de superação. Refiro-me à segregação da filosofia medieval na história da filosofia e à rejeição da filosofia medieval pelo compromisso com a religião. Quanto à segregação da filosofia medieval na história da filosofia, impõe-se desconfinar a filosofia medieval, robustecendo a tendência dos estudos que descobrem e sublinham nexos com outras épocas da história da filosofia; esperando e fazendo com que esta tendência contamine o estudo das outras épocas do pensamento filosófico. Quanto à rejeição da filosofia medieval pelo compromisso com a religião, importa enfrentar e reconsiderar esse compromisso com o distanciamento que nos permite a época em que vivemos, mas sem deixar de ter em conta que o mundo ocidental se encontra ainda numa fase de negação a respeito do seu passado. Muito se tem prognosticado sobre a decadência do Ocidente, desde Oswald Spengler<sup>6</sup>, e, pelas mais diversas razões, não param de crescer as nossas inquietações com o futuro. Todavia, estacionamos ainda numa fase culturalmente adolescente de contestação dos nossos maiores, quando nos queremos esquecer deles. Impõe-se, por isso, construir uma relação adulta com o pensamento e a religião dos nossos antepassados medievais, para compreendê-los objectiva e desapaixonadamente, com aceitação e crítica.

---

<sup>6</sup> SPENGLER, Oswald – *Der Untergang des Abendlandes*. Munique: C. H. Beck, 1959.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRÉHIER, Émile – *Histoire de la Philosophie. I: Antiquité et Moyen Âge*. 2.<sup>a</sup> ed. revista. Paris: Quadrige/ PUF, 1983.
- GILSON, Étienne – *L'Esprit de la philosophie médiévale*. Paris: J. Vrin, 1932.
- GUÉROULT, Martial – *Dianoématique*. Lv. I, 3 vols. Paris: Aubier, 1984-1988.
- GUÉROULT, Martial – *Dianoématique*. Lv. II. Paris: Aubier, 1979.
- MARENBOON, John (ed.) – *The Oxford Handbook of Medieval Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- MARTINS, Pedro; MIGUÉLEZ CAVERO, Alicia – “Os usos da Idade Média no discurso político atual”. *Público* (4 de Fevereiro de 2021) [em linha]. Disponível em <https://www.publico.pt/2021/02/04/opiniao/opiniao/usos-idade-media-discurso-politico-atual-1948960> [consultado a 14 de Junho de 2022].
- SPENGLER, Oswald – *Der Untergang des Abendlandes*. Munique: C. H. Beck, 1959.
- XAVIER, Maria Leonor – “Ditos filosóficos de Joaquim Cerqueira Gonçalves”. in AAVV – *Poiética do Mundo. Homenagem a Joaquim Cerqueira Gonçalves*. Organização do Departamento e Centro de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa: Edições Colibri, 2001, 61-115.
- XAVIER, Maria Leonor – “Contra a tentativa de compreender o ISIS como ‘medieval’”. *Público* (3 de Abril de 2015), 49.



# Experimentar-se eticamente. “*Sis tu tuus et ego ero tuus*”: uma leitura de Nicolau de Cusa<sup>1</sup>

***Klédson Tiago Alves de Souza***

Instituto de Estudos Filosóficos – Universidade de Coimbra  
kledson.tiago@gmail.com

## **Resumo**

O germe da nossa discussão está na relação e posição que Nicolau assume perante a verdade. O homem tem um desejo vivo de felicidade, e esse desejo só se pode realizar no conhecimento daquela verdade por ele perseguida. Nesse sentido, objetivamos pensar um caminho para o melhor agir humano na busca pela verdade a partir de duas perspectivas: a primeira é o conhecimento de si. Acontece aqui um impulso de melhoramento de si, pois o homem se reconhece trino (*sensus, ratio e intellectus*). Assim, diríamos que o conhecimento de si é o primeiro passo para o assemelhamento com Deus. A segunda é a necessidade da posse plena de si – *sis tu tuus* – que precede à posse de Deus; com isso, temos um chão (*Grund*) que possibilita o aprimoramento ou melhoramento do homem, pensando-o enquanto processo e *viva imago*.

## **Palavras-chave**

verdade; conhecimento; pertencimento; liberdade; ética

## **Nota biográfica**

Klédson Tiago Alves de Souza é doutorando no Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Universidade de Coimbra. É bolseiro da Fundação

---

<sup>1</sup> Este trabalho conta com apoio da FCT/PT.

para a Ciência e a Tecnologia. É membro colaborador do Instituto de Estudos Filosóficos (IEF). Também é membro do Núcleo de Estudos em Fenomenologia, Hermenêutica e Mística (NEFHEM/UERN/Campus Caicó).

### **Self-experiencing through ethics. “*Sis tu tuus et ego ero tuus*”: a reading of Nicholas of Cusa**

#### **Abstract**

The starting point of this work is the relationship and position that Nicholas assumes with the truth. Man has a true wish for happiness, and this desire can only be fulfilled by the knowledge of the truth he seeks. In this sense, we aim to think about a pathway for the best human action in the search for truth from two perspectives: the first is self-knowledge. There is an impulse for self-improvement here, since man recognizes himself as triune (*sensus, ratio* and *intellectus*). Thus, we would say that self-knowledge is the first step to becoming similar to God. The second is the need for truly having himself – *sis tu tuus* – which precedes the having God; with that, we have a ground (*Grund*) that allows the improvement of man, thinking him as a process and a *viva imago*.

#### **Keywords**

truth; knowledge; belonging; freedom; ethics

#### **Biographical note**

Klédson Tiago Alves de Souza is a Ph.D. student at the Department of Philosophy, Communication, and Information at the University of Coimbra. He is a scholarship holder from the Foundation for Science and Technology - FCT. He is a collaborating member of the Institute for Philosophical Studies (IEF). He is also a member of the Center for Studies in Phenomenology, Hermeneutics, and Mysticism (NEFHEM/UERN/Campus Caicó).

## I

Umberto Eco, ainda na introdução do seu livro *Arte e Beleza na Estética Medieval*, afirma que: “[...] a cultura medieval tem o sentido da inovação, mas procura escondê-la sob as vestes da repetição (ao contrário da cultura moderna que finge inovar mesmo quando repete)”<sup>2</sup>. Há de fato muita novidade no pensamento medieval. Nesse trabalho queremos trazer alguns desses aspectos que encontram-se presente no pensamento de Nicolau de Cusa, sendo este um filósofo da fronteira (*schwelle*), que por estar entre dois mundos<sup>3</sup>, o “outono” da Idade Média e a “primavera” da modernidade – segundo a clássica expressão de J. Huizinga, é visto por alguns intérpretes como um antecipador da modernidade, mas outros defendem-no como alguém que guarda e se filia a uma tradição filosófica medieval, mais especificamente ao neoplatonismo, visto que muitas das raízes do seu pensamento podem ser encontradas naquela tradição.

O germe da nossa discussão está na relação e posição que Nicolau assume perante a verdade; para ele, a essência do ser humano está na sua relação com ela. O ser humano tem um desejo vivo de felicidade, e esse desejo só se pode realizar no conhecimento daquela mesma verdade por ele perseguida. Esse encontro do homem com a verdade, onde realiza-se a sua essência, não pode ser definido como posse, e sim como processo indefinido, isto é, no seu dinamismo. O instrumento utilizado para essa caça é o intelecto, contudo, este, como bem lembra P. Pico Estrada em *La Dimensión Ética en la Filosofía de Nicolás de Cusa. Su Integración en la Antropología Cusana*, precisa ser lido numa perspectiva que contemple todas as dimensões da natureza humana. Corrobora com essa indicação H. G. Senger quando aponta que Nicolau considera todo o âmbito do ético desde a fundação de sua filosofia<sup>4</sup>.

Nicolau não escreveu uma obra sistemática e especificamente sobre a ética, mas em sua obra filosófica não deixou de pensá-la de forma imbricada a outras dimensões, fazendo isso a partir de problemas que tomem o ser humano em sua totalidade, visto que este será enxergado enquanto uma viva imagem do princípio fundante ou da verdade. Nosso itinerário aqui pretende, pois, mostrar um percurso ético no pensamento cusano. Para tanto, tomamos três passos necessários: Verdade e conjectura: algumas considerações; “*Cognitio sui*” e “*Sis tu tuus et ego ero tuus*”.

<sup>2</sup> ECO, Umberto – *Arte e Beleza na Estética Medieval*. Trad. Mário Sabino Filho. Rio de Janeiro: Record, 2010, 14.

<sup>3</sup> Cf. COLOMER, Eusebi – “Nicolau de Cusa (1401-1464). Um pensamento na fronteira de dois mundos”. *Revista Portuguesa de Filosofia*, XX, 4 (1964), 387-435.

<sup>4</sup> SENGER, Hans Gerhard – “Zur Frage nach einer philosophischen Ethik des Nikolaus von Kues”. *Wissenschaft und Weisheit. Zeitschrift für Augustinisch-Franziskanische Theologie und Philosophie in der Gegenwart*, 33 (1970), 5-25 e 110-122; p. 6: “Nikolaus bedenkt den gesamten bereich des Ethischen auch als Philosoph von dem Fundament seiner Philosophie her”.

## II

Nicolau ao terminar sua obra, *De docta ignorantia* (1440), envia-a ao Cardeal Giuliano Cesarini<sup>5</sup> juntamente com uma carta. Nesta carta diz ele que pretende apresentar suas ideias, mas que muito mais do que a novidade do título da obra o foco está no seu modo audaz de tratar acerca da douta ignorância em si. Talvez por esse motivo que soa como uma urgência que ele inicie a obra com um capítulo intitulado “*De como saber é ignorar*”. De início o autor coloca frente aos nossos olhos uma aparente contradição, pois ao passo que afirma que há em todas as coisas um desejo natural de serem do melhor modo que lhes permite a sua natureza, que no caso do homem, apoiado na sua conatural capacidade de julgar que corresponde ao movimento intelectual insaciável de conhecer a verdade, que lhe é o objeto amado do desejo, onde sua natureza só repousa quando a alcançar; ele também afirma que todo conhecimento é comparativo, portanto, obedece à proporção<sup>6</sup>. Do infinito diz Nicolau que ele escapa a qualquer proporção, sendo, portanto, desconhecido<sup>7</sup>. Ora, a verdade é identificada, no pensamento cusano, com o princípio primeiro, que por conseguinte é infinito<sup>8</sup>: “Porque é por si manifesto que não há proporção do infinito ao finito é claro, a partir daí, que onde for possível encontrar excedente e excedido não se chega ao máximo de modo simples, pois tanto o que excede como o que é excedido são finitos. Mas o máximo como tal é necessariamente infinito. Dada uma qualquer coisa que não seja o próprio máximo de modo simples é claro que é sempre possível dar algo maior”<sup>9</sup>. A contradição, aparentemente, se dá quando a realização da natureza humana está posta no encontro ou no atingir o seu objeto amado que é a verdade, mas esse desejo não se pode realizar devido essa verdade ser infinita e por isso escapar às capacidades intelectuais. De imediato o leitor descuidado pode concluir que a alma humana se encontra frente a uma aporia ou a uma frustração, pois nunca irá se realizar já que não há proporção entre a natureza do homem, que

<sup>5</sup> Nicolau também dedicou a Giuliano Cesarini a sua obra seguinte, o *De coniecturis*.

<sup>6</sup> *De docta ignorantia*, h I, I, 2: “*Omnes autem investigantes in comparatione praesuppositi certi proportionabiliter incertum iudicant; comparativa igitur est omnis inquisitio, médio proportionis utens. Et dum haec, quae inquiruntur, propinqua proportionali reductione praesupposito possunt comparari, facile est apprehensionis iudicium*”. Todos os textos de Nicolau de Cusa, com exceção da “*Ep istula ad Nicolaum Bononiesem*”, serão citados tendo como referência o texto da Edição Crítica preparado pela Academia de Heidelberg. Destarte, as referências aparecerão da seguinte forma: título, h (identificação da Edição de Heidelberg) número do volume, livro ou parte, capítulo e parágrafo(s).

<sup>7</sup> *De docta ignorantia*, h I, I, 3: “*propter quod infinitum ut infinitum, cum omnem proportionem aufugiat, ignotum est*”.

<sup>8</sup> *De coniecturis*, h III, I, 2.

<sup>9</sup> *De docta ignorantia*, h I, III, 9: “*Quoniam ex se manifestum est infiniti ad finitum proportionem non esse, est et ex hoc clarissimum, quod, ubi est reperire excedens et excessum, non deveniri ad maximum simpliciter, cum excedentia et excessa finita sint. Maximum vero tale necessario est infinitum. Dato igitur quocumque, quod non sit ipsum maximum simpliciter, dabile maius esse manifestum est*”. Todas as citações desta obra na língua portuguesa são da tradução de João Maria André: NICOLAU DE CUSA – *A Doutra Ignorância*. 4.<sup>a</sup> ed., Trad. João Maria André. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2018.

é finita, e a verdade que é infinita. Apoiado numa certa tradição da ignorância, Nicolau de Cusa coloca a realização da natureza humana num percurso que passa pela descoberta e pelo reconhecimento da ignorância ao suscitar a ideia de que se o desejo não é em vão, o que de fato o homem deseja é saber que ignora: “Se pudermos chegar plenamente a isso, atingiremos a douta ignorância. Com efeito, nenhum outro saber mais perfeito pode advir ao homem, mesmo ao mais estudioso, do que descobrir-se sumamente douto na sua ignorância, que lhe é própria, e será tanto mais douto quanto mais ignorante se souber”<sup>10</sup>. E este é o maior saber possível.

Percebamos aqui que essa resposta nasce justamente da tensão entre o finito e o infinito. Por isso que qualquer comparação com o “só sei que nada sei” de Sócrates pode ser perigosa, pois para a cultura a qual via o universo como fechado não tinha ali ainda a noção de infinitude<sup>11</sup>. Temos aqui uma movimentação interessante: “um saber que sabe que não sabe”. Isso não quer explicitar a ausência de conhecimento sobre o mundo, mas quer revelar uma profunda radicalização da finitude do ser humano. Quatro movimentos estão bem-marcados: saber o que sabe, saber que sabe, saber o que ignora, saber que ignora. O que não se sabe é infinitamente maior do que o que se sabe, tendo em vista que o que se sabe está arraigado na finitude da natureza do ser, portanto vira uma perspectiva frente às infinitas possibilidades a se saber da realidade. Tal radicalização da finitude impede o alcance ou a apreensão precisa da verdade, mas por outro lado não impede a sua busca. Se tudo o que sabemos permanece submisso à nossa condição existencial finita, a única saída possível é o reconhecimento da nossa ignorância frente a infinitude da experiência do mundo. O que torna a filosofia do Cusano uma filosofia que se movimenta entre a identidade e a diferença, em termos antropológicos, entre a unidade e a diversidade em termos metafísicos, entre a concordância e o diálogo em termos ético-políticos<sup>12</sup>. É preciso que se perceba que o modo humano de se mover na existência é finito, portando a sua visão de mundo (epistemológica e cultural) assim o é. Não por acaso Nicolau chama o homem de pequeno mundo, e depois trata esse conhecimento humano como conjectura.

Do que fora dito acima, percebemos que o conhecimento, no horizonte da douta ignorância, é perspectivístico, isto é, nós vemos a realidade a partir do chão

---

<sup>10</sup> *De docta ignorantia*, h I, I, I, 4: “*Hoc si ad plenum assequi poterimus, doctam ignorantiam assequemur. Nihil enim homini etiam studiosissimo in doctrina perfectius adveniet quam in ipsa ignorantia, quae sibi própria est, doctissimum reperiri; et tanto quis doctior erit, quanto se sciverit magis ignorantem*”.

<sup>11</sup> KOYRÉ, Alexandre – *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*. Trad. Donaldson M. Garschagen, apresentação e revisão técnica Manoel Barros da Motta. 4.ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

<sup>12</sup> Para um aprofundamento sobre as várias dimensões da douta ignorância, ver ANDRÉ, João Maria – *Douta Ignorância. Linguagem e Diálogo. O Poder e os Limites da Palavra em Nicolau de Cusa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. Aqui o autor, na primeira parte, dedica-se a explorar filosoficamente a douta ignorância desde a sua dimensão antropológica até o seu alcance ético, refletindo-se, outrossim, em novas releituras possíveis.

que pisamos<sup>13</sup>. Ora, se assim o é, e em não se podendo atingir a verdade, dada a sua infinitude, por causa do princípio de não proporção entre o infinito e o finito, resta dizer que para alcançarmos um melhor conhecimento das múltiplas experiências do mundo será necessário o diálogo nesse campo marcado pela alteridade. Portanto, o modo de relacionar-se com o mundo das coisas, sejam elas naturais, humanas ou até mesmo com a verdade divina, radicado na finitude do próprio homem, parece já divergir do modo dogmático e asfixiador do pensamento subjetivista ocidental que num paralelo se afirmava, como bem expressa Dussel, no Rei e Imperador da Espanha desde 1519, no “yo conquisto” de Hernán Cortés em 1521 em México e em certa medida se estende ao “ego cogito” cartesiano<sup>14</sup>.

Na dinâmica filosófica do Cusano, numa obra escrita e publicada logo após o *De docta ignorantia*, o *De coniecturis*, o nosso filósofo se propõe a investigar, a partir de sua base conceitual já estabelecida na obra precedente, acerca das conjecturas. Tal reflexão parte da máxima de que Deus, enquanto verdade absoluta, é inatingível, daí será lícito concluir que o que o homem pode produzir são conjecturas. Assim é definido o conceito: “a conjetura é, pois, uma afirmação positiva que participa, na alteridade, da verdade tal como ela é”<sup>15</sup>. Destas conjecturas em sua alteridade poder-se-á conhecer, segundo o autor, a unidade da verdade inatingível<sup>16</sup>. Perceba que podemos sentir no conceito de conjectura um certo apelo ao diálogo, e com isso somos capazes de compreender da melhor forma possível as infinitas possibilidades de ser e saber (i.e., de relacionar-se com) no/do mundo. Conhecer, portanto, é dialogar<sup>17</sup>. Essa interpretação ajuda-nos a perceber a força da filosofia cusana, visto que “[...] nem toda natureza dada alcança em acto o grau de perfeição possível de sua espécie” e ainda “a criatura racional possui em si a luz do discernimento da razão, mas é como o olho de uma coruja, muito débil e obscurecido por muitas sombras neste corpo sensível”, por isso que a criatura precisa do sopro do espírito do verbo divino. Afirmações que trazem a ideia de uma concepção de metafísica do dom que se desdobra naquela concepção dialógica. Uma metáfora, vinda exatamente na sequência do que se afirmou acima, que demonstra bem essa concepção dialógica

<sup>13</sup> Peroli afirma acerca do conceito de conjectura algo que dialoga bem com o que no texto afirmamos: “Il concetto di congettura, infatti, rinvia anzitutto al fatto che ciò che noi vediamo della realtà possiamo vederlo solo a partire da un determinato e concreto punto de vista, in modo tal che ogni forma di conoscenza comporta sempre un'irriducibile dimensione individuale” (PEROLI, Enrico – *Niccolò Cusano. La Vita, l'Opera, il Pensiero*. Roma: Carocci editore, 2021, 208).

<sup>14</sup> DUSSEL, Enrique – *Hacia una Filosofía Política Crítica*. Bilbao, Editorial Desclée de Brouwer, 2001, 443-444.

<sup>15</sup> *De coniecturis*, h III, I, XI, 57: “Conjectura igitur est positiva assertio, in alteritate veritatem uti est participans”.

<sup>16</sup> Cf. *De coniecturis*, h III, I, prologus, 1-2.

<sup>17</sup> Cf. ANDRÉ, João Maria – “Conocer es dialogar. Las metáforas del conocimiento y su dimensión dialógica en el pensamiento de Nicolás de Cusa”. in Jorge Machetta; Claudia D'Amico (eds.) – *El Problema del Conocimiento en Nicolás de Cusa. Genealogía y Proyección*, Buenos Aires, Editorial Biblos, 2005, 15-38. Esse mesmo debate reaparece no capítulo XI de outra obra do intérprete, cf. André, *Douta Ignorância...*, 299-335.

presente na filosofia cusana é o exemplo do mestre e do discípulo: “O discípulo é iluminado pela palavra do mestre, quando a própria força racional do discípulo, iluminada pelo dom da razão do mestre, é levada ao ato pelo espírito da palavra que penetra nele”<sup>18</sup>.

Frente a estas múltiplas ou infinitas possibilidades de habitar o mundo e habitar os saberes que são produzidos nas relações com o mundo, bem como as relações intersubjetivas e interculturais, é bem interessante a afirmação e a definição dada por J. M. André quando traduz bem o espírito da filosofia de Nicolau de Cusa. Diz ele que a ideia da metafísica do dom se assenta numa convertibilidade do próprio dom com a verdade, e portanto, é a condição de possibilidade da dimensão dialógica<sup>19</sup>; e define o homem como douda ignorância<sup>20</sup>, isto é, um ser a caminho que frente ao horizonte infinito da verdade que o inquieta e o movimenta tem na finitude a sua marca incontornável. O homem é presente ou presença *imperfectus* (uma presença que ainda não foi completamente realizada), uma presença lançada e em um vivo processo de feitura de si.

### III

Creemos que a metáfora que melhor expressa essa ideia do homem que está sendo feito, que está a caminho, que tem em si a condição de ser imagem viva daquela verdade desejada, está na obra *Idiota de sapientia* (1450). Lá, Nicolau ao pensar a mente, pensa-a enquanto *viva imago dei* e usa diversas metáforas para tentar explicitar sua tese. Dessas metáforas, a que a nosso ver traz a carga ou atmosfera que queremos imprimir aqui é a do auto-retrato vivo, presente no capítulo XIII da referida obra<sup>21</sup>.

O Cusano começa por diferenciar o que é uma imagem morta de uma imagem viva. Para ele a ideia de uma imagem morta é aquela que está desprovida da possibilidade de aperfeiçoamento, ou seja, está concluída. A imagem viva, por sua

<sup>18</sup> *De dato patris luminum*, h IV, I, 94: “[...] non omnis natura data gradum possibilis perfectionis speciei suae actu attingit [...]. Rationalis enim creatura discretivum in se habet rationis lumen, sed est ut oculus nocticoracis debile multum atque multis umbris obtenebratum in hoc sensibili corpore. Verbo enim doctoris illuminatur discipulus, quando vis ipsa rationalis discipuli dono illuminatae rationis magistri se per verbaalem spiritum ingerentis ad actum passim educitur”.

<sup>19</sup> André, *Douda Ignorância...*, 307.

<sup>20</sup> André, *Douda Ignorância...*, 10: “o homem é, por definição, douda ignorância, ser a caminho, com a infinitude como horizonte, mas com a finitude como marca incontornável da sua existência, e esta é, assim o creio, uma mensagem que este tempo, de tantas certezas mas ao mesmo tempo de tantas incertezas, ganharia em voltar a meditar”.

<sup>21</sup> Essa mesma metáfora é retomada por Nicolau em *Epistula ad Nicolaum Bononiensem*, O texto utilizado encontra-se em Gerda von Bredow (ed.) – *Cusanus Texte, IV. Briefwechsel des Nikolaus von Kues. Dritte Sammlung. Das Vermächtnis des Nikolaus von Kues. Der Brief an Nikolaus Albergati nebst der Predigt in Montoliveto* (1463). Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1955.

vez, mesmo que em ato seja imperfeita em relação à imagem morta, ela tem em si a capacidade de se moldar e aperfeiçoar-se ou conformar-se sem limitação ao seu exemplar. Essa imagem viva é a mente para Nicolau de Cusa. A mente é a imagem viva da arte infinita, ou artista infinito. A mente é criação da arte do criador como se este quisesse criar a si mesmo, mas por essa arte infinita não ser multiplicável, o que surge é uma imagem sua. O mesmo que um pintor que queira pintar a si mesmo, por não poder ser multiplicável, ao fazer seu auto-retrato cria uma imagem e não um outro si mesmo.

Essa arte infinita é pensada pelo Cusano como subsistente por si mesma, o que traz a ideia de uma identificação entre a arte e o artista. Aponta ele que a arte além de sua dimensão unitária traz em si a onipotência, a sabedoria e o nexo entre ambos. Nexo esse que é identificado como vontade ou desejo<sup>22</sup>. Ser imagem viva da arte infinita implica pela imitação, sem o esplendor atual da arte divina, também compreender-se como um ser a caminho que na unidade de sua essência existe a potência, sabedoria e vontade ou desejo como nexo. Pensar o ser humano como imagem da verdade é pensar também o percurso desse reconhecimento de si como imagem viva. Compreender-se como imagem viva de Deus é compreender esse caminho de autoconhecimento num processo de auto-realização como um *ethos*, um modo de ser no mundo, que no pensamento de Nicolau de Cusa traduz-se no conceito de *filiatio*, com uma clara inflexão intelectualista: “Ao homem, criado para chegar à visão da glória divina, Deus concedeu também o necessário para esse fim. Mas o espírito queria se tornar como Deus mediante o saber e o conhecer”<sup>23</sup>. Esse processo fica mais evidente ainda quando no *De filiatione dei* o Cusano demonstra esse processo de filiação dimensionado num processo ascensivo em que pela passagem dos sinais ainda obnubilados pela sensibilidade se chega a própria razão infinita, na qual e pela qual o espírito vive e sabe que vive<sup>24</sup>.

<sup>22</sup> Essa mesma articulação aparece quando Nicolau de Cusa, fazendo o exame crítico do alcorão, trata sobre a teologia afirmativa. Cf. *Cribratio Alkorani*, h VIII, II, II, 91.

<sup>23</sup> *Epistula ad Nicolaum Bononiensem*, 24: “Dedit autem deus homini, quem creavit, ut ad visionem gloriae eius perveniret, illa quae ad hoc fuerunt opportuna, sed intellectus per scire et intelligere voluit similis deo fieri”.

<sup>24</sup> *De filiatione dei*, h IV, III, 68: “Poteris enim quadam intuitione occulta praegustare nihil aliud filiationem esse quam translationem illam de umbrosis vestigiis simulacrorum ad unionem cum ipsa infinita ratione, in qua et per quam spiritus vivit et se vivere intelligit, ita quidem, ut nihil extra ipsum vivere conspiciat atque solum ea omnia vivant, quae in ipso sunt ipse, tantaeque exuberantiae se vitam habere sciat, ut omnia in ipso aeternaliter vivant, ita quidem, ut non sint sibi vitam praestantia alia quaecumque sed ipse vita viventium”.

## IV

O homem que pela sua *vis intellectualis* é *viva imago dei* traz consigo uma *praegustatio* da verdade que busca. Ele é cópula da criação e pouco abaixo dos anjos<sup>25</sup>. O homem ganha este lugar de importância porque complica em si a capacidade sensitiva como também a natureza intelectual, esta união de suas naturezas o torna um microcosmo. Assim Nicolau o define devido a dinamicidade, como também devido ao fato de sua ação criadora. O desejo de felicidade impulsiona o homem à caça da verdade, e não é uma caça cega ou vazia, o homem sabe aquilo que caça, porque tem uma degustação prévia, não plena, que provoca-lhe ainda mais desejo. É uma caça sem fim. É preciso reconhecer também que nesse processo de busca há um envolvimento amoroso, como ressalta P. Pico Estrada: “Não só o desejo de verdade é um impulso amoroso: a atividade por meio da qual se goza da verdade não é outra coisa que o amor”<sup>26</sup>. Ora, segundo a intérprete, a *desiderium veritatis* gera uma atividade. André define o homem como um ser de tarefa, a partir do conceito de potência que atravessa o homem enquanto este ser que complica em si a natureza sensível e inteligível, que implica também no problema da liberdade<sup>27</sup>. Aqui, percebemos que mesmo que aparentemente a discussão esteja plasmada a partir de uma perspectiva gnosiológico-cognoscitiva, e isso é inegável, não obstante, há um alcance ético quando se articula essa busca da verdade à experiência de ascensão do homem, como podemos ver no *De ludo globi*: “Posto que nesta consideração se ascende desde o que é totalmente imperfeito até o perfeito, desde uma treva confusa até uma luz distinta, desde o insípido ao saboroso através de sabores intermédios, do negro ao branco através de cores intermédias, e o mesmo dos odores e de todas as coisas nas quais se pode chegar ao perfeito. No próprio exemplo que expuseras se chega desde a natureza corpórea até a espiritual, cuja experiência o homem descobre em si mesmo, e reconhece por que é chamado microcosmo”<sup>28</sup>. Ora, o homem está num contínuo processo de aperfeiçoamento, deste modo, poderíamos dizer que o homem “*experimenta-se eticamente*”<sup>29</sup>. No pensamento de nosso autor há implicitamente um

<sup>25</sup> Hb 2, 7-9.

<sup>26</sup> PICO ESTRADA, Paula – *La Dimensión Ética en la Filosofía de Nicolás de Cusa. Su Integración en la Antropología Cusana*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 2016, 115.

<sup>27</sup> ANDRÉ, João Maria – *Sentido, Simbolismo e Interpretação no Discurso Filosófico de Nicolau de Cusa*. Coimbra, 1997. Ao fazer uma releitura e ordenar a filosofia de Nicolau no sentido de uma filosofia da interpretação ou de uma metafísica do sentido, por diversos momentos o autor ergue essa definição do homem como uma tarefa.

<sup>28</sup> *De ludo globi*, h IX, II, 105: “*Et quia hac consideratione de omni imperfecto ad perfectum ascenditur, de confusa tenebra ad discretam lucem, de insipido ad sapidum per médios sapes, de nigro ad álbum per médios colores, ita de odoribus et cunctis, in quibus ad perfectum devenitur. Atque in per te posito exemplo de corporali natura ad spiritualem, cuius experientiam homo in se ipso reperit, et cur microcosmos nominetur invenit*”.

<sup>29</sup> Aqui tomamos a expressão “*experimenta-se eticamente*” do texto de J. M. André, *Sentido...*, 454, quando relaciona o motivo do microcosmo com o processo ascensivo do homem. Cf. também, para um exame aprofundado do homem enquanto microcosmo, do mesmo autor: ANDRÉ, João Maria – “Homem e natureza em

aspecto ético que amplia as dimensões gnosiológica e antropológica. O caminho que o homem percorre em busca da verdade é um caminho ascético, de melhoramento, um caminho em que ele tem a capacidade de julgar (*iudicium cognatum*) o que é bom e o que é justo.

Se queremos extrair elementos que nos proporcione uma reflexão ética no pensamento de Nicolau de Cusa, o passo 176 do *De coniecturis* esclarece-nos o porquê de o conhecimento de si ser o ponto de partida, pois é preciso conhecer em que medida participamos da fonte das virtudes, isto é, a unidade absoluta, Deus. No caminho do conhecimento de si o homem percebe que tem virtudes que são participadas na unidade absoluta. Ora, no conhecimento de si o homem distingue três regiões presentes em si, e entende que a natureza intelectual, isto é, a mais alta nobreza do homem, participa da entidade suprema e da mais alta conexão, e este participar faz com que o homem seja mais justo e ame mais. Nicolau já aponta neste passo 176 que a participação na entidade suprema corresponde ao ser justo, do mesmo modo a participação na conexão corresponde ao amar. Assim, temos uma natureza intelectual que participa do ser divino de onde brotam as virtudes de ser justo e amar. Contudo, não se pode compreender essa participação de modo estático, há aqui um dinamismo presente. O homem não é semelhança a Deus e pronto, isto é, não é um ser acabado. Ele precisa se aperfeiçoar. Portanto, ele é um ser sempre em processo de melhoramento ou de auto-realização como expressão máxima de sua liberdade. Isso fica claro no passo 178 da mesma obra em questão, quando Nicolau de Cusa chama atenção para o esforço que o intelecto deve fazer para alcançar as artes intelectuais para nutrir-se, manter-se, aperfeiçoar-se e se enriquecer<sup>30</sup>. Desta forma, como afirma André, “o fim da humanidade é a própria humanidade, de tal modo que ela não sai fora de si quando cria, mas atinge-se a si própria nessa criação”<sup>31</sup>.

No capítulo VI do livro III do *De docta ignorantia* Nicolau inicia a sua digressão para expressar, ao que parece, o intelecto como o grau próprio da condução do homem à verdade absoluta<sup>32</sup>. De início ele delimita o que entende por cada um dos graus. Para os sentidos coloca o âmbito do mundo e a sujeição aos movimentos do

---

Nicolau de Cusa. O microcosmo numa perspectiva dinâmica e criadora.” *Veritas*, 44, 3 (1999), 805-814; ANDRÉ, João Maria – “O homem como microcosmo. Da concepção dinâmica do homem em Nicolau de Cusa à inflexão espiritualista da antropologia de Ficino”. *Philosophica. Filosofia do Renascimento*, 14 (1999), 7-30. Cf. ainda sobre este mesmo tema: DUPRÉ, W. – “Der Mensch als Mikrokosmos im Denken des Nikolaus von Kues”. *Mitteilungen und Forschungsbeiträge der Cusanus-Gesellschaft*, 13 (1978), 68-87.

<sup>30</sup> *De coniecturis*, h III, II, XVII, 178: “Ex quo evenit quod intellectus sibi intellectuales artes, quae speculationes sunt, studet adinvenire pro nutritione, conservatione, perfectione ornatu suo, quibus se iuvare possit”.

<sup>31</sup> André, *Sentido...*, 452.

<sup>32</sup> Para uma análise pormenorizada sobre a teoria das quatro unidades presente no capítulo VI do *De docta ignorantia* e nos capítulos iniciais da primeira parte do *De coniecturis*, cf. KOCH, Josef – “Der Sinn des Zweiten Hauptwerkes des Nikolaus von Kues De coniecturis”, in J. Koch, *Kleinen Schriften*. Vol. I. Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1973, 599-623.

tempo, para o intelecto o desligamento dos âmbitos do mundo e do tempo, e a razão como aquela que está no zénite entre os dois. Nicolau de Cusa coloca o conhecimento sensível nas trevas da ignorância, e afirma que os sentidos não podem perceber as coisas de Deus, pois movem-se para os desejos carnis. A razão irá ganhar um posto interessante, na medida em que participa do intelecto, que é administrar algumas leis através das quais irá reger as paixões do desejo, as moderar e as reduzir à justa medida, a fim de que o homem não se veja privado do desejo espiritual do intelecto. Aqui, se torna mais interessante ainda porque irá surgir um imperativo totalmente ético, como a mais importante das leis, em que cabe à razão, por meio de sua participação no intelecto cumprir: “[...] que não se faça ao outro o que não se quer que seja feito a si”<sup>33</sup>. Por que será que esta lei aparece quando Nicolau está a falar sobre o grau da *ratio*? Porque é a *ratio* a capacidade humana para o conhecimento, mediante regras, dentre elas o princípio de não contradição. Parece que é próprio à razão se mover a partir de regras. No passo que segue a essa afirmação, isto é, o 217 da mesma obra, parece haver uma distinção entre os conceitos de *sensus*, *ratio*, e *intellectus* num contexto moral. Isto porque Nicolau afirma que o intelecto, voando mais alto, isto é, o grau que mais participa da unidade absoluta, não conseguiria, mesmo se os sentidos fossem totalmente submetidos à razão, chegar por si ao fim dos seus afetos intelectuais e eternos. Álvarez Gómez destaca que: “Nicolau de Cusa tem à vista a experiência de que no homem se dá um certo apetite cuja razão de ser não é outra que o bem”<sup>34</sup>. O homem tende para o bem. Essa tendência se dará mediante um desejo que lhe é inculcado, pela *praegustatio*. Por si o intelecto não consegue alcançar o seu fim, senão pela graça divina, mas tem o desejo de o buscar. Esse desejo é caracterizado por Dupré como uma manifestação da prática ao afirmar que a tendência da natureza vem expressa, justamente, no desejo, no afeto e no amor, e assim estende-se a todo o âmbito do ser. O desejo, o afeto e o amor são manifestações primárias no âmbito da prática humana e são encontradas sob os modos da sua conduta<sup>35</sup>.

<sup>33</sup> *De docta ignorantia*, h I, III, VI, 216: “[...] *ne quis faciat alteri, quod sibi fieri nolle*”. Cf. também *De coniecturis*, h III, II, XVII, 183 e *Compendium*, h XI/3, X, 34.

<sup>34</sup> ÁLVAREZ GÓMEZ, Mariano – “Añoranza y conocimiento de Dios”. in Mariano Álvarez Gómez – *Pensamiento del Ser y Espera de Dios*. Salamanca: Sígueme, 2004, 67-101, aqui p. 69: “El Cusano tiene a la vista la experiencia de que en el hombre se da un cierto apetito cuya razón de ser no es otra que el bien”.

<sup>35</sup> Como podemos ler no passo que segue. DUPRÉ, Wilhelm – “Liebe als Grundbestandteil allen Seins und Form oder Leben aller Tugenden”. *Mitteilungen und Forschungsbeiträge der Cusanus-Gesellschaft*, 26 (2000), 65-99, aqui p. 68: “*Das Streben der Natur, das in Verlangen, Zuneigung und Liebe zum Ausdruck kommt, erstreckt sich auf alle Bereiche des Seienden. Zwar sind Verlangen, Zuneigung und Liebe Erscheinungen, die primär im Umkreis menschlicher Erfahrungen und Verhaltensweisen anzutreffen sind. Es ist dies aber kein Grund, warum man nicht versuchen sollte, diesen Umkreis auf die gesamte Wirklichkeit hin auszuweiten, um das Ganze der Wirklichkeit unter Berücksichtigung der Differenzen, die zu den entsprechenden Erfahrungen und Verhaltensweisen gehören, zu begreifen. Schließlich gilt der Satz, daß die Kraft der Anziehung der Ähnlichkeit nach wie in Gott in jedem Ding zu finden ist*”.

## V

O conhecimento de si é um passo importantíssimo para a convivência pacífica com as diferenças. Mas, é necessário um segundo passo que complemente o primeiro, posto que é preciso também a posse de si para a manutenção dessa convivência amorosa. Essa posse de si se dá no constante exercício do aperfeiçoamento ou no assemelhamento a Deus, que nada mais é que a realização da natureza humana predita no *De docta ignorantia*<sup>36</sup>. A expressão cusana que mais representa isso que estamos chamando de posse de si aparece no capítulo VII do *De visione dei* (1453), expressamente no passo 25 em que após levantar algumas questões ligadas a inacessibilidade de Deus, o Cusano lança a questão chave: “E como te darás a mim, se também me não deres a mim próprio?”. Observemos que a ordem da pergunta está pautada no movimento do homem querer possuir Deus primeiro e como consequência, Deus faz o homem possuir a si mesmo. Mas, eis que, afirma Nicolau de Cusa: “E quando repouso assim no silêncio da contemplação, tu, Senhor, no mais íntimo de mim, respondes dizendo: sê tu teu e eu serei teu”<sup>37</sup>. Aqui há implicada a questão da liberdade, pois é dada ao homem a possibilidade de ser de si próprio, isto é, ser ele próprio, que ao fundo traduz um íntimo processo de auto-aperfeiçoamento ou auto-realização enquanto ser humano<sup>38</sup>. Mas é interessante que nesse movimento feito seja preciso primeiro que o homem se pertença para que seja capaz de Deus. Não obstante, o próprio autor levanta mais uma questão que é sobre como pode o homem ser de si mesmo. Aqui é preciso se ater a gradação que se segue entre sentidos, razão e o verbo de Deus. É quando a razão domina os sentidos que sou de mim próprio, diz Nicolau de Cusa. Ora, é o verbo de Deus quem orientará todas as demais faculdades, mas é no livre exercício da razão que o homem obtém a posse de si e pode assemelhar-se a Deus, ou ser cada vez mais e da melhor forma possível, num exercício contínuo de melhoramento de si, *capax dei*. E esse processo é o de auto-realização da natureza humana que já fora indicado no *De docta ignorantia*: “[...] a Terra habitada talvez por seres inferiores, não parece, todavia, que se possa dar uma natureza mais perfeita e mais nobre, segundo o que

<sup>36</sup> Cf. *De docta ignorantia*, h I, I, I, 2. Cf. também *De visione dei*, h VI, IV, 12; *De pace fidei*, h VII, XIII, 45.

<sup>37</sup> *De visione dei*, h VI, VII, 25: “Immo quomodo dabis tu te mihi, si etiam me ipsum non dederis mihi? Et cum sic in silentio contemplationis quiesco, tu, domine, intra praecordia mea respondes dicens: Sis tu tuus et ego erro tuus”. Tradução utilizada: NICOLAU DE CUSA, *A Visão de Deus*. 4.ª ed. revista, trad. e introd. João Maria André. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

<sup>38</sup> Parece haver uma preocupação por parte dos intérpretes do Cusano em demarcar que Liberdade, mais do que uma liberdade de escolha, é mais propriamente uma liberdade de auto-realização. Esta tese está presente em muitos autores, aqui destacamos: KREMER, Klaus – “Gottes vorsehung und die menschliche Freiheit («Sis tu tuus et ego erro tuus»)”. in Klaus Kremer, *Praegustatio naturalis sapientiae. Gott suchen mit Nikolaus von Kues*. Aschendorff, Münster, 2004, 319-352; bem como ANDRÉ, *Sentido...*, especialmente nas páginas 457-475, onde dedica sua atenção ao problema do sentido do homem enquanto símbolo e a alguns princípios éticos centrais em Nicolau de Cusa.

ela é, do que a natureza intelectual, que habita nesta Terra e na sua região, ainda que habitantes de outro gênero existam nas outras estrelas. E o homem não tem apetência por outra natureza, mas apenas por ser perfeito na sua”<sup>39</sup>. E reaparece também no *De coniecturis*: “Consequentemente, não há outro fim para a atividade criadora da humanidade além da própria humanidade. De fato, quando cria a humanidade não vai além de si mesma; ao contrário, é justamente expressando sua força que ela vem a si mesma. E a humanidade nem mesmo produz algo novo, mas todas as coisas que cria por meio da explicação descobre que já eram em si”<sup>40</sup>. Ambas as passagens demonstram que a tensão fundamental da existência humana se assenta justamente em atingir a perfeição de sua própria natureza, bem como o fim de sua atividade criadora é ele mesmo, isso quer dizer, um encontro consigo mesmo no seu mais íntimo, onde reside a essência da sua liberdade. Com mais nitidez e numa tonalidade purgativa podemos ver essa tensão também no *De pace fidei*, no diálogo entre Pedro e o Sírio, quando trata-se ali sobre as aspirações do homem: “Na verdade, todos os homens, na sua natureza humana, não desejam nem esperam senão a vida eterna e para isso instituíram ritos de purificação das almas e sacrifícios para melhor adequarem a sua natureza à vida eterna”, e conclui o Cusano reafirmando aquela perspectiva que apontamos acima: “os homens não têm apetência pela beatitude, que é a própria vida eterna, noutra natureza diferente da sua própria; o homem não quer ser senão homem e não anjo ou outra natureza; mas quer ser um homem feliz, que chegue à felicidade última”<sup>41</sup>. Percebemos nesse percurso que a auto-realização ou o auto-aperfeiçoamento está tensionado no âmbito da liberdade, pois tal posição exige do homem uma certa insistência no pertencimento de si mesmo como essência da própria liberdade: “Ó Senhor, suavidade de toda a doçura, colocaste na minha liberdade a possibilidade de eu ser, se quiser, de mim próprio. Por isso, se eu não sou de mim próprio, tu não és meu. Forçarias, com efeito, a liberdade, pois não podes ser meu, se eu não for de mim próprio, e, porque colocaste isso na minha liberdade, não me forças, mas esperas que eu escolha ser de mim próprio”<sup>42</sup>. Num reconhecimento de Deus como

<sup>39</sup> *De docta ignorantia*, h I, I, XII, 169: “[...] tamen intellectuali natura, quae hic in hac terra habitat et in sua regione, non videtur nobilior atque perfectior dari posse secundum hanc naturam, etiamsi alterius generis inhabitatores sint in aliis stellis. Non enim appetit homo aliam naturam, sed solum in sua perfectus esse”.

<sup>40</sup> *De coniecturis*, h III, II, XIV, 144: “Non ergo activae creationis humanitatis alius exstat finis quam humanitas. Non enim pergit extra se, dum creat, sed dum eius explicat virtutem, ad se ipsam pertingit. Neque quidquam novi efficit, sed cuncta, quae explicando creat, in ipsa fuisse comperit”.

<sup>41</sup> *De pace fidei*, VII, XIII, 44: “Pariformiter. Nam omnes homines non nisi aeternam vitam in sua natura humana desiderant et expectant, et ad hoc purgationes animarum et sacra instituerunt, ut se illi aeternae vitae in sua natura melius adaptent. Non appetunt homines beatitudinem, quae est ipsa aeterna vita, in alia quam propria natura; homo non vult esse nisi homo, non angelus aut alia natura; vult autem esse homo beatus, qui ultimam felicitatem assequatur”. Tradução utilizada: NICOLAU DE CUSA – *A Paz da Fé Seguida da Carta a João de Segóvia*. Trad. e introd. João Maria André. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.

<sup>42</sup> *De visione dei*, h VI, VII, 25: “O domine, suavitas omnis dulcedinis, posuisti in libertate mea, ut sim, si voluero, mei ipsius. Hinc nisi sim mei ipsius, tu non es meus. Necessitates enim libertatem, cum tu non possis esse

fundamento da existência de todas as coisas, radica-se também a liberdade do homem. A liberdade é um dom dado por Deus à natureza intelectual. A realização da perfeição do homem é, como afirma J. M. André, a realização *através dele*, ou de sua natureza intelectual, do próprio sentido da criação<sup>43</sup>.

É a posse plena de si, mediante a *libera voluntas*, orientada pelo Verbo divino, um passo importante para alcançar o seu fim, o repouso do seu *desiderium intellectuale*. Quer dizer, o homem para ser livre deve desejar “o querer Deus”, pois é ele o exemplar e o fundamento de sua vida. É assim que se prossegue a liberdade humana, isto é, na ligação com o Verbo divino, seu fundamento. Quanto mais o homem se pertence, mais tem a posse plena de si, tanto mais pode escolher a Deus e vê-lo com mais amor, como também perceber mais claramente, nunca absolutamente, o amor com que Deus o ama. É-nos sabido que o *De visione dei* trata explicitamente da relação Deus e homem, porém, este movimento pode nos suscitar, outrossim, um apelo, no sentido de olhar também para o outro, e, mesmo contraidamente, fazer com que despertemos do sono do egoísmo e pensemos a partir dessa relação com Deus, à luz da *mens divina*, a relação com as outras criaturas. Esse é um caminho possível de se enxergar na metáfora do olhar. O cume de uma ética de justiça e amor não poderia ser de outro modo que não fosse a capacidade de olhar para o outro depois de olhar para Deus. Aliás, poderíamos nos questionar: depois de conhecer-se e perceber Deus como fundamento, qual deve ser a nossa ação e como deve ser o nosso olhar para o outro? Nicolau de Cusa nos lembra a lei de ouro: não fazer ao outro o que não quer que seja feito a si. Nesta lei, a qual Nicolau chama de *lex aequalitatis*, está posto um sentido de reciprocidade dialógica, isto é, o homem consente em agir que não ferirá a integridade do outro, porque não quer que lhe seja ferida a sua. Esta reciprocidade exige uma confiança, uma entrega profunda de si. É como olhar nos olhos do outro, é ser capaz de se dar por inteiro e receber ou acolher o outro por inteiro. Ora, se nos atermos a essa questão retornamos, assim, ao motivo inicial deste trabalho, quer dizer, para se entregar ao outro é preciso ter a posse plena de si – *sis tu tuus* – para depois ter o outro – *et ego ero tuus*. Obviamente que essa posse plena de si é acompanhada do conhecimento de si, só assim o homem é capaz de olhar e acolher o outro. Talvez esse seja o maior desafio que o ser humano possa enfrentar durante sua existência: ter a capacidade de olhar para o outro após sentir-se olhado por Deus. Esse olhar pode ser traduzido na dimensão do cuidado. Quem olha para o outro, cuida. Quem consegue olhar para o outro e reparar nele, não o abandonará, porque o seu olhar será inevitavelmente atravessado pelo amor e

---

*meus, nisi et ego sim mei ipsius. Et quia hoc posuisti in libertate mea, non me necessitas, sed exspectas, ut ego eligam mei ipsius esse*” (grifo nosso).

<sup>43</sup> André, *Sentido...*, 454.

pela justiça do princípio. Quem olha, não abandona. E o cuidar do outro exige um olhar, que se traduz também em atenção, afecto e amor.

Terminamos com algumas linhas do poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade, que num poema escrito em 1953, publicado inicialmente no jornal “Diário Carioca”, quando ali traçava uma certa exposição da vida ou um batismo da existência para o seu neto – por isso do título “A Luís Maurício, Infante” – soube traduzir essa dimensão de enxergar mais profundamente o outro: “de tal maneira a vida nos excede e temos de enfrentá-la com poderosos recursos. Mas seja humilde tua valentia. *Repara que há veludo nos ursos*”<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de – *Fazendeiro do Ar*. Posf. Silvano Santiago. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVAREZ GÓMEZ, Mariano – “Añoranza y conocimiento de Dios”. in Mariano Álvarez Gómez – *Pensamiento del Ser y Espera de Dios*. Salamanca: Sígueme, 2004, 67-101.
- ANDRADE, Carlos Drummond de – *Fazendeiro do Ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ANDRÉ, João Maria – “Conocer es dialogar. Las metáforas del conocimiento y su dimensión dialógica en el pensamiento de Nicolás de Cusa”. in Jorge Machetta; Claudia D’Amico (eds.) – *El Problema del Conocimiento en Nicolás de Cusa. Genealogía y Proyección*, Buenos Aires, Editorial Biblos, 2005, 15-38.
- ANDRÉ, João Maria – “Homem e natureza em Nicolau de Cusa. O microcosmo numa perspectiva dinâmica e criadora”. *Veritas*, 44, 3 (1999), 805-814.
- ANDRÉ, João Maria – “O homem como microcosmo. Da concepção dinâmica do homem em Nicolau de Cusa à inflexão espiritualista da antropologia de Ficino”. *Philosophica. Filosofia do Renascimento*, 14 (1999), 7-30.
- ANDRÉ, João Maria – *Douta Ignorância, Linguagem e Diálogo. O Poder e os Limites da Palavra em Nicolau de Cusa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- ANDRÉ, João Maria – *Sentido, Simbolismo e Interpretação no Discurso Filosófico de Nicolau de Cusa*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997. Tese de Doutoramento.
- COLOMER, Eusebi – “Nicolau de Cusa (1401-1464). Um pensamento na fronteira de dois mundos”. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 20, 4 (1964), 387-435.
- DUPRÉ, Wilhelm – “Der Mensch als Mikrokosmos im Denken des Nikolaus von Kues”. *Mitteilungen und Forschungsbeiträge der Cusanus-Gesellschaft*, 13 (1978), 68-87.
- DUPRÉ, Wilhelm – “Liebe als Grundbestandteil allen Seins und ‘Form oder Leben aller Tugenden’”. *Mitteilungen und Forschungsbeiträge der Cusanus-Gesellschaft*, 26 (2000), 65-99.
- DUSSEL, Enrique – *Hacia una Filosofía Política Crítica*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 2001.
- ECO, Umberto – *Arte e Beleza na Estética Medieval*. Trad. Mário Sabino Filho. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- KOCH, Josef – “Der Sinn des Zweiten Hauptwerkes des Nikolaus von Kues De coniecturis”. in Josef Koch – *Kleinen Schriften*. Vol. I. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1973, 599-623.
- KOYRÉ, Alexandre – *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- KREMER, Klaus – “Gottes vorsehung und die menschliche Freiheit (‘Sis tu tuus et ego ero tuus’)”. in Klaus Kremer – *Praegustatio naturalis sapientiae. Gott suchen mit Nikolaus von Kues*. Münster: Aschendorff, 2004, 319-352.

- NICOLAU DE CUSA – *A Doutra Ignorância*. 4.<sup>a</sup> ed., Trad. João Maria André. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2018.
- NICOLAU DE CUSA – *A Paz da Fé Seguida da Carta a João de Segóvia*. Trad. e introd. João Maria André. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.
- NICOLAU DE CUSA – *A Visão de Deus*. 4.<sup>a</sup> ed. revista, trad. e introd. João Maria André. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.
- NICOLAU DE CUSA – *Compendium*. Hamburgo: Meiner, 1964.
- NICOLAU DE CUSA – *Cribatio Alkorani*. Heidelberg: Academiae Litterarum Heidelbergensis, 1986.
- NICOLAU DE CUSA – *De coniecturis*. Hamburgo: Meiner, 1972.
- NICOLAU DE CUSA – *De dato Patris luminum*. Hamburgo: Academiae Litterarum Heidelbergensis, 1959.
- NICOLAU DE CUSA – *De docta ignorantia*. Leipzig: Academiae Litterarum Heidelbergensis, 1932.
- NICOLAU DE CUSA – *De filiatione Dei*. Hamburgo: Academiae Litterarum Heidelbergensis, 1959.
- NICOLAU DE CUSA – *De ludo globi*. Hamburgo: Meiner, 1998.
- NICOLAU DE CUSA – *De pace fidei*. Hamburgo: Meiner, 1970.
- NICOLAU DE CUSA – *De visione Dei*. Hamburgo: Meiner, 2000.
- NICOLAU DE CUSA – *Epistula ad Nicolaum Bononiensem*. in Gerda von Bredow (ed.) – *Cusanus Texte, IV. Briefwechsel des Nikolaus von Kues. Dritte Sammlung. Das Vermächtnis des Nikolaus von Kues. Der Brief an Nikolaus Albergati nebst der Predigt in Montoliveto (1463)*. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1955.
- PEROLI, Enrico – *Niccolò Cusano. La Vita, l’Opera, il Pensiero*, Roma: Carocci editore, 2021.
- PICO ESTRADA, Paula – *La dimensión Ética en la Filosofía de Nicolás de Cusa. Su Integración en la Antropología Cusana*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 2016.
- SENGER, Hans Gerhard – “Zur Frage nach einer philosophischen Ethik des Nikolaus von Kues”. *Wissenschaft und Weisheit. Zeitschrift für Augustinisch-Franziskanische Theologie und Philosophie in der Gegenwart*, 33 (1970), 5-25 e 110-122.

